



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
Faculdade de Educação da UFMG**

**Greve dos Trabalhadores da Educação da
Rede Estadual de Minas Gerais em 2011 -
Experiências e Sujeitos**

EDGARD LEITE DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação

EDGARD LEITE DE OLIVEIRA

**GREVE DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE
MINAS GERAIS EM 2011- EXPERIÊNCIAS E SUJEITOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas.

Orientador: Professor Doutor Rogério Cunha Campos

BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS - BRASIL

2016

Tese intitulada **Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011- Experiências e Sujeitos**, avaliada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Rogério Cunha Campos ó Faculdade de Educação/ UFMG ó Orientador

Geraldo Márcio dos Santos ó Faculdade de Educação/ UFMG ó Membro Titular

Charles Moreira Cunhaó Faculdade de Educação/ UFMG ó Membro Titular

Wellington de Oliveira ó Faculdade Interdisciplinar Em Humanidades/ UFVJM ó Membro
Titular

Dileno Dustan Lucas de Souza - Faculdade de Educação/UFJF - Membro Titular

Maria de Fátima Almeida Martins - Faculdade de Educação/UFMG- Membro Suplente

Sônia Maria Roseno - Faculdade de Educação/UEMG - Membro Suplente

Dedico a Ana Laura...

Aos professores Latinos- Afros- Americanos...

À minha tia Marleide Leite,

Que acabou indo embora, cedo demais...

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo aos Deuses, todos evocados em meu nome, pelas diversas religiões de amigos, família e colegas, que rogaram, oraram para que concluísse esta tese.

Agradeço e dedico esta tese à minha filha Ana Laura Pereira Leite. Como um dia escreveu Paulo Coelho: *Você foi a esperança nos meus dias de solidão, a angústia dos meus instantes de dúvida, a certeza nos momentos de fé.*

Aos meus pais, por tudo: pela fé, pela ajuda, pelas cobranças, pelos incentivos, pelos ensinamentos, pelo carinho na arte de criar, ensinar e realizar os sonhos de seus filhos.

À Minha irmã, pelo sobrinho e pelo conforto nos momentos difíceis.

Às famílias Leite e Oliveira, todos, por sempre se sentirem representados em mim e por me apoiarem. E à família Pereira e Lima, por aceitar também ser a minha família.

Ao Raul, meu grande amigo.

Ao professor Rogério Cunha Campos, companheiro nessa caminhada, pela solidariedade, generosidade e ensinamentos. À professora Daisy Moreira Cunha, eterna orientadora.

Ao Geraldo Márcio dos Santos, amigo, professor, orientador, apoiador, por todos os conselhos e direções, sempre paciente e generoso.

Ao Antonio Júlio de Menezes, pelo bom papo, amizade e análises da realidade.

Aos Amigos de longa data, Marcio Luiz Jr. e Kleiton Gomes.

Aos Amigos da Faculdade de Educação da UFMG, em especial ao Igor Oliveira.

À Faculdade de Educação da UFMG, por mais uma vez acreditar em mim como pesquisador.

À família Pedroza Ochoa, Miguel, Daniel, Álvaro, Beatriz, pela solidariedade, pelo apoio, pela disposição em ajudar.

Ao Departamento de Investigaciones Educativas do Centro de Investigación y de Estudios Avanzados Del Instituto Politecnico Nacional - DIE-CINVESTAV e Alicia Civera, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM e Massimo Modonesi, por me aceitarem e me orientarem durante o doutorado- sanduíche.

Aos pais e mães dos 43 estudantes de Ayotzinapa, mortos e desaparecidos pelo governo federal do México em 2014, e, ainda, pelos 30 mil desaparecidos pela Ditadura Perfeita naquele país.

Aos Zapatistas, pelos ensinamentos e ao EZLN, por continuarem na luta.

À CNTE e a Sección XXII de Oaxaca, pela luta dos mestres, grandes maestros.

À Revolução Cubana, ao povo cubano, a esta pequena ilha, que ainda insiste em ser pedra a furar o calcanhar do capitalismo. Siempre Com Fidel, Camilo, Raul y Che.

Aos povos venezuelano, equatoriano e boliviano, por reviverem Bolívar, em Memória de Hugo Chavez, seguimos com Maduro.

Aos irmãos do New Black Panthers, por sempre me fazerem recordar de minhas origens e os motivos para continuar de pé.

Aos compas de 2013 e 2014, por estarem na rua. "Nós, os derrotados, somos invencíveis".

Aos colegas da Universidade Federal de Viçosa ó UFV, do LICENA, Edgar Pereira Coelho, Elida Lopes Miranda, Cezar Luiz de Mari, Marcelo Loures dos Santos e tantos outros.

Aos meus educandos, mestres do LICENA, grandes professores de educação popular.

À Madu e ao Ivo, doula, doulo, meus amigos.

Ao Hospital Sofia Feldman, por ainda acreditar na vida de forma natural.

À professora Savana Diniz, por ter sido parecerista do projeto de pesquisa.

Ao Miguel Arroyo, pelas orientações importantes no exame de qualificação.

Aos historiadores Ulisses Manoel, Thays Alves e Thamires Alves.

Ao Cruzeiro Esporte Clube, Tri e Tetra Campeão Brasileiro, de 2013 e 2014, respectivamente, pelo futebol arte e coletivo, proporcionando alegria quando precisei de um pouco de distração.

LISTA DE SIGLAS

AOEMIG - Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais
APM ó Arquivo Público Mineiro
APPMG - Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (Rede Pública)
APPMG - Associação dos Professores Rede da Publica de Minas Gerais (Rede Pública)
APUBH - Associação dos professores universitários de Belo Horizonte
CEBø - Comunidades Eclesiais de Base
CEMIG ó Companhia Energética de Minas Gerais
CEPE(RJ) - Centro dos Professores do Estado do Rio de Janeiro
CGG - Comando Geral de Greve
CGT ó Comando Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNBB ó Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPB - Confederação dos Professores do Brasil
CPDOC ó Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI ó Comissão Parlamentar de Inquérito
DOPS ó Departamento de Ordem Política e Social
DRT ó Delegacia Regional do Trabalho
DVS ó Departamento de Vigilância Social
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FAE/UFMG - Faculdade de Educação da UFMG
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEMG ó Federação das Indústrias de Minas Gerais
FSM ó Federação Sindical Mundial
FTA ó Federação Terra e Autonomia
IBGE ó Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LCP ó Liga dos Camponeses Pobres
MST ó Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra
NDG ó Núcleo Duro da Greve
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUSTAL ó Congresso Permanente de Unidade Sindical para Trabalhadores da América Latina

SNI ó Serviço Nacional de Informação

Sind-UTE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SINPEP - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Belo Horizonte

SINPRO - Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Rede Particular)

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Belo Horizonte

TRT óTribunal Regional do Trabalho

UFMG ó Universidade Federal de Minas Gerais

UFRRJ ó Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNE ó União Nacional dos Estudantes

URSS ó União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTE - União dos Trabalhadores do Ensino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A HISTÓRIA VIVIDA E A HISTÓRIA DO TEMPO AINDA PRESENTE	12
SOBRE A TESE	18
CAPÍTULO 1	21
1. CENTO E DOZE DIAS DE GREVE: A INSURGÊNCIA DAS RUAS	21
1.1 - Conflitos Anteriores	22
1.2 - Ativismo Político: Greve dos Professores	25
1.3 - Lutando Contra as Ausências - Assembleias e Marchas	30
1.4 - As Lutas Plurais e o Núcleo Duro da Greve ó NDG	32
1.5 - Um Balanço: Entre Ações e Conquistas	48
CAPÍTULO 2	52
2. MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA: A PERMANENTE CONSTRUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS	52
2.1 - Memória, Experiência e Luta de Classes	52
2.2 - Organização Sindical dos Trabalhadores	55
2.3 - Novas Formas Organizacionais x Centralização Sindical	61
2.4 ó A Rede de Apoiadores em Tempos de Redes Sociais Digitais	71
CAPÍTULO 3	78
3. CHOQUE DE GESTÃO ó A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DO ESTADO.....	78
CAPÍTULO 4	97
4. OS TRABALHADORES E A HISTÓRIA PELOS TRABALHADORES	97
4.1- A Voz dos Sujeitos	97
4.2- Memória	100
4.3- Os Trabalhadores e a História	106
5. APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES	117

6. REFERÊNCIAS 121

7. DOCUMENTOS..... 127

RESUMO

A tese tem como objetivo uma pesquisa sobre o movimento grevista dos trabalhadores da Educação da Rede Estadual do Estado de Minas Gerais, ocorrida em 2011, em que se propôs a apresentar o olhar de alguns dos trabalhadores participantes, suas análises e reflexões sobre esse processo. Este trabalho tem como proposta a análise da história, da memória e da experiência do movimento de professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, a partir dos movimentos de rua, realizados naquele ano, e de suas propostas de ativismo político e de confrontação ao modelo de organização e de privatização, implementados pelo governo do estado de Minas Gerais, denominado Choque de Gestão.

Palavras-chave: Movimento docente, organização de trabalhadores, sindicalismo.

ABSTRACT

The thesis has as objective research on the strike of workers of Education of the State of Minas Gerais Network in 2011. It features the look of some participating employees, their analyzes and reflections on this process. History, memory and experience of the movement of teachers of the state of Minas Gerais from the street movements in 2011, political activism proposals. Confrontation to the organization model and privatization of state in Minas Gerais, called Management Shock.

Teaching movement, organizing workers, unions.

RESUMEN

La tesis tiene como objetivo la investigación sobre la huelga de los trabajadores de la Educación del estado de Minas Gerais en El año 2011. Cuenta con el aspecto de algunos trabajadores que participan, sus análisis y reflexiones sobre este proceso. La historia, la memoria y la experiencia del movimiento de los maestros del estado de Minas Gerais de los movimientos de la calle en 2011, las propuestas de activismo político. La confrontación con el modelo de organización y privatización de estado de Minas Gerais, denominado Choc de Gestión.

Movimiento de maestros, la organización de los trabajadores, sindicatos.

RÉSUMÉ

La thèse vise à la recherche sur la grève des travailleurs de l'éducation de l'État du Minas Gerais en 2011. Il a l'apparence de certains travailleurs impliqués, leurs analyses et leurs réflexions sur ce processus. Histoire, la mémoire et l'expérience du mouvement des enseignants dans l'état de mouvements Minas Gerais de la rue en 2011, des propositions pour l'activisme politique. La confrontation avec le modèle d'organisation et de privatisation de l'Etat de Minas Gerais, appelé Gestion Choc.

Mouvement des enseignants, l'organisation des travailleurs, des syndicats.

INTRODUÇÃO

A HISTÓRIA VIVIDA E A HISTÓRIA DO TEMPO AINDA PRESENTE

Trata-se esta tese, *Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011 - Experiências e Sujeitos*, de uma investigação sobre as identidades, culturas e participações políticas, historicamente construídas pelos professores da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais. Buscamos aqui refletir sobre as experiências sindicais e não sindicais, grevistas ou apenas de resistência, sobre concepção de escola e de educação, que surgiram durante o período de greve.

Tal reflexão surge de minha experiência profissional como professor de ensino fundamental e de ensino médio em escolas estaduais, onde encontrei demandas, propostas e questões a serem resolvidas, assim como as dificuldades encontradas na construção de soluções pelas políticas públicas ou estatais em Minas Gerais.

Além desses motivos, há, ainda, a identificação pessoal, também acadêmica, já que, durante o mestrado, atuamos como monitor da disciplina *Processos Educativos em Ações Coletivas*, oferecida para o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFMG, o que despertou em nós o interesse pela análise da relação dialética entre as necessidades da Educação e as lutas dos movimentos sociais por mudanças nessa área e pela resposta do Estado a essas demandas.

Durante o mestrado, tivemos como objeto de estudo outro movimento grevista: o dos metalúrgicos de contagem, ocorrido em 1968. Em abril daquele ano, os trabalhadores da região industrial de Contagem organizaram a primeira greve após o golpe militar de 1964, uma das mais importantes greves da história do movimento operário brasileiro. Episódio sempre citado em outros estudos sobre esse período histórico, não se constituindo, entretanto, objeto central de investigação em pesquisas de mestrado.

A dissertação resultou de uma pesquisa que visou reconstruir esse acontecimento, com base em fontes documentais, tais como: boletins do sindicato, imprensa escrita e documentos do antigo DOPS, encontrados no arquivo público mineiro. Todavia, o objetivo central dessa pesquisa, foi a reconstituição do acontecimento a partir das memórias daqueles atores diretamente implicados no fato.

Após a experiência em pesquisar movimentos grevistas, no período de mestrado, e o convívio com colegas professores, também militantes nas greves dos trabalhadores da Educação em 2010 e 2011, intensificou-se o nosso interesse por esse tema e, por esse motivo, o de desenvolvimento desta pesquisa.

Porém, ainda na escolha do objeto de pesquisa, sugeriram incômodos, parte deles oriundos de minha formação acadêmica inicial: licenciatura e bacharelado em História, que nos permitem levantar questões importantes enquanto pesquisador do passado, impondo, entretanto, limitações como pesquisador do presente ou de um período histórico ainda curto.

Os conhecimentos adquiridos com as pesquisas realizadas, citadas acima, nos fizeram perceber uma necessidade fundamental de aprofundamento nos estudos sobre as constituições das políticas públicas em educação e na sua relação com os movimentos sociais e com a escola pública brasileira, pois essas políticas foram geradas a partir de características diferenciadas, imersas em espaços diversos e entre muitos sujeitos.

O aprofundamento exigiu, para que obtivéssemos um resultado que refletisse a realidade que envolve o tema, que o inseríssemos no âmbito do debate da comunidade escolar, nas categorias do público, do privado e do estatal, no Brasil, e, ainda, a movimentação dos sujeitos nas perspectivas reivindicatória e propositiva, no que se referem às políticas educacionais nas quais estão inseridos, seja de forma individual ou coletiva.

Para a realização desse trabalho, fez-se necessário um levantamento dos motivos e das pautas formuladas pelo movimento grevista, por meio de experiências concretas e subjetivas, surgidas nesse período. Foi preciso identificar as demandas dos profissionais por políticas públicas de educação, como essas políticas relacionam-se com a sociedade, as características desses profissionais enquanto sujeitos políticos e suas relações com as políticas do Estado. Políticas essas que, para a comunidade escolar, sempre foram formuladas e reformuladas em espaços alheios às suas participações diretas, restando a esses sujeitos apenas o dever da execução de políticas quase sempre incompatíveis com seus anseios e suas experiências.

Essa relação entre o público, o estatal e o privado é debatida por alguns autores, desde sua concepção teórica até as práticas reformistas recentes. Resumindo os resultados do Seminário sobre Educação Popular, realizado no início dos anos 80, Paiva (1984, p.41) assim se pronuncia: “[...] em que pese a maioria dos participantes terem defendido a expansão da escola pública, houve os que enfatizaram a distinção entre a escola pública (de todos da comunidade) e a escola estatal, apresentando esta última como uma escola dos partidos no poder. Gadotti (1988), por sua vez, aponta para a necessidade de se mudar o caráter da escola estatal existente, que ele classifica como burguesa, e imprimir a ela um caráter popular, colocando-a sob o controle da sociedade civil. Sposito (1989), em estudo realizado sobre a participação popular na escola, esclarece que escola gerida e mantida pelo aparato estatal não é necessariamente pública, e argumenta: “Pelo contrário, é no sistema de ensino que

encontramos com maior profundidade, pelo caráter clientelista da burocracia escolar, uma enraizada mentalidade privatista da coisa pública.

Professor da Faculdade de Educação da UFMG e ex-secretário municipal de educação de Belo Horizonte, Arroyo (1995, p.41) também define a escola estatal como “não-pública, espaço de confronto de interesses privados”. Azevedo (1997, p. 114) alerta para a necessidade de construção do “espaço público, o qual, necessariamente, em nossa realidade, não pode ser confundido com o estatal.” Por fim, Paro (1997, p. 17), ao discutir a gestão democrática da escola pública, avalia: “No caso da escola mantida pelo Estado, somente o costume generalizado nos leva a chamá-la pública, já que esta palavra constitui apenas um eufemismo para o termo “estatal”, ou a expressão de uma intenção cada vez mais difícil de se ver concretizada.”

Se já existe, pois, um possível consenso de que o estatal não é necessariamente público, a definição do que vem a ser “público” encontra muitas divergências. Campos (2008) propõe questões importantes a serem analisadas nesse debate, principalmente em relação ao discurso e ao debate dos movimentos sociais, no que se refere ao conceito de “público” e ao de escola pública. A análise de um espaço público não-estatal e a experiência das escolas comunitárias no Brasil levanta diversos e amplos significados da escola pública para os sujeitos.

A relação que os sujeitos estabelecem com os espaços, sejam eles públicos, estatais e/ou privados, seus discursos e suas concepções de espaços são pontos a serem analisados, uma vez que tratam-se de comportamentos que criam relações importantes com a sociabilidade e efetivação da cidadania. Por outro lado, paralelamente, dialogando menos ou mais com as políticas públicas de educação, o movimento de organização dos trabalhadores da educação brasileira perpassa todo esse processo, ora como protagonistas de conquistas dos seus direitos como trabalhadores, ora como sujeitos excluídos dos processos decisórios na formulação de tais políticas.

Se pensarmos nessas reconfigurações sociais e políticas do Estado e na luta pela educação como um processo de longa duração, veremos que esse processo antecede o período de Ditadura Militar (1964-1989) e que sua relação com a educação foi formando sujeitos ativos reflexivos, que algumas vezes não concordavam com tais políticas, e, por esse motivo, resistiram, tanto individualmente quanto coletivamente. Oliveira (2006), em sua tese de doutorado *A Trajetória Histórica do Movimento Docente em Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*, aborda o surgimento dos primeiros movimentos dos professores de Minas Gerais, acontecidos na década de 1930; a importante greve de 1979 e a criação da UTE; a reforma

identitária e a formação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE), na década de 1980, e as lutas sindicais da década de 1990. Oliveira (2006) enriquece sua pesquisa ao trabalhar os discursos dos professores e dirigentes sindicais ligados ao Sind-UTE, principalmente os construídos no período compreendido entre 1989 e 1991.

Durante toda a década de 1990, os trabalhadores da Educação, no Brasil, foram, ora dialogando com as reformas educacionais, ora resistindo à precarização do trabalho vinculada a tais reformas. A partir dos anos 2000, ocorreram mudanças conjunturais na política brasileira e na relação entre Estado, movimentos sociais e reformas educacionais, em vários âmbitos, e também reformas políticas. Parte dos movimentos sociais e sindicais passou a protagonista das políticas sociais do Estado, executores e, ao mesmo tempo, representantes dos trabalhadores.

Diante desse cenário, em 2011 os professores da Rede Estadual de Minas Gerais organizaram uma greve muito importante, movimento que perdurou por 112 dias, de cinco de junho a vinte e sete de setembro daquele mesmo ano. Em alguns momentos a greve chegou a atingir 87% de adesão dos membros da categoria. Consideramos, portanto, esse movimento crucial para a análise de questões anteriores e posteriores à greve em si, assim como para a compreensão de como a participação política dos sujeitos aflorou, transformou, ou mesmo surgiu nesse processo.

A noção de participação é ampla e diversa. Vários são os sentidos atribuídos a essa palavra e várias são as formas de realizá-la. Em sentido amplo, participação nos remete à ideia de adesão das pessoas a agrupamentos que se produzem nas variadas dimensões de organização da sociedade. Em sentido estrito, a noção de participação nos remete à presença ativa dos cidadãos nos processos decisórios das sociedades. Essa noção tem a ver com participação política ou participação cidadã. Os espaços participativos podem ser educativos, privilegiados para a inserção e aprendizado da cidadania e dos valores democráticos. Dito isso, afirmamos que a experiência participativa é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa. Ou seja, essa greve apresentou uma proposta educativa, tanto para os sujeitos implicados quanto para toda a sociedade. Essa participação foi sendo manifestada em diversos espaços públicos, privados, coletivos, massivos e também pelas redes sociais mediadas pela internet.

Durante a produção desta tese, além do movimento grevista de 2011, nos chamou atenção a continuidade do mesmo em 2012 e a sua relação com os levantes populares e manifestações de rua em 2013. Chamaram a atenção também as formas de atuação do movimento, que ganharam proporções e linguagens diferentes de sua trajetória histórica.

O ativismo político através das redes sociais foi também um dos vários aspectos que nos despertaram a atenção. A associação entre internet e ativismo parece indicar uma nova cultura de participação. A esse fato podemos denominar ciberativismo, ou seja, o ativismo que se articula por meio da internet. Constituem-se formas de ciberativismo, por conseguinte, a produção e a veiculação, por meio de sites e blogs de informação, notícias relacionadas aos movimentos sociais e à produção de conteúdos não divulgados pelas mídias tradicionais, como a TV, por exemplo. Além desses, podemos citar como forma de ciberativismo o que se dá por causas que envolvem o próprio uso da internet. Recentemente, jovens de todo o mundo protestaram invadindo e modificando sites de governos, de empresas e de grandes corporações.

Se pensarmos que cada um desses movimentos, como greves e manifestações de ruas, historicamente foram marcos transformadores da estrutura organizacional dos professores e dos demais profissionais da Educação, quais seriam, então, as transformações que, possivelmente, emergiriam do movimento de 2011? O que motivou a greve? Quais foram as reivindicações apresentadas por esses profissionais? Quais foram as estratégias de organização do movimento por eles adotadas?

Além das questões acima, outras nos instigaram à pesquisa, são elas: Qual o conceito de público da sociedade civil brasileira com relação à escola e/ou a educação? Como a escola estatal se organiza para ser pública? Qual a relação existente entre as políticas públicas de educação e a comunidade escolar? Como os movimentos sociais pensavam a escola pública no Brasil em 2011? Qual discurso de público e de escola pública assumiu alguns grupos de professores? Quais eram as mudanças educacionais por eles propostas? Entre outros questionamentos que surgiram acerca do tema, na minha experiência profissional e acadêmica, debatidos na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nossos estudos, trajetórias pessoais, políticas e acadêmicas nos apontavam possíveis caminhos a percorrer: aonde ir, como buscar. Assim, traçamos os seguintes objetivos: abordar a organização coletiva dos trabalhadores da Educação, o seu cotidiano, os espaços ocupados pelos mesmos durante a greve e as relações de poder que se estabeleceram nesse processo; analisar as memórias dos protagonistas da greve e como elas nos ajudam a compreender as condições de trabalho a eles impostas; Abordar e compreender o cotidiano desses trabalhadores, assim como suas formas de organizações políticas nos espaços além da escola; discutir sobre até que ponto a greve deixou de ser uma reivindicação específica para passar a

de rompimento com o modelo educacional implantado pelo governo de Minas Gerais, a partir dos anos 2000.

Preocupá-va-nos, a priori, temas importantes, que, em nossa análise, não poderíamos deixar de abordar: compreender o conceito de *õpúblicoö*, atribuído pela sociedade civil brasileira, no que concerne à escola e/ou à educação; levantar os debates entre as políticas públicas de educação e a comunidade escolar; analisar as formas como os movimentos sociais pensam a escola pública no Brasil; identificar e comparar os discursos de *õpúblicoö* e de *õescola públicaö* assumidos por alguns grupos; analisar o lugar do *õpúblicoö* e o do *õprivadoö* nas políticas de reforma educacional do Brasil após a década de 1990 e sua discussão com os setores da sociedade civil; compreender que projeto de modernização insere-se nas políticas de inclusão no Brasil e para onde apontam as tendências.

Porém, entre o idealizado e o real existe um rio, onde as margens se estreitam e se distanciam conforme a força da água, ou seja, ao nos propormos à investigação de movimentos sociais contemporâneos, percebemos que estes se ressignificam e reestruturam suas práticas, conceitos e representações, ressignificando também o que pode ser mais ou menos relevante para a investigação científica.

SOBRE A TESE

Esta tese apresenta as vozes de alguns sujeitos (professores, grevistas, militantes de diversas organizações sociais), que vivenciaram a greve dos trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011. Porém, ao buscarmos esses sujeitos, acolher suas vozes, relatar, analisar, categorizar, buscar reconstruir a história, ou as histórias da greve, partimos de nossas perguntas, inquietações e de nossos objetivos de pesquisa.

Além de nossa trajetória como pesquisador, dos conhecimentos adquiridos no período de graduação e de mestrado, da influência de nossa atuação profissional na escolha dos sujeitos e, ainda, da vivência para a escolha do movimento grevista mais apropriado aos interesses deste estudo, as referências acadêmicas se revelaram de suma importância para os debates a que nos propomos. A relevância desses autores/pesquisadores reside no fato de nos apontar caminhos, tanto teóricos e metodológicos quanto de abordagem.

Rogério Cunha Campos, o orientador desta tese, nos apresentou, além das orientações sobre o tema, pesquisas consolidadas sobre educação, que tratam de movimentos de professores e movimentos sociais. Além das teses e dissertações por ele orientadas, das disciplinas ministradas para os cursos de mestrado e doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Esta tese foi organizada em 7 partes, a saber: Capítulo 1 - *112 Dias de Greve: A Insurgência Das Ruas*; Capítulo 2: *Memória, Experiência: A Permanente Construção da Classe Trabalhadora da Educação em Minas Gerais*; Capítulo 3 - *Choque de Gestão ó A Luta dos Trabalhadores Contra As Privatizações do Estado*; Capítulo 4: *Os Trabalhadores e A História pelos Trabalhadores*; além dos: *Apontamentos e considerações; Referências; e Documentos*.

Capítulo 1 ó *Cento e Doze Dias de Greve: A Insurgência Das Ruas* ó Descrevemos cronologicamente os acontecimentos do movimento grevista. Foi nosso intuito apresentar, a partir das vozes dos trabalhadores da Educação de Minas Gerais, participantes da greve de 2011, as principais características do movimento, a partir das respostas aos seguintes questionamentos: Que fatos antecederam o movimento - lutas e conflitos? Que tipo de ativismo político, cultura e experiência política emergiram nesse movimento? Como os trabalhadores grevistas se organizaram? Quais eram as ausências de condições de trabalho? Como os trabalhadores avaliaram os resultados do movimento?

Tentaremos responder a essas perguntas a partir das proposições do movimento de trabalhadores e suas reivindicações. As principais dessas reivindicações vinculavam-se,

primordialmente, a três pautas: abertura de concursos públicos para docentes, melhorias no plano de carreira e implantação do piso salarial nacional. Visando a uma melhor exposição de nossa análise, optamos pela distribuição deste capítulo nos seguintes subtemas: *Conflitos Anteriores; Ativismo Político: Greve dos Professores; Lutando Contra as Ausências - Assembleias e Marchas; As Lutas Plurais e o Núcleo Duro da Greve ó NDG; Um Balanço: Entre Ações e Conquistas*. A partir deste capítulo, do relato dos sujeitos, emergiram questões, que foram abordadas nos capítulos posteriores.

Capítulo 2: *Memória, Experiência: A Permanente Construção da Classe Trabalhadora da Educação em Minas Gerais*. A este espaço foi reservada a apresentação de alguns temas, categorias, fatos e posicionamentos relevantes emitidos pelos ativistas entrevistados. A experiência recordada e relatada pelo trabalhador é fruto não apenas de momentos vividos mas também de discursos anteriores e posteriores à greve com os quais teve contato. Dessa forma, relatamos e analisamos os pontos mais recorrentes na oralidade apresentada pelos trabalhadores: os aspectos históricos do movimento e o que surge como ãovoö nas ações políticas.

Os temas *Memória, Experiência e Luta de Classes, Organização Sindical dos Trabalhadores, Novas Formas Organizacionais x Centralização Sindical, A Rede de Apoiadores Em Tempos de Redes Sociais Digitais*, são subdivisões por meio das quais procedemos como principal análise a da fala dos trabalhadores, análise que teve como suporte os diálogos com pesquisas e com importantes autores que têm se dedicado aos estudos da temática em foco.

Capítulo 3 - *Choque de Gestão ó A Luta dos Trabalhadores Contra As Privatizações do Estado*. Propomos aqui um aprofundamento desta pesquisa, no que se relaciona aos elementos da legalidade, às políticas públicas e à gestão do Estado em Minas Gerais. A abordagem desses aspectos revela-se essencial para a análise da greve, uma vez que ela evidencia o contexto de trabalho e de políticas em que os trabalhadores estavam imersos. Por considerarmos que o texto, apresentado de forma direta, sem interrupções, intercalado apenas por dados e tabelas, facilita a compreensão do leitor, optamos pela não subdivisão deste capítulo.

Capítulo 4: *Os Trabalhadores e A História pelos Trabalhadores*. Neste capítulo, apresentamos nossa experiência de pesquisa, as opções metodológicas, alguns autores e teorias que, assim como esta tese, buscam a compreensão de processos sociais como a *Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011*.

Em *Apontamentos e Considerações*, apresentamos, algumas considerações finais e alguns resultados da pesquisa.

Referência, as referências bibliográficas, teóricas, usadas direta e indiretamente nesta tese.

Documentos, apresentamos, a pesquisa documental que fundamentou, em parte, este estudo. As fontes consultadas foram anexadas a este trabalho, visando à facilitação de pesquisas futuras.

CAPÍTULO I

1. CENTO E DOZE DIAS DE GREVE: A INSURGÊNCIA DAS RUAS

Seis e quarenta e cinco da manhã, na porta da escola entregávamos panfletos, discutíamos com os estudantes e colegas professores que chegavam, falávamos da importância da paralisação. Às sete horas soou o sinal da escola. Todos entraram. Às sete horas e dez minutos o portão se fechou. Fiquei do lado de fora, me recusei a trabalhar. Nesse dia, milhares de professores fizeram o mesmo.¹

Cinco de junho, Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A assembleia unificada dos servidores estaduais aprova greve por tempo indeterminado para todos os trabalhadores da Educação. No mesmo dia também deflagram greve os trabalhadores da Saúde, da Assistência Social, da Vigilância Sanitária, e, ainda, os servidores da Administração Direta e os garis. Todas as categorias exigem reajuste salarial, abertura de concurso público, pagamento de férias-prêmio atrasadas, entre outras reivindicações².

Segundo o Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente da UFMG (GESTRADO), em 2011 os profissionais estatutários efetivos representavam 42,8% dos servidores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Augusto (2012), no artigo intitulado *Regulação Educativa e Trabalho Docente em Minas Gerais: A Obrigação de Resultados*, quanto à composição do quadro de servidores da Educação de Minas Gerais, apresenta os seguintes dados: os professores designados e contratados somam 31,4%. Os efetivados pela lei n. 100/2007, 24,4%.

Segundo a autora, os professores possuem três distintas situações funcionais: os efetivos (admitidos por concurso público); os efetivados (Obedecendo ao que determina a Emenda Constitucional n. 49/2001 e lei complementar n. 100/2007); e os designados (contratados por tempo determinado). Eles se diferenciam também quanto aos direitos trabalhistas. Servidores efetivados e designados não integram os planos de carreira e não têm direito à estabilidade, garantido pela Constituição. Outra diferença entre essas situações

¹ A escola citada é a *Escola Estadual Doutor José Roberto de Aguiar*, bairro Jardim Riacho, cidade de Contagem, onde o autor desta pesquisa ministrou 18 horas de aula de História, no turno da manhã, para três turmas de sexto ano e duas turmas de sétimo ano, alunos entre 11 e 13 anos de idade. Durante a greve de 2011, também ministrou aulas de História na *Escola Estadual Carmo Giffoni*, bairro Tirol, cidade de Belo Horizonte, para três turmas de terceiro ano do ensino médio e três turmas de primeiro ano do ensino médio.

² Jornal Super Notícias, 06 de junho de 2011.

funcionais reside no fato de que os efetivados têm a vaga garantida nas escolas públicas estaduais até que seja preenchida por um professor concursado.

1.1- Conflitos Anteriores

Ao analisarmos a greve de 2011, os dias de greve, os conflitos, as ações, as propostas, as reivindicações e a construção do movimento, o fizemos considerando-a em um longo espaço temporal, como uma construção histórica. Apesar de termos pesquisado diversos materiais que abordam historicamente o movimento docente em Minas Gerais ou que tenham buscado reconstruir parte da história do movimento dos trabalhadores da Educação em Minas Gerais,³ optamos por conduzir nossa análise baseando-nos pelos fatos e contextos que os sujeitos entrevistados relatavam como possíveis vinculações a movimentos anteriores à greve de 2011, mas que implicaram e refletiram na mesma, conforme revelam os fragmentos abaixo:

Nós já estávamos construindo isso antes, nós tivemos uma greve em 2010, de 45 dias. Em 2010, nós já começamos a fazer esse movimento mesmo, mas ele ainda não foi tão profundo como foi em 2011. Ele começou em 2010, mas, em 2011, que concretizou. Em 2011, foi que de fato virou um movimento que foi pra frente e se transformou em algo que não acabou. (Mônica)

A greve de 2011, ela foi uma consequência da greve de 2010, ela foi, na verdade, uma continuação daquele movimento, né? Uma vez que ela era

³ AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. "As reformas educacionais e o Choque de Gestão: a precarização do trabalho docente. 28ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 2005.

DINIZ GOMES, Savana e HELENA AUGUSTO, Maria, Resistência e Organização sindical dos docentes da Educação Básica no Brasil. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

DUARTE e FERREIRA. Capítulo 3, A Carreira e A Remuneração dos Docentes Mineiros in: O Trabalho Docente na Educação Básica em Minas Gerais / Org. Adriana Duarte... [et al.]. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Choque de Gestão: verdades e mitos. Mercado Comum, Belo Horizonte, p. 01-11, 10 out, 2010.

OLIVEIRA, Wellington de. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE. UFMG. Belo Horizonte. 2006.

SOUZA, Aparecida Neri de. O sentido da desregulamentação do trabalho nas trajetórias profissionais. UFRJ. 2009. VILHENA, Renata... [et al.]. (Organizadores).

O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.11-76; p.95-230; p.269-351.

Periódico "Outras Palavras" do Sind-UTE, dos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2011.

resultado direto da falta de acordo que tinha acontecido no ano anterior.
(Sofia)

A greve do ano de 2010, usada como referência pelos trabalhadores, aconteceu no período de oito de abril a vinte e um de maio, tendo cumprido um papel estratégico, uma vez que naquele ano haveria eleições para os cargos de governador e de presidente da república, cargos aos quais se vinculavam os gestores do estado de Minas Gerais, por interesses políticos e partidários.

Após 47 dias de greve, os trabalhadores da Educação obtiveram uma conquista: o cumprimento de propostas de modificações para o vencimento básico, tendo como referência os valores estipulados pelo Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), além do estabelecimento das pautas de negociação do plano de carreira e de eleições para diretores.

As reivindicações e o acordo com o Governo para o retorno ao trabalho, segundo os trabalhadores, giravam em torno de três grandes eixos: abertura de concursos públicos para docentes; melhoria no plano de carreira e implantação do piso salarial nacional, sendo este último a bandeira em torno da qual mais se uniam os trabalhadores, como explica o militante:

O fato do não cumprimento do piso nacional, sem dúvidas, foi o grande mobilizador para a greve [de 2011]. A adesão ao movimento grevista, em grande parte, ocorre em função da mobilização das lideranças nas escolas que enfrentaram a oposição de muitos diretores e representantes das Secretarias Regionais de Educação (SRE). (Gallo)

Houve paralisações das atividades profissionais e assembleias importantes nos meses de setembro, outubro e novembro de 2010. Essas paralisações indicavam uma reação da categoria ao não cumprimento, pelo Governo, do acordo realizado em maio do mesmo ano, como pode ser constatado no depoimento abaixo:

O não cumprimento do piso nacional, este seria o principal elemento econômico. Não podemos esquecer alguns aspectos ou soma das insatisfações, e estas se apresentam na forma de Congelamento da carreira, as condições inadequadas de trabalho, incluindo as condições de abandono dos prédios escolares, a ausência de autonomia das escolas na elaboração das práticas ou política educacional, e neste aspecto vou incluir a falta de clareza quanto à proposta de formação continuada dos professores e inexistência de um tempo para o debate da política de educação nas escolas. (Gallo)

A implementação de um piso salarial nacional era uma bandeira histórica dos trabalhadores da Educação em todo país, assim como dos trabalhadores da Educação de

Minas Gerais, desde 1978.⁴ No dia 16 de julho de 2008, após uma série de discussões no Congresso Nacional, a lei que trata do piso salarial para os professores foi sancionada durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), ficando estabelecido o final do ano de 2010 como o prazo máximo de adequação para a sua implantação nos estados e municípios. Para implementação das redes estaduais e municipais de educação em todo o país, durante o ano de 2011, foi aprovado o valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), referente a US\$ 575, 68, quinhentos e setenta e cinco dólares e sessenta e oito centavos de dólar, (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁵ por uma jornada de trabalho de até 40 horas semanais.

Porém, enquanto o piso salarial aprovado era considerado por muitos setores sindicais como uma conquista histórica, os setores sindicais ligados à categoria, no entanto, com base no valor do salário mínimo, R\$ 2070,00 (dois mil e setenta reais), referente a US\$ 1.254,29, hum mil e duzentos e cinquenta e quatro dólares, e vinte e nove centavos de dólar (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁶ proposto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ó DIEESE, em 2010, julgaram o valor estabelecido como piso salarial muito defasado face às reais necessidades da classe trabalhadora.

Além disso, o valor do piso salarial, sancionado pelo governo federal, R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais) por uma jornada de 40 horas semanais, era bem superior ao piso salarial real dos trabalhadores da Educação em Minas Gerais. Um professor das séries iniciais do ensino fundamental recebia o equivalente a apenas R\$336,00 (trezentos e trinta e seis reais), US\$ 203, 61, duzentos e três dólares e sessenta e um centavos de dólar (cotação referente à 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁷ por 24 horas semanais

⁴ OLIVEIRA, Wellington de. *A Trajetória Histórica do Movimento Docente em Minas Gerais: Da UTE ao Sind-UTE*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2006.

⁵ O valor referente a cotação dos valores em dólar, se referendou a dados do Banco Central do Brasil, nas seguintes referências:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>

<http://www.idealsoftwares.com.br/indices/dolar2011.html>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

⁶ Idem.

⁷ Ibidem.

trabalhadas, gerando, ainda assim, grande insatisfação nos trabalhadores e, conseqüentemente, a expectativa de grande adesão ao movimento que estava prestes a acontecer.

O clima era de que a greve seria rápida, pois o piso era uma lei. O clima nas primeiras assembleias era de grande expectativa. Com uma grande participação, que foi aumentando até o meio da greve. (Helenira)

A expectativa se confirmou. Após a deflagração da greve, houve mobilizações em todo o estado de Minas Gerais, contando com forte adesão da categoria, que, enfrentando grandes dificuldades, paralisou centenas de escolas na capital e nas cidades do interior. Seis assembleias estaduais foram realizadas e contaram com a participação de, em média, dois mil trabalhadores, além das centenas de estudantes que prestaram apoio e foram decisivos em vários momentos da greve.

As agendas de mobilizações incluíram a realização de atos pontuais e manifestação em todo o estado de Minas. Tais ações defendiam a greve por tempo indeterminado, denunciando a dura realidade da educação em Minas Gerais, rechaçando os ataques, as perseguições e a forma autoritária pela qual o Governo tratava o trabalhador.

Apesar de tratar-se de uma greve unificada, deflagrada por várias categorias de servidores do Setor Público, os trabalhadores da Educação foram os que permaneceram por mais tempo em greve. Movimento, que será analisado a partir das narrativas desses trabalhadores, a seguir.

1.2 - Ativismo Político: Greve Dos Professores

No dia 08 de junho, os meios de comunicação e o Governo de Minas foram informados sobre os motivos da paralisação: Os trabalhadores da Educação cobraram do Governo do Estado o cumprimento da lei federal n. 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A greve foi deflagrada em resposta ao descaso do Governo para com a área de Educação, que, além de não pagar um salário justo, oferecia más condições de trabalho. Sobre essa questão, afirma a presidente do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira: "O Estado investiu apenas 14% em educação no primeiro trimestre e, em 2010, os recursos disponibilizados ao setor foram equivalentes a 20%, dos 25% que o Governo é obrigado a investir. Infelizmente é com essa precariedade de insumos que convivemos em Minas Gerais."⁸

⁸ Comunicado no site do Sind-UTE/MG, dia 08/06/2011.

Ainda no dia 08 de junho, o sindicato começou a propor ações perante a justiça, protocolando na Vara da Fazenda Pública ações contra o governo do estado, solicitando o pagamento imediato do piso salarial, além de denunciar o governo de Minas ao Ministério Público Federal pelo não cumprimento dessa obrigação.

No mesmo dia, professores e sindicato manifestam-se em comício do então governador Antonio Anastasia, na cidade de Mariana, como forma de dar maior visibilidade à greve. O governo estadual não atendeu ao pedido de negociações do sindicato e, em contrapartida, pressionava os trabalhadores pelo fim da greve, divulgando pela mídia que já estava sendo pago o PSNP aos professores. O Governo tinha como base a proporcionalidade e o salário bruto, usando o piso salarial estipulado pelo governo federal como teto salarial. O Sind-UTE/MG reivindicou pagamento de piso salarial de R\$1.597,87, referente a US\$ 968,28, novecentos e sessenta e oito dólares e vinte e oito centavos de dólares (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁹ para jornada de 24 horas semanais. O valor se baseava em cálculo defendido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE). Já o Ministério da Educação e Cultura (MEC) havia fixado em R\$ 1.187,97, referente à US\$ 678,08, seiscentos e setenta e oito dólares e oito centavos de dólar (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)¹⁰ o piso salarial nacional, que deveria ser pago por uma jornada de 40 horas semanais. O valor foi considerado como *õdefasadoö* pelo sindicato que representa a categoria.

A administração do então governador do PSDB, Antônio Anastasia, por meio da Secretaria de Estado de Educação, afirmava remunerar os professores acima do piso nacional estabelecido pelo MEC. Diante do impasse, o Governo criou o denominado *õsubsídioö*, que incorporava as gratificações, abonos e vantagens do profissional em uma parcela única.¹¹

⁹ O valor referente a cotação dos valores em dólar, se referendou a dados do Banco Central do Brasil, nas seguintes referências:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>

<http://www.idealsoftwares.com.br/indices/dolar2011.html>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

¹⁰ Idem.

¹¹ Divulgado no site: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/08/09/professores-de-minas-gerais-decidem-continuar-greve.htm>. A reportagem também apresenta 38 fotos das manifestações e assembleia do dia 08/06/2011.

No dia 09 de junho, portanto um dia após a decisão e comunicado de greve pelos trabalhadores, jornais de grande circulação noticiaram a greve dos trabalhadores da Rede Estadual de Educação, mas se utilizaram das matérias como formadores de opinião, sempre no intuito de demonstrarem o posicionamento acertado do Governo.¹² A imprensa escrita, nos primeiros dias de greve, além de informar à comunidade sobre a paralisação, se utilizou do discurso para analisar o movimento inicial da greve, como nos relata a entrevistada:

Como sempre os primeiros dias de greve são sempre de convencimento e constante diálogo com os profissionais nas portas e nos interiores das escolas. Visitas a todas as unidades que ainda não paralisaram suas atividades. Estes momentos são sempre bem angustiantes e tensos. (Dandara)

Outra forma utilizada pelo Governo para pressionar o retorno ao trabalho foi a ameaça de contratação de professores temporários para ocuparem as vagas dos profissionais em greve.

Em razão da greve parcial em escolas estaduais do ensino médio, a secretária de Educação de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, anunciou, nesta terça-feira (09/06/2011), que o governo mineiro vai contratar aproximadamente 3.000 professores em regime de urgência. Esses profissionais serão responsáveis por repor aulas a alunos do 3º ano do ensino médio que farão o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) nos dias 22 e 23 de outubro. Segundo a secretária, as contratações foram autorizadas a partir de hoje, por meio de decreto no Diário Oficial do Estado, e os profissionais ficarão no cargo até o fim do ano letivo. De acordo com ela, as aulas serão dadas em dias da semana, distintos do horário de aulas normais dos estudantes, e também aos sábados.¹³

No dia 13 de junho, o Sind-UTE protocolou uma representação junto ao Ministério Público Federal e à Procuradoria Geral do Estado, acusando o governo do estado de Minas Gerais de improbidade administrativa, por não pagar o piso salarial estipulado pelo governo federal aos trabalhadores da educação.¹⁴

¹² Os jornais abaixo noticiaram a deflagração da greve:
 Jornal Hoje em Dia, 09/06/2011. Matéria: Professores da Rede Estadual Continuam Parados
 Jornal O Tempo, 09/06/2011. Matéria: Professores do Estado Decidem Parar Por Tempo Indeterminado.
 Jornal Super Notícia, 09/06/2011. Matéria: Greve na Educação.
 Jornal Estado de Minas, 09/06/2011. Matéria: Trânsito Parado.
 Conferir na página: <http://sindutevicososa.blogspot.com.br/2011/06/noticias-da-greve.html>

¹³ Divulgado no site: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/08/09/professores-de-minas-gerais-decidem-continuar-greve.htm>. A reportagem também apresenta 38 fotos das manifestações e da assembleia do dia 08/06/2011.

¹⁴ A representação e denúncia à Procuradoria e ao Ministério Público Federal foram noticiadas pelo sindicato em um comunicado aos trabalhadores, que pode ser conferido na página: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=1&LISTA=detalhe&ID=1794>

Durante todo o mês de junho, o Governo se recusou a negociar ou se reunir com representantes dos trabalhadores para negociação das reivindicações, apesar da crescente adesão de escolas e de trabalhadores ao movimento. As negociações se dão por meio de ações pelo Ministério Público, de entrevistas concedidas aos meios de comunicação.

Os trabalhadores se organizaram em assembleias gerais, que reuniam a categoria para o repasse das reuniões e avanços da organização. Os trabalhadores seguiram articulando reuniões e ações dentro das escolas para o fortalecimento da greve:

As visitas a cada unidade escolar é sempre a mais importante. Convencer os colegas em diálogos mais próximos, onde se pode fazer um debate de olhos nos olhos foi e é muito importante. As assembleias semanais que aglutinavam mais e mais profissionais Outra coisa foi o oCaça ao Anastasiaö, fundamental durante todo o processo da greve. (Dandara)

No fragmento acima, a trabalhadora destaca uma ação importante: a presença de professores grevistas e manifestantes em locais de agenda pública do então Governador Antônio Anastasia. Ação que, por sua repercussão nos meios de comunicação, pressionava o Governo a iniciar negociações com os trabalhadores.

Algumas contratações foram feitas obedecendo ao decreto assinado pelo governador. Tais contratações, além de pressionar os professores em greve, muitos deles admitidos por contratos precários de trabalho, como designado ou como efetivado pela lei n. 100. Ou seja, sofriam a pressão ocasionada pelo temor da perda do emprego. A ação do Governo tinha como propósito influenciar a opinião da sociedade de maneira geral, mas especialmente a dos pais, levando-os a contrapor os argumentos dos trabalhadores em greve, dado que, em seu discurso, avaliava a greve como prejudicial aos alunos, que prestariam provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e exames de vestibular, para ingresso no curso superior, como declarou a então Secretária Estadual de Educação Ana Lúcia Gazzola:

Há um tipo de dano que é completamente irreparável. No nosso caso, o dano para os nossos alunos do 3º ano do ensino médio. Porque esses alunos terão de fazer o Enem, em outubro... Nós temos 750 mil alunos no ensino médio. Menos de um terço estariam no 3º ano. Nós temos 2.148 escolas com o ensino médio, mas apenas 350 escolas estão sendo afetadas pela paralisaçãoö, afirmou.¹⁵

A divulgação de novas contratações pelo governo do estado foi interpretada pelos trabalhadores como uma estratégia, que tinha o objetivo único de enfraquecer o movimento:

¹⁵

Idem.

õ[...] foi mais peça publicitária do governo, que apresentava-se com apoio da mídia adestrada, como defensor dos direitos dos estudantes, em oposição à greve õpolíticaö. Serviu também como ameaça psicológica criando insegurança entre os professores, notadamente os contratadosö. (Gallo)

Outro argumento de que se valeu o governo estadual foi o de õilegalidade da greveö. Dessa forma, não haveria como negociar com os trabalhadores. Esse argumento encontrava respaldo em outra frente de disputa: a Justiça. A utilização do discurso da ilegalidade do movimento, por parte do governo estadual, e da legalidade, por parte do sindicato dos trabalhadores, além do caráter judicial, gerava uma disputa, que se travava no imaginário social, já que, o argumento da ilegalidade possuiu o caráter de contribuir com as forças hegemônicas do Governo.

O Ministério Público entrou com ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), ontem (15/07/2011), pedindo que a greve de parcela de professores da rede pública estadual de ensino seja declarada ilegal. O pedido foi impetrado no mesmo dia em que os docentes decidiram continuar com o movimento. No último dia 31, o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Alceu Torres Marques, que intermediou o encontro entre os representantes dos professores e do Estado, afirmou que o MP poderia tomar medidas judiciais contra o movimento grevista. "Nós entendemos que a proposta apresentada pelo governo fixando o piso salarial para o vencimento básico atende à legislação e atende à decisão do acórdão recentemente publicado pelo Supremo Tribunal Federal", avaliou à época Marques.¹⁶

O Ministério Público de Minas Gerais, ao se posicionar a favor do governo estadual naquele contexto, deixou explícita a influência do caráter político na condução das questões que lhe competiam, revelando uma aliança estabelecida entre os poderes Judiciário e Executivo. Tais forças foram demonstradas no decorrer de todo o processo grevista. A coordenadora geral do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, assim avalia o posicionamento do Ministério Público:

õEu lamento que o Ministério Público que, poderia ter uma atuação de defesa da legislação, assuma uma posição de defesa do Governoö, afirmou. õNós já dissemos ao MP que a decisão pela legalidade ou ilegalidade não será o que vai pôr fim à greve. O que vai pôr fim é um processo de negociação. Nós cumprimos todos os requisitos previstos na lei que dispõe sobre o direito de greve."¹⁷

¹⁶ Retirado da reportagem do site: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/09/16/justica-de-minas-gerais-determina-fim-da-greve-dos-professores-e-retorno-imediato-ao-trabalho.htm>.

¹⁷ Idem.

No dia 18 de agosto, quarenta dias após a paralisação dos trabalhadores, diante da pouca visibilidade do movimento e da falta de negociação com o governo estadual, a Comissão de Negociação do Sind-UTE/MG se reuniu em Belo Horizonte com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lhe entregou o Dossiê da Educação em Minas Gerais. Lula estava acompanhado do ex-ministro Luiz Dulci, na ocasião.¹⁸

No dia 23 de agosto, a categoria se mobilizou e promoveu o dia de manifestações, em Belo Horizonte. Juntamente a outras categorias, os trabalhadores organizaram uma série de atos públicos nas rodovias MG 10, BR 381 e na Praça Sete.

No dia 26 de agosto, houve manifestação dos Trabalhadores da Educação, na cidade de Tiradentes, com a participação de educadores da daquela cidade e da região e, ainda, de alguns trabalhadores da região metropolitana de Belo Horizonte.

1.3 - Lutando Contra as Ausências: Assembleias e Marchas

Os trabalhadores se organizavam em várias frentes de propostas e resistências, buscando, após quase dois meses de greve, negociar as reivindicações propostas no início do movimento, discutindo e incorporando reivindicações. Enquanto o movimento crescia em número de adesões, os trabalhadores tentavam encontrar formas de lutas para serem atendidos pelo Estado e conquistarem a opinião pública.

As ausências de direitos, inclusive do de negociação das relações de trabalho, de emprego, de carreira profissional e de rendimentos, transformavam a greve numa disputa velada, em que os professores tentavam sair da imersão do abafamento da greve, com ações coletivas e propositivas.

Assim, as formas de luta mais utilizadas eram assembleias e marchas semanais, necessariamente nessa ordem, sempre antecedidas por uma reunião de conselheiros, realizada na parte da manhã, quando ocorria a deliberação da pauta que seria discutida pela assembleia. Um dos trabalhadores, analisando a reunião de conselheiros, questionando a verticalização das propostas, a centralização das informações e decisões tomadas pelo Sind-UTE, assim se posicionou:

As assembleias são isso, não é? Primeiros eles decidem lá em reunião dentro da direção do Sind-UTE, aí levam para o conselho, mas a decisão já foi tomada, como eles têm a maioria no conselho, maioria participativa, tá decidido. (Mikhail)

¹⁸

Informação retirada do site do Sind-UTE/MG.

Esse mesmo trabalhador expõe as formas utilizadas pelo sindicato para concentrar e centralizar, internamente, as decisões, que, posteriormente, seriam levadas para a aprovação do Conselho Deliberativo, como se poderá constatar a seguir:

Você já foi no Conselho? Como é que você imagina? Cria o imaginário de uma reunião de conselheiros do Sind-UTE no momento de greve. No geral, lá dentro tem umas 100, 150 pessoas. Às vezes mais, quando o negócio está muito bravo. Aí aparece mais companheiros, de não sei o quê e tal. Aí ela se constitui assim: tem gente mexendo no celular, tem gente atendendo telefone, tem gente vendendo calcinha, gente vendendo doce. Isso dentro de um auditoriozinho pequeno. Na frente, lá no palco, tem a direção do Sind-UTE. Ela faz a leitura de conjuntura, ela faz a análise da direção do Sind-UTE e ela fala que vai abrir para inscrições. Aí as pessoas descem enlouquecidas para poder falar e vão jogando seus crachazinhos em cima da mesa. Eles juntam tudo aquilo e dizem: - Primeiro fulano, depois sicrano... E assim vai. E ali ficam horas consecutivas só falando. Só que, enquanto as pessoas vão fazendo suas avaliações particulares, eu estou conversando com o telefone do lado, estou lendo um livro, estou vendendo calcinha, estou comprando doce, eu estou saindo para fumar, tomando cafezinho lá fora. (Mikhail)

Historicamente usual e consagrada, a realização de assembléias sindicais, ou de movimentos sociais, apresenta como principal característica a possibilidade de participação de todos conselheiros e presentes, com falas inscritas, seguindo, rigorosamente, a ordem de inscrição dos participantes.

Ao analisarmos organização sindical, a partir da forma como se planejam a reunião de conselho deliberativo e a assembleia da categoria, mesmo sabendo das limitações da análise de práticas menores para serem aplicadas a práticas mais amplas, constatamos a dificuldade de se construir democracia de alta intensidade¹⁹, com maior participação dos trabalhadores, mais horizontalidade e mais espaços que potencializem a politização coletiva do movimento grevista.

As assembleias eram diversas. A categoria, ela escutava as decisões do conselho dos representantes, era aberto para falas, normalmente de 10 a 15 falas, com a possibilidade de abrir para mais dez falas, em que vários representantes dos diversos setores da categoria iam lá, expressavam seus posicionamentos. Setores da sociedade civil expressavam a sua solidariedade ao movimento, apresentavam moções de apoio, outros sindicatos amigos do Sind-UTE também vinham e faziam falas e ali agente apresentava alguma

¹⁹ Usamos o termo *democracia de alta intensidade*, apropriada, do autor Boaventura Souza Santos, na obra *Renovar a Teoria Crítica, Reinventar a Emancipação Social*. Porém, aqui, a expressão difere-se da referência por ser pensada na quebra da verticalidade e no exercício de maior participação nos espaços deliberativos, como conselho e assembleia geral da categoria, enquanto o autor elabora sua análise em aspectos político e sociais mais amplos.

proposta de deliberação, de qual que seriam as ações para o próximo período, após as manifestações, as decisões, normalmente a gente terminava com um ato publico. (Sofia)

A dinâmica do movimento obedecia, desde o início, à rotina de realização de assembleias semanais, sempre às quintas-feiras, às 14 horas, na Praça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Após o repasse das negociações da semana, feito pelo Sind-UTE e pelos trabalhadores inscritos pela mesa, outros temas eram colocados em discussão. Esses temas eram submetidos à votação, por meio do sistema em que indicava-se a aprovação da proposta erguendo o braço. Na transcrição abaixo, pode-se observar, na fala de um dos militantes, alguns detalhes importantes para a compreensão do movimento na sua completude:

Sempre assembleias abertas. Porém, as propostas já vinham um pouco amarradas pelo Conselho Geral. Havia possibilidades de serem vetada, mas muitas falas convenciam do contrário. É importante dizer que muitos dos que falavam, já haviam defendido suas propostas no Conselho, então, ficava fácil convencer a todos. Pelo menos a categoria ouvia e tinha possibilidade de votar ou não. (Dandara)

1.4 ó As Lutas Plurais e o Núcleo Duro da Greve (NDG)

A organização sindical histórica representava uma parte importante da categoria, mas considerando-se a dificuldade de centralização das ações pela representação sindical, ela torna-se limitada. Em um estado com as dimensões de Minas Gerais, com um elevado número de escolas e de professores, a luta se organizou de forma que esta pluralidade evidenciou-se. Observou-se o surgimento de grupos diversos, em regionais do sindicato, em escolas com mais, ou menos, vinculação com a organização estadual, escolas autônomas, grupos de professores, pais e alunos, em diversas regiões do estado. Destacamos aqui um destes grupos: o Núcleo Duro da Greve (NDG).

Alguns elementos do movimento de professores de 2011 apontavam para a necessidade de mudança das ações. Se por um lado a luta dos trabalhadores era ignorada pelo Governo, pelos jornais e pelas redes de televisão e, por consequência, pela sociedade como um todo, por outro, o movimento de professores tentava conquistar o apoio de diversos setores da sociedade. Tentava, ao mesmo tempo, iniciar o diálogo e a negociação, como formas de pressionar o governo estadual. Porém, decorridos mais de 60 dias de paralisação, os trabalhadores passaram a repensar as ações. Parte deles optou pela radicalização. A esse

grupo denominaremos, assim como os próprios ativistas, Núcleo Duro da Greve (NDG), sobre o qual alguns dos entrevistados prestaram os seguintes esclarecimentos:

Quando eu vi já tava feito. Não foi uma assembleia, uma ata, que fundou aquilo lá. Vi essa palavra pra lá e pra cá e quando vi já era integrante daquilo, e não teve como. Então esse grupo ó o NDG ó, não sei se a gente pode chamar assim, de um grupo organizado, que tinha encontros permanentes, essa coisa toda. Eu sei que chegaram a ter umas ações que ele tomou parte. Pra mim era uma coisa que nós nos identificávamos assim, nas assembleias fomos sempre conversando e, antes disso, participávamos de ações... Então fica minha dúvida, se eu posso entender que o Núcleo Duro tinha gente que tinha característica de uma organização supra, que reunia grupos diferentes. (Gallo)

Eu com a juventude designada (professores jovens e com contratos precários de trabalho, chamados de designados) e os companheiros do anarquismo, universitários, do teatro, da vanguarda, nós da liga (dos camponeses organizados) com histórico de pau desde a década de 90, pessoal independente, foi uma junção boa. (Brandão)

Vinha seja de partidos, como o PSTU, de grupamentos políticos que eu não sei te dizer se a gente pode chamar de partido, por exemplo como a Liga e de indivíduos, como era eu naquele momento. O PCB (Partido Comunista Brasileiro) também tava lá na época, a gente começou a sentar as vezes na mesa de buteco, as vezes num sei aonde, as vezes um ligando pro outro, no final de um ato, ou não ta legal, bla bla bla.. Até que um dia nós sentamos e vamos reunir? Vamos reunir esse núcleo duro de greve aqui? Surgiu o NDG. (Mikhail)

Para o trabalhador, além da composição do movimento, das práticas políticas, tanto as históricas como as inovadoras, o choque e o diálogo entre elas, criaram relações políticas que podem ter fortalecido o surgimento do NDG e, conseqüentemente, as ações mais radicalizadas.

No decorrer do tempo, as assembleias foram ficando cada vez mais silenciosas, pra ouvir as outras pessoas falando... Eu acho que tem uma coisa, que acabou gerando mais tarde o NDG, que foi o seguinte: tem uns vícios que ocorre nas mesas do Sind-UTE que quem define no final das contas quem vai falar é a mesa, ela que decide as inscrições. Você chega lá e entrega seu crachá, seu papel, e eles falam, esse, esse e esse, geralmente são 10 falas, 5 falas são de outras correntes e 5 são do PT, esses são nossos então esses vão, esses são das outras correntes, a gente não pode fazer que é só a gente, tem que ter as outras correntes, mas meio a meio, elas são varias, mas bem divergentes entre si, e o resto é nosso, e com um detalhe, ao final alguém do sindicato volta refaz a fala dela qualificando posições e chama a votação. É torpe. A gente percebeu, porque eu percebi, eu acho que foi a gente, porque depois acabamos nos juntando num grupo, que era muito diverso entre si, que conseguiu falar num número muito expressivo de vezes lá na mesa e que os trabalhadores ouviam, não no sentido de acatar, mas

paravam e ouviam. Isso fez com que a gente se aproximasse em alguma medida. (Mikhail)

Durante as assembléias começaram a surgir questionamentos sobre a centralização das ações pelo sindicato. Práticas que produziram poucos resultados durante os meses de greve, conforme relatos abaixo:

As manifestações que vinham logo depois eram sempre assim: reunião dos delegados... Dos conselheiros, de manhã, à tarde assembleia e depois da assembleia uma marcha em direção à Praça Sete.

Era sempre a mesma coisa, aí era bonitinho demais, porque aí o que acontecia? As determinações tinham sido tiradas no Conselho de manhã, e de tarde era informe que era dado pros trabalhadores e depois era uma marcha decidida pela direção do Sind-UTE, com trajeto decidido pela direção do Sind-UTE e com local final pela direção do Sind-UTE, com horário de encerramento dado pela direção do Sind-UTE. Aquilo começou a deixar a gente insatisfeito, cara, porque vai se fuder! Vou ficar fazendo marcha pra deixar tudo no mesmo lugar? Manifestação serve pra atrapalhar as coisas. (Mikhail)

Alguns trabalhadores consideraram esse cronograma de organização utilizado pelo sindicato como uma prática pensada para a centralização da categoria e para o controle das ações. Outro elemento utilizado com esse mesmo objetivo seria o imaginário social, formado para evitar confrontos com a polícia e a ordem estabelecida.

Tinha buteco no meio do caminho, ponto de ônibus, podia dar alguma confusão. E essa coisa da confusão é muito tenso, tem uma galera que vai topa, tem uma galera que não vai topa, mas todo mundo que vai, tendo ou não medo, pensa: ãEu vou correr da treta, porque ainda que não tenha, pode ser que tenha, então não vou. A priori, já tô fora. (Mikhail)

Esse grupo de trabalhadores, o NDG, vindo de diversas formações políticas, de outras experiências mas também com intensa vivência política na greve de 2011, com participações em ações, assembléias e reuniões dentro e fora do sindicato, passa a fazer análises mais profundas, legitimadas pela categoria, como se observa no comentário abaixo:

Esse grupo começou a se juntar, e pelo menos pras táticas de atuação a gente começou a pensar juntos. Será que a gente consegue? A gente não é a categoria, nós não somos a massa, nós participamos dela, nós não somos a fala majoritária, nem somos representantes dela, mas nós somos legítimos naquilo que estamos fazendo, porque as pessoas estão ouvindo as coisas que estamos falando, as avaliações, as críticas, as propostas, elas estão

reparando, isso é legítimo, não é representante, mas é legal, legítimo.
(Mikhail)

Os trabalhadores entrevistados, mesmo não estando diretamente ligados ao NDG, apontam a importância do mesmo, o reconhecimento da categoria pela necessidade de sua criação e também de novas formas de organização. É o que se observa na declaração abaixo:

E ele se transformou em outras lutas, e ele ficou muito maior que o Sind-UTE. Isso que eu achei que foi importante, porque eu sempre acreditei que o Sind-UTE não faz luta sozinho. E nós sempre fomos um sindicato que foi além do nosso compartimento. A gente sempre participou de lutas gerais.
(Monica)

A formação do NDG vinha ao encontro de ações que iam se desenvolvendo em várias regiões do estado. Ações de auto-organização da categoria diante das propostas de intervenção sindical e diante da conjuntura cotidiana da greve. Essas constatações podem ser percebidas na fala de outra participante do movimento:

Eu acabei participando um pouco dele, mas a coisa aconteceu sem um planejamento prévio. No meio da greve, um grupo começou a se unir e declarar que não voltaria para as escolas, sem conquistar o piso nacional. Era um grupo que participava de todos os atos e assembleias e que via a necessidade de uma radicalização maior, a mídia não citava a greve, uma grande parcela da população não estava ao nosso lado. Mas o NDG teve início com o povo do Barreiro e Contagem. Destaco o pessoal de Venda Nova, eles fizeram um comando de greve muito forte e participavam de tudo. E com o tempo o NDG foi fazendo ações por conta própria sem a direção do sindicato, pois sentíamos uma estagnação por parte da sede central. (Helenira)

Formado o Núcleo Duro da Greve o NDG, o segundo passo foi o planejamento de ações mais radicalizadas, uma vez que, para parte dos trabalhadores, a greve não representava, até o meio do mês de agosto, mais de 60 dias após deflagração do movimento, ganhos políticos. As pautas e reivindicações não avançavam. O Estado se negava a abrir negociações, e como estratégia de enfraquecimento da greve contratava professores temporários. A tentativa de forçar o diálogo não encontrava respaldo na opinião pública. Dessa forma, a tomada de ações mais radicais tornara-se de grande importância para redirecionamento do movimento.

O jogo tava dado, isso veio de mim, como deve ter vindo de outras pessoas, até o momento que a gente disse não vai, e nós vamos ter que fazer outra coisa, aí surgiu o grupo autônomo. Aí esse encontro lá na escola popular, a

gente trocou umas ideias e começamos a fazer as coisas. Então primeiro ato, me acorrentei lá na Helena Antipof, depois teve o acorrentamento na Praça Sete. (Mikhail)

No dia 9 de setembro, houve uma manifestação dos professores, que tinham como propósito ir até à Cidade Administrativa. Nesse dia, cerca de quatrocentos professores foram detidos, permanecendo por uma noite na delegacia, episódio não noticiado pelos meios de comunicação.

No dia 11 de setembro, os trabalhadores interromperam o trânsito na BR 381, na cidade de Betim, por cerca de uma hora e meia. A passeata ocupou duas das três pistas da BR e demonstrou, com combatividade e decisão, que a greve prosseguiria. Em Prata (região do Triângulo Mineiro), próximo a Uberlândia, também houve, na mesma data, interrupção do trânsito na BR 153, km 112, por cerca de uma hora, resultando em engarrafamento de mais de dez quilômetros. Em Divinópolis, cidade do Centro-Oeste mineiro, diversos trabalhadores ocuparam, por um dia, a Superintendência de Ensino da região, com o objetivo de pressionar o Governo pelo não corte do ponto dos dias parados.²⁰

No dia 12 de setembro, os professores decidiram que, se continuassem a ãir para a ruaõ, haveria sempre um embate com a polícia, que não seria divulgado pela imprensa, e ainda terminariam presos. Diante disso, e agora com o fortalecimento do movimento pelas ações do NDG, alguns grupos de professores decidiram por serem acorrentados a um monumento da Praça Sete de Setembro, região central de Belo Horizonte, ficando a chave de posse de um dos professores, que se ausentaria do local. Assim, não haveria possibilidade de serem detidos pela polícia, uma vez que já estariam presos ao monumento.

A Praça Sete de Setembro é uma região por onde transita, diariamente, um grande número de pessoas. A ação seria, portanto, uma forma de os trabalhadores provocarem um debate geral e ampliado com a população, além de se constituir como uma forma de pressionar as mídias a noticiarem aquela ação e, conseqüentemente, de despertarem o interesse da sociedade para o movimento. Ou seja, ao passarem pelo local, as pessoas presenciariam a ação, e, obviamente, buscariam os meios de comunicação para obterem mais informações sobre o fato. Dessa forma, o bloqueio midiático seria impactado. Além do midiático, haveria o impacto estético-político, resultante da imagem de trabalhadores, professores, acorrentados, ao relento, na luta por seus direitos.

²⁰ Jornal A Nova Democracia, outubro de 2011.

O ato de estar acorrentamento é um espetáculo, um espetáculo extremo, dado à formação social humanista cristã. Ele tem o poder de despertar no outro, pertencimento ou não à comunidade escolar, a curiosidade, o aguçamento de ideias, a reflexão política, estética, ativista. A reflexão, diante de uma ação radicalizada, faz com que os indivíduos repensem suas práticas. As mais extremas provocam, ampliam o debate sobre práticas sociais e sindicais utilizadas pelo movimento docente. Diante da repercussão positiva do acorrentamento, amplia-se a prática, conforme relato abaixo:

Teve os acorrentados na Praça Sete, o pessoal que acorrentou na cidade de Juiz de Fora, que foram inclusive presos lá, aí a galera que se acorrentou dentro da assembleia, aí foi o relógio da copa, e todas as atitudes, nada disso teve a participação da direção do sindicato. (Mikhail)

Segundo um dos trabalhadores, os organizadores das práticas mais radicalizadas, todas elas, assim como os integrantes do NDG, questionavam a prática sindical e o sindicato. Estes, estavam no campo de oposição, eram críticos do processo social desencadeado historicamente pelo Sind-UTE, principalmente pela direção do mesmo.

O modo como as ações foram desenvolvidas, lá no relógio da copa teve a manifestação, mas o modo como foi, a radicalização não foi pensado pelo sindicato, os acorrentados, eu na escola, na Praça Sete, na assembleia, nada pela direção do sindicato, a ocupação da assembleia não foi pela direção do sindicato, as greve de fome que a gente não fez mas pensou, não foi a direção do sindicato, ou seja, todos os atos radicalizados foram pensados por pessoas independentes a direção do sindicato, nenhum ato radicalizado foi a direção do sindicato. (Mikhail)

As ações mais radicalizadas se mostraram de grande poder para os trabalhadores. A partir delas, os grevistas conseguiram despertar a atenção da sociedade para descaso dos governantes para com a educação. É o que se percebe nas declarações dos ativistas:

No caso do ato de acorrentar, porque essas coisas eram decididas, mas você pode olhar na foto, e tinha muita gente do sindicato, muitos diretores do sindicato lá. Eu sei que eu fui convidado a participar. E como havia uma repressão, um acompanhamento policial muito forte, o ato era comunicado com outras pessoas õoh, nós estamos aqui!ö.

A imprensa nos ignorava e quando falava alguma coisa era contra o movimento. Da mesma forma, foi a questão do relógio da Copa, que o grupo também subiu e ficou ali acorrentado também, e era um grupo que não era muito grande. Eu não sei se é uma ação do NDG, porque poucas pessoas se identificavam assim e estavam ali. NDG, na verdade, era uma forma que as pessoas tinham de se encontrar uma referência, mas já chegavam com as

suas orientações de diferentes correntes políticas. Eram muitas pessoas, muitas mulheres. (Gallo)

Diante da recusa de diálogo pelo governo estadual, os diretores do Sind-UTE/MG entregaram à presidente Dilma Rousseff, que cumpria agenda em Belo Horizonte, o Dossiê da Educação em MGö.

Com a radicalização dos atos do movimento e a falta de negociação para solução da greve, os trabalhadores receberam apoio de órgãos internacionais como o CNTE, formado por representantes da Argentina, Nicarágua, Peru, Chile, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, El Salvador e República Dominicana.²¹

As práticas políticas, gestadas, organizadas e ampliadas pelo NDG, construíram solidariedade e consciência de classe, além da identidade entre os sujeitos.

Uma relação mais horizontalizada, pobre, besta, que parece, não fez a revolução, mas construiu solidariedade e isso construiu muito mesmo. Por exemplo, os companheiros que fizeram os acorrentados lá na Praça Sete, eu não lembro o nome da grande maioria, mas a grande maioria das vezes que a gente se tromba na rua é um abraço muito carinhoso que a gente se dá, porque a gente sabe que nós somos companheiros de luta. Isso é forte véi, porque foi companheiro de luta, do modo mais cabuloso que a gente tinha, era a gente, não deputado por trás, não tinha sindicato por trás, não tinha dinheiro por trás, não tinha advogado por trás, tinha a gente. (Mikhail)

No dia 19 de setembro, após 106 dias de greve, dentre as ações mais radicalizadas, dois integrantes da diretoria do sindicato dos professores, Marilda de Abreu Araújo e Abdon Geraldo Guimarães, decidiram entrar em greve de fome²², por tempo indeterminado. A reivindicação direta era, além da pauta da greve, a abertura de diálogo com o Governo.

A ação ganhou grande repercussão nos meios de comunicação e na sociedade civil²³, já que ela se justificava por ser uma forma de radicalização da luta dos trabalhadores no enfrentamento à recusa do Governo em abrir negociações e também pela dificuldade dos trabalhadores de se manterem na luta depois de uma greve prolongada.

A greve de fome dos professores, realizada nas instalações da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), foi acompanhada pelo acampamento e ocupação,

²¹ Moção de apoio.
<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=1907>

²² <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2530>

²³ Moção de apoio a greve de fome:
<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2696>

também por tempo indeterminado, de outros professores ao local²⁴, como uma maneira de pressionar o Governo a abrir negociações.

As ações plurais diversas, com estratégias definidas por grupos de professores, que se organizavam, não somente pelo sindicato mas também de forma independente, em regionais, escolas, grupos por identidade política e de ideais, eram empreendidas na busca de fortalecimento dos sentimentos coletivos. Assim, essas ações foram contribuindo para que a greve fosse, ao mesmo tempo, não somente formativa e construtiva de identidade de classe mas também para organização de ações de enfrentamento mais amplas, que não ficassem restritas apenas à negociação sindical.

As características mais importantes da greve de 2011 foi o sentimento de que a categoria pra maior do que só o sindicato. Até onde eu me lembre, até a greve de 2011, o sindicato era a principal protagonista do movimento grevista, mesmo na greve de 2011 o sindicato foi o principal protagonista do movimento, né? A direção do sindicato, ela atuou muito bravamente na luta... Pela conquista dos nossos direitos, seja por vias parlamentares, seja por ações de rua, seja por estratégias de combate, que foram sendo construídas e que a gente foi aprendendo, ao longo dos anos, a fazer, que foram sendo reinventadas naquele momento. (Sofia)

A trabalhadora Sofia, assim como os outros entrevistados, comentou o surgimento de grupos autônomos, auto-organizados, unidos pelo reconhecimento de classe durante a greve, deflagrada pela categoria, pelo sindicato, mas que, em diversos momentos reivindicavam novas formas de se organizar, fruto de experiências individuais e coletivas de vários movimentos e formas de auto-organização para além da prática sindical:

Mas também surgiu o fato novo naquele período. A organização de grupos não ligados ao sindicato, ligados aos comandos de greves de cada regional e ao comando de greve estadual, que fizeram ações que também foram bastante eficientes. Um desses grupos foi o que depois ficou conhecido como "Núcleo Duro da Greve". Era um grupo de professores, que começaram a entender que era necessário ações um pouco mais radicais na visibilidade, ações de impacto social e de impacto público, ações como, por exemplo, se acorrentarem da própria sede, de ocuparem a Assembleia Legislativa. Então essas ações tiveram um impacto muito grande, reforçando, atraindo a mídia. A mídia em Minas Gerais durante todo esse período do PSDB ela foi uma mídia silenciada, então esse tipo de ação permitiu furar esse bloqueio midiático, trazer mais apoio público, trazer mais apoio popular ao nosso movimento. (Sofia)

²⁴

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2573>

A trabalhadora destaca elementos importantes na prática política do NDG, seus limites e potencialidades, sua importância naquele momento específico:

O Núcleo Duro da Greve o NDG teve esse momento, talvez pela sua fragmentação e por falta dessa orientação mais centralizada, tinha limitações, mas tinha um grande alcance por parte de um setor do professorado jovem que estavam cansados da política tradicional do sindicato. Mas também nunca tinha vivenciado uma eleição do sindicato, eram recentes na rede, acabado de formar, que tinham ingressado, estavam designados e que também entenderam que era um momento de ações mais enérgicas, de ações mais revolucionárias. (Sofia)

Essa mesma trabalhadora identifica elementos importantes na composição do NDG. Ela explica que esse Núcleo compõe-se de professores jovens, enquadrados na categoria funcional de professores designados, que não haviam ainda experimentado uma vida sindical mais intensa junto a outros trabalhadores, já cansados do modelo de organização sindical. Essas características são comuns aos diversos grupos de auto-organização nas regionais, surgidos em bairros e escolas.

O NDG foi um grupo importantíssimo nas atividades da greve. Foram as pessoas, que não só propunham como também realizavam as tarefas de maior risco e impacto na greve. Eram pessoas que faziam parte do comando de greve, como muitas outras, mas realizavam enfrentamentos de maior risco, como: Ocupação do Plenário da Assembleia de MG; Greve de fome; Queima de pneus nas rodovias e bloqueio das mesmas; Enfrentamento ao Anastasia em todos os espaços etc. Me orgulho de ter participado deste núcleo. (Dandara)

No dia 23 de setembro, os professores realizaram um ato na porta do Ministério Público de Minas Gerais²⁵, onde estaria presente o então Governador Antonio Anastasia. Essa foi mais uma tentativa de dar maior visibilidade ao movimento grevista.

No dia 26 de setembro, em ato promovido pela Assembleia Legislativa, para discutir as formas de torturas utilizadas no período militar, que permanecem ainda em nossos dias, os professores se acorrentaram no auditório.²⁶

No dia 28 de setembro, passados 112 dias de uma greve histórica, os trabalhadores da Educação decidiram suspender a paralisação, após um processo de negociação entre alguns dos deputados da ALMG e o Secretário de Governo, Danilo de Castro, que reconheceu o não

²⁵ <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2572>

²⁶ <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2583>

cumprimento, pelo governo de Minas, do pagamento do Piso Salarial Nacional. Nesse encontro, o Governo se comprometeu, por meio de documento, a negociar com os educadores o pagamento do Piso Salarial, respeitando a carreira.

No encontro, foram apresentadas algumas propostas aos professores grevistas. A Secretaria de Educação informou que as proposições já haviam sido feitas anteriormente. Entre essas propostas havia a de que se criasse uma comissão para negociação salarial, formada por representantes do Governo, deputados e sindicato; a reversão de algumas punições impostas à categoria, decorrentes da greve; e a suspensão do Projeto de Lei n. 2.355/11, que prevê mudanças na política salarial dos servidores da Educação. A Secretária de Educação Ana Lúcia Gazzola informou ao **G1** que o ano letivo vai ser cumprido em todas as escolas de forma correta, ou seja, como prevê a lei. A greve dos professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais durou 112 dias.²⁷

Após essa negociação, na última assembleia com os professores em greve, decidiu-se pelo retorno ao trabalho. Esses acontecimentos foram assim descritos pelo trabalhador:

A votação de encerramento foi dramática. Eu me lembro de uma colega, professora de religião, ex- freira, que na hora que a direção do sindicato lia o tal do acordo, que, convenhamos, não foi dos melhores, ela estava com o dedo contra o fim da greve e querendo entender: õexplica isso melhorö. Votaram umas quatro vezes, não foi? Nós votamos contra o fim da greve. Nós não estávamos satisfeitos com o acordo que foi feito naquele momento. (Gallo)

O trabalhador Mikhail avaliou os resultados da greve sinalizando que o movimento obteve conquistas, mas que não significaram benefícios a toda categoria, representando, inclusive, perda em alguns casos, apesar da grande adesão:

Então, certo tipo de coisa da carreira beneficiava uma categoria e a outra não, às vezes ficava até ruim, né? Então, por exemplo, alguns benefícios do subsídio tava entrando pros designados, e era bom, e pra quem tava há mais tempo, isso era uma perda gigante. Um prejuízo a médio e longo prazo. Claro que, do ponto de vista da conquista de direitos, o subsídio é ruim, mas eu falo assim, pro designado é uma coisa imediata por que não tava vinculado ao plano de carreira, né? (Mikhail)

Mikhail afirma que a proposta de reajuste, debatida no fim da greve, atingia os trabalhadores de formas diversas, pois, naquele momento, não se cumpria o pagamento do

²⁷ Reportagem completa disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/09/professores-de-mg-decidem-suspender-greve-e-voltar-ao-trabalho.html>

piso salarial, o salário real era pago em forma de subsídio. Dessa forma, para os trabalhadores enquadrados em situação funcional como designados, como efetivados pela Lei n. 100/2007 ou como efetivos, independente do tempo de trabalho, a proposta de remuneração como subsídio acarretava significativas desigualdades entre a categoria.

O subsidio, ele era assim: você tinha antes o salário base mais gratificação e o plano de carreira que vinha atrás, Que o sindicato sempre pediu? Ele sempre pediu o fim daquilo que chamávamos de penduricalhos, que eram as gratificações, que era o sobre salário base e fossem incorporadas ao salário base. (Mikhail)

A estratégia do Estado era incorporar, a partir da reivindicação dos trabalhadores, algo que fosse politicamente viável, que esse algo fosse incorporado aos modelos de gestão e de Estado, implantados nos últimos oito anos de governo e que, de certa forma, deixasse os trabalhadores com pouco poder de recusa, como revela a fala do trabalhador, transcrita abaixo:

Então eu não consigo pagar isso, então vou propor pra vocês o seguinte, eu pago, eu pago os 1.200,00 (mil e duzentos reais por mês), mas aí vamos fazer umas alterações no plano de carreira, aí o pau quebrou, né? As alterações foram muito drásticas, a ponto, por exemplo, de você ter um doutorado reconhecido depois de 18 anos de carreira. Se eu entro doutor na Rede Estadual de Educação eu vou ter meu doutorado reconhecido daqui a 18 anos, que é isso?

Sem receber o retroativo. Igualar todo mundo: quem tinha um ano, 3 anos, 15 anos, 40 anos de carreira, a quem acabou de entrar, porque o salário das pessoas não chegavam aos 1.280,00, e eu não vou te pagar de acordo com seu tempo de carreira, eu vou te colocar na letra dentro do plano de carreira a partir do seu salário. (Mikhail)

Da mesma forma, Gallo, outro participante do movimento, também nos aponta os problemas encontrados pela categoria quanto às negociações e acrescenta a dificuldade de continuar no processo grevista após 112 dias, dado ao desgaste provocado pelo longo período de paralisação, às dificuldades enfrentadas pelos militantes, devido ao corte de salários, e a consequente impossibilidade de avançar na pauta de reivindicações:

Nós lá da escola votamos pela continuidade da greve, embora todo mundo soubesse que aquilo tava acabando, porque aquilo era uma greve que o conteúdo era, basicamente, econômico, estávamos tratando de salário, não estávamos fazendo uma revolução. Eu sei que hoje, com mais calma, a gente pode ver, o objetivo daquela greve era alcançar melhoria salarial. O início

daquela greve, o que motivou mesmo foi a questão do piso nacional. Então, nós tínhamos uma situação ali que nós não estávamos à beira de uma revolução, o movimento não tava levando pra tomar o poder, era o movimento de uma categoria, com reivindicações claras, do ponto de vista econômico.

E tem um amigo que me falou uma vez assim: ãoh, Wladimir, nós fizemos uma greve de 77 dias, agora, uma greve de 113 dias, não existe, ninguém aguenta! Ninguém aguenta. Então, chega um momento que aquilo esvaziou. E nós não estamos mesmo nessa luta, nessa guerra?! Então, naquele momento ali, ela chegou no limite. (Gallo)

Dando continuidade às suas avaliações, Mikhail argumenta que o acordo que colocou fim à greve não representou avanços e conquistas para a categoria, como acreditaram alguns, e sim mais uma derrota para o movimento grevista, para os trabalhadores:

Ao final da greve, que nós tomamos uma lambada monstruosa, top 10 das lambadas que os trabalhadores tomaram nas suas lutas, o governo massacrou a gente, o governo falou:

- Acabou a brincadeira! Destruíu todo mundo. Por isso que eu acredito cada vez menos em negociações. Eu acho que é o seguinte: ou a gente põe medo real e mostra nossa força ou a gente vai continuar sendo massacrado, vamos negociar? (Mikhail)

Diante da proposta do Governo, organizou-se uma nova assembleia, para colocar em discussão a possibilidade de encerramento da greve. A decisão pelo retorno às atividades envolveu negociação entre os próprios trabalhadores, assim analisada por Gallo:

Então, essa questão do final da greve, com essa postura que foi preciso ser feita pela direção do sindicato, com os grupos que estavam ali até encerrar a greve, com uma quarta ou quinta votação, no horário daquilo, que era madrugada, precisando encerrar a votação. Essa diferença, do ponto de vista da politização, isso foi interessante, isso foi uma diferenciação. A ocupação do Plenário, eu tenho a impressão que não foi uma ação coordenada pela direção do sindicato. Outras ações tinha a presença do sindicato mais forte na ocupação. Os textos que corriam pela internet, os vídeos que corriam, eram produções da escola, muitas vezes críticas à direção do sindicato, ou quase sempre críticas à situação da direção do sindicato, que ocorreram de forma independente. Então essa é uma diferença importante a ser observada do ponto de vista da mobilização da participação.

Apesar dos resultados negativos do movimento, no que se refere à pauta de reivindicações, alguns avanços foram obtidos, segundo Mikhail:

Eu acho que pra quem participou foi muito formativo. Por exemplo, a Liga (Liga Camponesa) é uma organização dura, né? E um dos militantes ter dito que as táticas da tradição anarquista, falar que a organização dele, que é dura pra danar, se repensasse, puta que pariu. se falar que não tem ganho político é uma monstruosidade, eles formam professores, eles têm uma escola e professores, formam seus alunos. A Escola Popular é de trabalhadores, ela não é sequer reconhecida, não pode certificar, nem isso ela pode, mas tá trabalhando com o operário, com trabalhadores de base mesmo, então tem ganho. Fazer uma avaliação de categoria também é muito difícil, mas eu acho que, primeiro, pra quem participou foi um ganho inenarrável, dois, eu fico pensando o que seria, ou o que foi a cabeça ou as cabeças das direções do sindicato esses novos sujeitos, essa novas ações?

Na avaliação de Gallo, se não houve ganhos concretos, houve avanços nos que diz respeito ao aprendizado dos ativistas nas questões políticas, na compreensão de como se estabelecem os jogos de poder entre governantes e trabalhadores. A greve de 2011 representou, para as categorias envolvidas no movimento, uma ferramenta educativa, de luta de formas organizativas:

Eu sou mais otimista... Se, por um lado, a questão da greve não nos revelou o que pretendia, mas é possível a gente ver que houve um aprendizado muito grande. O que ficou claro praquelas pessoas que estavam ali naquela greve é que, há um choque de interesses. ðEu quero assim, o governo (naquela ocasião era o PSDB), o PSDB não pensa assim, então a gente apresenta uma outra situação, eles não estão nem aí pra gente.ö

Na essência, a visão deles (PSDB) e que nós estamos aqui no estado de Minas Gerais pra cumprir uma legislação e paga-se ali o que for possível (mínimo). Então, como oportunidade de aprendizado, ela (a greve) foi muito importante, de organização, os atos que aconteceram, os estudos que fizeram, os debates que ocorreram depois nas salas de aula. O debate inclusive observando qual o papel do sindicato. (Gallo)

O movimento teve início com uma adesão de 30% de servidores. Decorridos 100 dias, havia 87% das escolas em greve. Esses dados tornam-se extremamente significativos se considerarmos que, nas greves realizadas por outras categorias, a adesão nem sempre atinge níveis tão elevados. Se imaginarmos um estado, com dimensões equivalentes ao de Minas Gerais, podem-se incluir nessas avaliações as dificuldades de mobilização da categoria, já que, para atender satisfatoriamente à população, no que se relaciona ao acesso à educação, exige-se a oferta de um grande número de escolas e, como consequência, a contratação de um grande número de servidores. Obviamente, essa grande adesão se justifica, não somente pelo poder de articulação da categoria, mas também pelo descontentamento em que se

encontravam os profissionais da educação, motivado por uma grande defasagem salarial, por um plano de carreira inadequado e por más condições de trabalho.

Nós fizemos campanha salarial de resistência, greve de resistência, greve pra abrir mesa de negociação, fechar BR pra abrir mesa de negociação, e agora nós estamos no momento de avançar. Nós estamos num patamar agora de avançar, não é mais resistir pra perder, nós temos que avançar. (Mônica)

Além das avaliações sobre as possíveis perdas e ganhos, havia outro aspecto do movimento, de grande relevância, a se analisar: o do ponto de vista político. Fazia 10 anos que não se organizava uma greve nessas proporções. Além disso, o movimento contava com a participação de um grande número de professores, cuja participação em movimento grevista se dava pela primeira vez. Esses profissionais não possuíam, portanto, a experiência necessária para se organizarem como ativistas; desconheciam, muitas vezes, os seus próprios direitos e como reivindicá-los. Assim, em termos materiais, (conquistas de melhores salários, melhores condições de trabalho, etc.) não se alcançaram os resultados almejados. Conseguiram, no entanto, importantes ganhos imateriais, como o fortalecimento da classe, o aprendizado proporcionado pelos enfrentamentos e pelas estratégias de radicalização, assim como o amadurecimento da categoria, adquiridos nas negociações com o Governo.

O resultado não econômico, porque a greve não teve ganhos econômicos, os resultados pra organização da classe trabalhadora em Minas Gerais foram incontáveis. Depois disso, da greve de 2011, uma professora, uma mulher [Beatriz Cerqueira], pela primeira vez, assumiu a presidência da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais. (Mônica)

No fragmento acima, a trabalhadora Mônica ressalta a importância do protagonismo feminino na greve de 2011²⁸. Protagonismo, que representa um aspecto dos chamados ganhos imateriais, uma vez que esse fato pode significar também uma maior conscientização dos membros de toda a categoria.

²⁸ Nesta tese, não abordamos estudo sobre gênero, uma vez que não temos como objetivo esta temática. Porém, acreditamos ser fundamental, para estudos posteriores, a discussão entre professoras da Rede Estadual de Educação e a relação de gênero com as lutas e organizações profissionais. Encontramos um trabalho vinculado a professoras e alunas do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia, *As mulheres em luta: o movimento docente em Minas Gerais diante do Governo Aécio*. Das autoras: Janine Maily Bell e Patrícia Vieira Trópia. Tal estudo aponta análises importantes na relação de mulheres, trabalho, sindicalismo e organização social.

Primeiro, eu acho que a nossa profissão é majoritariamente feminina, a maioria na nossa categoria é mulher. Mas o movimento sindical também é machista, muito machista. Acabamos de vir do Congresso da CUT [Fevereiro de 2016], que foi o primeiro congresso que votou paridade, mas isso tá na pauta tem muito tempo. A sociedade é machista, e o movimento sindical também é. (Mônica)

Do ponto de vista material, uma das mudanças propostas pelo Governo seria o aumento gradativo do salário dos professores, que corresponderia a um reajuste real de quase cem por cento do valor bruto, até o ano de 2014. Se analisarmos esse aumento salarial, incorporado como subsídio, e não como piso salarial, podemos interpretar esse fato como o não atendimento à reivindicação.

Podemos pensar o ano de 2011 como o ano do piso salarial nacional, dadas as lutas nacionais pela reivindicação do mesmo. Porém, sua conquista não se concretizou a partir do momento em que a lei que trata desse assunto foi anunciada e promulgada pelo governo federal. Mesmo se tratando de uma lei federal ela foi descumprida pela maioria dos governos estaduais e municipais. Pode-se dizer que os trabalhadores da Rede Estadual de Minas Gerais, durante o ano de 2011, viveram momentos de euforia e de desilusão. De euforia, ao tomarem conhecimento da determinação para que fosse implantada a lei do piso salarial, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De desilusão, pelo ato de suspensão da mesma, e, ainda, pelas derrotas sofridas nos embates com o Governo, em uma greve desgastante para a categoria.

Nossa análise do movimento coaduna com as dos militantes Gilvander Moreira e Beatriz Cerqueira²⁹: a de que houve vitórias. Nos 112 dias, houve pressão do Governo e da sociedade, chantagens, ameaças, campanha publicitária sobre a educação, dando méritos ao Governo, etc. Houve vitória na superação desses momentos, na luta política, ao desnudar a forma de governar do Estado, a campanha publicitária sobre a educação e a hegemonia política sobre a opinião pública.

A greve teve o poder de oferecer à população a oportunidade do confronto entre o discurso do Governo, veiculado pelas mídias, e o produzido pelos trabalhadores. O tema

²⁹ No Blog da professora Beatriz Cerqueira, a mesma faz uma análise do movimento dos trabalhadores em 2011, e a situação da educação em MG: **A realidade da Educação em Minas Gerais - Em resposta ao Editorial de Política do Jornal Hoje em Dia, 13/12/11** Postado na página: <http://blogdabeatrizcerqueira.blogspot.com.br/2011/12/realidade-da-educacao-em-minas-gerais.html>

O Professor, frei e padre carmelita Gilvander Moreira, também faz uma avaliação da Greve de 2011: **GREVE DOS PROFESSORES DE MINAS: MARCO HISTÓRICO**. Disponível na página: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2450>

õeducaçãoõ deixou de ser visto apenas pela ótica do Estado, porque ganhou as ruas. A sociedade conviveria agora com elementos da materialidade: escolas fechadas, ruas bloqueadas, professores se manifestando. A sociedade presenciou professores exibindo fotos de contracheques, revelando seus baixos rendimentos, contrariando a versão do Governo, e apanhando da Polícia Militar.

Os professores, o sindicato e a sociedade civil tiveram que lidar com a negação do direito conquistado com luta e precisaram voltar a lutar, agora nas ruas, pela sua reconquista. A compreensão de como se daria todo o processo de tentativa de retomada desses direitos passaria necessariamente pela observação de como e a serviço de quem atuam a as instituições. Somente assim haveria meios de criar estratégias para os embates.

Pensamos a dinâmica da sociedade como luta de classes. Logo, as instituições são espaços em disputa. O estado se torna um balcão de negócios, onde as classes sociais disputam as garantias de seus direitos. Se, por um lado, o imaginário social observa na legislação o fim de um direito, de uma demanda social, ao ser outorgada, por outro, a garantia de cumprimento da mesma não é garantida. Acreditamos existir no imaginário social uma garantia intrínseca à lei e ao direito, porém a greve dos trabalhadores da educação explicita não o fim, mas talvez o início de uma nova etapa da luta de classes: a garantia do cumprimento da lei conquistada.

Porém, como há de se fazer para que o órgão máximo da sociedade, o Estado, cumpra a lei? Este é um debate aberto, ainda sem respostas concretas e com amplas possibilidades de análises. Mas o movimento docente dos trabalhadores da Educação nos apresenta elementos que podem ser decisivos para responder a esta questão, uma vez que coloca à nossa disposição os frutos da experiência de lutas passadas, de outras greves, de outros movimentos.

Se aos órgãos responsáveis pela fiscalização da aplicação da lei, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, não se pode atribuir a característica da neutralidade, deduz-se conter neles a luta de classes, na qual os trabalhadores não têm representatividade, pois os sujeitos dessas Instituições, em grande parte, não são oriundos das classe trabalhadora. Logo, manifestações, greves, reivindicações sociais são hostis aos seus interesses corporativistas e de classe.

Nossa reflexão sobre os embates travados entre sindicalistas e governistas, em um país historicamente construído por representações político-partidárias, revela que o Poder Judiciário está presente também nessas disputas. No caso do movimento de trabalhadores aqui analisado e das decisões dos órgãos legais, podemos concluir que ele compartilhava dos mesmos ideais partidários governistas, talvez sociais, e até mesmo de classe. Assim, os órgãos

públicos responsáveis pelo cumprimento da lei, naquele momento, tenderam a apoiar as decisões do Governo, hostis ao movimento de professores.

Para os trabalhadores da Educação, além dos poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo partidarizados, em espaços de disputa entre sindicatos e Governo, e, portanto, de luta de classes, o sindicato também se mostra com algumas ambiguidades. Trata-se o sindicato de uma instituição que historicamente obedece leis, deve e responde ao Estado, ao poder Judiciário, partidarizado, que tem sua dinâmica, histórica, de representatividade dos trabalhadores, esta dinâmica foi questionada durante o movimento grevista.

Ao nos propormos a refletir sobre esses 112 dias de greve, sobre o desenrolar dos acontecimentos e sobre o decorrer dos dias, partimos de ações pontuais, mas que foram decisivas, e de algumas categorias de análise que ressignificaram esse movimento, representando a continuidade de uma experiência de classe, trazendo contribuições para pensarmos seus avanços como novas formas de atuação e práticas sindicais.

1.5 - Um Balanço: Entre Ações e Conquistas

Se houve, e acreditamos que sim, uma experiência histórica do movimento dos servidores do estado de Minas Gerais, em que se colocou em prol do movimento a experiência sindical, suas memórias de organizações do passado, desde as lembranças de greves mais recentes, como a de 2010, até a mais distante, dependendo do tempo de trabalho na Rede Pública de Ensino, houve, também, novas formas, novos métodos, novos sujeitos, com suas tradições e experiências, em confrontação com as experiências acumuladas. Na avaliação de Brandão as influências da greve para os sujeitos foram positivas.

Para mim e para as organizações que eu milito, a política na greve de 2011 foi um marco. Foi um grande aprendizado por causa disso, porque, ela elucidou algumas questões. Antes nós tínhamos mais experiências sobre greve, de radicalidade, o tempo de duração, de quais tipos de confrontação e a greve de 2011 nos mostrou o que veio acontecer no final do ano [2015] em São Paulo. Como algo a ser seguida, a chamada Greve de Ocupação, que, a partir de 2011, começamos a defender na educação pública, na saúde pública, principalmente na educação pública.

Brandão destaca, na greve de 2011, as ocupações de espaços públicos como uma ferramenta inovadora. Segundo esse trabalhador, realizadas com mais intensidade que as registradas em movimentos e greves de trabalhadores em outros períodos. A Greve de Ocupação, assim denominada por ele, que pode também ser tratada por ações, por greve, ou

simplesmente por ocupação, aponta, no movimento, os caminhos mais eficazes para as conquistas pretendidas pelos trabalhadores.

É outro tipo de greve. Não a greve tradicional e desgaste de gerentes do estado, nomes e projetos. Mas greves é, de outro tipo. Essa greve, que foi agora com a juventude é um grande exemplo de como se consegue, e 2011 mostrou isso. Greve longa, com pautas justas, para cobrar direitos, essenciais e trabalhistas, é para cobrar de qual inimigo? Cobrar de uma gerência do estado, que tem projetos para dentro do estado?

Outra questão abordada por Brandão diz respeito à comparação entre as estratégias empregadas em movimentos do setor público e do setor privado. Para ele, pensar a greve do setor público, nesses termos, exige-se que se observem, inicialmente, alguns de seus condicionantes e de suas especificidades, A principal dessas especificidades está na diferença entre o poder de negociação desses dois setores. O setor privado, segundo Brandão, por questões de cunho econômico, possui maior poder de negociação que o setor público, cujas conquistas de direitos estão na dependência direta de uma maior conscientização da sociedade, no que tange aos destinos da educação no Brasil.

Então, mas nós vimos que o governo conseguiu levar [greve de 2010] em banho-Maria e iria levando [greve de 2011] em banho- Maria, jogando a opinião pública contra, jogando a comunidade contra. E como você precisa ir para o balanço principal, foi de como nós fizemos novos métodos, novos métodos para se fazer uma greve para o serviço público, que é o que eu falo, é totalmente diferente de uma greve no setor empresarial, por exemplo, uma rede está em greve agora, já conseguiram arrancar resultados em empresas separadas de 5%, que parou por quatorze dias uma obra de uma empresa, 600 funcionários.

Brandão apresenta como argumento, para que o movimento produza efeitos mais significativos, o impacto financeiro imediato de uma greve no setor produtivo. Cita como exemplo a construção civil. A paralisação de determinado empreendimento pode representar um alto custo para a empresa, já que isso pode significar a perda da produção e, conseqüentemente, do lucro, situação que obriga os empresários, possuidores dos meios de produção, a negociar como os trabalhadores.

Isso, por si só, já é um motivo para você negociar, aí o patrão continua lucrando 0% ou abre mão de algumas coisas por convenção coletiva. Aí você fala: Não! Na convenção coletiva não se mexe! No direito conquistado não se mexe! Então é uma greve totalmente recondicionada no meio produtivo, o bolso do patrão lucra com a produção, economiza. Pega o serviço público e é economia para ele, que eu recebi o que foi descontado de mim em 2011, paguei greve em 13 de fevereiro de 2012. O último dia que eu fui até a

escola para pagar uma semana de férias. Isso, se eu quisesse pagar o que foi descontado e que eu recebi.

A greve, enquanto ferramenta eficaz de organização dos trabalhadores: forma, métodos e possibilidades de ação, é também analisada por Mikhail.

Tiveram ganhos pras pessoas que participaram imediatamente, eu acho que tiveram ganhos no interior das escolas, mas tiveram prejuízos. Por exemplo, eu fico pensando se os trabalhadores repensarem a presença nas greves, se é positivo ou negativo. Porque por exemplo, a greve ela é pensada pros trabalhadores de produção, o que você faz? Você para produção.

Esse mesmo trabalhador assim questiona o impacto imediato sofrido pelos governantes e secretários de educação: O que representa uma greve, do ponto de vista de força para negociar a pauta e os interesses dos trabalhadores? Ele propõe ações que julga mais eficazes:

Você não tá trabalhando com produção, você faz greve pra quê? Você tá parando qual produção? Agora, por exemplo, se a gente fizesse greves burocráticas, o educativo é o burocrático... Você vai enviar nota, nota sobre pro MEC, o MEC faz não sei o quê, o MEC faz o ENEM que vai... Vamos fazer o seguinte: Não vamos entregar diário mais não... Eu posso até preencher, é a minha relação com esses meninos [alunos], posso até preencher, mas não vou entregar! Vai ter que entregar? Não vou! Amanha é a prova do Estado? [Prova de aferição dos conteúdos propostos pela secretaria estadual de educação] Vamos aplicar? Vamos!!! No dia não vamos nas escolas! (Mikhail)

Como forma de pressionar o Governo, novas ações estratégicas são sugeridas pelos trabalhadores. Uma delas seria a proposta de negação ao cumprimento da agenda educacional, tanto em âmbito estadual quanto federal, de alcance social e das políticas públicas. As ações visam impactos midiáticos e o fortalecimento do poder de negociação dos trabalhadores, visto que o descumprimento da agenda seria de grande impacto para os gerentes do setor público.

Vamos fazer o seguinte: Quem quer aplicar prova do ENEM, aí? Eu quero! Eu quero! Eu quero! No dia da prova ninguém vai... Escreve uma carta dizendo: - Isso é uma ação premeditada dos trabalhadores da Educação, por causa disso, disso e disso. (Mikhail)

Porém, Mikhail adverte para a possibilidade de que tal ação encontre alguns obstáculos, que se definem a partir dos seguintes questionamentos: quem propõe a política pública de educação? Quem a defende? Ele discorre sobre as dificuldades pelas quais passam

Governo, sindicato e trabalhadores, que reivindicavam avanços nas questões trabalhistas, a partir de ações mais radicalizadas.

O problema de uma ação dessas é o seguinte: isso funciona em duas possibilidades: Ou uma revolta individual e não muda nada, ou uma luta coletiva, que precisa de organização, não tô falando que precisa de partido, de um coletivo, formalmente organizado, mas precisa de organização dos trabalhadores. Como você faz isso com um sindicato burocratizado? Como que você faz, porque hoje já tem a internet, tem o ãFacebookõ, mas se você for olhar a subsedes do Sind-UTE todas petistas [O entrevistado faz referência a militantes do PT, Partido dos Trabalhadores, partido do governo federal que implantou e institucionalizou o ENEM como ferramenta de aferição e avaliação nacional dos alunos, no final do ensino médio]. Tem uma subsede aqui, outra ali, uma que o PSTU consegue conquistar, uma autônoma, uma discordante aqui outra ali. Mas a estrutura do Sind-UTE faz com que o Sind-UTE seja majoritariamente do PT. Mas que a greve de 2011 mudou a categoria dos trabalhadores em educação, isso mudou, não tem ninguém que saiu ileso, ninguém saiu ileso da greve de 2011.

CAPÍTULO 2

2. MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA: A PERMANENTE CONSTRUÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS.

Neste capítulo, analisaremos alguns temas, categorias, fatos e questões mais relevantes, apresentadas pelos trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais, em 2011, durante as entrevistas. A emergência de desses elementos, nos parece, ganha relevância quando os mesmos são recorrentes na maioria das falas dos entrevistados e nos documentos pesquisados.

A experiência memorada e relatada pelo trabalhador é fruto dos momentos vividos intensamente nos enfrentamentos e dos discursos anteriores e posteriores ao movimento. Dessa forma, comentaremos os elementos mais frequentes na oralidade dos trabalhadores, destacando seus aspectos históricos e o que surge como *õ novoõ* nas ações políticas.

Visando a uma melhor exposição de nossa análise, propomos os seguintes tópicos: *Memória, Experiência e Luta de Classes; Organização Sindical dos Trabalhadores; Novas Formas Organizacionais x Centralização Sindical; A Rede de Apoiadores Em Tempos de Redes Sociais Digitais*. Para tanto, levantamos como análise principal a fala dos trabalhadores, mas buscamos também o diálogo com outras pesquisas e autores.

2.1 - Memórias, Experiências e Luta De Classes

Consideramos a experiência como categoria e parte fundamental da construção da cultura, localizada no equilíbrio das relações sociais, principalmente no ambiente de trabalho, local onde há resistência à exploração, estratégia de controle e subordinação, e, ao mesmo tempo, subversão da ordem estabelecida, por isso entendemos que as experiências dos trabalhadores docentes são fundamentais para a compreensão do processo grevista.

Oliveira (2006), na tese *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*³⁰, apresenta o estudo do movimento dos trabalhadores da Educação do estado de Minas Gerais, partindo da constatação da regularidade em que as greves acontecem nas redes públicas do estado e que as mesmas não resultam em conquistas econômicas e/ou políticas satisfatórias. Desse modo, o corte cronológico abordado (final da

³⁰ OLIVEIRA, Wellington de. *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE*. Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2006.

década de setenta até o início do século vinte e um) justifica-se pelo desenvolvimento do movimento dos trabalhadores da Educação em Minas Gerais, que, a partir da década de setenta, após um movimento grevista, cria a União dos Trabalhadores da Educação dentro de um contexto de crise da ditadura militar no Brasil.

Oliveira (2006, p.153), após a análise do movimento docente, ocorrido no período de ditadura militar no Brasil (1964-1989 ó datação minha), aponta, no capítulo 4 de sua tese, as transformações do modelo econômico brasileiro, antes Keynesiano, em direção ao neoliberalismo, que na figura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, nos anos noventa, cria os suportes jurídicos, dentre eles a Lei de Responsabilidade Fiscal, que irão dificultar os ganhos econômicos reivindicados pelo sindicalismo dos trabalhadores públicos. Esses apontamentos demonstram uma confrontação entre o modelo desenvolvimentista brasileiro, a organização sindical e a experiência de reação e proposição de mudanças pelos trabalhadores, dentro da reestruturação da carreira, a partir dos anos noventa.

A entrevista aos atores da greve de 2011 revelou elementos de suas memórias, reconstruindo e verbalizando os processos vividos. Alguns dos entrevistados narraram, de maneira atemporal, confundindo processos grevistas de anos anteriores com o do ano de 2011. Mas, pelo fato de estarem evocando lembranças dos processos grevistas anteriores, trouxeram à tona também avaliações presentes, com elementos do passado, entrelaçadas na experiência coletiva.

A greve de 2011 nos trouxe muitas experiências como categoria profissional e, com certeza, marcou cada um dos professores que atuou nessa greve de maneira indelével para o resto da vida. Eu creio que nos trouxe muitas novas táticas de luta, e nós temos traçado nossa estratégia, que é a melhoria da qualidade da educação para o povo mineiro... e entendemos que, para cumprir esse objetivo, é necessário a valorização de professores, mais hoje nós temos mais armas do que nós tínhamos antes dessa greve de 2011. Hoje, nós sabemos outras estratégias de luta que até 2011 a gente não sabia que nós não tínhamos nosso cabedal de recursos de luta que hoje nós temos. (Sofia)

Ao rememorar o passado, os sujeitos tendem a buscar antagonismos, bom/ruim, melhor/ pior, positivo / negativo, avanço/ retrocesso. Os paradigmas, para os lados evocados pela memória, na maioria das vezes, são elementos de situações imersas no passado vivido. No caso em pauta, greves e movimentos de 2011, avaliados por vivências do presente no qual estão inseridos.

Nos trouxe muitos impactos positivos, foi construído uma identidade docente naquele momento, né? A identidade docente, ela é construída ali no

fazer da sala de aula, como na relação do aluno e/com o professor, com a relação ensino aprendizagem, ela acontece na sala dos professores, mais também ela acontece nos espaços de luta, da luta política, então, nós conseguimos ali é forjar uma identidade docente, uma identidade que se uniu, de uma categoria que se uniu no momento de luta, no momento conturbado de que ficamos três meses sem receber salário, que teve que se reinventar pra conseguir continuar lutando. (Sofia)

A experiência coletiva pode ser elaborada quando a mente do indivíduo necessita dela para o enfrentamento de novas situações do seu cotidiano. A memória individual é interpelada pela memória coletiva, apontando análises singulares em confrontação com análises coletivas. Uma das trabalhadoras, ao avaliar o processo grevista, assim relata sua memória:

Tivemos nossas limitações tanto quanto do ponto de vista teórico, do entendimento de fazer uma leitura correta de algumas situações, de alguns posicionamentos do governo, saber ler quem de fato era nosso aliado, quem estava oportunamente se apoiando em nosso movimento para crescer, então nós tivemos que aprender várias dessas coisas. (Sofia)

Ao confrontarmos esse relato com o relato de outros sujeitos, evidenciaram-se as singularidades entre os entrevistados. Para esta pesquisa, porém, foram entrevistados dezesseis trabalhadores, sendo que dessas entrevistas somente nove foram utilizadas, uma pequena parte, portanto, do coletivo de trabalhadores, que consideramos maior e com mais pluralidade. Assim sendo, como avaliar a evocação da memória e experiência coletiva relatada?

Um movimento grevista é formado pelos costumes e pelas tradições, pois, apesar de a greve ser um evento de curta duração, a sua construção e suas consequências perduram por longo tempo, assim como na memória e no imaginário dos trabalhadores. Se assim o analisamos, como em permanente construção, o que emerge como fruto da experiência e da memória nas greves de 2011? Para os nossos entrevistados são importantes e diversas as experiências. Segundo Sofia,

Nosso movimento [greve de 2011] ele teve muitos avanços, mais ele teve muitas limitações, foi importante porque surgiram grupos que não estavam ligados necessariamente à direção central do sindicato, e que se destacaram, que fez também com que houvesse uma percepção de que era possível auxiliar o sindicato na luta, né? Para que o governo não só questionasse a representatividade, a legitimidade do sindicato, mas que tivesse também que dar resposta à sociedade, por outras coisas que estavam acontecendo na greve, que não estavam ligadas diretamente à direção do sindicato.

As manifestações e greves anteriores a 2011 constituem as experiências dos trabalhadores da Educação contra aqueles que detêm os meios de produção. Experiência, que se torna parte da construção da consciência de classe, adquirida em movimentos e greves do passado, como a greve de 2011. Essas práticas e experiências se constituem como meios de formação política e de organização.

Tais experiências cotidianas são, assim, elementos que formam uma identidade coletiva. Os trabalhadores começam a ter sua própria forma de ver o mundo, de se comportar e de se organizar, formando uma identidade social, para o autorreconhecimento dos integrantes do grupo pesquisado, bem como de identificação social, como esclarece Chartier:

As práticas que visam reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais *representantes* (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991. p. 56).

Tal identidade, segundo Thompson (1987, p. 9), é a de classe: *um* processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.

2.2 - Organização Sindical dos Trabalhadores

Dia 23 de setembro, a assembleia dos professores em greve se dividia em dois campos: de um lado estava a maioria dos professores, trabalhadores e estudantes, decididos a prosseguir lutando. Do outro, a direção do Sindicato, que se utilizou de todas as manobras para encerrar a greve. A avaliação da direção do Sindicato, na reunião do comando de greve, realizada algumas horas antes da assembleia, era a de que, devido ao baixo índice de adesão, era preciso suspender a greve. Em contraposição a esse argumento, várias falas se fizeram ouvir no sentido de que, mesmo com o índice de adesão desfavorável, era necessário persistir na greve, agora realizando ações mais radicalizadas, para romper o bloqueio imposto pela mídia, e, assim, manter a pressão sobre o Governo.

Para os servidores da Educação em greve, era inadmissível, como ocorrido em paralisações passadas, a volta ao trabalho sem nenhuma conquista significativa. Em assembleia, a maioria dos trabalhadores votou pela continuidade do movimento, defendendo a urgência de ações mais radicalizadas pela continuidade da greve, por tempo indeterminado, e dar prosseguimento às ocupações de prédios públicos até que o Governo apresentasse

respostas significativas à pauta de reivindicações. Os dirigentes do Sindicato que fizeram uso da fala receberam sonoras vaias e tiveram que acatar a decisão da categoria. Esse momento significou um desgaste da relação entre a direção do Sind-UTE e a categoria, que vai se prolongar até o fim da greve.

Após a assembleia, um grupo de grevistas decidiu ocupar a ALMG, no entanto, poucos professores conseguiram acesso ao interior do prédio antes que as portas fossem fechadas pela equipe de seguranças. Aqueles que não conseguiram manifestaram-se exigindo também o direito ao acesso, a fim de consolidar a ocupação. Diversos professores, com o apoio de estudantes, decidiram pela utilização da força e obtiveram a reação truculenta da segurança, resultando na quebra de algumas vidraças. Houve interferência da Tropa de Choque, que impediu que se concretizasse a ocupação. Assim, os trabalhadores decidiram acampar no saguão externo da ALMG, lá permanecendo por três dias. A tentativa de ocupação e o acampamento eram fatos que, por suas relevâncias, não poderiam ser ignorados pela sociedade, o que obrigou o monopólio de imprensa estadual à sua divulgação.

A trajetória do Sind-UTE/MG tem início com a criação da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1979, durante o primeiro Congresso dos Educadores de Minas Gerais, que reuniu cerca de 500 delegados regionais, de 71 cidades mineiras, na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, representando um marco histórico no movimento sindical mineiro e brasileiro. Resultado da luta de trabalhadores, que se mobilizaram nas escolas por melhores condições de vida e de trabalho, a UTE é fundada como entidade combativa, para fortalecer a categoria, reunindo não apenas professores mas todos os profissionais do ensino. Após 15 anos de repressão imposta pela ditadura militar, os trabalhadores ousaram sair às ruas para reivindicar salários dignos e denunciar o abandono da educação.

Oliveira (2006, p. 150), ao responder à questão: "Seria a década de oitenta perdida em todos os seus aspectos?", diante dos acontecimentos, apresenta dados importantes sobre a organização dos trabalhadores, principalmente dos servidores da Educação em Minas Gerais. O autor aponta, em sua análise, um avanço dos movimentos sociais, apresentando os seguintes argumentos:

[...] do ponto de vista econômico, tendo como parâmetro os indicadores da economia, a década se apresenta como dissenso; com alta concentração de renda, aumento do nível de pobreza e de desempregados. Em contrapartida, sob o ângulo dos movimentos sociais, é bastante rico, à medida que se questiona o regime ditatorial, e o movimento sindical passa a postar de maneira classista, recordando o movimento trabalhista da primeira década do século XX, é o "Novo Sindicalismo". Novidade que se enquadra a União dos trabalhadores do Ensino em Minas Gerais. (OLIVEIRA, 2006, p. 150/151)

A UTE é uma das primeiras entidades de Minas Gerais a se filiar à CUT, participando ativamente de sua fundação, em agosto de 1983. No mesmo ano, a Entidade se filia à Confederação dos Professores do Brasil (CPB), passando a participar das lutas da categoria em âmbito nacional. Da CPB, posteriormente, origina-se a CNTE, que aglutina sindicatos de todos os estados e do Distrito Federal, além do de vários municípios. Em 1985, a UTE ajuda a fundar a Coordenação Sindical dos Trabalhadores do Serviço Público de Minas Gerais. O ano de 1989 ficou marcado pela comemoração, realizada no Minascentro, dos 10 anos de fundação da UTE. O professor Paulo Freire foi o convidado de honra, para proferir uma palestra, seguida de debate, e contou com a presença de cerca de dois mil trabalhadores.

Em 1990, após o enfrentamento a sucessivos governos e a realização de sete greves, as lutas e as mobilizações da UTE indicam a necessidade de unificação das entidades dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais. A UTE, então, se une à Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais (AOEMIG), ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Belo Horizonte (SINTEP), ao Sindicato dos Profissionais da Educação Pública de Minas Gerais (SINPEP, ex-APPMG) e à Associação de Diretores e Vices de Escolas Municipais de Belo Horizonte (ADVEM), durante um congresso realizado entre os dias 15 e 18 de agosto, dando origem ao Sindicato Único dos Trabalhadores de Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Posteriormente, o SINPEP/APPMG retira-se do processo de unificação.

Ao analisarmos a organização da classe trabalhadora, o fizemos considerando-a em três dimensões que se interligam: a material, pois é na reprodução das necessidades humanas que ela se constitui na reprodução da vida, na necessidade de se produzir subsistência do homem na sua vida social, no trabalho; a Histórica, já que é fruto de relações sociais de longa duração, permanente, constituída de experiências e memórias contidas em lutas concretas, com avanços e retrocessos; a Dialética, pois representa a contradição entre quem detém o capital, recursos necessários à reprodução da vida, e quem o produz, por meio do trabalho. Encontram-se, portanto, em campos opostos na organização social, estabelecendo confronto de interesses, para os trabalhadores (luta de classes).

Se analisarmos o movimento de trabalhadores como luta de classes, que se estabelece no cotidiano, veremos que ele se apresenta sob estes três aspectos: material, histórico e dialético, que atendem suas necessidades de avanços, conquistas e embates. As organizações de trabalhadores, como o sindicato, que se organiza por categorias objetivas, com lutas objetivas, mas também subjetivas, compreendemos a dinâmica social não previsível na organização de trabalhadores.

Para Diniz Gomes e Helena Augusto (2012, p. 299), no artigo *Resistência e Organização Sindical dos Docentes da Educação Básica no Brasil*³¹, há duas dimensões da resistência que se expressam simultaneamente no trabalho docente. Uma delas é implícita ao trabalho docente cotidiano e se manifesta de distintas formas nos locais de trabalho. O trabalho cotidiano indica os caminhos para a resistência, como nos esclarecem as autoras, porém, em nossa opinião, não são apenas de resistência mas também de propostas de organização social contra-hegemônicas, que se orientam para outras formas de se organizar a sociedade, utópicas mas também por práticas concretas apreendidas no cotidiano.

A segunda dimensão, também nas palavras de Diniz Gomes e Helena Augusto (2012, p. 299) é explícita, coletiva, e se expressa, sobretudo, pela via sindical, ainda que se verifique, nessa via, uma grande heterogeneidade e fragmentação. Talvez seja a via sindical a mais visível dos movimentos docentes, desde os anos 1970. Tal visibilidade orienta, ao mesmo tempo, para a necessidade de reflexão sobre a luta da categoria, mesmo que, a partir dos anos dois mil, o movimento tenha crescido fortemente via lutas de docentes, abordados, inclusive, por esta pesquisa fora da via sindical.

Independente de como atuam as organizações sociais, seja, ou não, por via sindical, como elas incorporam suas experiências de lutas? Pensando na construção histórica da CNTE, a luta por sua fundação, suas conquistas, seus avanços e desafios, além de sua relação com os trabalhadores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, buscaram o diálogo com a teoria recorrendo ao artigo *Organização e Luta dos Docentes no Brasil*³², publicado em 2012, em que o autor descreve a representação e o objetivo da Confederação:

A CNTE representa 2,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras da Educação Básica Pública. Possui 44 sindicatos filiados e um milhão de sócios. É filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Confederação dos Educadores Americanos (CEA) e à Internacional da Educação (IE), e tem como compromisso lutar de forma contínua pela garantia de uma educação de acesso universal, pública, laica e de qualidade. (ARAÚJO, 2012, p.325)

Araújo (2012, p. 326) destaca o papel participativo dos trabalhadores da Educação na construção das políticas públicas para essa Área, em todos os níveis. A participação, segundo

³¹ DINIZ GOMES, Savana e HELENA AUGUSTO, Maria, *Resistência e Organização sindical dos docentes da Educação Básica no Brasil*. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) *Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

³² ARAÚJO, Heleno. *Organização e luta dos docentes no Brasil*. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) *Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

o autor, se faz representar pela CNTE e apresenta como direito a ser garantido a própria participação ativa, pois, em uma sociedade capitalista, entendemos que o trabalho docente deve se associar à luta de classes. O docente tem o direito de participar efetivamente da elaboração de políticas públicas educacionais, em uma visão sistêmica, que inclua as camadas mais pobres nos sistemas de ensino, tenha como um dos objetivos a emancipação do currículo escolar, garanta o financiamento da educação pública, promova a gestão democrática nas escolas e nos sistemas educacionais e tenha como propósito a valorização profissional.

Este mesmo autor apresenta uma pesquisa da CNTE, sobre a representação sindical dos trabalhadores da Educação, em âmbito nacional. O estudo demonstra que as conquistas dos direitos sociais e sindicais dos últimos anos e as questões que foram levantadas para o debate nacional não foram suficientes para envolver toda a categoria no processo de sindicalização e de mobilização. Dos que responderam à pesquisa, 62,4% não são filiados ao sindicato. Dos 37,6% filiados, apenas 8,5% afirmaram participar ativamente das atividades do sindicato.

Sobre a avaliação da ação sindical, 37,3% declararam-se pouco satisfeitos, e 40,4%, insatisfeitos com o desempenho das atividades sindicais. Apenas 2,6% declararam-se muito satisfeitos com as ações sindicais e 19,7% consideraram satisfatórias as atividades. (ARAÚJO, HELENO, 2012, p.327)

Os autores Diniz Gomes e Helena Augusto (2012, p.308) citam a pesquisa *Trabalho na Educação Básica no Brasil (TDEBB)*, em que são apresentados os seguintes dados: 8.712 docentes foram entrevistados (casos válidos). Desses, 5.433 (62,4%) afirmaram não estar vinculados a nenhum sindicato, e 3.279 (37,6%) afirmaram possuir vínculo sindical.

Se a prática sindical dos docentes, considerada em todo o país, revela dados consideráveis de dificuldade quanto à representatividade efetiva da categoria, qual seria, então, a importância de tal representatividade? Onde estaria a dicotomia entre a organização social dos trabalhadores e sua representatividade legal? Retomamos aqui as dimensões às quais nos referimos no início do capítulo, quando, ao nos propormos à análise da organização da classe trabalhadora, mencionamos a três interligadas dimensões:

1 - Material, pois é na reprodução das necessidades humanas que ela se constitui na reprodução da vida, na necessidade de se prover subsistência ao homem, na sua vida social e no trabalho. Para abarcar sua acepção, é preciso que se compreenda a escola como local de trabalho e o docente como trabalhador, desvelando o falseamento contido nas ideias da

carreira: ÷vocação, amor, dedicação, doação, abnegação e sacerdócio ó supostamente próprios do magistério.ö (DINIZ GOMES e HELENA AUGUSTO, 2012, p.301);

2 - Histórica, uma vez que resulta de relações sociais de longa duração, permanente, constituída por experiências e memórias, contidas em lutas concretas, com avanços e retrocessos;

3- Dialética, pois representa a contradição entre os detêm o capital, recursos necessários à reprodução da vida, e os que produzem por meio do trabalho. Esses ÷personagensö encontram-se, portanto, em campos opostos da organização social, o que naturalmente gera confronto de interesses, luta de classes.

A resistência docente, ainda segundo Diniz Gomes e Helena Augusto (2012, p. 302), é compreendida como situada no amplo âmbito do conflito social, entendido como disputa entre capital e trabalho. Nesse contexto, os professores são submetidos a um processo de alienação, tanto quanto a outras categorias. Assim, não lhes resta alternativa senão a luta contra essa alienação. De suas lutas cotidianas surgem elementos capazes de gerar nova forma de organização, um novo comportamento, uma nova mentalidade.

Seus estudos levam-nas às seguintes questões: Afinal o que vem a ser resistência? Como ela se manifesta, como ocorre? Para Chauí (1986, p. 68), a resistência tanto pode ser difusa, como na irreverência do humor anônimo que percorre ruas, os ditos populares, os -grafitesø espalhados pelos muros das cidades, como localizadas em ações coletivas e grupais ó ações deliberadas.

As autoras trazem elementos fundamentais para as reflexões sobre as dificuldades de representatividade sindical, em âmbito nacional, para os que se dispõem a essas pesquisas e análise dos dados, que refletem o modelo de prática sindical no Brasil. Abaixo, elencamos os posicionamentos que consideramos mais relevantes:

No Brasil, os trabalhadores não necessitam se filiar a sindicatos para terem acesso aos resultados de suas lutas (...). O sindicato único na base territorial é seu representante compulsório (DINIZ GOMES e HELENA AUGUSTO, 2012, p.309)

Outro fator a ser considerado é a precariedade salarial docente da educação básica no Brasil, o que implica, em muitos casos, em uma baixa margem consignável nos vencimentos dos docentes, dificultando a contribuição sindical requerida. (DINIZ GOMES e HELENA AUGUSTO, 2012, p.310)

Há sindicatos estaduais e municipais de docentes ou trabalhadores da educação, mas existem, também, sindicatos dos servidores da Prefeitura (servidores gerais municipais) e sindicatos que englobam regiões dos estados, reunindo grupos de municípios. (DINIZ GOMES e HELENA AUGUSTO, 2012, p.310)

Há também dificuldades para a vinculação sindical que têm origem na forma como o trabalho docente se organiza nos locais de trabalho. (DINIZ GOMES e HELENA (AUGUSTO, 2012, p.312)

A partir dos dados empíricos, das análises teóricas e pesquisas apresentadas, pensamos a classe trabalhadora como uma luta constante, diante de suas contradições. Para Castoriadis (1985), existem duas formas de luta: a explícita, que se refere à sua organização, ação em sindicatos, partidos e greves, e a implícita, compreendida como um processo permanente de ação e de organização no cotidiano do local de trabalho.

2.3 - Novas Formas Organizacionais X Centralização Sindical

Ao analisarmos o movimento, suas formas de organização e a radicalidade da luta, nos deparamos com gerações de professores que, ainda que tenham participado das mesmas ações, ocorridas no mesmo espaço e momento histórico, percebiam o movimento sob diferentes perspectivas:

No caso específico nosso é, a gente viu que, se concentrar dentro do sindicato é uma perspectiva assim: entrar para disputar sedes. Aquele modelo de visitar escola, pagar sede, pagar conta de telefone, é uma energia que, se você tem que valorizar o trabalho que você faz na escola, se você é um militante, o militante, ele tem que fazer um trabalho na comunidade escolar.

Não adianta você ficar rodando trinta escolas é indo nas assembleias, participando das assembleias legislativas sem documentar assim a nossa avaliação.

Por quê? Para você se fortalecer na escola, se fortalecer na comunidade, com os pais, com os professores ali, do pequeno ao grande. Valorizo muito esse tipo de avaliação, porque a hegemonia da CUT (Central Única dos Trabalhadores) já é um pouco difícil de bater dentro do SINDE-UTE, se fosse isso não ia... Hoje, de 2011 para cá, o principal aprendizado nosso foi esse: o déficit e luta de novo tipo. (Zapata)

O que o trabalhador chama de *luta de novo tipo* pode ser o que resulta de um embate entre a experiência da luta sindical, principalmente a ligada ao Sind-UTE, e os militantes do NDG, os responsáveis pelas ações mais radicalizadas.

Não dispensando o sindicato, porque o sindicato tem a sua limitação, não é? Mas ele é importante para resistência econômica. E também é uma porta de entrada para o diálogo em prol das políticas, uma rede que está aí há anos, dirigindo os sindicatos país a fora, mas não é o trabalho como principal. (Zapata)

Ao refletir sobre as ações praticadas no período da greve (a ocupação do relógio da copa, os acorrentamentos e ocupações da Praça Sete e da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais), Zapata percebe que as ações de ocupação são importantes métodos de luta. Para dar sustentação ao seu argumento, relembra o sucesso alcançado pelas ocupações ocorridas no estado de São Paulo em 2015:

Então, é um aprendizado que a gente trouxe, São Paulo é a grande prova desse método, do projeto de ocupação (em 2015). Ou seja, o que fez barrar aquela medida do Alckmim (Geraldo Alckmin, governador de São Paulo em 2015)? Foi ter parado a escola.

- Para a escola! ÕVamos fazer greve, vamos ocupar a escola. Foi a leva dos estudantes ocupando a escola e botando o bloco na rua. Porque foi isso que conseguiram fazer, entendeu?

Dentre outras importantes questões constatadas pelos trabalhadores entrevistados encontram-se as escolhas das ações relacionadas às gerações e à idade dos manifestantes. Segundo os entrevistados, militantes com mais experiência sindical e com maior tempo de dedicação à docência na Rede Estadual de Ensino, tenderam a aderir mais às escolhas de ações moderadas. As gerações de trabalhadores mais jovens, com menor tempo de docência, majoritariamente, optaram por ações mais radicalizadas.

Não são todas as pessoas que pensam assim e têm senso forte no SindóUTE. Essa prática atrai muita gente, sobretudo os mais velhos, essa prática que você está tendo de estrutura, de verba, aquela coisa do sobre encargo social e acaba influenciando muita gente aí. (Zapata)

A esquerda sindicalista, da década de 80, ela tem uma estrutura muito bem endurecida de luta, é assim, greve, passeata, marcha, ela tá endurecida nesse sentido, ela tem uma certa aversão a processos violentos. A Bia esta cada, vez mais com uns papos da construção do reino de deus na terra. (Mikhail)

Sobre essa mesma questão, outro trabalhador assim se posiciona:

Pra mim, é como se fosse um câncer, é embalar o ovo da serpente. Aquela bosta vai explodir, uma hora explodia. Uma hora vai, cê sabe que vai, mas cê não vai falar? Cê não vai jogar claro com seus. Porque é isso, né? Assim como o professor que vai a cargo de diretor de escola deixa de se ver como professor, eu fico pensando, por exemplo, se aquele que vai à direção de sindicato também não se deixam de ver como trabalhador de base e se veem envolvidos em tramas requintadas, em problemas maiores, a base não dará conta de entender, ou seja, é como se eles fossem uma espécie de inteligência da coisa, uma vanguarda, e eu acho que isso acontece. (Mikhail)

Duas relevantes questões, no que diz respeito à representação sindical, são apresentadas pelos grevistas: a primeira seria do ponto de vista político, trata-se de uma crítica

na qual se consideram as práticas sindicais como uma forma de organização ultrapassada. A outra está ligada à precarização do trabalho docente e das condições de trabalho oferecidas pela Rede Estadual de Educação. Para os entrevistados, alguns trabalhadores optaram por fazer parte da direção do sindicato, por esta representar melhores condições de trabalho e de vida, como se percebe pelos relatos abaixo:

Por exemplo, quando cê pega uns cargos muito alto... Eu acho que, dificilmente, volta pra qualquer sala de aula da educação básica, na vida, Eu não acredito de forma alguma ver... Dentro de sala de aula de novo, do ensino básico. Cê tem outros que não têm essa envergadura política, então eles saem do âmbito da ralé dos trabalhadores e vão pro âmbito da burocracia sindical. Ali tem seus meandros, suas ações, que podem ser sedutoras também, e tudo, aí voltar pra sala de aula, aquela peleja, então gosta de ficar ali também, gosta daquele jogo. E têm outros que tão no sindicato, mas também tão na sala de aula, então aí tem analise que é social, política e outras que são do individuo, né?

Quando cê começa a receber pelo sindicato, ainda tem as suas características mais específicas ainda, quando cê ganha cargos de expressão política, mais ainda... Aí cê tem também o curso de formação, os congressos não sei onde, viagem pro exterior... É sedutor, não dá pra negar que é sedutor. (Mikhail)

Este mesmo trabalhador atenta para o fato de que o sindicato não priorizou a formação política da categoria de trabalhadores para não contrariar os trabalhadores efetivados pela lei n. 100. Segundo o trabalhador, por oportunismo político, não se dispôs a discutir com profundidade a precarização do trabalho.

Mas, assim, quando a gente vê, quando eu, particularmente, vi que o sindicato não comprou a briga com a categoria, de politização dos trabalhadores, dizer:

- Isso não é benefício isso é golpe, a gente não pode aceitar isso!! Diante da lei 100. Porque eu acho, que se tem uma coisa da luta dos trabalhadores, é a esperança de um salário melhor... é um tanto de coisa, é... mas, se tem uma coisa que eu acho, é o orgulho que a gente tem que ter da gente mesmo sabe. (Mikhail)

Para o trabalhador, a lei n. 100 foi um golpe na categoria, que resultou em retrocessos e contradições na sua organização pelos anos seguintes, na implementação da lei, em 2007. Ele cita valores históricos dos trabalhadores, feridos pelo sindicato, por não discutir a estratégia de divisão da classe, tramada pelo Governo.

Eu não aceito que você me beneficie com um golpe, daqueles mesmos golpes que eu sempre critiquei quando eram dados em benefício de outros e

que a gente sabe quais são as consequências pros maiores da política, eu não aceito fazer parte dessa porra. (Mikhail)

Para ele, estava explícita uma contradição, que apontava para o retrocesso da organização dos trabalhadores na luta por direitos constitucionais e na luta dos trabalhadores por terem vínculo empregatício precário, luta histórica do movimento sindical e do movimento docente. O trabalhador apresenta o que ele considera ser a forma mais adequada de se discutir o assunto:

Olha só, ta me passando a perna, porque não há nada na sua lei me dizendo, por exemplo, que eu tenho, que é aquilo que o concurso público proporciona aos trabalhadores, que foi uma coisa que foi discutida na constituição de 1988, que ou a garantia da segurança... Da estabilidade ou fundo de garantia, nós discutimos isso em 88, e na discussão lá em 88, nós, os trabalhadores, decidimos que no serviço público há estabilidade e no setor privado, fundo de garantia. (Mikhail)

As avaliações dos trabalhadores revelam que o momento político vivido pelo processo grevista evidenciava contradições, análises equivocadas e centralização das decisões. Revelam ainda a dificuldade enfrentada pelo movimento ao propor ações que tivessem impacto na luta política, após 60 dias de greve.

Você liga pra polícia e avisa: o formato é tal, o trajeto é tal e tal horas acaba. A BH-Trans sabe que as manifestações dos professores saem de tal local e terminam em local tal e tal horas, vou passar o trânsito por aqui e a polícia vai fazer nossa segurança, que ela é nossa amiga, que é pra gente tomar muito cuidado em qualquer ato radicalizado, que existem infiltrados entre nós e que todos os atos viriam no carro de som, as orientações viriam da coordenação do ato e quem coordenava o ato, a direção do sindicato. E aquilo ficou muito ruim, começou a dar um trem no nosso estômago. Pô, nós estamos de greve e vamos ficar fazendo manifestações de novo no mesmo horário? (Mikhail)

A crítica às formas de realização das ações sindicais, ocorridas durante o movimento grevista, reflete nos métodos do NDG, que propõe a radicalização das ações. Quanto à proposta de ação sugerida pelo trabalhador, ela era também utilizada em greves prolongadas: a dificuldade se de avançar nas negociações da pauta, já que as estratégias de luta empregadas até então não provocavam nenhuma dificuldade ao governo de Minas Gerais, mas revelava uma característica que apontava para uma centralização do Sind-UTE, para as ações grevistas. Tal centralização é discutida por todo o grupo de trabalhadores.

A greve demonstrou que havia um movimento ali que seguia a liderança, mas com autonomia pra decidir. Então, a questão é que, a questão do PT (Partido dos Trabalhadores) construir uma liderança, com esse Maquiavelismo todo, acho isso meio difícil de implantar. Aquela greve não era uma greve revolucionária, era uma greve salarial. Houve todo um movimento pra que a greve chegasse ao fim. O acordo não foi dos mais vantajosos, que criou uma situação muito complicada. (Mikhail)

Porém, a avaliação do trabalhador se deu no sentido de ampliação das ações, não visando apenas a reivindicação salarial mas também a construção de uma solidariedade de classe, a ser construída durante o processo grevista, nos diversos locais de trabalho, para além dos espaços de assembleias, marchas e paralisações.

Uma coisa que eu acho muito difícil de mapear, quantos lugares? Na minha escola isso aconteceu, mas quantos lugares, por exemplo, os professores se auto-organizaram pra pagar contar um dos outros, porque a conta tava atrasada, professor chegando chorando porque a luz tinha sido cortada e ele não tinha dinheiro. Porque nosso salário tava cortado, né?

Teve lá na nossa escola teve o primeiro mês de corte de salário, teve gente que ficou dois meses consecutivos de salário cortado. e eu, eles foram cortar meu salário lá pelo terceiro mês, fui o último, eu fiquei muito de greve sem ter o salário cortado, não tinha filho, bosta nenhuma pra pagar, morava com minha mãe, e eu disponibilizei 70% do meu salário pra pagar as contas de cesta básica, pra pagar professor.

Então, isso no interior das escolas fez com que os grupos que não fizeram parte da greve e os que fizeram rachassem completamente, não olhassem pra cara um do outro e começaram a não ser companheiros mais.

A greve fez com que surgisse uma nova concepção do que é companheiro de trabalho, saiu de companheiro de trabalhado e passou pra companheiro trabalhador, e trabalhador em luta. Isso é outra coisa, então eu acho que tiveram muitos processos que não são passíveis de serem estudados com facilidade, mas que eu acho que deu uma substância crítica de base muito forte, uma outra coisa que é assim muito clara é a negação até hoje dos trabalhadores que participaram daquela greve em pensar outra, greve não. Não faço mais greve. (Mikhail)

A ineficiência das práticas utilizadas historicamente, além da centralização sindical, indicam a probabilidade de que estas ações sejam ultrapassadas, principalmente no que se refere aos trabalhadores do setor público de educação. Assim, fez-se necessário um forte e amplo debate sobre as experiências grevistas: seus avanços, os desafios que se apresentassem às categorias e os possíveis retrocessos. Todas essas questões são abordadas nas falas que se seguem:

A greve não é pra ser usada assim mesmo, ãah, vamos fazer greve? vamos.ö Não é assim. A greve é um instrumento poderoso, forte, e que tem realmente o momento de ser usado. Em 2011, era o momento de ser usada, a categoria quis a greve, tanto que ela durou o tempo que durou e teve o apoio que teve até a hora que se esgotou. Então é um movimento importante, sim.

Agora, mobilização nas escolas: é também um movimento importante. Agora, quem é que vai puxar isso? O sindicato, a instituição não tem condições de fazer isso. Mas não é só o sindicato. Como é que nós vamos mobilizar dentro da escola essa discussão?

Essa mobilização é importante do sindicato, porque ele tem essa representatividade. Pode ter uma estrutura do sindicato pra chamar esses professores pra discutir mais a categoria, de uma forma mais aberta. Então, a mobilização é importante, isso eu concordo. Agora, nós também temos que entender como fazer essa mobilização. Nós temos que ter uma estratégia de construção. O caminho do sindicato é um. Agora, um outro caminho também é o apoderamento da escola, o professor não pode continuar distante do aluno. (Mikhail)

Além das avaliações pontuais sobre o processo de construção da greve, revelando tanto os aspectos positivos quanto os negativos, houve quem apresentasse uma visão geral do movimento. São reflexões que trazem à tona as dificuldades enfrentadas pelos grevistas e as superações de obstáculos. Ressaltam-se, frequentemente, nessas falas, como aspectos negativos, a pressão sofrida pelos cortes de salário e o desgaste ocasionado por uma greve de longa duração. Elencam como positivos: a experiência proporcionada pelo movimento, o alto índice de adesão, o aprendizado com as ações de radicalização e a construção de uma consciência coletiva:

Foram 111 dias de greve, maior greve dos trabalhadores da educação da história do país, de uma mobilização daquele tamanho, com ações diversas, com assembleia, com marcha, com greve de fome, os movimentos sociais que chegaram compondo, veio o MST, as Brigadas Populares, o pessoal do MLB, veio as ocupações urbanas, os metroviários, teve uma época que tava negociando com os metroviários de parar em apoio aos professores, os professores universitários começaram a lançar apoio à greve.

E aí foram esses processos, uns trem que é besta, mas que é verdade, pode existir em outros contextos, pode, mas existir nesse ganha outra relação, depois.

- Vamos tomar uma cerveja?

- Não, não posso...

- Por que você não pode?

- Tô sem dinheiro, cara, se eu gastar com cerveja, não vou pagar passagem...

- Foda-se! Vamos tomar a cerveja e eu seguro suas pontas, depois cê segura as minhas.

Então essas mecânicas internas, que podem parecer pequenas e não são nada, mas eu acho que isso cria ali, entre os trabalhadores, uma outra dinâmica. (Mikhail)

O trabalhador reforça o cotidiano do processo de organização social como espaço de formação, a práxis das ações coletivas concretas como formação da cultura do trabalho e da solidariedade entre os sujeitos.

Pro cara da LCP (Liga dos Camponeses Pobres) por exemplo, não é exatamente que eles são a favor da lei 100, mas eles acharam na época que os trabalhadores tinham que ser efetivados, trabalharam e tinham que ter garantia pra dentro do Estado e foda-se. Eu acho isso um absurdo, uma furada, foda-se, eu sei... Mas eu e ele nos abraçamos carinhosamente, quando a gente tromba e quando um toca a mão do outro a gente se reconhece como dois trabalhadores lutadores, muito diferentes, mas muito honestos um com o outro. Quando que isso se constrói? Quem foi direção do Sind-UTE com todo dinheiro do mundo pra construir isso? Não construiu.

Porque são momentos muito graves, eu acho que, com uma longa historia de um sindicalismo burocrata, de uma estrutura burocratizada enorme, muito rica, que tem um peso político, midiático, grandioso, você resolver enfrentar o Estado, o sindicato... Tudo que ele representa pras pessoas, tudo que foi construído historicamente... Fazer e tencionar o processo... Isso... Eu choro mesmo, porque foi uma pancada aquilo sabe, o peso daquilo... Que os trabalhadores anticapitalistas lá do século XVIII diziam de criar consciência de classe...

No fazer. Ninguém sentou pra ler texto de... foi ali, por exemplo na hora que os companheiros do MST chegou, na hora que isso rolou, ali ninguém parou pra falar ã nossa, já falei mal do MST, nossa ãeu não seiö...

Ou, não teve um que não se emocionou, nuh! Esses caras (MST) vieram pra cá. Aquilo foi luta de classe, não foi luta de categoria. (Mikhail)

Os depoimentos dos próprios grevistas, a respeito do movimento, são de grande relevância para a nossa pesquisa, dado que eles podem oferecer ao pesquisador a oportunidade de apreensão dos verdadeiros significados dos vários aspectos envolvidos na organização de um movimento. Na transcrição que se segue, por exemplo, o grevista nos informa sobre a heterogeneidade que caracterizou o grupo de manifestantes. Segundo ele, durante algumas das ações empreendidas incorporavam-se ao movimento sujeitos de outras categorias, o que, a partir daquele momento, transformou o movimento em uma luta de classe.³³

³³ Nas análises dos trabalhadores, quando eles diferenciam ãcategoriaö de ãclasseö, observamos que eles abordam *categoria* como os docentes, trabalhadores da Educação, em greve, com suas experiências, culturas e tradições. Quando eles abordam *classe*, estão apontando para a construção de um grupo de sujeitos sociais que rompe com apenas a cultura do seu trabalho, para ampliar para uma cultura mais ampliada, com tradições,

Rompeu a categoria, virou luta de classe, ou os que foram fazendo parte dos processos autônomos se entenderam enquanto trabalhadores.

O trabalhador é uma categoria, uma categoria conceitual. No real ele é o professor, ele é o operário, ele é pai, ele é religioso. Ele em algum tipo de cidade contingente ali, dificilmente ele vai ser enquadrado em uma categoria conceitual muito simples. Esse é o primeiro.

A segunda é que em momentos muito quentes de manifestações muito desgastantes, talvez, se a gente puder de chamar de *movimento revolucionário*, ganhar e perder vira regra do jogo. Ganha e continua lutando, perde, mas continua lutando, a gente continua sempre. (Mikhail)

Na relação entre os sujeitos grevistas surgem fatos que podem ter sido significativos para o desenrolar do movimento. Fatos esses que escapam à nossa observação. Daí decorre a relevância de se poder contar com os depoimentos dos próprios grevistas. A consecução dos objetivos depende de estratégias bem traçadas pelo sindicato, entretanto, com frequência, surgem dúvidas quanto à melhor maneira de condução do movimento. Os argumentos que emergem dessas divergências de opiniões, por exemplo, constituem-se material de pesquisa. A seguir, apresentamos algumas das fragilidades presentes na organização sindical que exemplificam o que acabamos de mencionar:

Mas há momentos em que a gente percebe que o movimento que a gente considerava como primordial, como ponta de lança, o mais avançado e radicalizado processo, perdeu a radicalidade dele.

Porque os governantes também não são um bando de gente besta, têm os seus teóricos também. E nós temos um problema, nós nos estudamos demais, mas nós estudamos eles de pouco. Então eles sabem detalhes mínimos da gente, quando for necessário. Nós não sabemos quase nada deles. E nós entregamos de mão beijada.

Deixamos disponibilizado em livros, teses, em qualquer biblioteca, em Facebook. Tenta fazer uma pesquisa com trabalhadores em educação lá no Loyola? Você vai ter que conversar para entrar na escola. Casos de violência do aluno contra o professor em rede particular todo mundo sabe, são dados guardados, não conseguem esses dados, não divulgam e fica daquele jeito. E aí? Pode ser muito forte para uns. Imagina uma greve geral no Loyola? Resolve em três dias o problema deles. Uma greve geral na educação vai durar mais 140 dias. Pobre?

Manter o pobre encarcerado, enquanto os outros pobres produzem para mim alguma coisa, podem ficar parados o quanto vocês quiserem.

- O que mais vocês querem para ficar parados? (Mikhail)

experiências e relação com outros trabalhadores, como os trabalhadores rurais, sua luta por terra, que pode ser diferente em vários aspectos mas que se reconhece na outra parte do seu grupo social, classe trabalhadora.

É característico da relação entre servidores públicos e Governo, por ocasião dos movimentos grevistas, a dificuldade de negociação, pelos motivos já mencionados. O principal deles, vale repetir, é a falta de poder de negociação. Assim, a paralisação das atividades surge como principal estratégia de pressão ao Governo para a abertura de negociações. No entanto, ela se torna ineficiente quando não se tem a opinião pública a favor. Sobre essa questão, os trabalhadores assim se posicionam:

- Eu não faço (governo) o que é inconstitucional, porque é inconstitucional. O cortar o salário não é, porque terá retorno depois, então cortar salário não é inconstitucional não. Mas você substituir o trabalhador grevista é. O governo vai ficar feliz. O que o ex- governador de Minas Gerais Aécio é hoje? Senador da república. (Entrevista concedida em março de 2013)

Eles sabem como começar a jogar o reio em cima da gente. Eles vão fechando a gente. Qual o único meio de sair disso? Eu continuo achando que são as ações pouco previstas. Ação direta, de grupo, que não estão circuncisas com essas lideranças. (Mikhail)

Em reação à paralisação das atividades, o Governo, frequentemente, também adota posturas de radicalização. O corte salarial é a sua principal forma de pressão. Essa medida tem como objetivo provocar o enfraquecimento do movimento, uma vez que grande parte dos grevistas, não podendo arcar com os seus compromissos financeiros, tende a voltar ao trabalho. Nesse momento uma forte liderança sindical precisa se fazer presente. A esse aspecto do movimento assim se refere o grevista:

Você precisa de um fundo de reserva. O que é fundo de reserva, na minha opinião? Uma caixa de fundo (dinheiro). O sindicato tem condição de conviver. Aí, uma greve que já estava sendo cotado que seria uma greve grande. Ela será grande, a gente falava isso desde o início, vai ter uma greve longa, a greve será longa.

Sem fundo de greve? Esse déficit durante um mês, de metade dos trabalhadores? O que é que é isso? Tolicé.

Porque enquanto eu morava na casa da minha mãe e lá não tinha nenhum tipo de gerência, eu ajudava o meu pai e era tranquilo. Uma trabalhadora, separada, mãe solteira, com filho, aluguel, impossível.

Aí eu vou chamar ela de pelega? Porque chamaram. O trabalhador que não aderiram a greve são pelegos. Aí você vai lá conversar com o trabalhador no final do dia, o pelego, lá, trabalhando:

- Eu pago aluguel, estou sozinho, tenho dois meninos, aqui minhas contas. Como é que eu faço?

Quando cortaram o primeiro salário, muitos voltaram. Outros não, mas muitos voltaram. Eu vou falar o que para esse trabalhador? Meu filho, foda.

Isso aí, apoia a gente do jeito que der. Falem sobre a greve, politizem os meninos, falem sobre a greve, fala da classe dos professores, incomoda esse povo que não ajudou. Não ajudou. Mas vou fazer o quê? Vou bater na cara dele?

Mas não dá para você falar isso para todo mundo:

- Quem está em greve é lutador, quem não está não é.

Não dá. Então você vai vendo certas situações e começa pensar assim: Isso não é possível. Eu não faço mais ações. Porque eu não confio de fato na atenção do sindicato. (Mikhail)

Dentre as dificuldades de se realizar uma greve encontra-se a de reunir todos os seus participantes em torno dos mesmos objetivos traçados pela categoria. No entanto, dado às distintas situações funcionais em que se enquadram os servidores, surgem diferentes necessidades. Além dessa questão, na avaliação do próprio trabalhador, existe uma relação de interesses que muitas vezes não são convergentes.

O trabalhador informa que sua formação, em relação a movimentos sindicais e sociais, construídos hegemonicamente no campo do Partido dos Trabalhadores (PT), nos últimos 30 anos, é precária. Informa, ainda, que desconhece as teorias que guiam as ações, mas avalia espaços, ações coletivas e comportamentos das lideranças sindicais.

Então eu acho que, no mundo sindical, o modo como ele se constituiu até agora, pode conseguir fazer outra greve? Pode. Pode conseguir fazer outras manifestações dessas? Pode. Será que ele vai conseguir conquistar? Não vai. Eu acho que isso é pesado, sabe? Você perde o primeiro, você perde o segundo, você pede o terceiro, vira uma bosta.

Você vai conversar, por exemplo, com o PSTU do pessoal lá do barreiro, que é umas pessoas mais de luta, ali tem uma movimentação política maior. Tem os metalúrgicos que estão lá há mais tempo... Então lá tem uma mobilização de trabalhadores, desses novos sindicalistas que ainda existem lá. Ela criou cultura lá. (Mikhail)

Sobre esta mesma questão, Mikhail informa haver teorias sobre os movimentos sindicais que tratam desse assunto e que convergem para a mesma crítica.

É a crítica que o Lênin vai fazer aos sindicatos, e acho que ele vai fazer aos anarco-sindicalistas também, que eles jamais vão conseguir implantar o caráter de categoria para encontrar um caráter de classe e, portanto, eles não são um movimento de revolucionários.

As informações prestadas pelos grevistas trazem como contribuição a esse estudo dados sobre os movimentos revolucionários internacionais dos últimos anos. A partir desses

dados, os trabalhadores propõem uma discussão sobre sua influência nos movimentos realizados no Brasil, especialmente na greve sobre a qual realizamos nossa pesquisa. Aos nossos propósitos, importa a compreensão de como esses movimentos influenciaram, positiva ou negativamente, na organização da greve dos servidores públicos da Educação. Na ponderação do trabalhador, novas tendências de organização sindical estão em andamento.

A Espanha mostra outras coisas, a Ucrânia mostra outras coisas, a Bulgária mostra outras coisas, a Grécia mostra outras coisas, A Manchúria mostrou outras coisas, o Brasil mostrou outras coisas, o México mostrou outras coisas, os Estados Unidos, lá na década de 20, mostraram outras coisas, Chile, em 80, os anarquistas mostraram outras coisas, pronto. Mas parece que existe um ruir, então eu acho que não foi ideológico.

Porque eu acho que, a priori, os sindicatos não são criados só para os trabalhadores que estão a fim de melhorar sua vida econômica não, sabe? Se a gente fizer uma leitura olhando com os olhos para o século XIX Os primeiros sindicatos tem uma característica diferente. (Mikhail)

No fragmento abaixo, questionam-se os 100 anos de organização sindical no Brasil e as teorias do século XIX que discorrem sobre a organização grevista dos trabalhadores, uma discussão que foge aos objetivos desta pesquisa, posto que uma abordagem tão ampla nos obrigaria ao estudo de outras teorias, teses e experiências, vividas em diversos espaços de tempo, territórios e organizações sociais. Porém, o trabalhador nos apresenta uma proposta de reorganização sindical que pensamos ser importante relatar nesta tese:

Eu acho que precisa, sim, de uma outra forma federalista por, exemplo, o que impede, por exemplo, que as subsedes sejam construídas por representantes, por escolas? Eleito por turno? Legitimamente eleito e com revogação a qualquer momento? Qual o problema? O que impede que as sindicais sejam construídas com organização das subsedes? O que impede que a direção central, no meio de situação de larga capacidade de comunicação virtual, não sejam construídas por pessoas indicadas pelas regionais? Não vejo nada que impeça isso. Agora, como é que você pensa um processo, como é que você pensa um sindicato do tamanho do Sind-UTE? Da dimensão geográfica do estado de Minas Gerais, onde você tem eleição direta para presidente do Sind-UTE, para direção? E que não seja passível de realizar eleição, simplesmente por organização de grande escala como é feito. Quem teria dinheiro e capacidade de fazer oposição? (Mikhail)

2.4 ó Rede de Apoiadores em Tempos de Redes Sociais Digitais

Durante a greve, o Poder Judiciário se tornou um espaço de disputa recorrente no cotidiano dos trabalhadores, muitas vezes centralizado entre o movimento docente em greve e

o governo estadual. Esse conflito pela legalidade é incorporado por um elemento importante: a mídia. A relação entre movimento de trabalhadores e Governo, mediada pelo Poder Judiciário e pela mídia, nos traz elementos que consideramos centrais para a análise, pois, a relação entre Estado, Poder Judiciário e movimento de trabalhadores ganhava a opinião pública, mediada pelas redes de televisão, radiodifusão e jornais impressos.

Além dos meios de comunicação citados acima, pela primeira vez no movimento docente, a mídia digital surgiria como um elemento importante. Em 2011, o número de professores com acesso à internet já era bem maior do que em anos anteriores. As exigências do governo estadual em ter diário e comunicação digital, elaborada pelos setores administrativos das escolas e pelos professores, contribuíram para elevar a qualificação desses profissionais quanto à utilização dessa ferramenta para estudo e trabalho.

Apesar de 2011 a internet já está bastante popularizada no Brasil e, o uso dos *smartphones* já ser uma realidade, havia ainda uma certa limitação com o alcance desse instrumento, né? O que hoje você consegue com as redes sociais como o *twitter* os *snapchats*, o *whatsapp*, em 2011 ela se limitava ao *facebook*, então era o nosso principal canal de comunicação na rede social era o *facebook*. Vários e vários professores faziam suas postagens, o sindicato fazia sua postagem, e nós tentávamos compartilhar o máximo possível, convocando os alunos a participarem, muitos alunos nos ajudaram nesse processo de replicação das mensagens e, nós conseguimos ter uma boa visibilidade por esse caminho, conseguimos furar com isso o bloqueio da mídia em Minas Gerais. (Sofia)

Podemos pensar a internet como uma poderosa ferramenta, se colocada a serviço do movimento grevista, apresentando como justificativas três grandes mudanças em relação aos movimentos anteriores: a não hegemonia total da informação sobre a opinião pública pelas outras mídias; a potencialização da dinâmica de organização dos trabalhadores; a incorporação de novos sujeitos à disputa política.

Em processos sociais como greves e movimentos de professores, anteriores a 2011, a opinião pública era mediada, predominantemente, pelas mídias televisiva e jornalística. A partir desse ano, apesar de ainda bastante difundidos por essas duas vertentes midiáticas, os movimentos sindicais passaram a contar com a internet e, principalmente, com as redes sociais, que se apresentaram como novas formas de divulgação das informações. Estas, por serem de acesso direto e por não serem passíveis às mesmas manipulações sofridas pelos meios de comunicação tradicionais, tornaram-se recursos extremamente úteis aos movimentos sindicais, pois significaram maiores possibilidades de diálogos entre os sujeitos, grupos, trabalhadores e sociedade civil.

Em avaliações dos trabalhadores, anteriormente apresentadas nesta tese, eles argumentam que uma das dificuldades de organização encontradas pelo movimento foi chegar aos locais mais afastados dos grandes centros, para orientar os trabalhadores nas escolas, potencializar as informações e participação nas decisões. A internet constitui-se como uma ferramenta importante neste contexto, pois é ela que vai permitir a dinamização das informações entre os trabalhadores e entre trabalhadores e sindicato.

Outro aspecto importante a se destacar, proporcionado pela internet, foi a incorporação de novos sujeitos à disputa política. Se em outros momentos os professores grevistas mantinham menos contato com a escola em greve, com alunos, pais e comunidade escolar como um todo, a internet trouxe a possibilidade da intensificação desse contato, que se torna mais direto e mais próximo. No período de greve, diversos professores passaram a publicar em comunidades escolares e sociais, em grupos de alunos e de salas de aulas, informações sobre o movimento grevista.

Para o movimento, foi também importante o surgimento de novos sujeitos pela internet, de novos perfis em redes sociais, blogs individuais e coletivos, grupos de discussão, o que, além de prestar-se ao contato com outros trabalhadores, no sentido de angariar mais adeptos para o movimento, prestou-se também a ser uma ferramenta midiática importante de diálogo com a opinião pública, potencializando, dessa forma, a participação e a formação política dos trabalhadores. Segue, no fragmento abaixo, a constatação da importância da internet para o movimento grevista:

O blog do Euler funcionava, não apenas como um meio de divulgação da greve, mas também como uma ferramenta de formação daqueles que acessavam, pois o blog trazia uma análise política dos atos, dos encaminhamentos e das assembleias. Temos também o canal do *youtube* do Nelson Pombo Jr. que realizava transmissões ao vivo³⁴. (Zapata)

Poderíamos entrar no debate sobre a rapidez dos fatos e das comunicações, da escolha jornalística e de qual acontecimento social noticiar e, ainda, a forma de noticiá-lo, quais vozes escutar, quais análises priorizar.³⁵ Porém, optamos por analisar aqui, de maneira mais ampla,

³⁴ Blog do Euler: <http://blogdoeulerconrado.blogspot.com.br/> Canal do *youtube* do Nelson Pombo Jr.: <https://www.youtube.com/watch?v=kW9TaphlMPM>

³⁵ O artigo *O enquadramento da greve dos professores estaduais nas páginas do Jornal Estado de Minas*, elaborada pela estudante de jornalismo na época de sua publicação Maria Aparecida Pinto e pela professora doutora em Ciências da Comunicação Marta Regina Maia, foi apresentado no 9º Encontro Nacional de História da Mídia ó UFOP/MG, no dia 30 de maio de 2013. As autoras levantam um amplo debate na cobertura jornalística durante o movimento docente dos professores da rede estadual em greve em 2011. Disponível em:

o debate entre o movimento docente, o Governo, e as estratégias utilizadas para discutir com a opinião pública as pautas reivindicatórias.

De maneira geral, as licenças de televisão e radiodifusão são concedidas por órgãos regulatórios de responsabilidade dos governos federais e estaduais, a grupos e corporações empresariais. Em cada região do país, a partir dos anos sessenta, foram feitas novas concessões e confirmadas as já existentes. No estado de Minas Gerais, os Associados Minas, composto, entre outros, pela Rede Alterosa de televisão, Rádio Itatiaia e o Jornal Estado de Minas possui grande força de disseminação da informação no estado. A Rede Globo de Televisão, uma empresa com maiores índices de audiência e acesso a informação televisiva, em âmbito nacional, também possui grande audiência em Minas Gerais.

O posicionamento destes dois grupos midiáticos: *Associados Minas* e *Rede Globo de Televisão*, possuía o que chamamos de um posicionamento que não ia a favor dos professores, mas também nunca contra o Governo. O grupo Associados Minas estava declaradamente a favor do Governo, o que podemos verificar na ampla pesquisa documental em anexo. Diante disso, os professores tiveram que usar alternativas para superarem tal bloqueio midiático.

O Governo tinha a seu dispor os recursos financeiros, que poderiam ser utilizados para custear propagandas, cujos objetivos são os de divulgação de notícias, com o fim exclusivo de conduzir ouvintes, leitores e espectadores a uma interpretação dos fatos que não condiz com a realidade. Assim, coube aos trabalhadores a utilização das mídias, visando levar à sociedade também a sua versão. Ao público caberia a tarefa de decidir pela melhor argumentação.

Essa foi, portanto, a primeira grande ação a se destacar: a tentativa de convencimento da sociedade, por meio de propagandas, pagas pelo sindicato dos professores. Segundo o Sind-UTE o valor referente a sete segundos, em horário nobre na Rede Globo de Televisão, custava R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), referente a US\$ 181.796,14, cento e oitenta e hum mil, setecentos e noventa e seis dólares e quatorze centavos de dólar (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)³⁶ valor muito oneroso para o Sind-UTE e

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo/o-enquadramento-da-greve-dos-professores-estaduais-nas-paginas-do-jornal-estado-de-minas>

³⁶ O valor referente a cotação dos valores em dólar, se referendou a dados do Banco Central do Brasil, nas seguintes referências:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>

<http://www.idealsoftwares.com.br/indices/dolar2011.html>

apoiadores. Além disso, corria-se grande risco de que, dado ao maior poder financeiro do Estado, os objetivos dos trabalhadores não fossem alcançados.

Os jornais de circulação diária traziam como notícia de capa o discurso do Governo, cujo propósito era o de influenciar a opinião pública, o que já se pode observar pela construção das manchetes: *Professor e Governo Longe de Acordos*, *Protestos Tumultuam a Capital*, *Secretaria de Educação Contesta Informação do Sind-UTE e Diz que Paga Piso Salarial aos Professores*, *Ofensiva Contra a Greve Inclui Contratação de Substitutos*.³⁷ A utilização do verbo *õtumultuarõ*, por exemplo, conduz o leitor a uma interpretação que pode despertar o sentimento de indignação. Ou seja, para o receptor da informação, além de se afastarem de suas atividades, deixando milhares de crianças sem aula, os grevistas ainda prejudicavam o trânsito e provocavam outros transtornos.

Para contrapor a relação de força desfavorável na mídia aberta, diversas ações foram protagonizadas pelo movimento docente. Como forma de pressão, houve ações individuais por meio de notas³⁸, telefonemas e manifestos contra as edições dos meios de comunicação. A ação mais eficaz, no entanto, se deu pela utilização dos meios digitais de comunicação.³⁹

Dentre as ferramentas utilizadas, tornou-se o meio mais eficaz de informação sobre a greve o site do Sind-UTE. Por meio dele, divulgaram-se deliberações das assembleias, andamento das reuniões com o Governo e resultado das negociações, assim como análise das notícias divulgadas pelos meios de comunicação tradicionais. Porém, os blogs e as redes sociais foram os meios de propagação mais eficientes empregados pelo movimento docente. Um blog em especial, escrito pelo professor Euler Conrado⁴⁰, foi um dos mais acessados do

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

³⁷ Idem, Pág.9. O artigo apresenta uma tabela de reportagens e análises jornalísticas que destacam *Heróis* e *Vilões*. As autoras enquadram, a partir da análise da produção do texto *Heróis* os representantes do governo e de *Vilões* os professores e o movimento docente.

³⁸ Um exemplo das inúmeras manifestações dos educadores aos meios de comunicação e a forma de noticiar o movimento grevista. Disponível em: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2455>

³⁹ Por exemplo: <http://sindutevicosas.blogspot.com.br/2011/06/noticias-da-greve.html>

⁴⁰ Blogdoeulerconrado.blogspot.com outros blogs importantes na divulgação das informações sobre a greve:

<http://blogdabeatrizcerqueira.blogspot.com.br/2011/12/realidade-da-educacao-em-minas-gerais.html>
<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/18996/sindicato-dos-professores-de-mg-ignora-decisao-judicial-e-decide-manter-greve>
<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/18880/ministerio-publico-pede-que-justica-declare-ilegal-greve-de-professores-de-minas-gerais>

estado de Minas Gerais, em 2011, tornando-se um grande instrumento de informação dos atos da categoria.

Com o auxílio das redes sociais e, conseqüentemente, o aumento da divulgação do movimento grevista, cresceram também as redes de apoiadores entre os trabalhadores de várias categorias, além do apoio de diversos setores da sociedade, garantindo aos professores o fortalecimento das ações de enfrentamentos ao Governo.

Notório a forma como o Governador Anastasia, na época, atuava no trato com a mídia, desde o Aécio Neves, de silenciar os opositores. Então, as redes sociais, elas foram um importante mecanismo, que nós conseguimos utilizar naquele período. É interessante que, naquele período, estava acontecendo muitas greves estudantis no Chile, né? Os estudantes do Chile estavam fazendo um processo muito grande de manifestações, de reivindicações na melhoria nas condições de estudo do Chile e, em vários momentos, a gente recebia mensagens de retorno dos estudantes do Chile, com cartazes apoiando o movimento de greve de Minas Gerais, com dizeres como *õSomos todos Minas Geraisö*, coisas desse tipo, então foi muito interessante o alcance que nós conseguimos ter. (Sofia)

Com a incorporação de diversos movimentos sociais, a greve dos trabalhadores tornou-se uma luta de uma categoria ampliada por outros Movimentos: o Moradia, as Brigadas Populares e o Sem Terra. Nas assembleias, podiam-se observar, agora, bandeiras de vários movimentos, ONGs e partidos políticos. Os sindicatos de várias categorias lançavam notas de apoio à greve dos trabalhadores da Educação. Os sindicatos dos psicólogos e a OAB de Minas Gerais, ofereciam apoio legal à greve.

Nós tivemos grupos que se mobilizaram, como o *õQuem Luta Educaö*, o NDG - Núcleo Duro da Greve, apoio de diversos grupos políticos, de estudantes. O movimento estudantil, em peso, apoiando o movimento dos professores, então nós tivemos que reaprender algumas coisas e, com certeza, nós construímos uma nova aprendizagem, forjada na luta, na dificuldade daquele momento. (Sofia)

Eu achei que, na greve de 2011, a gente conseguiu sair dos nossos muros e trazer isso pra sociedade, inclusive, vieram nos apoiar setores que até nos surpreendeu, como a Associação Médica, por exemplo. (Mônica)

Os Sindicatos dos Rodoviários de Belo Horizonte e regiões metropolitanas tiveram participação fundamental no sucesso do movimento. Aos professores, por exemplo, durante o período de greve, concedeu o direito de utilização, grátis, de transporte coletivo, bastando,

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=1&LISTA=detalhe&ID=1794>

Foram diversas as formas de divulgação pelas redes sociais e pela mídia digital de forma individual e coletiva pelos professores da rede estadual de Minas Gerais.

para isso, apenas a identificação dos mesmos, já que, muitos desses trabalhadores, havia dois meses, não recebiam seus salários. O corte de salários foi uma estratégia adotada pelo Governo na expectativa de que os grevistas não suportariam a pressão de não poderem arcar com seus compromissos financeiros.

Além dos Sindicatos dos Rodoviários de Belo Horizonte, outros setores da Educação, sensibilizados pelo movimento de professores, ofereciam apoio aos grevistas, como a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais⁴¹, que lançou o *Manifesto dos professores e professoras da faculdade de educação da UFMG em apoio a greve dos profissionais da educação da Rede Estadual de Educação*. Esse manifesto, elaborado por professores da UFMG, da Rede Estadual de Educação e pela sociedade civil, propõe questões importantes para uma reflexão sobre o movimento docente, sobre suas lutas, desafios e avanços. O texto apresenta um caráter classista importante, já que, entre educação básica e ensino superior, existe uma relação de interdependência, no que se relaciona à educação como um todo.

O manifesto trata a luta docente como histórica, como direito da população à educação e ao trabalho, sem precarização, digno, dos pontos de vista material, político e social. Assim como os setores mencionados acima, o sindicato dos professores da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri também expressaram seu apoio ao movimento.⁴²

O movimento de greve contou, ainda, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que, por ter se solidarizado com a luta dos professores, solicitou a abertura de diálogo entre o governo estadual e o movimento de professores, em caráter democrático⁴³, além do pronunciamento do teólogo Leonardo Boff, manifestado em vídeo, com publicação nacional⁴⁴, e do Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ó MST, João Pedro Stédile, na época.⁴⁵

⁴¹ Manifesto dos professores e professoras da faculdade de educação da UFMG em apoio à greve dos profissionais da educação da rede estadual da educação.

Disponível

em:

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2399>

⁴² Disponível

em:

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2451>

⁴³ Disponível

em:

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2565>

⁴⁴ Disponível:

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=1&LISTA=detalhe&ID=2373>

⁴⁵ Disponível

em:

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&LISTA=detalhe&ID=2585>

CAPÍTULO 3

3. CHOQUE DE GESTÃO É A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DO ESTADO

A classe trabalhadora brasileira iniciou os anos 1990 renovada pelos avanços na organização política e social. Se a queda do muro de Berlim, ocorrida um ano antes, simbolizava o fim do Bloco Socialista na esfera global, na América Latina a classe trabalhadora avançava nos processos de organização para derrotar décadas de ditaduras. Além da conquista por direito a eleições diretas, no início dos anos 1980, porém efetivada somente em 1989, a classe trabalhadora se reorganiza em sindicatos, partidos, movimentos sociais, movimentos eclesiais, movimento de bairros, e avança na conquista dos direitos sociais e na democracia representativa.

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, marco da conquista de direitos perante o Estado, inaugurou um novo processo de lutas, empreendido pelos trabalhadores, rumo à concretização desses direitos na vida social. Os trabalhadores se organizaram para propor novas formas de luta e de conquistas nos campos sociais e políticos.

Os movimentos sociais no Brasil abrem caminhos em diversos setores, pois vivem pulsantes processos democráticos em seu interior. Ainda que recente, a democracia brasileira, como forma de organização social significou, para os trabalhadores, mais eficaz, naquele momento, de implantação de reformas, de transformações e de conquistas de direitos.

Após as reformas liberais dos anos 90 e a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores em 2002, as lutas sociais foram elevadas ao patamar de negociações, ou seja, agora haveria maior poder de barganha. Um canal de diálogo entre trabalhadores e sindicatos estava estabelecido, não sem contradições, mas estabelecido.

A classe trabalhadora, observada através dos movimentos dos trabalhadores da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, de 2011, considerando-se a ocupação das ruas, as greves e diversas outras ações políticas empreendidas nesse período, sinaliza estar em andamento uma nova construção social de alternativas, que incorpore direitos e supere a ineficiência do modelo de gestão pública da educação, do trabalho e da vida. A compreensão de todo esse processo passa, necessariamente, pelas seguintes questões: Como se constroem ações, movimentos por direitos sociais? Quais são os modelos de sociedade, de Estado, pretendidos pela classe trabalhadora?

Uma observação mais ampla revela mudanças políticas e sociais importantes, em âmbitos nacional e mundial. Ou seja, a luta dos trabalhadores, considerada não somente em seus âmbitos local e regional, mas também universal, respondem diretamente ao modelo político e econômico. Os trabalhadores propõem mudanças e transformações no mundo do trabalho e nas novas formas de reprodução da vida.

No artigo *Implicações da reestruturação da carreira pelo Choque de Gestão na subjetividade de docentes da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais*⁴⁶, Brito e Ferreira (2015) abordam o contexto mais amplo do modelo de reestruturação da gestão pública, incluindo nessa abordagem as formas de relação com o trabalho e com os direitos, que impactam diretamente na vida dos trabalhadores da Educação.

Os autores apontam transformações históricas, marcos políticos, em que, a partir delas e em resposta a elas, cada país implantou novas formas de se organizar o Estado e a sociedade. Eles explicam que, a partir da década de 80, da transição política para governos eleitos, em toda América Latina, emergiram necessidades de ajustes e transformações na administração pública, adotando modelos dos países mais ricos e centrais do capitalismo como base e como referência para tais transformações.

Se o Estado, ligado ao mercado e ao capital internacional, busca responder a essas reformas, dentro do próprio estado existem movimentos políticos, sociais, de trabalhadores que disputam esses espaços e lutam por políticas públicas que respondam às suas demandas por direitos. As reformas educacionais, nesta tese, são analisadas sob dois aspectos: as pressões sociais e respostas do Estado a elas. Constatamos, no contexto nacional, Governos mais sensíveis às demandas dos trabalhadores, outros, menos, mas como sujeitos ativos na construção dessas políticas, seja de forma propositiva, seja como negação das mesmas, conforme suas posições de contemplação ou de retrocesso às mudanças.

As transformações na gestão do Estado brasileiro, ainda segundo Brito e Ferreira (2015), estão embasadas na cartilha do Consenso de Washington. Efetivação ocorrida por meio de ajustes impostos pelo FMI e Banco Mundial, como condição necessária para a concessão de empréstimos. Brito e Ferreira (2015) citam Jorge Nef (2010), para o qual existem três grandes tensões estruturais da América Latina resultantes dessas imposições, que ratificam a necessidade da criação de um modelo próprio de governabilidade: a extrema

⁴⁶ Psicologia Social e trabalho [recurso eletrônico]: perspectivas críticas / organizadores Maria Chalfin Coutinho, Odair Furtado, Tânia Regina Raitz; coordenadores da coleção Ana Lúcia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. Florianópolis: ABRAPSO Editora: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2015. Disponível em http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20150211153456.pdf

vulnerabilidade social e crescimento fraco e instável; Impactos da extrema desigualdade que acirram conflitos e dificultam consensos; Fraca legitimidade interna dos sistemas institucionais.

O Governo de Minas Gerais inseria-se no contexto político mundial que apontava para implantação de reformas na educação estatal e/ou públicas,⁴⁷ propostas por organismos internacionais. Libâneo (2012) menciona alguns documentos que se tornaram marcos importantes de decisões globais e que tiveram influência nas transformações da educação ocorridas no Brasil, são eles:

- Conferência Mundial sobre Educação para todos, em 1990, realizado em Jomtien, Tailândia, patrocinado pelo Banco Mundial, cujo objetivo era a elaboração de estratégias de universalização do ensino e de adequação da educação às novas demandas do mercado. A conferência e o documento elaborado tratam a educação pública como êmpulsão natural e utilitarista ao mercado e ao desenvolvimento produtivo capitalista. Propõem a massificação da escolarização, a perda do processo educativo de acontecimento cultural, pensamento, linguagem, inteligência e saberes.

- A Declaração Mundial da Conferência de Jomtien pela a universalização da educação; Adoção das competências para o atendimento das necessidades mínimas da população, alterando o espaço escolar do conhecimento para um espaço ampliado a novas demandas; Enxugamento das contas públicas, como eficiência administrativa; Narrativa de convencimento da modernização necessária/natural; Discursos para a adequação do espaço escolar contando apenas com os sujeitos envolvidos; Demanda aos governos nacionais para expansão da rede de educação pública sem expandir proporcionalmente os investimentos no setor, apelando ao voluntarismo e comunitarismo ou incentivando parcerias público-privadas; Ampliar o acesso à educação pública, Culpabilizando exclusivamente ao modelo anterior de gestão. (Libâneo, 2012).

Nesse contexto de imposição de organismos internacionais, a universalização da educação básica, em concomitância com enxugamento de gastos públicos, apresentava contradições: mais educandos com demandas específicas e necessidade de mais recursos, em contraponto ao modelo de Estado mínimo, que prevê menos recursos para educação. Para Coelho (2009), existiu nos anos noventa uma tendência global de extensão do direito à educação a todos os cidadãos, pressionando os países pobres para a execução das reformas, obrigação da melhoria da qualidade do ensino e ampliação dos instrumentos de avaliação dos

⁴⁷

resultados. Para além de ser uma tendência, como analisa o autor, os movimentos sociais, principalmente os movimentos docentes, no Brasil, lutavam por uma educação inclusiva desde a década de 1960, respeitando as especificações.

Coelho (2009 p. 61) informa a presença de representantes de novos segmentos populacionais na escola e apresenta dados que apontam uma queda nos índices de desempenho. O autor alerta, no entanto, para o fato de que não há estudos que comprovem uma piora dos sistemas educacionais com o ingresso de alunos de famílias mais humildes e menos escolarizadas, que não existem evidências nesse sentido. No entanto, o baixo rendimento de escolas às quais não se destinam investimentos compatíveis com as necessidades para a melhora de desempenho são frequentemente justificados por uma deficiência intelectual dos alunos e pela ineficiência dos educadores.

A reação do movimento docente, diante das reformas estruturais efetuadas no modelo educacional público brasileiro, a partir dos anos noventa, como forma de luta, é de negação ao trabalho, que podemos entender como parte do processo de relação da classe trabalhadora com o trabalho⁴⁸. Entendimento compartilhado por Duarte e Ferreira (2015), que apontam a desistência dos docentes ao trabalho com três especificações: desistência de fato, quando se solicita a exoneração por não acreditar na melhoria; desistência-permanência: quando se permanece no cargo sem, no entanto, o investir no fazer pedagógico; desistência-resistência: quando se permanece no cargo, militando em prol de mudanças.

As subjetividades dos sentidos do trabalho, presentes nas falas dos sujeitos analisados nesta tese, demonstram que as três desistências mencionadas acima são identificadas tanto individualmente quanto coletivamente, porém, a greve e o movimento de 2011, apontam para o enfrentamento propositivo desse contexto. Ao se posicionarem com propostas e lutas pela educação, os trabalhadores da Educação de Minas Gerais se contrapõem à análise de desistência ou de resistência apenas, o que pode ser interpretado como aceitação da política estatal. Esses trabalhadores apresentam-se, no entanto, como propositores das políticas públicas, o que nos parece mais apropriado ao que se reivindica nos movimentos.

As políticas públicas educacionais podem ser interpretadas como o resultante do encontro entre propostas construídas pela coletividade e gestores, ou apenas por gestores, impostas aos trabalhadores. Nessa relação entre o prescrito e ideal, há um mundo de subjetividades, que não trabalharemos nesta tese apesar de sua relevância. Porém, alguns

⁴⁸ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª edição. São Paulo: Boitempo, 2001.

estudos nos levam a pensar sobre as características dos trabalhadores da educação, suas modificações históricas e suas relações com as reformas educacionais, implantadas no Brasil a partir dos anos noventa, que provocam as transformações necessárias.

O Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO) elaborou, entre outros, um estudo sobre o perfil dos trabalhadores docentes, em sete estados brasileiros⁴⁹, inclusive em Minas Gerais. No primeiro capítulo *Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura panorâmica*, Souza e Gouveia (2012) apresentam dados referentes ao perfil dos trabalhadores, que nos ajudam a pensar mais profundamente sobre quem são esses trabalhadores.

Esses mesmos autores analisam as mudanças sucedidas no panorama da educação básica brasileira nos últimos 17 anos, ou seja, desde o início das reformas educacionais de 1995. Eles se propõem a investigar as derivações dos movimentos políticos na objetividade do trabalho na escola pública. O artigo coteja os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar com dados advindos de um levantamento (*survey*), conduzido pela pesquisa *Trabalho docente na educação básica no Brasil*, coordenado pela pesquisa do GESTRADO/UFMG.

Souza e Gouveia (2012, p. 20) apresentam as novas configurações da educação pública, ocorridas após as mudanças propostas nos marcos das reformas. Dentre os impactos gerados por tais mudanças, derivadas das reformas educacionais, que abrangeram um universo maior que o Brasil, posto que se disseminaram pela América Latina, destacam-se: a) Ampliação quantitativa da profissão docente. b) Crescente heterogeneidade do trabalho docente. c) Crescentes graus de desigualdade entre os docentes. d) Deterioração das recompensas materiais e simbólicas. e) Crescentes consequências no plano subjetivo.

Segundo Souza e Gouveia (2012, p. 21), o estudo do GESTRADO apresenta dados dos trabalhadores docentes, coletados por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos anos de 1997 e 2007. Nesse levantamento, foram apresentados também dados do Censo Escolar dos mesmos anos, são eles:

Tabela 1, 1997/2007. Distribuição percentual dos Professores da Educação Básica Pública por gênero e série:

Professores	1997	2007

⁴⁹ ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

Masculino	4ª Série	8,7	13
	8ª Série	35,6	33,6
	3º Ano EM	54,9	45,9
	Total	28,6	24,7
Feminino	4ª Série	91,3	86,3
	8ª Série	64,4	66,6
	3º Ano EM	45,1	52,8
	Total	71,4	74,8

Fonte: MEC/INEP 1997 E 2007

Apesar de a tabela acima apresentar crescimento e aumento da população masculina na educação básica, o perfil dos trabalhadores da Educação no Brasil, continua predominantemente feminino.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos Professores da Educação Básica por idade:

	1997	2007	Survey
Menos de 17 anos	0,2	3,3	5,7
De 17 a 20 anos	1,9		
De 21 a 25 anos	11,8		
De 26 a 30 anos	17,7	12,6	12,1
De 31 a 35 anos	18,9	35,2	32,4
De 36 a 40 anos	17,4		
De 41 a 45 anos	16,9		
De 46 a 50 anos	10	14,7	15,5
De 51 a 55 anos	3,9	9,8	10,2
Mais de 56 anos	1,4	5,2	7,4

Fonte: MEC/INEP, 1997 e 2007

De acordo com o gráfico, há mudanças no que tange à idade dos trabalhadores docentes. Eles estão, em média, mais velhos que outrora. O grupo correspondente aos docentes com idade superior a 41 anos representava 32% em 1997 e em 2007, e, em 2010, representava 50%. Para Souza e Gouveia (2012, p. 23), essa situação parece expressar um evidente impacto das reformas previdenciárias ocorridas na década de 1990.

Tabela 3: Distribuição percentual dos Professores da Educação Básica por experiência profissional:

Intervalo	1997	2007	Survey
Menos de 01 ano	5,7	2,5	5,4
De 01 a 02 anos	21,9	3,9	8,9
De 03 a 05 anos		10,7	8,3
De 06 a 10 anos	23,2	17,5	20
De 11 a 15 anos	19,7	23,1	16,5
De 16 a 20 anos		16,8	36,8
De 21 a 25 anos	9,4	25,5	
Mais de 25 anos	5,2		
Acima de 30 anos			4

Fonte: MEC/INEP, 1997 E 2007; GESTRADO, UFMG, Base de Dados TDEBB, 2010.

Tabela 4: Distribuição percentual dos professores de Educação Básica por nível de formação:

Intervalo	1997	2007	Survey
Nenhum	0,4	0,1	1,2
Ensino Fundamental ó 4ª série	1,1		
Ensino Fundamental 8ª série	1,4		
Ensino Médio ó Magistério	36	11,3	14,8
Ensino Médio ó Outros	8,4	1,7	
Superior - Licenciatura	44,3	43,9	84
Superior ó Outros	8,5	13,2	
Superior ó Pedagogia		26	
Superior ó Normal Superior		3,9	
Pós-Graduação	12,4	48,6	51,9

Fonte: MEC/INEP, 1997 E 2007; GESTRADO, UFMG, Base de Dados TDEBB, 2010

Se, por um lado, a tabela 3 demonstra a ampliação da experiência profissional dos trabalhadores muito vinculada ao aumento da idade dos mesmos, por outro, quando observamos a tabela 4, que apresenta a formação dos trabalhadores, verificamos um aumento significativo no nível de formação. São mudanças constatadas, sobretudo, na graduação e na pós-graduação. Souza e Gouveia (2012, p. 25) têm por hipótese que esse aumento do desenvolvimento científico e tecnológico deve-se, de um lado, à pressão dos sindicatos, de outro, às cobranças exercidas pelas reformas educacionais.

Na pauta de reivindicações dos trabalhadores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, três principais questões foram levantadas: os problemas relacionados à lei n. 100, a exigência de cumprimento do piso salarial nacional, a de reajuste salarial compatível com os índices econômicos reais e o ajuste do plano de carreira às aspirações da classe. Ainda segundo Souza e Gouveia (2012, p. 28), o salário constitui-se como o aspecto que sempre mais se destaca na discussão profissional, entre os docentes na educação básica. A luta desses profissionais por valorização passa, necessariamente, pela valorização salarial, historicamente defasada na realidade brasileira.

Tabela 8: Diferença entre o salário recebido pelos mais experientes e o recebido pelos menos experientes ó Docentes da Escola Básica Pública:

	1997	2007
Diferença	155%	125%

Fonte: MEC/INEP, 1997 E 2007; GESTRADO, UFMG, Base de Dados TDEBB, 2010

Se os vencimentos salariais e o planejamento de conquistas ao longo da carreira da categoria são lutas históricas dos trabalhadores da Educação no Brasil, no caso de Minas Gerais, como o Estado responde as estas demandas?

Podemos analisar as políticas de educação implantadas pelo estado de Minas Gerais a partir do Choque de Gestão. Usamos as definições de tal período, que emergem em 2003, durante os períodos de governo do PSDB: Aécio Neves, até o ano de 2010, tendo continuidade com seu sucessor Antonio Anastasia, a partir de 2011.

Podemos compreender Choque de Gestão⁵⁰, como um conjunto de medidas para a reforma do setor público estadual de Minas Gerais, visando a otimização dos investimentos

⁵⁰ Utilizamos a definição de "Choque de Gestão", utilizadas pelos autores Matusalém de Brito Duarte e João Leite Ferreira Neto, no artigo: *Implicações da reestruturação da carreira pelo "Choque de Gestão" na subjetividade de docentes da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais*, Matusalém de Brito Duarte e João Leite Ferreira Neto.

públicos, a partir da descentralização da administração; da gestão por resultados; da incorporação de práticas de avaliação de desempenho institucional e individual e da reformulação da carreira, com a implantação de bônus por produtividade. Essas medidas eram justificadas por um discurso de modernização da administração pública, de racionalização dos gastos e da necessidade de monitoramento para avaliação. Durante o período de 2003-2006, esse discurso foi fortalecido também pela Consultoria do Banco Mundial e do BIRD, seguindo estratégias da teoria da administração e de recursos humanos. (Duarte e Ferreira, 2015)

Tal concepção de gestão pública tem sua implantação efetivada para além da administração de pessoal, por meio de leis que subsidiam tais ações, são elas: lei n. 14694, de 2003, reformulada pela lei n. 17600, de 2008: Acordo de Resultados: ajuste financeiro das instituições às metas estipuladas, inserção das avaliações de desempenho institucional e individual, prêmio por produtividade, a partir do tripé: disponibilidade orçamentária, cumprimento das metas e avaliações de desempenho.

Se, por um lado, o Choque de Gestão apontava para a teoria liberal, que se caracteriza, entre outras, pela adoção do Estado mínimo, cujo discurso se justificava como meta de otimização gerencial, esse modelo se revela extremamente precário no que se refere ao cumprimento dos direitos dos trabalhadores, seja no aspecto legal, seja no reconhecimento das lutas sociais como propositivas de políticas sociais.

Os trabalhadores da Rede Estadual de Minas Gerais enfrentavam, além da defasagem salarial acumulada nos anos 2000, a divisão da categoria em contratos precários de trabalho, contrariando o que determina a Constituição Federal de 1988, artigo 37: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego. A realidade da maioria dos profissionais da Educação de Minas Gerais enquadrava-se em outros dois tipos de contratação aos quais não eram estendidos os mesmos direitos dos que pertenciam ao regime estatutário, como estabilidade, por exemplo. A situação funcional da

Referendamos aqui também as análises da gestão pública deste período que consta em duas obras do autor Durval Ângelo de Andrade, são elas:

ANDRADE, Durval Ângelo. Herança Maldita: O Desgoverno Tucano em Minas. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Expressa, 2015.

ANDRADE, Durval Ângelo. Tempos Sombrios: Escrito Político 2015. Belo Horizonte: O Lutador, 2015.

categoria era composta por três tipos de vínculos trabalhistas: o professor efetivo, o efetivado e o contratado. (Duarte e Ferreira 2015)

Segundo o GESTRADO, em 2011 havia na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais: Profissionais estatutários efetivos: 42,8%. Designados, ou contratados: 31,4%. Efetivados pela lei n. 100/2007: 24,4%.

A lei n. 100/2007, instituída pelo então governador Aécio Neves, criou a categoria dos efetivados sem prestação de concurso público. Aos milhares de profissionais designados, que teriam seus contratos finalizados no final de cada ano, garantiu-se o direito de permanecerem nas vagas. Esses profissionais foram incorporados ao regime da previdência. (Duarte e Ferreira 2015)

Essa Lei não garantiu, no entanto, o direito à estabilidade, podendo o docente ser realocado ou destituído, caso ocorresse a realização de concurso público de provas e títulos. Posicionando-se sobre essa questão, o Supremo Tribunal Federal (STF) propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n. 4876), sob a alegação de violação aos princípios da isonomia, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da obrigatoriedade de concurso público, presentes na CF/88. (ANDRADE, Ângelo Durval, 2015)

Na opinião de Duarte e Ferreira (2015), houve *Automatismo* da transposição da lógica empresarial para a educação, o que se caracterizou como desconsideração às especificidades da educação enquanto formação humana e intelectual, que a difere da lógica produção-produto do setor privado. A precarização das condições do trabalho na rede pública do estado de Minas Gerais, principalmente com relação às questões salariais e de carreira, torna tal transposição, iminentemente perversa e desestimuladora.

Era pretendida pelo Governo a transformação da remuneração do servidor, composta por vencimento básico e vantagens, em subsídio. No entanto, a implantação dessa nova forma de remuneração gera um amplo debate no âmbito do serviço público do Estado, uma vez que os servidores eram enquadrados em três planos de carreira. O dos servidores efetivos previa o acréscimo, por tempo de serviço, à remuneração, de um percentual sobre o vencimento básico: o biênio, além do direito a férias prêmio e a aposentadoria integral.

Entretanto, essa forma de pagamento se encerraria com a aposentadoria. Desse fato decorre a opção pelos servidores de permanecerem, por mais tempo, na ativa. Os contratados como designados e os efetivados pela lei n. 100/2007 não eram contemplados por esses mesmos direitos, já que não tinham seus contratos regidos pela mesma lei. Assim, a reivindicação dos trabalhadores era pelo aumento do vencimento básico, uma vez que,

efetivada como subsídio, a remuneração dos professores poderia ser alterada, pelo Governo, a qualquer momento.

O levantamento realizado pelo Sindifisco-MG, avaliando o investimento dos estados brasileiros em educação comparado à receita corrente líquida de cada estado, aponta Minas Gerais como penúltimo colocado em 2011. Havia um déficit em Minas Gerais de um milhão e meio de vagas de professores para educação básica. Um dos entrevistados fala do imaginário de parte dos trabalhadores docentes diante dessa situação:

Mas cê sabe uma coisa que é curiosa, que, por exemplo, que, e essa dinâmica do imagético, é interessante pensar que eu convivi com professores mais velhos dizer *õmas eu na década de 80 eu cheguei a ganhar 10 salários mínimos*, então, assim, ele anunciar 10 salários mínimos é um status, e o salário mínimo era 60 reais, 90 reais, não dava nem 900 reais, então, assim, eu ganho 10 salários mínimos. Se pegasse esse calculo aí, então, tem essa coisa de como você se colcada diante do fato real, imageticamente o seu status social, õporque ele é professor, ele foi à universidade, ele conheceõ, né? (Mikhail)

Os trabalhadores afirmam que, por haver uma separação entre professores beneficiados e os não beneficiados, em função dos distintos contratos, a precariedade das contratações parecia, para alguns, um alívio, por ter assegurada a sua permanência no trabalho, mas, mesmo entre eles, existia uma discussão em torno da ilegalidade da manobra do Governo.

A efetivação da lei 100 ocorre em 2007. Ali aconteceu uma coisa... as assembleias do sindicato já eram bem grandes e expressivas. E eu lembro que eu, junto com um grupo do sindicato, com visões muito destoantes entre nós, mas a gente pegou aquilo e vimos que, pelo menos, na minha opinião, aquilo representava um grande golpe pros trabalhadores, porque o que ele tava fazendo era claramente inconstitucional. Era aquilo que, na década de 80, ou antes da constituição de 88, era o trem da alegria, ou seja, cê pegava uma galera sem curso e falava que eram servidores públicos e que se dane, o problema que isso podia acontecer com um grande número de trabalhadores, tava acontecendo com uma categoria de cento e tantos mil trabalhadores. Eu, particularmente, subi no palanque e disse *õgente, não pode, o que a gente ta fazendo é rasgar a constituição*, e o problema de rasgar a constituição, nesse caso específico, é que, como isso, tá beneficiando a gente, isso pode virar, como de fato foi um grande cabide de emprego pra eu fazer o que eu quiser do Estado. (Mikhail)

Para o trabalhador, a efetivação era uma manobra política para efetivar, na prática, a política de enxugamento financeiro do estado.

Todo mundo sabe que o Estado não é público, mas entre ele não ser público e se tornar totalmente privado tem uma diferença aí, e eu não posso aceitar só porque esát me beneficiando em alguma medida e falar: então toma o

Estado procê. Porque se ele tava efetivando cento e tantos mil trabalhadores, ele tava dizendo que tinha vaga dentro do Estado pra cento e tantos mil trabalhadores. Que fizesse um concurso, babaca: - Que cor é a do cavalo branco de Napoleão? Mas que então tornasse aqueles trabalhadores efetivos a partir de concurso, de acordo com a legislação e que, de fato, garantiria aqueles trabalhadores.

E aí o Governo foi mestre, porque ele brincou com a categoria, ele jogou a gente pra um lado e pro outro, e, na hora que ele viu que uma galera topou o papo da efetivação, ele disse: agora deixa as piranhas se comer, e a gente se comeu e tá se comendo até agora. Se você ver, tem um grupo do *facebook* dos atingidos pela lei 100, me dá vergonha, me dá tristeza, dá pena, dá nojo, todas palavras depreciativas que a gente possa imaginar, porque, assim, é gente pedindo missa, corrente de oração, é apelo aos governantes da direita, é o que há de mais absurdo possível. É de você olhar e falar assim: como que os meus companheiros de profissão chegaram nesse ponto. (Mikhail)

O que relata o trabalhador pode ser explicado como precarização do trabalho, da vida profissional e social do sujeito, levando-o a buscar soluções imediatas para questões imediatas da sobrevivência como trabalho precário. Além da relação de dependência e da alienação embutidas na subjetividade dos trabalhadores.

Se você tivesse há um dia, seis horas no serviço, no cargo, você tava efetivado no Estado. Só que com uma característica, você está efetivado nos quadros do Estado, com a quantidade de aula que seu cargo tinha e na escola em que você estava. Não. não pode nada. Tem que ficar quieto. O que ele fez foi o seguinte, ele jogou: cês vão cumprir o que eu to falando e não vão reclamar. Vai criando problema, porque tem, a partir de agora, o que você já tinha de complicado, dois tipos de funcionários: os designados e os efetivos, agora você tem três: designados, efetivos e efetivados, que é essa terceira coisa criada pela lei 100. Porque ali no interior tem problemas que são de estratégia. Então vamos supor, o trabalhador efetivado, ele não precisa de renovar o contrato dele, mas ele pode ser dispensado a qualquer momento, igualzinho designado. (Mikhail)

Ao analisar as estratégias do Governo, o trabalhador analisa também a precarização das condições de trabalho e de vínculo empregatício, sendo que, para ele e para alguns trabalhadores, uma solução inicial seria a garantia da vaga e da permanência no emprego.

Os efetivados (lei 100) tinham um treta ainda em relação à mexida dentro do plano de carreira, só que já tinha uma sedução em relação àquele Governo, que era o Anastasia na época, porque ele fez a lei 100, desde 2007 eu não preciso de ficar na porta de escola, porque é uma humilhação não é. Cara, todo ano muda, teve ano que, eu sou da época que filosofia não era obrigatório nas escolas, eu fui a pé do Betânia até o Santa Tereza, caminhando e embocetando pra dentro de escola, pra ver se aquela escola ofertava ou não filosofia, pra deixar o meu nome, e caso ofertasse, pra eu ver se eu tinha ficado com alguma colocação possível pra voltar naquela escola

pro dia da designação e, às vezes, era no mesmo dia e horário nas escolas, nem sempre era divulgado no pólo, teve ano, por exemplo, que o trabalhador tinha que escolher 10 escola que ele gostaria de dar aula, como se ele tivesse com burro na sombra e dissesse a num sei, por mim trabalhava ali e ali, mas lá não. Nós estamos pegando qualquer biboca que aparecer na frente, porque é o trabalhador precarizado, não é uma questão de: - Ohhhh a formação humanista!! Não, nós estamos precisando trabalhar, eu não tô apoiando isso não, mas é verdade. Ele já tinha dado o primeiro tapa na categoria, que era dividir a gente, e ele dividiu, na hora que ele vem com isso, pros trabalhadores designados que, não têm plano de carreira, pros efetivados, onde isso não tava claro, permanecer no plano antigo era importante pros efetivos, e, mesmo assim, sob duas condições: aqueles que fossem capazes de fazer uma leitura histórica do próprio salário e que não estivessem em condições absolutas de precarização. Tipo, o que eu quero dizer com isso? - Eu preciso desses 300,00 (trezentos reais) pra pagar a conta de agora, porque eu to passando necessidade agora. (Mikhail)

Se a lei n. 100/2007 significava a oficialização da precarização do trabalho para os trabalhadores da Educação, causando rupturas na categoria, entre os seus membros e representantes sindicais, entre trabalhadores e Governo, outro elemento, também legal, ou o descumprimento do mesmo, levará os trabalhadores a questionarem a situação de trabalho e de rendimentos, a chamada Lei do Piso Nacional.

A lei 11.738/2008, conhecida como lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), ao ser promulgada, obriga os governos estaduais de todo o país ao cumprimento do valor estipulado por ela. Essa lei significou a oficialização de uma histórica reivindicação dos profissionais da Educação e gerou, naturalmente, uma enorme expectativa positiva.

Ao ser promulgada, cinco estados da federação (RS, CE, SC, PR e MS) ingressaram na justiça com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a de n. 4.167, na tentativa de impedir a sua execução. Essa Ação significou a destruição de dois pilares fundamentais da Lei do Piso, a saber: o piso enquanto vencimento básico e o terço de tempo extraclasse. O STF, em um primeiro momento, garantiu a liminar, e com isso suspendeu a lei federal até o julgamento do mérito.

Tal fato acontecera somente em abril de 2011, quando o STF, mudando a perspectiva apontada na apressada liminar, considerou, corretamente, que o piso é salário inicial, vencimento básico, e não remuneração total. Considerou, ainda, toda a Lei do Piso como constitucional, inclusive o terço de tempo extraclasse, e que deveria ser aplicada na sua plenitude.

Mas, a partir daí, quando considerada encerrada qualquer possibilidade de alterar a norma instituída em lei federal, o governo do estado de Minas Gerais colocou em prática a ADI n. 4.167, rejeitada pelo STF, ao transformar o antigo sistema de vencimento básico, em

vigência até então, em remuneração total, ou seja, em forma de subsídio⁵¹. Sobre essa questão assim se pronunciou um dos trabalhadores entrevistados:

O piso, que era presente na constituição desde 1988, levou tempo a ser regulamentado na forma de lei. Quando a lei foi criada houve aquela contestação dos governadores, incluindo o de Minas Gerais, a maioria dos governadores contestou o pagamento do piso nacional. Então tivemos todo aquele período, até o julgamento pelo supremo, e, logo em seguida, o julgamento pelo supremo, mas, mesmo assim, a lei oferecendo interpretações variadas. A principal questão: eu mesmo, quando vi o texto da lei, observava lá aquela questão da proporcionalidade, que falava de 40 horas e vinha a discussão. Não, mas ela não está tratando de 40 horas, fala de até 40 horas, ah, que bom. Mas à medida que você vai descendo o texto, você vê lá a palavra mágica: õproporcionalidadeö. E foi nesse termo õproporcionalidadeö que o governo de Minas encontrou a forma de não cumprimento do piso, de não pagamento do piso. (Wladimir)

A lei n. 11.738/2008 exigia como piso salarial mínimo o valor de R\$ 1.187,00 (hum mil, cento e oitenta e sete reais), US\$ 719,17, setecentos e dezenove reais e dezessete centavos de dólar (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁵², por uma jornada de até 40 horas, para o profissional com ensino médio. Assegurava também um terço da jornada de trabalho para as atividades extraclasse. Considerando as tabelas salariais dos estados, Minas Gerais, apesar de se colocar entre os três estados mais ricos da federação, pagava o menor piso salarial: o equivalente a R\$ 369,00 (trezentos e sessenta e nove reais), US\$ 223,60, duzentos e vinte e três dólares e sessenta centavos de dólar, (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁵³ por uma jornada de 24 horas, ou R\$ 616,00 (seiscentos e dezesseis reais), US\$ 373,28, trezentos e setenta e três dólares e vinte e oito

⁵¹ A pesquisa inicial sobre o andamento das discussões legais, a reconstituição do processo de disputa legal e discussão entre os trabalhadores, se basearam no Blog do professor Euller, um professor militante que constituía suas análises para divulgação para todos os trabalhadores.

⁵² O valor referente a cotação dos valores em dólar, se referendou a dados do Banco Central do Brasil, nas seguintes referências:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>

<http://www.idealsoftwares.com.br/indices/dolar2011.html>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

<http://financeone.com.br/moedas/cotacoes-do-dolar>

⁵³ Idem.

centavos de dólar (cotação referente a 01/01/2011, com valor do dólar de US\$ 1,6502)⁵⁴ por uma jornada de 40 horas.

As gestões ineficientes dos governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia demandaram o pragmatismo liberal necessário à gestão do Governo de Minas Gerais, no intuito de conter as demandas sociais que eclodiam em manifestações populares, em greves de trabalhadores e na greve dos trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais em 2011.

Durante os governos de Aécio Neves (2003-2010) e Antonio Anastasia (2010-2014) foram feitas diversas reformas na gestão do estado, nomeadas *Choque de Gestão*, um conjunto de práticas implantadas no intuito de diminuir os gastos públicos. Porém, tais práticas resultaram em demissões de trabalhadores de vários setores, inclusive da Educação, na precarização dos contratos de trabalho e de cargos, dos planos de carreira e dos salários, e, conseqüentemente, da precarização do próprio ensino, gerada pela superlotação das salas de aula, por exemplo, acarretando ainda mais dificuldades para o trabalho docente.

A primeira medida tomada pelo governo do estado, com relação à educação, aconteceu já no início da gestão, em 2003, por meio da resolução n. 428, que impôs o remanejamento dos professores com formação adequada ao ensino de alunos de primeira a quarta séries para lecionarem para as turmas de quinta a oitava séries, o que implicou, além da demissão de cerca de sete mil professores designados, segundo informações do próprio Sind-UTE MG, na utilização de profissionais com habilitação inadequada para assumissem as aulas das turmas de quinta a oitava séries.⁵⁵

No Choque de Gestão, os resultados finais eram definidos a priori e prevaleciam sobre os processos, importando ao Governo apenas o alcance dos índices estipulados, ou seja, desconsiderando-se a precariedade das condições de organização do trabalho dos professores.

O autor Augusto (2012, p.700), no artigo *Regulação Educativa e Trabalho Docente em Minas Gerais: A Obrigação de Resultados*.⁵⁶, apresenta uma entrevista com John Brisco, Diretor do Banco Mundial, publicada, em 2008, no Jornal da Gazeta Mercantil, onde relata que os especialistas do Banco Mundial Internacional trabalharam, em conjunto com a equipe do Governo de Minas Gerais, em um projeto de reestruturação do estado. O resultado dessa parceria representou um empréstimo de US\$ 976 milhões ao estado de Minas Gerais.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Jornal Estado de Minas, 18 de agosto de 2003.

⁵⁶ <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/11.pdf>

Os condicionantes dessa política organizavam os professores em três distintas situações funcionais: os efetivos (ingressos por concurso público); Os efetivados (professores contratados conforme o que estabelecem emenda constitucional n. 49/2001 e a lei complementar n. 100/2007) e os designados (contratos temporários). Os direitos de trabalho são distintos, sendo que os efetivados e os designados não integram os planos de carreira e não têm a estabilidade constitucional. A diferença entre eles é que os efetivados têm a vaga garantida nas escolas públicas estaduais até seu preenchimento por um professor concursado.

Os professores que ingressaram no serviço público do estado, a partir de 2003, têm suas carreiras profissionais regidas exclusivamente pelo desempenho e não têm direito a alguns benefícios decorrentes do tempo de trabalho, estando sujeitos às situações de maior precariedade e instabilidade no trabalho.

Após 10 anos de cortes de recursos para a educação e o conseqüente empobrecimento dos docentes, cresceu a adesão ao grupo de professores que reivindicavam o pagamento do piso salarial nacional, instituído por lei, desde 2008, que o governo do estado se negava a implementar. O valor do piso nacional era de R\$ 1.187,00. Pelo cálculo do sindicato, a reivindicação inicial era por um valor que ultrapassava o da instituição legal do piso, o equivalente a R\$ 1.590,00.

A discussão em torno do subsídio foi longa. Em 2016, ela ainda não havia terminado, pois discutir a implantação do sistema de subsídio significava para os trabalhadores discutir a valorização da carreira docente, em termos financeiros, de curto e longo prazos. Como o foco desta tese, enquanto objeto de pesquisa, foi a Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais, ocorrida em 2011, o subsídio seria um tema sobre o qual esta pesquisa poderia tratar, porém, encontraria certos obstáculos, por se tratar de um assunto que envolve a análise de elementos temporais, sujeitos, e processos sociais muito distintos a esta tese. Entretanto, na busca de material de pesquisa, no movimento de 2011 identificamos questões e apontamentos que podem contribuir para análises posteriores.

Duarte e Ferreira (2015) nos apresentam medidas que foram implementadas na carreira docente em Minas Gerais. Segundo os autores, tratam-se de ações ligadas à lógica do enxugamento e da eficiência da administração dos recursos públicos que estruturam o plano de carreira em cinco níveis, são eles: vencimento básico; gratificação de incentivo à docência; gratificação de educação especial; gratificação por curso de pós-graduação e por regime especial de trabalho. Porém, existia uma tentativa no sentido de que esses níveis fossem aglutinados e pagos ao trabalhador sob a forma de subsídio.

Depois da greve de 2011, podemos afirmar que o direito à participação dos trabalhadores na elaboração da carreira docente, antes acordado entre sindicato e Estado, foi descumprido pelo Governo, que impôs o subsídio como forma de remuneração, o que contrariou o apelo midiático dos trabalhadores por melhorias na carreira dos servidores e do ensino, tido como uma das principais reivindicações da pauta de greve.

O discurso do Estado, com relação à nova carreira, defendia como argumento principal a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. A consecução desse objetivo, na ótica neoliberal, passava necessariamente pela tomada de medidas que resultassem em maior eficiência. Assim, o nivelamento dos docentes foi uma estratégia adotada pelos gestores que aos novos professores contratados passava-se uma sensação de valorização da carreira, o que não condizia com a realidade, uma vez que esta mesma medida significava a estagnação na carreira de docentes mais antigos.

Duarte e Ferreira (2015, p. 56) argumentam que a implementação do Subsídio fortaleceu o Governo, o que as autoras chamaram de incentivo à ódesistência-permanência, que seria menos nociva aos cofres públicos e ao quadro de pessoal do que a da desistência de fato, pois o sujeito desiste de lutar por direitos, pela política educacional mais ampliada aos direitos, mas legalmente permanece no cargo⁵⁷

Augusto (2012), em artigo intitulado, *Regulação Educativa e Trabalho Docente em Minas Gerais: A Obrigação de Resultados*.⁵⁸, explica que os rendimentos da carreira, pagos em forma de subsídio, ajustam-se a outras duas políticas: a que estabelece parâmetros de avaliação e a pautada em resultados das atividades docentes. Trata-se esse artigo de um estudo sobre as políticas de obrigação de resultados como regulação educativa, com propósito de obter maior eficácia escolar, e de seus efeitos sobre o trabalho docente na Rede Estadual de Minas Gerais. As medidas são tomadas pelo Governo, que, nos sistemas de avaliação em larga escala, definidos sem a participação da classe docente, responsabiliza os professores pelo êxito ou fracasso dos alunos, não se levando em consideração as condições de trabalho.

Essa mesma autora utiliza, dentre outras fontes, documentos do Governo, relacionados ao Choque de Gestão, e uma pesquisa de campo, realizada junto aos Núcleos de Inspeção Escolar, em três Superintendências Regionais de Ensino, abrangendo, além de Belo Horizonte, outros 36 municípios do entorno da Capital, durante o primeiro semestre de 2009.

⁵⁷ DUARTE e FERREIRA. Capítulo 3, A Carreira e A Remuneração dos Docentes Mineiros in: O Trabalho Docente na Educação Básica em Minas Gerais / Org. Adriana Duarte... [et all]. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

⁵⁸ <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/11.pdf>

A pesquisa acompanhou as reuniões junto aos Núcleos de Inspeção Escolar com os diretores e professores para orientação sobre as medidas em vigência. Para a autora, o conceito de regulação se apresenta sob dois aspectos: o modo de produção e o sistema de aplicação da medida. Ela utiliza a conceituação dos autores Maroy e Dupriez (2000) para regulação institucional, coordenação, controle e influência de uma autoridade e do autor Reynaud (1997, 2003), para conceitos de regulação de controle e autoridade institucional; Regulação situacional, definida por Reynaud (1997, 2003). O conceito de regulação situacional abrange as ações dos atores locais podendo se apropriar ou discordar.

Demailly (2004) informa que a obrigação de resultados na educação surge na França, nos anos 1980, ligada ao New Public Management, e pode ser encontrada com outras denominações, como accountability (sistema de avaliação, prestação de contas e responsabilização). Essa medida é representada por um conjunto de estratégias globais dos serviços educacionais, tendo em vista a necessidade de ajustá-los às exigências dos organismos financeiros internacionais e adequá-los às demandas econômicas do capitalismo. A avaliação por resultados deveria resultar de uma incitativa que visasse favorecer o alcance de melhor desempenho escolar, e não de uma imposição dos governantes, em que as decisões fossem tomadas sem a participação e o envolvimento dos atores locais no processo.

Lessard (2009) define regulação pelos resultados como um conjunto de medidas de caráter compulsório, com o objetivo de produzir metas, repousando-se sobre sistemas de avaliação e indicadores estabelecidos para medir desempenhos, bem como sobre listas de classificação de escolas. O autor comenta que as escolas que apresentam melhores resultados são sempre as mesmas ó aquelas localizadas nos meios urbanos, socialmente mais favorecidos ó, as quais têm um maior poder de atração sobre professores e alunos. Já as escolas localizadas em meio popular, desfavorecido, encontram-se em uma situação desfavorável em relação ao alcance das metas estabelecidas, muitas vezes sem exercer participação da comunidade escolar.

Sobre essa questão, um dos entrevistados nesta pesquisa relata que os trabalhadores, talvez não em sua maioria, mas os mais participativos no processo grevista avaliavam a política do Estado, especialmente a do Subsídio, como agressão aos seus direitos, representando um retrocesso na organização da carreira. Porém, o empobrecimento da categoria, associado ao desgaste do movimento grevista de 2011, enfraqueceu a possibilidade de reação dos grevistas.

A categoria encontrava-se muito empobrecida. Nós tínhamos um período grande sem reajuste, aliás, com reajustes e sem aumentos salariais. Nós tínhamos uma carreira congelada. Então, toda essa insatisfação vem à tona. As condições de trabalho, que não eram das melhores. A situação dos prédios escolares, que estavam deteriorados. Equipamentos, material de trabalho nas escolas, praticamente inexistentes. Então, toda essa situação da estrutura, do empobrecimento do professor, isso a gente via claramente, vê claramente a situação desse empobrecimento. Isso pesou muito, então nós vamos ter uma greve com esse caráter reivindicatório salarial. No meu modo de entender, foi o principal. Porque era uma esperança. (Gallo)

Os trabalhadores regressaram ao trabalho, mas continuaram articulando, mesmo não sendo por meio de greve ou paralisação do trabalho, como evidencia comunicado abaixo:

Cada uma das 3.700 escolas de Minas Gerais é hoje um **reduto de resistência** e de divulgação daquilo que vem acontecendo em Minas Gerais contra os educadores. **O governo de Minas confiscou os direitos adquiridos dos trabalhadores da Educação**, ao acabar com as gratificações e vantagens, como: quinquênios, biênios, pó de giz, entre outras e ao **destruir a carreira dos educadores**, reduzindo os percentuais de promoção (de 22% para 10%) e de progressão (de 3% para 2,5%).

Somos 400 mil educadores. Nossos direitos foram agredidos por um governo sem compromisso com o social e com os de baixo. Estamos **em contato com 2,3 milhões** de alunos diariamente, que têm, juntamente com seus familiares, o maior **interesse na construção de uma escola pública de qualidade para todos** - direito este praticamente cassado com a política de desvalorização dos educadores desenvolvida pelo governo.

É preciso que todos nós saibamos **unir esta força social** para construir os nossos objetivos comuns: pelo piso, pela carreira, pela Educação de qualidade, pelo Ipsemg, pela saúde pública, pela moradia popular digna para todos, etc. O oposto, portanto, dos interesses defendidos pelo governo de Minas e outros mais.

O golpe do Governo de Minas contra os educadores está longe de ser uma coisa definitiva e duradoura, como tenta apresentar o governo para a sociedade. Pelo contrário. Ele só vem **provocando mais descontentamento** e mais apoio de diversos setores da população à causa dos educadores.

A nossa resposta a este golpe do Governo já começa ser construída. Em cada escola, em cada bairro, em cada cidade e em todo o estado de Minas, e até em outros países. Surge uma grande mobilização, em todas as áreas, para desfazer o estrago realizado pelo governo. **Ação na Justiça, movimentação e ação popular, boicotes nas escolas, paralisações pontuais, divulgação do que vem acontecendo através de vários meios, e a construção da unidade dos de baixo contra o governo e seus apoiadores**.

Um forte abraço a todos e força na luta! Até a nossa vitória! (Blog do Euler, 26 de novembro de 2011)

CAPÍTULO 4

4. OS TRABALHADORES E A HISTÓRIA PELOS TRABALHADORES

4.1- A Voz do Sujeito

Como remontar a greve dos trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais de 2011? Ao buscarmos um método, uma metodologia, os caminhos científicos que julgávamos mais adequados à pesquisa, nos deparamos com questões científicas metodológicas, as quais tivemos que enfrentar, e que suscitaram outras perguntas, são elas: Em qual base científica iríamos fundamentar esta pesquisa? Ela pertence a qual área ou campo do conhecimento (Ciências Sociais, Ciências Políticas, História, Educação, Movimentos Sociais, Trabalho)? Para uma adequação aos nossos propósitos as respostas a essas perguntas deveriam estar, intrinsecamente, relacionadas aos métodos e teorias com que cada área observa o objeto de pesquisa, utiliza ferramentas e traz conteúdos que aportam as escolhas ao método de pesquisa.

Nossa trajetória acadêmica inclui licenciatura e bacharelado em História, mestrado em Educação, na linha Política Trabalho e Formação Humana, doutorado em andamento, na linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. Quanto à trajetória profissional, atuou como professor de História da Rede Estadual de Educação para o ensino fundamental e médio, como Formador Político da Escola Sindical Sete de Setembro e atua como professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Viçosa.

Tais trajetórias favoreceram, pela história vivida, a escolha do objeto *Greve dos Trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais, em 2011*, porém a apenas escolha do objeto não delimita ou aponta referências teóricas, ou de campos de pesquisa. Surgiram perguntas, ainda iniciais: Quais campos de conhecimentos favoreceriam, ou dariam aportes e ferramentas metodológicas de pesquisa? Educação? História? Movimentos Sociais?

Cunha (2010, p. 22), em sua tese de doutorado *Memórias de Professores: Convocações do Presente*, apresenta uma importante pesquisa sobre lembranças que os atuais professores têm de seus antigos mestres, de seus colegas de sala e de escola, e conseqüentemente, de suas vivências escolares, nos relatando, também, esta proximidade entre pesquisador e sujeitos pesquisados:

É preciso ressaltar que tanto o pesquisador quanto os sujeitos da pesquisa pertencem ao mesmo domínio de práticas, à mesma profissão. [...] Isto me colocou numa postura de semelhante, de alguém que é próximo e favoreceu as condições nas quais as entrevistas se realizaram [...] (CUNHA, 2010, p. 22)

O orientador desta pesquisa, professor Rogério Cunha Campos, também apresenta uma trajetória acadêmica consolidada, com pesquisas que são referências nas áreas de Educação e Movimentos Sociais, além de publicações de estudos sobre o movimento de trabalhadores da Educação, de orientações em várias pesquisas, para programas de graduação, mestrado e doutorado, relacionadas a este campo.

Voltamos às perguntas: como reconstruir a greve dos trabalhadores da Educação da Rede Estadual de Minas Gerais de 2011? Em que bases científicas esta pesquisa seria fundamentada? Trata-se de área ou campo do Conhecimento (Ciências Sociais, Ciências Políticas, História, Educação, Movimentos Sociais, Trabalho)? Na maioria das pesquisas de mestrado e de doutorado, os pesquisadores constroem um referencial, na maior parte das vezes chamado de *Referencial teórico e metodológico*, e, em seguida, realizam a pesquisa de campo. No caso de nosso trabalho, optamos pela inversão do processo, ou seja, realizamos, em primeiro lugar, a pesquisa de campo, por meio de entrevistas com os sujeitos implicados no processo grevista, em que avaliamos suas análises e discursos e buscamos, a seguir, os diálogos com as teorias.

Como material de pesquisa, optamos por utilizar entrevistas somente com sujeitos que estavam vinculados à greve. Dessa forma, traçamos o perfil dos professores que participaram dos diversos momentos do movimento. Foram entrevistados treze docentes. Desses, selecionamos sete, que, em nossa avaliação, se adequavam mais aos objetivos da pesquisa. Foram os seguintes entrevistados:

Trabalhador	Idade	Vínculo de trabalho em 2011	Raça	Tempo de Trabalho na Rede Estadual de Minas Gerais
Sofia	25 a 30 anos	Designada	Negra	Menos de 5 anos.
Helenira	25 a 30 anos	Designada	Negra	Menos de 5 anos.
Mônica	45 a 50 anos	Efetiva	Branca	Mais de 10 anos
Zapata	25 a 30 anos	Designado	Negra	Menos de 5 anos.
Gallo	50 a 55 anos	Efetivo	Branca	Mais de 10 anos

Mikhail	30 a 35 anos	Designado	Branca	Mais de 5 anos
Brandão	30 a 35 anos	Efetivo	Branca	Mais de 5 anos

A tabela acima apresenta trabalhadores, agrupados por categoria, com pequena variação entre a idade real e a margem escolhida. Os nomes dos entrevistados, assim como suas idades, são fictícios, uma vez que muitos deles ainda encontram-se no desempenho da profissão, atuando como sujeitos políticos. Assim, optamos pela preservação da sua identidade, medida necessária diante da tomada do poder, o *Golpe de Estado* em andamento no Brasil.

Seria de suma importância para a nossa pesquisa que obtivéssemos depoimentos de trabalhadores enquadrados nas diversas categorias de contrato existentes naquele período. Contudo, aqueles servidores que foram efetivados pela lei n. 100 se recusaram a fazer declarações sobre o movimento, sob a alegação de que, por se encontrarem em processo judicial contra o Governo, na luta pela garantia do emprego essas declarações poderiam interferir no andamento do processo. A classificação das raças a que pertencem os trabalhadores entrevistados, descritas na tabela acima, é de nossa responsabilidade, uma vez que não concordamos com a definição étnica e racial por autodeclaração. Dessa forma, esses dados não constaram como um dos itens da pesquisa e, sendo assim, passíveis de questionamento pelos sujeitos.

Julgamos também relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, a coleta de informações sobre o tempo de trabalho exercido pelos entrevistados como servidores da Rede Estadual de Educação, pois, dessa forma, obteríamos com esses dados um material que, por sua completude, nos permitiria uma análise mais detalhada do movimento. Ou seja, poderíamos observar as implicações que essas diferentes características poderiam acarretar no resultado do movimento.

A metodologia utilizada para a coleta dos dados foi a de entrevistas presenciais, gravadas, com uma hora de duração. Com alguns dos trabalhadores realizamos duas entrevistas, sendo todas elas submetidas ao processo de transcrição e enviadas aos entrevistados, para que pudéssemos ter a sua utilização autorizada.

Além dos trabalhadores, pretendíamos também entrevistar a presidente do Sind-UTE, professora Beatriz Cerqueira, protagonista em diversos espaços. Nos três anos de pesquisa de campo, fizemos várias tentativas nesse sentido, sem êxito, no entanto. Dentre os entrevistados, porém, podem se constatar trabalhadores apenas sindicalizados, mas também aqueles que fazem parte da direção do Sind-UTE. Acreditamos ser suficiente para os nossos objetivos o

número de trabalhadores entrevistados, por contemplar, concretamente, uma versão mais ampla dos fatos, acontecimentos, relações sociais e políticas. Qualitativamente, os relatos nos proporcionaram a reconstrução dos capítulos que compõem esta tese.

4.2 - Memória

Na dissertação de mestrado *Conflito Social, Memória e Experiência: As Greves dos Metalúrgicos de Contagem em 1968*⁵⁹ apresentamos como materiais de pesquisa entrevistas estruturadas e semiestruturadas. A experiência resultante dessa pesquisa nos fez optar por relatos mais livres, apenas a partir da pergunta “Que lembranças você tem da greve de 2011?”. Entendemos que essa seria a forma de proporcionar ao sujeito a liberdade de escolha dos fatos a serem relatados, por ser mais adequada à nossa pesquisa a seleção de narrativas que evidenciavam análises convergentes de documentos e fatos, um trabalho denso, mas rico em possibilidades de reconstrução daquele momento histórico. A riqueza de detalhes dos dados coletados nos permitiu uma análise minuciosa do movimento, metodologia ratificada por renomados autores:

Pesquisas qualitativas tipicamente geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não-linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação. À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando tentativamente identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final. (MAZZOTTI-ALVES, 1998, p. 170, apud in, CUNHA, 2010, p. 22, 23)

Considerando o que argumenta Cunha (2010) e a nossa pesquisa sobre a greve de 1968, podemos afirmar que esta tese tem como eixo principal, do ponto de vista metodológico, a história oral? A resposta é afirmativa, pois foi por meio dos relatos dos trabalhadores, inicialmente, e, principalmente, dos conhecimentos que nos apresentaram outras referências que elaboramos este trabalho. Porém, aqui preferimos o uso da palavra “oralidade” ao emprego da expressão “história oral”. Denominamos “Oralidade” à forma como os sujeitos relatam as experiências vividas através da fala. Retomamos aqui o debate

⁵⁹ OLIVEIRA, Edgard Leite. *Conflito Social, Memória e Experiência: As Greves dos Metalúrgicos de Contagem em 1968*. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG, 2010.

apresentado na dissertação, como base metodológica da memória, presente em Oliveira (2010).

Evocar a memória de um passado próximo, como o da greve de 2011, que nem sempre é lembrada, ou relembrada, escrita, significa empenhar-se em registrar movimentos sociais de grande significado para a classe trabalhadora. Não sendo dessa forma, podemos ter conhecimento da história, mas a ela não damos importância. Essa indiferença pode ser justificada pela proximidade do pesquisador em relação a um acontecimento social que precisa ser narrado, talvez por se tratar de um fato histórico ainda recente.

Evocamos aqui, neste capítulo também, nossos estudos, que resultaram na dissertação, *Conflito Social, Memória e Experiência: As Greves dos Metalúrgicos de Contagem em 1968*. Assim como seu referencial de análise, autores e debates.

Ao analisarmos lembranças e esquecimentos, retomamos o debate em que o passado pode ser destruído ou esquecido, nem sempre por acaso. Isso faz da greve de 2011 uma importante história a ser reconstruída, o que pode ser assim explicado:

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio (HOBSBAWN, 1995, p. 13).

Intentamos nesta tese nos orientarmos pelas palavras de Ciavatta (2002, p.36): ò[...] chamar a atenção para importância da preservação da memória de sua vida e de suas lutas pelos próprios trabalhadores, como parte da constituição de sua identidade, para o reconhecimento do seu papel na sociedade e na construção da democracia.ö, o que se contrapõe à política de estratégia de esquecimento, seja intencional, pelo passar do tempo.

Identificamos a necessidade de reconstruir a história desse período através da visão desses trabalhadores, de suas lembranças, procurando analisar e buscar memórias comuns entre os sujeitos, e, para o sucesso dessa empreitada,

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desse para aquele reciprocamente [...] Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (CIAVATTA, 2004, p. 39).

Para Benjamin (1994, p. 224 apud Vieira, 2006, p.16), reconstruir o passado historicamente não significa conhecê-lo como ele de fato foi, mas apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo. O perigo ao qual se refere Benjamin está na possibilidade de as classes dominantes se apropriarem da memória e da tradição, utilizando-as como instrumento de poder. Por isso, o autor considera ser necessário, em cada época, arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela.

Ainda para Benjamin (1994, p.225), as classes e grupos dominantes exercem sua dominação em instrumentos que materializam a cultura, e não somente nas relações de poder políticas e econômicas. Segundo o autor, nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Nesta pesquisa, especificamente, tem-se em foco a transmissão da cultura desses trabalhadores, não absorvida pela história, contada pelas classes dominantes e pelos meios de comunicação.

O autor propõe um papel mais crítico para a memória, para que ela possibilite o resgate de experiências que foram silenciadas, rompendo assim com a temporalidade linear e homogênea constitutiva das memórias dominantes. Memória, que é sempre disputada quando envolve história e cultura política. A "trincheira de ideias", na expressão de Fidel Castro, é onde o revolucionário há de desprender mais força, pois o resultado da luta tem uma longa duração.

Essas batalhas, travadas no terreno da memória, são salientadas também por Reis Filho (2004, p. 30):

Como se sabe, em História, quando ainda se desenrolam os encontros nos terrenos de luta, ou mal se encerram, fatos como a presença de sangue ainda fresco dos feridos, e mortos ainda não sepultados, já se desencadeiam batalhas de memória. Nelas, os vitoriosos no terreno haverão de se desdobrar para garantir os troféus conquistados. E a vitória que fora sua, no campo de luta, poderão perdê-la na memória da sociedade, que imaginavam subjugadas. (REIS FILHO, 2004, p. 30)

Mas de que maneira essas memórias emergem? À elucidação dessa questão nos dedicaremos buscando sustentação no seguinte argumento:

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira [...] embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se

faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem (REIS FILHO, 2004, p. 29).

Mas como se define ou se pode tentar conceituar memória? Memória, no sentido primeiro da expressão, quer dizer presença do passado. Ela é uma construção psíquica e intelectual que acarreta, de fato, uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas que resulta da inserção de um indivíduo num contexto familiar, social, nacional.⁶⁰

Coube a Maurice Halbwachs (2004) pesquisar, mais detidamente, o que denominou estrutura social da memória, ainda na década de 1920. Segundo o sociólogo francês, as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos os que lembram, no sentido literal da expressão, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais será lembrado. Portanto, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. Lembram muito, inclusive, o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa.

Além de Maurice Halbwachs, Cunha (2010) amplia o debate sobre memória e história oral utilizando os conceitos de Paul Thompson (1992), Burgess (2001, p. 138-139), Alberti (2004) e Minayo (2006, p.160), entre outros autores. Esta análise parece-nos sofisticada, pois apresenta conflitos e encontros possíveis e intrínsecos entre história e memória, evocados pelo que denominamos oralidade e história oral.

Se a história dos humanos é construída por eles próprios, como mostra Alberti (ALBERTI, 2004, p. 36), pensamos que é possível, então, encontrar sinais dessa autoconstrução quando esses sujeitos relatam suas experiências imiscuídas em contingências, momentos de confluências e divergências, acontecimentos inacabados, visto que ainda estão vivos na memória; outros, abandonados, mas que podem vir à tona, em diálogos e conflitos cujas marcas ainda estão vivas. (CUNHA, 2010, p. 24)

Halbwachs (2004) estabeleceu uma clivagem entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Entretanto, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas de grupos sociais. Sob essa ótica, existiriam memórias sociais dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos, dos professores universitários,

⁶⁰ OLIVEIRA, Edgard Leite. Conflito Social, Memória e Experiência: As Greves dos Metalúrgicos de Contagem em 1968. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG, 2010.

etc.. Por outro lado, tornou-se um lugar comum, na historiografia contemporânea, sustentar que os amantes de Clio, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia), e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social.

Não obstante, conforme Burke (2000, p. 72), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Em se tratando do primeiro ponto de vista, além de estudarem a memória como fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos. Na verdade, essa tarefa começou a ser cumprida, em parte nos anos de 1960, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a relevância da história oral, percebendo que, mesmo aqueles que trabalham com períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos.

No que tange ao segundo ponto de vista, os historiadores devem se mostrar interessados no que o autor denomina história social do lembrar. Partindo-se da premissa de que tanto a memória social como a individual são seletivas. Faz-se necessário, portanto, identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam, de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam com a passagem do tempo. Segundo Burke (2000, p. 73), as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.

Halbwachs (2004) afirma a existência da memória individual, mas como parte da memória coletiva, construída pelo grupo em que o indivíduo está inserido. As recordações e lembranças são relações que se estabelecem entre o indivíduo e os vários meios dos quais faz parte. A memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior desses grupos. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós é, na verdade, inspirada pelo grupo. A disposição de Halbwachs, acerca da memória individual, refere-se à existência de uma intuição sensível:

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que só para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social só admitiremos que se chame intuição sensível (HALBWACHS, 2004, p. 42).

O sentimento de persuasão é o que garante, de certa forma, a coesão do grupo. Essa unidade coletiva, concebida pelo pensador como o espaço de conflitos e influências entre uns e outros como a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a

[...] um ponto de vista sobre a memória coletiva, olhar este que deve, sempre, ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito, no interior do grupo, e as relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004, p. 56).

Na busca pela memória dos atores de 2011, consideramos a distância do acontecimento e o espaço vivido por eles, o tempo compreendido entre o episódio e o dia em que foi narrado. Foram aspectos observados na coleta de dados: as interpretações conjuntas dos sujeitos trabalhadores, as prisões, os debates, as relações coletivas expressas na memória do indivíduo.

Para além da formação da memória, são salientadas pelos teóricos que as lembranças podem, a partir dessa vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Podem-se criar representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica. A lembrança ãé uma imagem engajada em outras imagens; ou ainda:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2004, p. 77).

As lembranças podem ser simuladas quando, ao entrarmos em contato com as lembranças de outros indivíduos, sobre pontos comuns em nossas vidas, acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo. Por outro lado, Halbwachs (2004, p.80) afirma não haver memória que seja somente ãimaginação pura e simples ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo esse processo de construção da memória passa por um referencial, que é o sujeito.

A memória individual toma frequentemente como referência pontos externos ao sujeito, por isso, não há o isolamento da mesma. A vivência em vários grupos, desde a infância, estaria na base da formação de uma memória autobiográfica. O suporte em que se apoia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória

coletiva, mas, segundo Halbwachs (2004, p. 73), são também importantes nesse processo as percepções acrescentadas pela memória histórica: os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado, porque este foi atravessado por isso tudo.

Para o autor, a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre de forma plularizada. Ora, justamente porque as memórias de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade é que a continuidade é vista como característica marcante. A história, por outro lado, encontra-se assentada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação, o que faz das memórias coletivas apenas detalhes:

O que justifica ao historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, um tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os período estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetadas da mesma maneira (HALBWACHS, 2004, p. 91).

A história de uma nação, no entendimento de Halbwachs (2004, p. 85) pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes para um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo; daí decorre a diferenciação estabelecida por ele entre memória e história.

4.3 - Os Trabalhadores e a História

Ao pesquisarmos sobre greves, movimentos de trabalhadores, organizações sociais pelo direito e pelo trabalho, os sujeitos e as relações sociais, somos levados a pensar o marxismo, seu método, o materialismo, a relação histórica e dialética.

A teoria marxista nasce em berço alemão, fazendo frente à cultura filosófica iluminista, por sua vez platônica, metafísica e idealista. Em contraposição a esses ideais, o pensador Karl Marx utiliza como apoio teórico para as críticas a ontologia materialista, em consonância com o processo histórico de uma economia política em movimento, identificando, historicamente, as contradições de classe social e o desenvolvimento material humano. Essa proposta pode ser identificada em suas obras, mais especificamente, em um primeiro momento, nos manuscritos realizados por esse filósofo em 1946. Anotações essas

que, mais tarde, viriam a tornar-se uma de suas publicações mais importante: *Ideologia Alemã* (1933), que apresenta como prefácio:

Até agora, os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-los, portanto, das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários cujo jugo os faz degenerar. Revoltemo-nos contra o império dessas idéias. Ensinamos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro e a realidade existente desaparecerá.

A obra é uma crítica dirigida ao pensamento filosófico alemão, tendo como orientação pensadores de referência que viviam na Alemanha, imersos naquele contexto. Os nomes desses estudiosos são utilizados como nomes dos capítulos do livro, em que se realiza oposição aos autores: Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner. A *Ideologia Alemã*, fundamentando-se no materialismo, propõe o distanciamento filosófico do idealismo, por entender que tal proposta não alcança a realidade concreta. Tal reflexão se dá em oposição à figura e aos escritos do filósofo alemão Hegel, mesmo embasando-se em vários de seus conceitos no desenvolvimento de suas teses.

Essas críticas são de grande importância não apenas para a criação de um novo pensamento alemão, naquele momento, mas representa a fundação de uma linha mestra nas ciências sociais, que viria a ser reconhecida como marxismo, ciente de que, nesse contexto, estavam em processo de gestação as ciências humanas ou ciência da sociedade.

Fundamentado pela teoria do trabalho, onde a história do ser não é mais identificada por princípios ideais, mas sim por mudança da natureza por meio do trabalho, o *materialismo histórico* passa a ser parte fundamental e uma referência para o entendimento do processo ontológico; em suas relações materiais, em que o sujeito é fator de transformação da sua própria história, dado pelo seu desenvolvimento humano, no plano material.

Ao analisarmos os trabalhadores como sujeitos de um movimento grevista, o fazemos considerando o plano material, histórico, que é também ontológico, pois se torna fonte não somente de reprodução material mas também das relações sociais.

As teorias, sejam de crítica à filosofia alemã, sejam dos próprios filósofos alemães, foram elaboradas no século XIX, isto é, em um momento de grandes mudanças na sociedade europeia, ocorrendo a formação dos Estados Nacionais, criação do sentimento de

pertencimento nacional, em que as novas formas de organização do modelo produtivo tinham o modelo industrial da Inglaterra como espelho. Isso fez com que houvesse ampliação do mercado, sob orientação política liberal burguesa, seguida por várias revoltas e revoluções, principalmente por luta de trabalhadores. Outro elemento constitutivo desse processo é a militarização e definição dos limites dos territórios.

Todavia, devemos reconhecer que Marx, nesse contexto, participava das lutas dos proletários (trabalhadores assalariados). Essas novas características produtivas geravam grandes excedentes de produção, mas, contraditoriamente, como anunciado pelo Filósofo, submetia os trabalhadores à exploração pelo trabalho e concentrava riqueza na mão de poucos.

Submerso no tempo presente, em seu tempo vivido, bem como em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, não se sabe ao certo da existência da análise de Marx sobre este tema, porém, existem diversos estudos que apontam sua participação na *Primavera dos Povos*, momento de engajamento político em que se reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, distribuição da riqueza acumulada, entre outras. Foi nesse mesmo período (1848) que Karl Marx, como teórico e propositor do *Socialismo Científico*, publica o *Manifesto do Partido Comunista*, fragmento abaixo, documento que seria eternizado na história, como Carta de Princípios Revolucionários a todos os trabalhadores do mundo.

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremem à ideia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. (Manifesto do Partido Comunista)

Após a publicação do Manifesto, a fase de amadurecimento e a teorização contínua do contexto, aproximadamente vinte anos depois, seria publicada a principal obra de Marx - *O Capital: crítica à economia política (1867)* - composta por seis volumes.

Nesse sentido, torna-se contextualizado, motivo pelo qual, ainda hoje, existem produções científicas na área de Ciências Humanas que utilizam as teorias e métodos marxistas. Sobre essa questão, Gaudêncio Frigoto, em seu livro *Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito*, afirma:

Um pressuposto fundamental, quando nos propomos ao debate teórico, entendemos deva ser que as nossas escolhas teóricas não se justificam nelas mesmas. Por trás das disputas teóricas que se travam no espaço acadêmico, situa-se um embate mais fundamental, de caráter ético-político, que diz

respeito ao papel da teoria na compreensão e transformação do modo social mediante o qual os seres humanos produzem sua existência, neste fim de século, ainda sob a égide de uma sociedade classista, vale dizer estruturada na extração combinada de mais-valia absoluta, relativa e extra. As escolhas teóricas, neste sentido, não são nem neutras nem arbitrárias [...]. E isto, é bom frisar, não é a mesma coisa do que assumirmos uma perspectiva pragmática, imediatista e produtivista. Preferimos, desde então, situar-nos na perspectiva que reafirma o materialismo histórico, no horizonte posto por Marx, como uma concepção ontológica e de realidade, método de análise e práxis. Nela, não faz sentido a teoria pela teoria ou a teoria como mera explicação da realidade. Trata-se de refletir sobre a realidade para modificá-la. (FRIGOTO, 2001, p. 26)

Portanto, a produção científica nas Ciências Humanas, tendo a teoria e métodos marxistas como procedimentos, não é algo que se dá por uma escolha abstrata e sim por uma conduta que está diretamente ligada a princípios ético-políticos do pesquisador, sobretudo na atualidade. Diante dessa escolha, torna-se importante entender o processo histórico por que passaram esses revolucionários procedimentos dentro do campo da ciência e apropriação social. É certo que não podemos separar esses campos, mas consideramos didaticamente viável quando contextualizamos seu processo de formação, visto que essa teoria nasce em um ambiente de idealismo hegeliano, que está desatrelada das práticas sociais.

No decorrer do século XX, surgem experiências históricas, ou seja, processos sociais que podemos associar de três formas à produção teórica marxista: 1) apropriação da produção acadêmica marxista, 2) contradição da produção, além de algumas que; 3) Incorporam conceitos defendidos pela linha marxista, como a práxis, propostos por Marx, ocorrendo a junção teoria e prática.

Um exemplo de movimento de transformação social é a Revolução Russa, acontecida em 1917, momento que camponeses e trabalhadores se organizaram contra a exploração do poder Czarista. Referimos-nos a essa experiência para demonstrar como podemos situar a Revolução e a produção teórica ou acadêmica marxista, demonstrando como estão separadas, contraditórias e juntas (práxis), do ponto de vista da produção acadêmica.

É importante ressaltar que não há necessidade teórica para que uma revolução aconteça. O materialismo, mesmo sendo uma condução teorizada, consegue demonstrar que a história acontece também pelas necessidades: ação dos sujeitos históricos para realizar a transformação social. Identificamos aqui a negação do idealismo, a aceção teórica como fomento principal. Assim, podemos afirmar que, mesmo sobre uma defesa de um socialismo científico, essas ações podem estar separadas, por isso, a proposta da leitura materialista é

válida para a leitura da realidade. Trata-se não de uma a teoria da realidade, mas de uma realidade da teoria.

Do ponto de vista da contradição, presente na literatura marxista, temos a criação do *marxismo leninismo*, que nasce dentro da realidade social da Revolução Russa, cientes de que Marx afirma em seus escritos que a revolução ocorreria nos países de maior desenvolvimento produtivo pelo capitalismo. Contraditório, pois estamos falando de um país agrário e czarista, como a Rússia no início do século XX. Visto isso, estamos demonstrando a existência de uma contradição no modelo teórico-marxista, diante da prática social. Lênin, socialista, letrado e dirigente da Revolução, escreve *Estado e Revolução (1917)*. A publicação segue métodos marxistas de leitura da realidade, sendo uma experiência histórica, quando falamos sobre a contradição dentro do marxismo, assim como ampliação da teoria marxista.

Por fim, não apenas o livro de Lênin como também de vários outros autores foram forjados, tanto dentro da história revolucionária da Rússia socialista como de outras revoluções, ambientes nos quais podemos identificar a *õpraxisö*. Esse elemento conceitual amplia ainda mais o debate entre a produção acadêmica e os processos sociais. Nessas três abordagens, temos um modelo científico marxista exaltando e justificando a condução ético-política dos estudiosos que escolhem objetos históricos para se debruçarem, entretanto orientados por uma metodologia e teoria marxistas como princípio. Análise que vai ao encontro da de Gaudêncio Frigotto (2001):

Como nos demonstra Antônio Gramsci, na compreensão histórica do marxismo, deve se levar em conta as formulações mais avançadas das abordagens conflitantes ou antagônicas e, até mesmo, incorporá-las de forma subordinada. O segundo aspecto decorre do primeiro. Reconhecer a crise do marxismo não significa endossar as teses de seu fim e da necessidade de substituí-los por outros paradigmas, dentro da perspectiva khuniana ou, mais enfaticamente, pelas teses pós-estruturalistas (muito em voga no campo educativo hoje) sobre a ciência. Ao contrario, significa reafirmar sua pertinência e necessidade histórica. (FRIGOTTO, 2001, p. 26- 27).

Torna-se importante, para esta pesquisa, compreendermos como se deram algumas críticas em relação ao marxismo, em vários campos dessas *õnovas ciências sociaisö*. Como propõe Gramsci, no trecho acima, o antagonismo pode ser incorporado de forma subordinada. Portanto, a crítica não tem que significar, necessariamente, o abandono, muito pelo contrário às vezes.

Nos parágrafos anteriores, discorremos sobre o início da crítica ao marxismo presente na Ciência Social, no século XIX. Após esse período, as Ciências Sociais dividem-se em História, Sociologia, Antropologia, Pedagogia, entre outras disciplinas, isso decorre de uma

diferenciação que se estabelece entre método e objeto. Próximo a esses aspectos, a historiadora *Virginia Fontes* relata, no livro, *Teoria e Educação no Labirinto do Capital*. relata que,

A partir do século XIX, e com mais vigor ao longo do século XX, o conhecimento tendeu a se concentrar em espaços específicos (academias, instituições de pesquisa). Com isso, estabeleceram-se formas variadas de controle sobre o sujeito conhecedor. [...] A verdade, nesse viés, não figura como um padrão próprio, mas como fruto provisório desse consenso de cientistas. (FONTES, 2014, p. 178)

Também podemos dizer que os procedimentos metodológicos e teóricos foram se alargando em números e, no decorrer dos anos, fazendo com que outras análises fossem surgindo, além da apropriação burguesa da ciência. Essa última característica coloca novamente os comportamentos teóricos sobre o prisma do combate, uma vez que temos essa perspectiva classista também dentro das ciências, mas não a podemos entender apenas por esse olhar mas também como crítica interna, observar seus objetos, suas fontes, suas escolhas, as influências históricas, os comportamentos de grupos específicos, os indivíduos, e, logicamente, momentos políticos e econômicos. Consoante ao exposto, novos paradigmas surgem e serão tencionados, tanto pelas publicações quanto pelas práticas sociais.

No último ano da década de vinte, funda-se uma Escola francesa, nomeada de *Annales*, que exerce até os dias de hoje um impacto forte sobre a disciplina História e a produção historiográfica. Sua fundamentação científica traz uma crítica ao positivismo, ao rever conceitos como *õverdadeõ*, proposto pelo marxismo, além de uma revolução nas fontes de pesquisa. Os fundadores *Lucien Febvre* e *Marc Bloc* são até hoje uma expressão não apenas francesa, como a origem, mas mundial, na ciência. A *Annales* manteve uma expressão de peso por três gerações, ou seja, até os anos sessenta. Além dos fundadores já citados, temos *Fernando Braudel* e *Jacques Le Goff*, como referências dessas três gerações. Braudel contribui sobre uma histórico-geográfica temporalizada por uma *õlonga duraçãõõ*, através das relações comerciais mediterrâneas, elaboradas por via das fontes quantitativas.

De acordo com a obra *Teoria e educação no labirinto do capital*, de *Frigoto* e *Ciavatta*, a proposta de Braudel seria uma análise histórica do modo de produção social, uma vez que

O modo de produção envolve, de forma indissociável, três dimensões básicas: a atividade material de produzir, pelo trabalho, bens úteis para satisfazer as múltiplas necessidades humanas, entre as quais, de forma imperativa, a reprodução da vida biológica; mas envolve também, a produção de ideias, valores, teorias, conceitos, ideologias, símbolos que

sedimentam a justificam esta forma de organização da produção material; e exige instituições que se encarreguem da reprodução social no seu conjunto. (FRIGOTO e CIAVATTA, 2014, p. 64)

Certamente, esse o conceito de produção social não se sustenta para a terceira geração, onde *Lee Goff*, nos anos 50 e 60, não imprimiu uma orientação verticalizada ao *Annales*. Uma das características desse período é a mudança, por vários historiadores, de uma abordagem econômica para uma abordagem cultural.

Cabe considerar que não há um marxismo doutrinário por parte dos *Annales*, mas aspectos epistemológicos presentes. Mantendo-se até a segunda geração o estruturalismo sem relativizar, bem como, orientar-se por uma escrita da história sob a luz das práticas sociais, priorizando a história dos comuns e não respeitando a hierarquia positivista, social, muito menos das fontes históricas.

Em relação aos conceitos de história e de luta de classe, como referência teórica, o *Annales* compartilha da prerrogativa de Bloch sobre a escrita da história, no livro *Apologia da história* (2011), mantendo a de história problema. Portanto, a escrita da história sempre parte de um problema do tempo presente. Mesmo considerando a existência de luta de classes, a escola francesa não compartilha dos preceitos de Marx, apesar da diferença existente entre a escrita da história e a história do vivido, princípio não comentado pelo autor, no entanto.

Contudo, esses historiadores compreendem a importância do marxismo, apropriando-se nas bases estruturais, materialista, mas não se posicionam de forma indiferente em relação à cultura. Portanto, mesmo através de métodos e objetos específico da ciência histórica, é perceptível o não abandono de outros campos das Ciências Sociais, como Antropologia, Economia e Sociologia.

Como mencionado acima, vários historiadores fazem opção pelo estudo a partir da década de sessenta, pela abordagem *cultural*, período em que o mundo passa por grandes transformações, tais como: processo de independência africana, luta pelos direitos civis, além de revolução sexual, estética e moral, que mudou o comportamento social das pessoas, dos grupos, das classes, assim como das pesquisas, possibilitando, assim, uma maior visibilidade de alguns sujeitos que saíram do anonimato/invisibilidade ou ganharam expressão pelos gestos políticos e culturais, potencializando a história dos vencidos, história do cotidiano e história da vida privada e da intimidade, entre outras propostas historiográficas. É nesse ambiente que se constitui, na França, a chamada *“Nova História”*. Não só nesse período, mas em outros, concomitantes a ele, temos também autores e escolas que irão provocar impacto na

epistemologia, propondo novas abordagens, na tentativa de compreenderem as relações humanas.

Figuras como o filósofo francês Michael Foucault, com sua proposta inovadora de abordagem da política, centrada nas relações de poder, permite reflexões e mudanças consideráveis nos âmbitos epistemológicos. É também esse importante pesquisador que inaugura o pós-estruturalismo, por meio de análises sobre práticas dos saberes, quando analisa instituições como Escolas, Manicômios e Cárceres.

Nessa mesma época, na Alemanha, temos a Escola de Frankfurt, que desde os anos trinta tem expressão na produção de conhecimento marxista, com nomes notáveis como Walter Benjamin. Certos de que estamos falando de outro contexto, já não se pode designar a mesma orientação, visto que Habermas, Adorno, dentre outros, podem ser conceitualmente definidos como maximiano, ao passo que esse atributo conceitual caracteriza uma leitura multidisciplinar, tendo orientações forjadas em novas performances epistemológicas, mesmo estando embasado sobre o viés do marxista.

Nesse sentido, é interessante explicitar que, do ponto de vista teórico, para o marxismo essas mudanças e o anúncio de novos paradigmas ocorrem no campo metodológico. Aliás, o pós-modernismo não funda teoria, ciente de que a teoria marxista constitui-se como uma crítica ao capitalismo. Portanto, essas novas metodologias não fundam teorias. Entende-se que

[...] a metodologia tende a reduzir-se a técnicas de investigação. [...] Isto porque se assume que o importante não é o sujeito que investiga, mas como investiga. E não é assim, o pesquisador deve ser capaz de situar-se em um contexto concreto para pensar o desconhecido, para extrair um conhecimento que não estava dado. Se não somos capazes de pensar a realidade, não sabemos fazer perguntas significativas. (ZEMELMAN, 1994. p. 205)

Com base nessa última citação, pode-se identificar como essas escolhas representam uma perda em torno da centralidade política, não apenas de combate, dado ao abandono de conceitos como classe e trabalho mas também como crítica social, algo que o marxismo possui na sua proposta epistemológica, que não se perdeu, dado ao surgimento de novos métodos, e, sim, sendo negligenciada como conduta ético-política. A obra que consegue fazer esse balanço junto às ciências históricas que dispõem sobre essas mudanças é a do francês François Dosse, intitulada *História em Migalhas: do Annales à Nova História*. Essa proposta ressalta a particularidade dos objetos, evidenciando a subjetividade, apoiando-se em teorias filosóficas que tentam na produção das Ciências Sociais o isolamento dos objetos perante a

sociedade, as chamadas análises fenomenológicas. Nessa medida e, diante desse contexto, há o anúncio não apenas de novos paradigmas mas também de novos tempos, como é a proposta da pós-modernidade⁶¹.

Essas grandes mudanças não estão apenas no conhecimento, como evidenciam essas novas propostas, mesmo se justificando sobre aportes progressistas e dinâmicos, pela estrutura, como mudanças nos modelos de comunicação, indústria de massa, nova ordem mundial⁶², artes de rua e outras.

Nesse modelo, temos também o fim da razão, traços da ciência pós-moderna. Dentro dessa proposta, o historiador Ciro Flamarion, no livro *Teoria e educação no labirinto do capital* (2012), especificamente no capítulo *Epistemologia pós-moderna: A visão de um historiador*, faz uma crítica à epistemologia pós-moderna, tomando como ponto de partida as teorias vigentes até a década de 1960, acerca das sociedades complexas, que estavam polarizadas entre as teorias que enfatizavam a integração social, chamadas *funcionalistas*, e as que enfatizavam o *conflito social*. Na primeira, se situam Max Weber, Durkheim, Talcott Parsons. Nesta última, se situam, entre outros, Marx, Engels e Gramsci.

A partir, sobretudo, do segundo pós-guerra, ambas as posições básicas passaram a sofrer forte impacto de concepções como a psicanálise, o estruturalismo de derivação linguística, a fenomenologia, o existencialismo, ou a combinação dessas correntes com o marxismo e suas vertentes políticas. Cardoso (2012) apresenta contribuições do pensamento pós-moderno na tentativa de superar esta gama de concepções, o que desembocaria na noção da morte do homem (entendido como sujeito/objeto privilegiado nos processos de conhecimento). Mas o resultado dessa corrente pós-estruturalista teria sido apenas parcial às suas concepções de uma sociedade fragmentada em subculturas. O autor contra-argumenta em relação a vários pontos do campo adversário. Por fim, demonstra como esses principais temas

⁶¹ Alguns autores apontam que a origem do *Pós-Modernismo* surgiria na Espanha, através de Frederico de Onís, amigo de Unamuno e Ortega. O espanhol inaugura os termos *postmodernismo* e *ultramodernismo*, tratando-os como categoria estética. Ele apresenta o contraste da lírica produzida na época, dando a ver, numa coletânea, as vanguardas que criavam uma "poesia rigorosamente contemporânea" Anderson, Perry. As origens da pós-modernidade (1999).

⁶² A Nova Ordem Mundial (1970) tem como característica central a mudança da organização espacial produtiva nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As indústrias que ficavam localizadas nos países centrais, desenvolvidos, foram transferidas para os países subdesenvolvidos, ficando mais próximo dos meios naturais que abasteciam com matéria prima. Nesse mesmo período, os países desenvolvidos ampliaram a produção de produtos tecnológicos tendo como fomento o conhecimento. Essa manobra modifica o perfil produtivo mundial e, mesmo assim, mantém, a rigor, o perfil colonialista, em que a exploração da natureza e da força de trabalho se mantém. No contexto do nosso trabalho, torna-se o elemento para pensar a mudança da centralidade trabalho pelo conhecimento no contexto mencionado.

do pós-modernismo encontram ressonância e receptividade por parte das ãovas elitesö, intelectualmente caracterizadas como ãocultura do discurso críticoö.

Junto a essa crítica, conseguimos identificar que as propostas pós-modernas não são aceitas de forma simplista pelos intelectuais, e nas últimas décadas tem se travado longos debates em torno desse tema. Uma ação prática que podemos citar é a proposta efetivada por Saviani (2003, p. 09), na obra, *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações*, em que funda uma linha de pesquisa que coaduna com a postura ético-política do pesquisador da Educação que opta pela abordagem marxista.

A fundamentação teórica da pedagogia-histórico-crítica, nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos e político-sociais, propõe-se, explicitamente, a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana, que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital. É, pois, no espírito de suas investigações que essa proposta pedagógica se inspira. Frise-se: é de inspiração que se trata e não de extrair dos clássicos do marxismo uma teoria pedagógica. Pois, como se sabe, nem Marx, nem Engels, Lênin ou Gramsci desenvolveram teoria pedagógica em sentido próprio. Assim, quando esses autores são citados, o que está em causa não é a transposição de seus textos para a pedagogia e, nem mesmo, a aplicação de suas análises ao contexto pedagógico. (SAVIANI, 2003, p. 09)

Contudo, tentamos desenvolver, de forma histórica, algumas reflexões acerca dessas extensas e fecundas produções nas ciências sociais, onde se definem não apenas as pesquisas mas também a visão política sobre os objetos científicos.

Começamos esta tese com as seguintes perguntas: Quais os antecedentes deste movimento, quais lutas e conflitos anteriores? Que tipo de ativismo político, cultura e experiência política emergem neste movimento? Como os trabalhadores grevistas se organizavam? Quais lutas se fizeram presentes? Quais eram as ausências das condições de trabalho? Quais movimentos emergem? Qual o balanço dos trabalhadores depois do movimento? Tentaremos responder tais perguntas, a partir das proposições do movimento de trabalhadores e suas reivindicações.

Acreditamos que as respostas a tais perguntas estão presentes nos capítulos anteriores. Durante o desenvolvimento desta tese, conforme foram avançando as análises dos trabalhadores, das teorias e da pesquisa avançou-se também a construção de uma tese consolidada. Consolidação, que consiste em apresentar uma versão dos fatos, consistente em fontes orais e documentais, e que, ao mesmo tempo, analisa as experiências e os elementos

singulares e inovadores da greve. Tais questões perdem força como pergunta, sendo questões de análises.

A experiência histórica do movimento dos trabalhadores do estado de Minas Gerais, a experiência sindical, as memórias de organizações do passado, desde as lembranças mais próximas, como os movimentos de 2010, até as mais longínquas, consistem em argumentações complexas, porém sólidas, sobre os temas abordados.

A avaliação da greve enquanto ferramenta eficaz de organização dos trabalhadores, sua forma, seus métodos e possibilidades de ação, é realizada também por diversos atores e autores, tanto quanto por suas reais possibilidades de transformação da realidade. A proposta do movimento foi de ações estratégicas, como a de não cumprimento da agenda educacional, colocada em âmbitos estadual e federal, de alcance social e das políticas públicas. Ações que visavam impactos midiáticos, conferindo aos trabalhadores maior poder de negociação.

A tese apontou o desinteresse do Estado em responder às demandas de direitos trabalhistas, sociais e humanos dos trabalhadores e da sociedade como um todo. Ficou evidente a ineficiência do Choque de Gestão, e o desinteresse também pelas propostas educativas contrárias gestadas pelos trabalhadores.

5. APONTAMENTOS E CONSIDERAÇÕES

Foi nosso propósito, com este trabalho, melhor compreender como se desenvolvem os movimentos grevistas que surgem das relações entre trabalhadores do setor público e Governo. Para tanto, buscamos na história dos movimentos do estado de Minas Gerais o nosso objeto de pesquisa. A greve dos trabalhadores da área de Educação, de 2011, apresentava a importante característica de ter ocorrido no período de governo do PSDB, partido reconhecidamente afinado com as tendências neoliberais, o que tornava este trabalho ainda mais interessante, uma vez que, como se sabe, suas práticas administrativas apresentavam-se claramente contrárias ao investimento no setor público e, sendo assim, os embates travados entre trabalhadores e Governo poderiam revelar grandes estratégias de ambas as partes.

Para que cumpríssemos, a contento, nosso objetivo, seria necessário que colhêssemos relatos dos sujeitos representantes de todas partes envolvidas. Nossa opção por gravar e transcrever as falas dos trabalhadores se deu por entendermos que, agindo assim, poderíamos melhor compreender as relações internas e externas ao sindicato e em que medida essas relações poderiam interferir nos resultados das negociações. A escolha do material justifica-se também pela necessidade de trazermos a público uma narrativa que revelasse, o mais próximo possível, a realidade dos movimentos sindicais travados no âmbito do setor público estadual. No caso em pauta, especificamente entre trabalhadores da área de Educação e Governo do Estado.

Nossa análise constatou, nas falas dos trabalhadores e em todo material divulgado pela mídia, as articulações sindicais e governamentais que evidenciavam uma intensa luta, que podia ser traduzida, naquele contexto, por uma disputa de poder. Aos trabalhadores cabia a árdua tarefa de convencimento da sociedade de que eram justas as suas reivindicações, que o descaso do Governo para com a educação pública agravava a já grave situação do ensino no estado e que esse descaso com as condições de trabalho e com o plano de carreira desses profissionais, sabidamente, têm consequências diretas no desempenho dos estudantes.

Iniciamos a pesquisa com a proposta de responder perguntas amplas, por esse motivo, de difícil análise, como se segue: Se pensarmos que cada um desses movimentos, como greves, manifestações de ruas, historicamente, foram marcos transformadores da estrutura organizacional dos professores e dos demais profissionais da educação, quais seriam, então, as transformações que, possivelmente, emergiriam do movimento de 2011? O que motivou a greve? Quais foram as reivindicações apresentadas por esses profissionais? Quais foram as estratégias de organização do movimento por eles adotadas?

As respostas a esses questionamentos demandaram aprofundamentos teóricos, metodológicos e escolhas difíceis, para que obtivéssemos explicações plausíveis e, ao mesmo tempo, que nos fornecessem outras perspectivas sobre as organizações de movimentos sindicais, conduzindo-nos a outros questionamentos, visando novas pesquisas sobre o tema. Além disso, ao nos dedicarmos ao desenvolvimento deste trabalho, tínhamos a exata noção da relevância desta pesquisa para a comunidade acadêmica, para os trabalhadores e para a sociedade como um todo.

Ao buscarmos tais respostas, encontramos um grupo de trabalhadores, vinculados entre eles, que estavam realizando ações, que eram sindicalizados, dialogavam com o sindicato, mas realizavam reuniões, ações e muitas vezes contrapunham as decisões do sindicato. Chamamos este grupo de NDG, Núcleo Duro da Greve, como muitos trabalhadores mesmo denominaram.

Apesar de constar nesta tese, entrevistas e estudos de atores e sujeitos sociais, trabalhadores, de várias tendências e implicações políticas, a maioria dos entrevistados ou participavam do NDG, ou tinham estreitas relações com suas ações.

A escolha destes sujeitos, longe de ser aleatória, foi uma escolha: 1). Metodológica, porque buscou circunscrever e delimitar ações sociais para reconstrução histórica; 2). Política, pois nos colocou o desafio de olhar para o movimento dos trabalhadores, sua amplitude estadual, mas também a imersão de concepções políticas, ora minoritárias, ora representativas, mas algumas vezes ausentes das possíveis análises de movimento de trabalhadores; 3) Científica, ao aproximar categorias de áreas sociais para análise do desenrolar das participações políticas na greve dos trabalhadores.

A visão de um grupo social, quando analisamos, uma categoria, neste caso uma classe trabalhadora, está longe de ser totalizante, mas ao mesmo tempo contém nela partes de um todo, e se torna relevante quando explicita os conflitos e propõem contradições.

As falas dos sujeitos estão neste lugar, de inquietação com o trabalho, a política, a organização social, sindical, com a escola pública e sua forma de gestão estatal.

A análise das falas dos trabalhadores revelou as dificuldades de mobilização da categoria de servidores públicos, devido à fragmentação da categoria, provocada pela diversidade de situações funcionais existentes no quadro de professores, e nos levou a conhecer os bastidores do movimento sindical. As divergências entre os próprios sindicalistas acusavam também relações de poder, que evidenciavam falta de coesão dos trabalhadores. Divergências que, somadas à inexperiência dos trabalhadores mais novos, dificultavam uma

melhor articulação de suas ações. Ficou também evidente que as decisões tomadas nas assembleias eram direcionadas por pequenos grupos com maior poder de persuasão.

Outro aspecto do movimento, de igual relevância para os nossos estudos, foi representado pelas ações de enfrentamento adotadas pelo Governo, que tivemos oportunidade de perceber, tanto nas falas dos grevistas quanto pelas declarações do próprio Governo. As notícias por ele veiculadas revelavam em suas construções recursos com claros objetivos de conduzir o interlocutor a experimentar emoções de indignação e, assim, levá-los a interpretações dos fatos que contrariavam as reivindicações dos trabalhadores.

Foi-nos possível perceber, pela riqueza de detalhes do material coletado, que as atitudes do governo de Minas caminhavam, de forma inequívoca, para o não reconhecimento das mazelas deixadas na educação pública do estado, oriundas do descaso de sua Administração. A insensibilidade no trato com a educação ficou patente pelo tempo de duração do movimento. Foram 112 dias sem que se dispusesse a negociar, atendendo, minimamente, as justas reivindicações dos trabalhadores. Como se não bastasse, o poder público se utilizou, por diversas vezes, da truculência, como é característico de um governo autoritário.

Fator primordial para o sucesso da greve seria a conscientização da sociedade sobre a real situação da educação em Minas Gerais. Assim, todas as ações empreendidas pelos grevistas eram pensadas com o objetivo de convencê-la da realidade à qual estavam submetidos educandos e educadores. A mídia, por exemplo, nesses casos, assume papel estratégico, pelo poder de influência que pode exercer nos interlocutores. Esse recurso, se utilizado a favor do sindicato, poderia, portanto, ser significativo.

Foi nosso objetivo, a partir dos questionamentos acima, reconstruir a história do movimento. Para tanto, nos servimos de nossa experiência profissional como educador, tendo convivido com os desmandos do poder público, e presenciado as dificuldades por que passa a categoria de professores, tanto no que se refere à baixa remuneração quanto às más condições de trabalho, o que resulta, inevitavelmente, em prejuízo aos educandos.

Foi também de fundamental importância, para tal empreitada, que buscássemos na literatura que trata desse tema o suporte para as nossas análises. As obras pesquisadas se mostraram extremamente úteis. Elas nos forneceram os métodos de pesquisa, necessários à investigação de fatos históricos. Foi fundamental que utilizássemos a literatura que trata especificamente de como se constroem as memórias individual e coletiva, da reciprocidade que as caracterizam. As informações prestadas pelos atores, o referencial acadêmico e a nossa

trajetória como pesquisador de movimentos grevistas e de profissional da área de Educação constituíram-se, os ingredientes que nos permitiram a investigação dos fatos.

Este trabalho por meio, de estudos e pesquisas buscou, de alguma forma, contribuir para o bem estar social, sabedores de que não há outro caminho senão proporcionar aos indivíduos o acesso àquilo que, seguramente, vai tornar a nossa sociedade mais justa: o acesso a uma educação de qualidade. A concretização desse objetivo passa, necessariamente, por uma conscientização dos indivíduos pelos seus direitos e que por esses direitos devem estar em permanente luta.

6. REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável e comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófana de Educação**, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 13-29, 2009.
- ANDRADE, Durval Ângelo. **Herança Maldita: O Desgoverno Tucano em Minas**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Expressa, 2015.
- ANDRADE, Durval Ângelo. **Tempos Sombrios: Escrito Políticos 2015**. Belo Horizonte: O Lutador, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5ª edição. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARAÚJO, Heleno. Organização e luta dos docentes no Brasil. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) **Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- AROYM, Christian; DUPRIEZ, Vincent. La regulation dans les systèmes scolaires: proposition théorique et analyse du cadre struturel en Belgique francophone. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, n. 130, jan./mar. 2000.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Quando a escola se define por dentro. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, n. 6, p. 39-49, nov./dez. 1995.
- AUGUSTO, M. H. O. G. (2010). **A regulação das políticas educacionais em Minas Gerais e a obrigação de resultados: o desafio da inspeção escolar**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. As relações sociais no Brasil, a política educacional e os desafios para uma educação de qualidade. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 107-118, jan./jun. 1997.
- BARROSO, João. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: _____. (Org.). **A escola pública: regulação, desregulação, privatização**. Porto: Asa, 2003. p. 19-48. _____. **O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local**. In: _____. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores**. Lisboa: Educa, 2006. p. 41-70.
- BARROSO, João & CARVALHO, Luís Miguel & FONTOURA, Madalena & AFONSO, Natércio (2007). As Políticas Educativas como objecto de estudo e de formação em Administração Educacional. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, 4, pp. 5-20, set./dez. 2007. Disponível em: <www.fpce.ul.pt>. Acesso em: abr. 2009.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et al. **Teoria da cultura de massa**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. 2ª edição**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Substitutivo ao PL 597/07**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/482679.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. **Emenda Constitucional n. 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 21 de set. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal 9.394/96, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Lei Federal 11.738/08**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta e institui o Piso Salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 21 jun. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **CEB Resolução n. 2 de 2009. Fixa Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, 2009**. Disponível em: <http://portal.meg.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2015.

CAMPOS, Rogério Cunha. **A Luta dos Trabalhadores Pela Escola**. São Paulo: Editora Loyola, 2ª edição, 2002.

_____. **Cenas da Educação Brasileira: Lutas Sociais e Desgoverno nos Anos 80 na Grande Belo Horizonte**. Tese de Doutorado, São Paulo: FE/USP, 1992.

_____. Interpelando o caráter público da educação no Brasil. In: **Cabinda Universitária**, Cabinda, v. 3-4, p. 49-54, ago. 2008.

_____. Que cidadãos, para qual cidadania? -- as interpelações dos movimentos sociais. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.28, n.04, p. 357-376, dez. 2012. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/edur/article/view/97804>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1991.

_____. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados. Jan./Abr. vol. 5, nº11. 1991.
COELHO, M. I. M. (2009). Estado-avaliador, regulação e administração gerencial:

implicações para o que é ser professor(a) na Educação Básica no Brasil. In V. L. F. A. Brito (Org.), **Professores: identidade, profissionalização e formação** (pp. 45-77). Belo Horizonte: Argumentum.

CROZIER, Michael; FRIEDBERG, Erhard. **L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective**. Paris: Éditions du Seuil. 1977.

CUNHA, Charles Moreira. **Memórias de Professores: convocações do presente**. Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2010.

DELVAUX, Bernard. L'action publique ou analyser la complexité. Know & Pol.: Knowledge and Policy in education and health sectors. **Revue de la Littérature**, jun. 2008. Disponível em: <www.knowandpol.eu>. Acesso em: mar. 2010.

DEMAILLY, Lise. Enjeux de l'évaluation et régulation des systèmes scolaires. In: _____. (Ed.). **Évaluer les politiques éducatives**. Bruxelles: DeBoeck Université, 2001. p. 13-30.

_____. Enjeux et limites de l'obligation de résultats: quelques réflexions à partir de la politique d'éducation prioritaire en France. In: LESSARD, Claude; MEIRIEU, Philippe (Dir.). **L'obligation de résultats en éducation**. Laval: Les Presses de l'Université Laval, 2004. p. 105-122.

DINIZ GOMES, Savana e HELENA AUGUSTO, Maria. Resistência e Organização sindical dos docentes da Educação Básica no Brasil. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) **Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

DUARTE, Adriana; AUGUSTO, Maria Helena. Trabalho docente: configurações atuais e concepções. Educação e Fronteiras: **Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados**, v. 2, n. 3, jan./jun. 2008.

DUARTE, Adriana. **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: FinoTraço Editora. 2010.

DUARTE e FERREIRA. A Carreira e A Remuneração dos Docentes Mineiros. In: **O Trabalho Docente na Educação Básica em Minas Gerais** / Org. Adriana Duarte... [et all]. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

DUARTE, S. G. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

FEBVRE, Lucien Paul Victor. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1977. 230p.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Escola Pública Popular**. Educação Municipal, São Paulo, ano I, n. 2, p. 5-17, dez. 1988.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HORTA NETO, J. L. (2013). As avaliações externas e seus efeitos sobre políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os Estados de Minas Gerais e São Paulo. IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2008.

HUNT, Lynn Avery. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p.

LESSARD, Claude. L'obligation de résultats en éducation: de quoi s'agit-il? Le contexte québécois d'une demande sociale, une rhétorique du changement et une extension de la recherche. In: LESSARD, Claude; MEIREU, Philippe. **L'obligation de résultats en éducation**. Laval: Les Presses de l'Université Laval, 2004.

_____. Les hauts et les bas de l'obligation de résultats en éducation. La performance, sa mesure. Enjeux éthiques. **Revue Administration et Éducation, L'association Française des Administrateurs de l'éducation**, p. 17-26, 2009.

LIBÂNEO, J. C. (2012). O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, 38(1), 13-28.

MAROY, Christian. Regulation des systèmes éducatifs. In: VAN ZANTEN, Agnès (Dir.). **Dictionnaire de l'Éducation**. Paris: Quadrige/ PUF, 2008. p. 574-578.

_____. Em direção a uma regulação pós-burocrática dos sistemas de ensino na Europa? In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 16ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINAS GERAIS. (2013). **Portal de governo eletrônico do Choque de Gestão**. Disponível em: <<http://www.choquedegestao.mg.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

MINAS GERAIS. **Lei Complementar n. 71, de 30 de julho de 2003. Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho e dá outras providências**. Belo Horizonte, 2003.

_____. **Lei n o 17.600, de 5 de julho de 2008**. Disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por produtividade no âmbito do poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte, 2008. 708

AUGUSTO, Maria Helena. **Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: A Obrigação de Resultados**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.03, p.695-709, jul/set. 2012.

NEF, J. (2010). Administração pública e reforma do setor público na América Latina. In B. G. Peters & J. Pierre (Eds.). **Administração pública** (pp. 513- 535). São Paulo, Brasília, DF: Enap.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Edgard Leite. **Conflito Social, Memória e Experiência: As Greves dos Metalúrgicos de Contagem em 1968**. 2010. 259f. Dissertação (Mestrado em Educação)- . Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

OLIVEIRA, Edgard L. 45 Anos de Memória Operária: Aspectos Políticos, Sociais e Econômicos que Culminaram nas Greves de 1968 em Contagem. In: Ednéia Alves de Oliveira; Fernando Gauderetto Lamas. (Org.). **Pensamento crítico e Ciências Humanas: um caminho para Marx**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 113 a 129.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. **Choque de Gestão: verdades e mitos**. Mercado Comum, Belo Horizonte, p. 01-11, 10 out, 2010.

OLIVEIRA, Wellington de. **A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE**. Tese de Doutorado em Educação, Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2006.

PAIVA, Vanilda (org.). **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.

REIS, José Carlos. **Escola dos annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REYNAUD, Jean Daniel. **Les règles du jeu: l'action collective et la régulation sociale**. 3. ed. Paris: A Colin, 1997.

_____. Régulation de controle, régulation autonome, régulation conjointe. In: TERSSAC, Gilbert de (Dir.). **La théorie de la régulation sociale de Jean-Daniel-Reynaud: débats et prolongements**. Paris: La Decouverte, 2003.

ROMANO, P., Oliveira, D. A., & Melo, S. D. M. (2012). Valorização docente na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. In A. Duarte, S. D. Gomes Melo, D. A. Oliveira, & L. F. Vieira (Orgs.), **O trabalho docente na Educação Básica em Minas Gerais** (pp. 67-99). Belo Horizonte: Fino traço, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social / Boaventura de Sousa Santos**; tradução Mouzar Benedito. - São Paulo: Boitempo,

2007.

SOUZA, Aparecida Neri de. **O sentido da desregulamentação do trabalho nas trajetórias profissionais.** Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

SOUZA, A. R. e BARBOSA GOUVEIA, A. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura panorâmica. In: ANDRADE OLIVEIRA, D. e FRAGA VIEIRA, L. (org.) **Trabalho na educação básica: a condição docente e sete estados brasileiros.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SOUZA, Sandra Zákia. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de Gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SOUZA, Sandra Zákia; LOPES, Valéria Virgínia. **Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades.** Revista Adusp: Associação dos Docentes da USP, São Paulo, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Redefinindo a participação popular na escola. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Participação Popular e Escola Pública. São Paulo: CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), 1989. p. 61-67.**

TENTI FANTINI, E. **La condición docente: análisis comparado de la Argentina, Brasil, Perú y Uruguay.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

THOMPSON, Edward P. **A economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII.** Lisboa: Antígona, 2008.

THOMPSON, Edward P. **Os Românticos. A Inglaterra na era revolucionária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VILHENA, Renata et al. (Orgs.). **O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento.** Belo Horizonte. Editora UFMG. 2006.

7. DOCUMENTOS

INTRODUÇÃO

As últimas três décadas do século XX foram marcadas, entre inúmeras outras transformações ocorridas na história, por uma reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória. Se, há trinta anos, uma obra como *La mémoire collective* (1950), de Maurice Halbwachs, não despertou um interesse maior na comunidade dos historiadores, na década seguinte, o quadro apresentou alterações substanciais. Esse movimento de reavaliação dos elos entre a história e a memória foi resultado de um questionamento dos historiadores à visão tradicional acerca desses campos, como veremos a seguir.

Para Peter Burke (2000, p. 67), a visão tradicional das relações entre a história e a memória se apresentava sob uma forma relativamente simples: a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveito dos autores, para lhes proporcionar fama, e também em proveito da posteridade, para que se aprendesse com seu exemplo.

Todavia, a explicação tradicional, pela qual a memória reflete o que aconteceu na verdade e a história espelha a memória, parece demasiado simplista na contemporaneidade. A história e a memória passaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não se apresentam como as atividades inocentes que julgávamos até bem pouco tempo. Tanto as histórias quanto as memórias não mais parecem ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

Tal subjetividade, de caráter antropológico, se apresenta em forma de linguagem, valores, imaginário, representações, costumes e tradições. Importamo-nos com essa análise e a cruzamos com o fato histórico apresentado pelo sujeito, que, para nós, é fio condutor da pesquisa para reconstruirmos o passado.

Marieta Ferreira (1996), estudando a história do tempo presente, assinala que diagnósticos recentes apontam para a existência de uma crise epistemológica no âmbito da história. Essa crise, ao abalar as antigas certezas, trouxe uma grande dispersão nas tradições historiográficas, eclodindo proposições múltiplas e contraditórias. A despeito dessa crise, Ferreira recusa a postura relativista que afirma que qualquer forma de história é sempre uma narrativa. Ela acredita que a história é comandada por um princípio de verdade, e o passado é algo objetivável. Segundo ela, reiterar que a busca da verdade histórica deva ser a regra de

ouro dos historiadores e que a denúncia das falsificações deva ser preocupação constante não significa a retomada de pressupostos positivistas. Para ela, a denúncia das falsificações não invalida os depoimentos orais, mas pode reincorporá-los, por meio do estudo dos porquês das falsificações e dos usos políticos do passado e do presente.

Pensamos aqui, a dificuldade dos historiadores, de pensar a história do tempo presente, pois para os mesmos, a história é um estudo do passado, realmente é, existem diversas concepções de história, remetendo o estudo, ao estudo do passado. Nesta tese, não questionamos tais conceitos, porém, perguntamos: Qual a função dos historiadores no tempo presente, a não ser pesquisar o passado?⁶³

Durante a trajetória em pesquisar movimento de trabalhadores, greves, organização social, sempre encontramos diversas dificuldades em acessar a memória destes movimentos. Onde se encontram estas memórias? Museus? Arquivos? Documentos? Jornais?

Todos estes locais e documentos são demasiados frágeis quando se tem estratégias de esquecimentos, institucionais e organizadas, como é o caso das sucessões de golpes e governos conservadores. Como solucionar tais questões? Como preservar as memórias presentes? Para trabalhadores no futuro?

Não pretendemos nesta tese responder com simplicidade a uma questão complexa, que envolve esforços coletivos da sociedade civil e da comunidade acadêmica, porém acreditamos que, pesquisas como a desta tese, contribuem para a memória. Além da análise aqui presente, das vozes dos sujeitos, dos documentos, acreditamos, ser fundamental de fundamental importância que todos esse aspectos da pesquisa sejam registrados, de diversas formas.

Nesta pesquisa, optamos pela oralidade. Tal abordagem busca mesclar dados objetivos, fornecidos pelo entrevistado, com aspectos vivenciais relacionados à sua trajetória, centralizando o depoimento em sua participação no evento ou problema que se pretende compreender. Dessa maneira, a incorporação da trajetória do narrador permite esclarecer aspectos relacionados ao tema, conferindo maior vivacidade ao relato, porque tais aspectos são vistos a partir da experiência de vida do narrador.

⁶³Algumas pesquisas relatam a importância dos historiadores se comprometerem politicamente com o presente, para que historiadores no passado tenham fontes para pesquisar o passado. Duas análises importantes sobre tal abordagem: <http://historiaglobalonline.com/2012/12/09/la-importancia-de-escribir-la-historia-reciente/>- <http://historiaglobalonline.com/2010/12/04/nuevos-combates-por-la-historia/>

Buscamos, dessa forma, o sujeito em sua militância, sua participação na greve e como sujeito, na sua individualidade, mas também inserido em uma coletividade, modificando-a e se modificando. Desejamos conhecer o indivíduo por intermédio de sua reapropriação singular do coletivo e do social a partir de uma práxis individual. Interessa-nos o narrador em suas relações pessoais, de trabalho, nas relações sociais possíveis de resgatar.

Utilizamos fontes documentais, como jornais impressos de circulação geral, do sindicato e das organizações políticas, boletins do sindicato e revistas da época ó sendo muitos os documentos elaborados pelo sindicato e pelos movimentos sociais, assim como os produzidos pela imprensa de massa e imprensa oficial. Como afirma Le Goff:

A história faz-se, sem dúvida com documentos escritos. Quando existem. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem. Faz-se com tudo que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar seu mel, quando falta as flores habituais: faz-se com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com ervas daninhas; com eclipse da Lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos, e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, serve o homem, exprime o homem, torna significantes a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (1994, p. 101).

Após analisarmos obras e documentos impressos sobre o período estudado, buscamos os sujeitos que vivenciaram a greve de 2011, porém, deixamos aqui, fontes documentais em forma de anexo, para que a história dos trabalhadores permaneça viva, e não seja vítima das ações do tempo, quando as mesmas não julgam importantes tais memórias.

Anexo1

Protesto unificado de policiais e professores. Professores da rede estadual continuam parados

Data: 09 de junho de 2011

Autor: Desconhecido

Assunto: Polícia militar, polícia civil e professores se reuniram em uma manifestação por melhores salários. Os professores decidiram continuar com a greve por tempo indeterminado.

ASSINANTE 2ª EDIÇÃO

RECORD **Hoje** EM DIA

QUINTA-EIRA - 9/6/2011 - BH - Nº 8.233 - 23 ANOS - www.hojeemdia.com.br

Protesto unificado de policiais e professores

DÁ NÓ EM BH

A capital teve um fim de tarde de caos no trânsito, quando policiais civis e militares, além dos servidores da educação, se uniram em manifestação por melhores salários. Pelo menos sete mil pessoas se concentraram na Praça 7, interrompendo o tráfego. Muitos passageiros tiveram de descer dos ônibus para percorrer o restante do trajeto a pé. PMs e bombeiros aceitaram a proposta de reajuste de 74%, escalonado até 2015. Já policiais civis e professores ainda não chegaram a acordo com o Governo do Estado.

PÁGINAS 17 E 19, MINAS

12 mil
pessoas estiveram nas assembleias das três categorias



Praça 7 tomada: policiais e professores se reuniram em torno do Pirulito, interrompendo o trânsito no coração da cidade

Professores da rede estadual continuam parados

THIAGO LEMOS
REPÓRTER

Professores da rede estadual de ensino decidiram ontem permanecer em greve por tempo indeterminado. Cerca de dois mil trabalhadores da educação se reuniram no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e voltaram a reivindicar aumento do piso salarial da categoria. De acordo com a coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE-MG), Beatriz Cerqueira, as aulas só serão retomadas após o Governo atender o pedido de aumento.

Em negociação salarial desde fevereiro deste ano, os professores exigem que a base salarial, que atualmente é de R\$ 369, passe para R\$

1.597. Segundo o sindicato, este é o valor previsto pela Lei nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Profissional Nacional (PSPN) para trabalhadores de nível médio com jornadas de até 24 horas semanais. Eles pedem também o fim do modelo de pagamento por subsídios, que começou a ser praticado pelo governo este ano.

Além da continuidade do movimento de greve, durante a assembleia, ficou decidido que o sindicato entrará, na próxima sexta-feira, com representação no Ministério Público Federal e Estadual para cobrar a aplicação da Lei em Minas. Hoje, os representantes da classe participam de uma audiência pública na Assembleia Legislativa.

As informações sobre o piso salarial são contestadas pela Secretaria Estadual de Educação. De acordo com o órgão, o valor do piso nacional estipulado pelo Ministério da Educação (MEC) é de R\$ 1.187, e não R\$ 1.597. Este último valor teria sido obtido através de um cálculo não oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores. Além disso, a quantia seria para jornadas de 40 horas semanais.

A secretária informa que com o novo sistema de remuneração adotado pelo Estado, o valor básico pago para a categoria ficou em R\$ 1.122 para 24 horas. Até o ano passado, o salário-base da categoria era de R\$ 369 com acréscimo de vantagens. Em alguns casos, o valor de R\$ 1.122 não era atingido. Conforme o sindicato, 50% das escolas no Estado aderiram à paralisação. Uma nova assembleia será realizada no dia 16 de junho.

Cerca de 2 mil servidores se reuniram ontem na Praça da Assembleia Legislativa

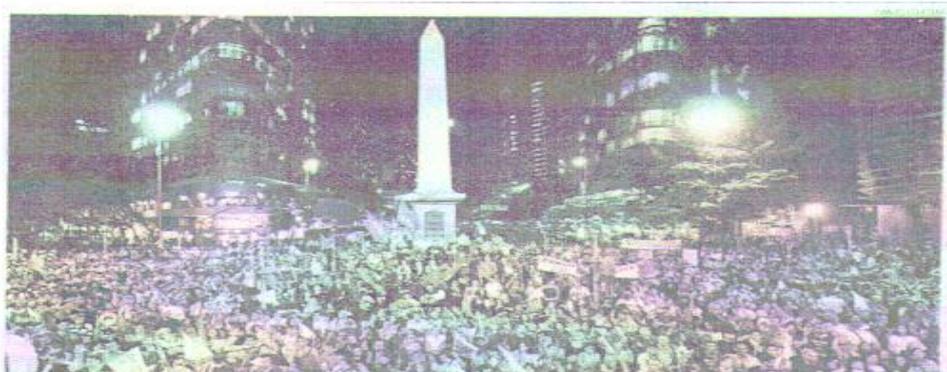
Anexo 2

Militares aprovam reajuste. Professores do Estado decidem parar por tempo indeterminado.

Data: S/D

Autor: Desconhecido.

Assunto: Professores do Estado decidem parar por tempo indeterminado.



Protesto na praça. Enquanto policiais militares e bombeiros aceitaram proposta de reajuste do governo, de 98,5% em quatro anos, policiais civis e professores da rede estadual decidiram permanecer em estado de greve. ontem eles fizeram manifestação na praça Sete. **Página 25**

Cidades

25
O TEMPO
QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2014

Salários. Em assembleia ontem, PMs e bombeiros aceitaram proposta de aumento escalonado de 98,5%

Militares aprovam reajuste

Policiais civis cobram outras reivindicações e mantêm greve

■ CARLOS SALES

Os policiais militares e bombeiros aprovaram ontem por fim ao estado de greve. A categoria aprovou a proposta de 98,5% de reajuste escalonado em sete anos, em 2015. Policiais civis e professores permanecerão em greve por tempo indeterminado.

A categoria militar aprovou o reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Para o vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Marcos Antonio...

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Marcos Antonio...

Para o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Marcos Antonio...



Militares. Milhares de servidores militares compareceram na praça Sete, em um momento de decisão.

em, a maioria a favor da proposta de reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Os policiais também aprovaram a proposta de reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Os policiais também aprovaram a proposta de reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Escala de reajuste

- ▼ 2011 10% em outubro
- ▼ 2012 10,5% em outubro
- ▼ 2013 11% em outubro
- ▼ 2014 11,5% em julho e 12% em dezembro
- ▼ 2015 12,5% em maio

Números

9.000 servidores participaram das manifestações de ontem

R\$ 4.098 será o valor do salário inicial para o policial militar em 2014

Professores do Estado decidem parar por tempo indeterminado

A greve também será em estado de greve por tempo indeterminado. Os professores também aprovaram a proposta de reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Os professores também aprovaram a proposta de reajuste de 98,5% em sete anos, com o primeiro ano de 10%, o segundo de 10,5%, o terceiro de 11%, o quarto de 11,5%, o quinto de 12%, o sexto de 12,5% e o sétimo de 13%.

Trânsito

Passeata provoca 45 km de caos nas vias de BH

Uma passeata à noite por professores e policiais civis provocou um caos de trânsito na cidade de Belo Horizonte ontem. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.

O trânsito ficou paralisado por horas em várias ruas da cidade durante a passeata. A passeata começou às 18h e terminou às 21h, com o trânsito paralisado por horas em várias ruas da cidade.



Apresentação da assembleia dos Policiais Civis, em Belo Horizonte, ontem.

Anexo 3

Presidente Diniz Pinheiro recebe Servidores da Educação

Data: 04 de julho de 2011

Autor: Desconhecido

Assunto: Representantes dos servidores estaduais da educação e da saúde solicitaram a intervenção do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Diniz Pinheiro, filiado ao PSDB, na negociação de reivindicações sindicais com o Poder Executivo.

Presidente Dinis Pinheiro recebe servidores da educação e da saúde

Representantes dos servidores estaduais das áreas da educação, da saúde e da previdência solicitaram ontem a intervenção do presidente Dinis Pinheiro (PSDB) na negociação de reivindicações sindicais com o Poder Executivo.

De acordo com os representantes das duas categorias, o Governo do Estado vem resistindo a abrir negociações efetivas. Dinis Pinheiro disse que os presidentes das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Bosco (PflaB), e da Saúde, Carlos Mosconi (PSDB), já estão conversando com representantes do Executivo tanto sobre o andamento das negociações quanto sobre propostas efetivas.

O presidente da ALMG garantiu que tomara esforços pessoais para que se estabeleça o mais pleno diálogo entre

servidores e governo. "Tenho o dever de dar minha contribuição para que o diálogo seja permanente. A greve não é boa para ninguém", afirmou Dinis Pinheiro. Ele ressaltou, no entanto, que se poderia atuar dentro de seus limites, uma vez que não cabe ao Poder Legislativo autorizar o atendimento de qualquer reivindicação.

Educação – Com relação aos servidores da educação, que estão em greve desde 8 de junho, o deputado Basso informou que uma proposta concreta já está em estudo pelo Executivo e que será submetida à aprovação do governador Antonio Anastasia nesta sexta-feira, quando ele retorna de viagem.

Saúde – O presidente da Assembleia informou também que o deputado Carlos Mosconi já está negociando com o Executivo

o atendimento de um encontro com os representantes sindicais da saúde e do Ipsemg.

Reivindicações – De acordo com a coordenadora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, a principal reivindicação da categoria é o reajuste do vencimento básico dos servidores do setor. Eles questionam a adoção do subsídio único como forma de remuneração dos servidores. "Não vamos começar o segundo semestre sem a negociação de um piso salarial. Há uma lei federal que diz que 'piso' e vencimento básico inicial de carreira", afirmou Beatriz. Ela se questionou de que a Secretaria de Educação só admitia negociação se a greve fosse encerrada.

A presidente do Sindicato dos Servidores do Ipsemg (Sisipsemg), Antonieta de Carli, disse que os servidores do

saúde ainda nem foram representados no plano de carreira aprovado na Assembleia. Eles estão em greve desde o dia 27 "Faltamos 8 mil funcionários, hoje são 4 mil", afirmou.

O dirigente do Sindicato Renato Basso, informou que trabalhadores da Fundação Hospital de Minas Gerais (Hemmg) e da Fundação Hospital das Forças já estão em greve e que a Fundação Hemominas e a Ulemontas estão a ponto de paralisar suas atividades.

Trabalhadores da educação e saúde também apresentaram queixas específicas com relação à falta de condições de trabalho. Diretora do SINDSAÚDE, Neusa Freitas, disse que servidores e pacientes do Hospital Júlia Kubitschek sofreram desde 2007 com comida contaminada, a qual seria fornecida pela empresa contratada pelo Estado. A servente Maria Helena Duarte se queixou das instalações que abrigam a Escola Estadual Dr. Arthur Bernardes, em Sete Lagoas, e o professor Welshman afirmou que a Escola Estadual do povoado de Lagoa de Baixo, em Rubelândia conta nem mesmo com água potável.

Além de Dinis Pinheiro e Bosco, participaram da reunião com os servidores os deputados Rogério Correia (PT), Pompílio Caraveo (PT), Evair Prado (PT), Carlos Mota (PSDB), Antônio Júlio (PMDB), Paulo Lamas (PT) e Duarte Bredin (PMN).



Presidente expõe aos servidores que vai ajudar nas negociações com o Executivo.

Fórum sobre a Copa na RMBH é aberto

Pela manhã, ao lado do governador em exercício, Alberto Pinto Coelho (PP), o presidente Dinis Pinheiro (PSDB) participou da abertura do 1º Fórum de Oportunidades e Desafios da Copa do Mundo FIFA 2014, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

O evento visa a promover o planejamento articulado

do setor público e da iniciativa privada para a preparação da Copa na Capital mineira, que será uma das sedes. Em entrevista à imprensa, tanto o governador quanto o presidente da ALMG destacaram a importância dessa ação conjunta para o sucesso do evento.

O governador Alberto Pinto Coelho afirmou que, a cada três meses, será reali-

zada uma reunião para avaliação do andamento das obras e das ações de preparação, com ampla divulgação para a imprensa.

O deputado Dinis Pinheiro destacou a contribuição da ALMG para essa discussão, como na realização de debates e inspeções conjuntas com uma delegação do Congresso Nacional. "Outro

dia, recepcionamos uma delegação de Brasília, deputados federais, ministros do Tribunal de Contas da União e tivemos a grata surpresa de testemunhar o ministro Valmir Campelo elogiar as atividades do Governo de Minas com relação à Copa do Mundo. Espero que possamos promover aqui o palco inaugural dessa festa esportiva", afirmou.

Anexo 4

Cartaz da Campanha de Sindicalização

Data: 12 de julho de 2011

Autor: Desconhecido

Assunto: Lançamento da campanha de filiação do Sind-UTE/MG



Sind UTE Minas Gerais
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

Filiado à **CUT** BRASIL **CNE**

Principal Favoritos Contato

Pesquisar

BIBLIOTECA

Cartaz da Campanha de Sindicalização

Campanha de filiação do Sind-UTE/MG
COM VOCÊ
NOSSA LUTA SE FORTALECE

Com todos juntos o Sind-UTE/MG cresce.
Faça parte desta luta, filie-se ao Sind-UTE/MG
Procure a subseção da sua região ou a direção estadual

Filiação pelo site do sindicato
www.sindutemg.org.br

Mais informações pelo telefone: (31) 3481-2020.

Nesta terça-feira (13/07) o Sind-UTE/MG lança, oficialmente, sua Campanha de Filiação. É de extrema importância que você trabalhador(a) em Educação faça parte desse momento de unificar forças entre a categoria. As informações sobre como se filiar estão disponíveis abaixo, e vamos juntos fazer o nosso Sind-UTE/MG crescer!

Clique aqui e baixe o cartaz.

Clique aqui e baixe a ficha de filiação. (Obs: Favor imprimir em papel A4.)

Após impressão, preenchimento e assinatura da ficha de filiação, favor envi-la para Rua Ipiranga, nº 80, Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.015-180.

PESQUISA DE PERFIL DOS(A) EDUCADORES(A) MINEIROS(A)

Pensar a Educação
PENSAR O BRASIL • 1922 • 2022

Sind-UTE/MG
inform@
Nº 140
23062016
www.sindutemg.org.br

Atenda o Dótor Sílvio dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

Acompanhe a entrevista do economista e assessor do Direção na subseção da CUT Minas, Frederico Melo, a respeito do programa do FPMDF que começa a ser executado no Brasil

1) O que o Plano Temar traz concretamente em relação aos direitos dos trabalhadores que o concepção?

O Plano Temar para a Educação, do FPMDF, foi lançado em outubro de 2011 e trouxe uma série de medidas técnicas e jurídicas para enfrentar o problema da educação. Destacamos, desde logo, que o programa trabalha em duas frentes: a nível do cartão, referências sobre o cumprimento de direitos.

Segundo o documento, a grande ganho do Brasil é o direito à educação, que é a base para a construção de um país mais justo e a consequente melhoria da qualidade da educação.

Os direitos políticos estão determinados por regras escritas em leis ou na Constituição, são necessárias reformas estruturais e medidas emergenciais para

Anexo 5

Moção de Apoio

Data: Setembro de 2011.

Autor: desconhecido

Assunto: A Internacional da Educação, federação sindical mundial que representa mais de 30 milhões de docentes e trabalhadores da educação em 166 países, através de 348 organizações sindicais afiliadas, expressou seu apoio à luta do Sindicato Único dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Sind-UTE/MG, em greve há mais de cem dias, pela defesa do direito ao piso salarial, contemplado na lei 11.738/2008.



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Sede

5, Bd du Roi Albert II
1210 Bruselas, Bélgica
Tel +32 2 224 06 11
Fax +32 2 224 06 06
headoffice@ei-ie.org
www.ei-ie.org

Presidenta

Susan Hopgood

Secretario General

Fred van Leeuwen

Oficina Regional para América Latina

www.ei-ie-al.org
america.latina@ei-ie-al.org
Tel: +506 22 23 78 10
Tel/fax: 22 22 08 18
San José, Costa Rica

San José, 22 de septiembre de 2011

Señor Antonio Anastasia
Gobernador de Minas Gerais
Presente

La Internacional de la Educación, federación sindical mundial que representa a más de 30 millones de docentes y trabajadoras y trabajadores en educación en 166 países, a través de 348 organizaciones sindicales afiliadas, atendiendo pedido de la CNTE/Brasil, Confederación Nacional de los Trabajadores en Educación, **expresa su solidaridad y apoyo a la justa lucha del Sindicato Único de la Educación de Mina Gerais, Sind-UTE/MG, en huelga hace más de cien días, en defensa del derecho de Piso salarial Profesional Nacional contemplado en la Ley 11.738/2008.**

Ante la falta de diálogo y de apertura postrada por el gobierno de Minas Gerais, dos integrantes directivos del sindicato, compañero Abdon Geraldo Guimarães y compañera Marilda de Abreu Araújo, quien también es Secretaria de Organización de la CNTE, iniciaron este 19 de septiembre una huelga de hambre indefinida.

Ambos profesionales de la educación y directivos sindicales permanecerán en huelga de hambre indefinida hasta que se establezca un compromiso para un proceso de diálogo y negociación con el Gobierno del Estado.

Ante esta situación, la Internacional de la Educación para América Latina hace un llamado al gobierno de Minas Gerais que usted dirige, para que defina con urgencia el plan de diálogo.

En los últimos años, Brasil ha dado un ejemplo en cuanto a políticas públicas para el reconocimiento de los derechos sociales. Entre estos derechos, la educación pública resulta esencial para construir y sostener una sociedad democrática. Amenazar, negar, limitar e ignorar los derechos laborales conquistados por las y los profesionales de la educación, es atentar directamente contra la democracia.

Las organizaciones de la educación de América Latina estarán vigilantes de la solución que su gobierno ofrezca a esta situación.

Atentamente

Hugo Yasky
Presidente del Comité Regional
Internacional de la Educación para América Latina
CTERA, Argentina

Juçara Dutra Vieira
Vicepresidenta Mundial Internacional de la Educación
CNTE, Brasil



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Sede

5, Bd du Roi Albert II
1210 Bruselas, Bélgica
Tel +32 2 224 06 11
Fax +32 2 224 06 06
headoffice@ei-ie.org
www.ei-ie.org

Presidenta

Susan Hopgood

Secretario General

Fred van Leeuwen

**Oficina Regional para
América Latina**

www.ei-ie-al.org
america.latina@ei-ie-al.org
Tel: +506 22 23 78 10
Tel/fax: 22 22 08 18
San José, Costa Rica

Fátima da Silva
Vicepresidenta del Comité Regional
Internacional de la Educación para América Latina
CNTE, Brasil

Brígida Rivera
Vicepresidenta del Comité Regional
Internacional de la Educación para América Latina
CGTEN/ANDEN, Nicaragua

Rosalba Gómez
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
FECODE, Colombia

Jaime Gajardo
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
CPC, Chile

Hamer Villena
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
SUTEP, Perú

Joviel Acevedo
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
STEG, Guatemala

Denise Mora
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
ANDE, Costa Rica

Israel Montano
Comité Regional Internacional de la Educación para América Latina
ANDES 21 de Junio, El Salvador



Education International
Internationale de l'Éducation
Internacional de la Educación
Bildungsinternationale

Sede

5, Bd du Roi Albert II
1210 Bruselas, Bélgica
Tel +32 2 224 06 11
Fax +32 2 224 06 06
headoffice@ei-ie.org
www.ei-ie.org

Presidenta

Susan Hopgood

Secretario General

Fred van Leeuwen

**Oficina Regional para
América Latina**

www.ei-ie-al.org
america.latina@ei-ie-al.org
Tel: +506 22 23 78 10
Tel/fax: 22 22 08 18
San José, Costa Rica

María Teresa Cabrera
Integrante Comité Ejecutivo Mundial Internacional de la Educación
ADP, República Dominicana

Stella Maldonado
Integrante Comité Ejecutivo Mundial Internacional de la Educación
CTERA, Argentina

Senén Niño
Integrante Comité Ejecutivo Mundial Internacional de la Educación
FECODE, Colombia

Carta Aberta ao Desembargador Roney Oliveira

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2011.

“Na aplicação da Lei, o Juiz atenderá aos fins
 Sociais a que ela se dirige e às exigências
 do bem comum.”(Art. 5º da Lei de Introdução
 às Normas do Direito Brasileiro)

A gente não quer só comida
 A gente quer comida
 Diversão e arte
 A gente não quer só comida
 A gente quer saída
 Para qualquer parte...

A gente não quer só comida
 A gente quer bebida
 Diversão, balé
 A gente não quer só comida
 A gente quer a vida
 Como a vida quer...

...

A gente não quer
 Só dinheiro
 A gente quer dinheiro
 E felicidade
 A gente não quer
 Só dinheiro
 A gente quer inteiro
 E não pela metade...

(Comida – Titãs)

Caríssimo Senhor Desembargador:

Foi com imensa tristeza que soube de Vossa decisão de determinar o imediato retorno dos professores mineiros ao trabalho, ou seja, às salas de aula. Não posso negar, também, que fiquei surpreso ao ler o teor do texto que fundamenta/justifica a decisão de Vossa Senhoria.

Como cidadão, professor, e, como o Senhor, funcionário público remunerado pela população – inclusive a dos “grotões mineiros” em que, segundo vosso texto, fruto de vosso insuspeito conhecimento de causa, as crianças vão à escola “mais atraídos pelo pão do que pelo ensino” –, também considero importante que “na aplicação da Lei, o Juiz atenderá aos fins Sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.” Mas, pergunto, Senhor Desembargador, estaria mesmo a vossa decisão colaborando para o bem comum?

No plano nacional, a nossa primeira Constituição, de 1824, já determinava que a educação elementar seria pública e gratuita. Em nosso passado recente, a Magna Constituição de 1988 garante esse mesmo direito e expande ao determinar a natureza pública e subjetiva do mesmo. O mesmo faz, como não poderia deixar de fazê-lo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1991) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Veja, Senhor Desembargador, em Minas Gerais a primeira legislação para a instrução pública, a Lei no. 13, é do ano de 1835. Ou seja, foi uma das primeiras leis que nossos legisladores acharam por bem aprovar porque reconheciam, mesmo dentro de limites às vezes estritos, a importância da educação

pública. De lá para cá, se contarmos, veremos centenas de atos legislativos que, como aquela Lei fundadora, vieram garantir o legítimo direitos dos cidadãos a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

No entanto, poderíamos perguntar: estariam esses direitos sendo garantidos de fato? Sabemos que não, e não apenas para os dos "grotões mineiros". E isto não apenas hoje.

Ensina-nos a história da educação mineira que desde o século XIX tem-se muito claro que os professores constituem elemento fundamental para a qualidade da escola. No entanto, desde lá também se sabe o quão difícil é garantir a entrada e permanência dos professores na profissão. Veja, Senhor Desembargador, o que dizia um Presidente da Província de Minas em 1871, isto é, há 140 anos: "À par da criação das escolas normaes devem se augumentar os vencimentos dos professores. Não se pode esperar que procurem seguir carreira tão pouco retribuída aquelles, que, depois de instruídos nas escolas normaes, sejam convidados para outros empregos com esperança de um futuro lisonjeiro". [Antonio Luiz Affonso de Carvalho, Presidente da Província de Minas Gerais, em 02/03/1871]

Passados todos estes anos, e não são poucos, o que demonstram, hoje, a experiência dos professores mineiros e as mais diversas pesquisas acadêmicas é que em breve faltarão professores para a escola básica brasileira. Aliás, para algumas disciplinas essa falta já é sentida hoje. Mas não apenas isto. O mais grave é que, independentemente do número, verifica-se que a profissão perdeu, de vez, o poder de atrair/seduzir jovens talentos. Ou seja, a tarefa socialmente relevante e culturalmente fundamental de conduzir as novas gerações ao mundo adulto já não atrai parcela significativa (e necessária) de sujeitos dessa mesma sociedade. É como se os jovens estivessem dizendo: não vale a pena jogar o melhor das minhas energias nessa tarefa, apesar de sua relevância social e cultural.

Veja, pois, Senhor Desembargador, que o poder público mineiro vem lesando, há séculos, nossas crianças em seu mais que legítimo direito à educação. E, convenhamos, a considerar o atual salário dos professores mineiros, mesmo se comparado ao Vosso tempo de "vacas magras", a atual administração estadual nada fez para atacar o problema. Muito pelo contrário, o agravou com a famigerada política de subsídio. Considere, pois, Senhor Desembargador, que as "queridas vacas", como dizia a adorável professora do Drummond, estão tão magras que em breve delas não teremos nem o leite, nem a carne, nem o osso e nem mesmo o berro!

É louvável, Senhor Desembargador, a Vossa preocupação com a fome das crianças dos "grotões mineiros", assim como com a garantia do direito à educação para a toda a população mineira e com os danos causados pela greve ao alunado. Por outro lado, não posso concordar que essa greve seja abusiva ou que precisaria se arrastar *ad aeternum*. Parece-me, aqui, que uma das formas de a Justiça contribuir para garantir, na aplicação da Lei, os "fins Sociais" a que ela se dirige e às exigências do bem comum", seria obrigar Estado mineiro a cumprir, sem subterfúgio, a legislação existente e instruí-lo a reformar a péssima Carreira Docente em vigor. Esta contribui mais para a desmotivação do professorado do que lhe acena com os justos ganhos decorrentes da busca por mais e melhor formação e da comprovada experiência adquirida no exercício da profissão.

Sabemos, Senhor Desembargador, que a justa decisão daquele que, mantido pelo poder público, tem o dever e a legitimidade para decidir, é, também, aquela que interpretando a Lei, de mãos dadas com a experiência passada, descortina, no presente, o futuro que pretende criar. A Justiça, Senhor Desembargador, se faz quando se tem em mente os problemas (futuros) que nossas soluções criarão ou deixarão de criar. A Justiça se faz, também, quando combate injustiças duradouras e possibilita a criação de condições de uma duradoura justiça!

Se o direito à educação de qualidade não se faz apenas garantindo o acesso, este direito está, hoje como ontem, ameaçado, e sua garantia não se faz na sala de aula e no pátio da escola, mas nas ruas e nas praças ocupadas pelos professores em greve. Neste momento, a continuidade da greve como forma de obrigar a administração estadual a responder, de fato, à situação humilhante dos professores estaduais com melhores salários e condições de trabalho, é a única forma de garantir o direito à educação, em cuja defesa todos nos irmanamos.

As crianças que freqüentam a escola pública e as famílias que pagam impostos para que o Estado a garanta, Senhor Desembargador, "não querem só comida". Querem tudo a que têm direito! Têm direito, inclusive, a professores felizes e satisfeitos com seus salários e suas condições de trabalho! Professor que foi, aluno que aprendeu com alguma professora nos bancos de uma escola, o Senhor Desembargador deve saber também que a única forma de fazer uma boa escola ou uma boa escola é que os professores tenham, eles também, os seus direitos reconhecidos e protegidos. Eles não querem "só comida"!

Finalmente, Senhor Desembargador, é preciso lembrar que, contrariamente o ditado popular, nem sempre onde há fumaça há fogo. E, às vezes, pode haver fogo sem haver fumaça. Para isto, bastaria ver a Praça da Liberdade na sexta feira. O "gás de pimenta" pode "ser fogo", como disse, em mensagem eletrônica uma professora que lá estava: *"Para quem nunca inalou gás de pimenta, a sensação é a seguinte: um fogo na cara, um ódio no coração e muita tosse"*. Mesmo sem a cobertura da fumaça, foi lá que o Estado de Minas, por meio de seus agentes legalmente constituídos, nos deu uma péssima lição de cidadania. Penso, Senhor Desembargador, que o episódio da Praça da Liberdade, este sim, merecia uma rápida investigação e a punição exemplar daqueles que, atualizando o que há de pior em nossa história, violentaram não apenas os professores, mas todos nós, cidadãos deste país. Logo, imagino, também ao Senhor.

Acalentando o sonho de que nossas crianças e jovens possam ter garantido o direito a uma escola de qualidade e que os professores mineiros tenham garantido o seu legítimo direito a lutar pelos seus direitos, envio cordiais saudações.

Luciano Mendes de Faria Filho

Professor de História da Educação da UFMG

Coordenador do Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil - 1822/2022

Anexo 6

Proposta salarial na mesa

Data: 13 de julho de 2011

Autor: Desconhecido

Assunto: a equipe econômica do Governo de Minas apresentou uma proposta de nova política remuneratória para servidores do Estado. Em reunião com o comitê de negociação sindical e com a Secretária do Planejamento e Gestão, Renata Vilhena propôs novas medidas utilizando como referência para os reajustes 50% sobre a previsão de crescimento da receita tributária para o ano, aplicada sobre a despesa total de pessoal.



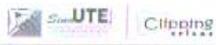
Anexo 7

Greve no caminho do descanso

Data: 31 de julho de 2011

Autor: Desconhecido

Assunto: Professores da Rede Estadual de Educação seguem em greve por tempo indeterminado, e o Sindicato Único dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) já admite que o ano letivo de 2011 pode se estender até 2012, o que comprometeria as férias de janeiro.



Data: 31/07/11 - Jornal: Estado de Minas - Caderno: Gerais - Pág.: 28
742,46cm/601

Greve no caminho do descanso

Casos Ruivos

Enquanto uns se preparam para o retorno às aulas amanhã, muitos não sabem quando voltarão à escola. Professores da rede estadual seguem em greve por tempo indeterminado e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) já admite que o ano letivo de 2011 pode se estender até 2012, o que comprometeria as férias de janeiro. O impasse não tem solução à vista, já que os pais não têm a disposição de não negociar se a categoria não suspender a paralisação. Se estudantes das redes particular e municipal não hoje adota um último dia de folga de julho para e alunos das escolas estaduais prosseguem na incerteza, que agora já ameaça o próximo período de recesso escolar e que com certeza vai prejudicar vários fins de semana ao longo do ano.

A pedagoga Neyse Drummond Salchow recebeu pagar aulas particulares para que a filha não fique prejudicada nesse período. Assim, Natalia, de 11 anos, não deixou de aprender o conteúdo que seria dado em sala de aula, mas a mãe continua preocupada. "Trabalho fora da cidade e minha filha acaba vendo que fica em casa sozinha, vendo televisão e no feriado do computador", lamenta.



Neyse Drummond se preocupa com o repêso do calendário

Como presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pandá Calógeras, que fica no Bairro Santo Agostinho, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, Neyse aponta a causa dos professores, pois acredita que eles realmente precisam de melhoria nos salários e nas condições de trabalho, mas ressalta que a formação dos futuros cidadãos deve ser a prioridade de todos. A pedagoga está apreensiva com a reposição das aulas e pede que os grevistas pensem na melhor maneira de fazer isso, sem ferir o direito de aprendizagem dos alunos. "Pela falta de tempo, as matérias nunca são passadas integralmente. Os estudantes fazem um trabalho aqui e outro ali só para terem nota, e acabam passando de ano sem saber tudo o que está sendo ensinado".

A Secretária de Estado da Educação esclarece que o novo calendário só será definido com o fim da greve, já que ainda não dá para saber quantas horas ficaram paradas. Trabalha nunca tenha ocorrido reposição no ano seguinte, e esta decisão é clara: se houver negociação, as aulas serão dadas em sábados, recessos ou nas férias de janeiro. "Fizemos apelo aos professores para que retornem à sala de aula amanhã, para que possam avançar de forma mais tranquila nas negociações. Estamos dispostos a sentar e negociar, mas a escola precisa estar funcionando. Se a categoria ficar parada, a probabilidade de a greve durar é maior", afirma a secretária-adjunta, Maria Ceres Pinheiro.

A coordenadora geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cezarina, informa que a categoria está disposta a acabar com a greve quando o estado apresentar alguma proposta referente ao piso salarial, profissional nacional. "Não avançamos em praticamente nada neste tempo todo. Então, diferentemente as aulas voltarão amanhã", diz. Segundo ela, só haverá reposição se o salário do período de paralisação não for cortado.

O próximo passo do movimento será decidido na quarta-feira, quando ocorre assembleia da categoria. (Colaboraram Humberto Suplicy e Vanessa Jacinto)



Com dois filhos em escolas diferentes, a administradora Lilian Romas se prepara para retomar a rotina

Prova de paciência na rua

Para quem tem o dia de hoje para arrumar mochilas e se preparar para encetar novamente a rotina amanhã, a hora é de pensar no trânsito. Para a administradora de empresas Lilian Romas, Minardi Castro esse momento é sinônimo de sofrimento. Ela enfrenta o trânsito caótico de Belo Horizonte para deixar cada filho em uma escola. "A estrada é cansada só de pensar, mas não tem outro jeito. Vou respirar fundo e encetar mais quatro meses", diz ela. Como ela, até mesmo quem não tem filhos na escola deve enfrentar amanhã um teste de paciência. De acordo com a BH Trans, a expectativa é de que haja crescimento de 10% na frota que circula diariamente pela cidade. Só na área interna da Avenida do Contorno são esperados mais 50 mil veículos.

Moradora do Buriti, Região Oeste, Lilian sai de casa às 7h30 com os dois filhos. Detona quase meia hora para chegar ao trabalho, onde deixa Gabriel, de 6 meses, com mais 15 minutos até o colégio de Ana Clara, de 10, no Santo Agostinho. Por lá, gasta 45 minutos de deslocamento. Na volta, é a mesma coisa, conta. A administradora já percebeu em caráter de urgência, pensando em diminuir o trânsito, mas chegou à conclusão de que não dá para isso, porque a cada duas horas em horários diferentes.

Para acalmar os ânimos dos motoristas, agentes da Divisão Integrada de Trânsito vão organizar a circulação de veículos na portadora de placas, em vários pontos e orientar os pessoas sobre a importância de respeitar as leis, não parando em fila dupla, usando o cinto de segurança e atravessando na faixa pedestre. A ação educativa faz parte da campanha da BH Trans para o período de volta às aulas, cujo tema é "Com seu exemplo, a criança da li aprende no caminho".

Todos os dias, no início da tarde, a coordenadora Adriana Pereira Ribeiro Chaves sai do Leão e segue até o Santo Agostinho para deixar Ana Clara, de 7, em uma escola e João Victor, de 3, em outra dos bairros adjacentes. A motora fica impressionada com a falta de respeito no trânsito. "As vezes tem a vaga, mas o pessoal não estaciona e para em fila dupla. É complicado, demais", afirma Adriana, que reclama de outros pais de filhos de alguns pais. "Eles têm a mania de encostar a mochila no portão da escola, dizem do carro, abrem o porta-malas, separam a criança até o portão da escola. Tem quem que quer mais rápido".

A coordenadora já tem um plano para o ano que vem, se dois filhos vão estudar no mesmo colégio e ela pretende levá-los a pé. Acho que sou privilegiada porque a escola é perto de casa. Não estou pensando em pensar que moro muito longe", comenta (JA).

MEMÓRIA

Reivindicação e impasse

Professores da rede estadual estão em greve desde 24 de junho. Eles argumentam que o estado não cumpriu o Lei Federal 11.738/2008, que mudou o Piso Salarial Profissional Nacional (PISN), e pedem que o governo seja obrigado a Secretária de Estado da Educação diz que o recuo no salário é infundado, já que desde janeiro, o movimento não pagou a professores de nível médio de R\$ 1.122 para 24 horas/aula, conforme a Lei Estadual 18.976/2010, valor acima do piso nacional definido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), que é de R\$ 1.107 para 40 horas/aula.

CRIME NA ESCOLA

Ondineirene Emerson Bonafini, de 17 anos, foi assassinada no mercado de ontem, no Bairro Alameda Antônio Ferreira Corrêas, no Bairro Jardim Residencial, em Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ela foi ferida com três tiros de arma de fogo, enquanto participava de uma partida de futebol. Segundo testemunhas, três rapazes chegaram ao local e se jogaram desesperadamente para a vítima, tentado assim com o corpo de ela. Ela morreu no dia seguinte no hospital. A PM prendeu três suspeitos, dois menores de idade de 10 e 12 anos e um menor de idade de 16, em um ponto de ônibus do município. A arma usada não foi encontrada e, segundo o PM, eles foram a caminho do crime, mas foram reconhecidos por testemunhas.

Anexo 8

Ituiutaba Apoio aos professores

Data: 18 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O diretório acadêmico da UEMG, e os professores da Rede Estadual de Ensino, coordenarão os protestos pela estadualização da UEMG e pelo piso salarial dos professores. A União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais apoia a greve dos professores.

UNE - União Nacional dos Estudantes » UEE-MG realizou diversas... <http://www.une.org.br/2011/08/uee-mg-organizou-diversas-mobiliz...>

O evento foi iniciado com uma manifestação pública pela melhoria do ensino em Uberaba. À noite o evento contou com uma mesa redonda com as principais lideranças do movimento estudantil da cidade, como Johnathan Augusto (presidente DCE da Uniube), Diego Santiago (presidente DCE da UFTM), Mateus Barros (representante da UEEMG) e Rafael Mendes (presidente do Conselho Municipal de Juventude), seguido de uma peça da C&A Emílio Rogê sobre identidade brasileira.

No dia 12 de agosto, segundo dia do evento, foi a vez da Universidade Federal do Triângulo Mineiro abrir as portas para grupos de discussão com a construção de cartas para o conselho nacional de juventude, onde estudantes de Uberaba debateram sobre a importância da assistência estudantil na melhoria da educação, os estudantes como promotores da saúde e educação na comunidade, diversidade e adversidade nas instituições de ensino e cultura para educação.

No terceiro dia a programação cultural apareceu e bandas da UFTM, Uniube e atrações musicais da região, como Acidogroove e Redial encerraram a jornada de lutas com muita animação e rock para divertir os estudantes uberabenses.

DIVINÓPOLIS

Dezenas de alunos do ensino médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais da Unidade de Divinópolis (CEFET) saíram às ruas para protestar contra a falta de professores que poderá afetar a formatura das turmas do 3º ano em 2011.

E no último dia 18 como em diversas unidades da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a unidade de Divinópolis parou. Em uma articulação de apenas um dia o DCE XVII de Março, que representa os alunos da Funedi/UEMG, conseguiu mobilizar quase mil estudantes para apoiar ocupação de campus. De lá acompanharam os informativos e fotos sobre as mobilizações do DCE da universidade e sua representatividade.

Como a participação de integrantes do DCE no 52º Congresso da UNE, em Goiânia, na viagem para o Congresso da OCLAE em Montivídeu- Uruguai, representando a presença dos estudantes UEMG e da UEE-MG.

ITUIUTABA

No dia 18 de agosto, o Diretório Acadêmico da UEMG de Ituiutaba e professores da rede estadual de ensino (SINDIUTE) coordenaram os protestos pela estadualização da UEMG e pelo piso salarial para os professores. Os alunos se reuniram na via única que corta a universidade em frente à praça de alimentação principal do campus, onde os alunos se aglomeraram e panfletaram em prol de conscientizar e mobilizar o resto da comunidade acadêmica para se unir ao movimento de ESTADUALIZAÇÃO JÁ!

"Também interrompemos o trânsito interno em prol de mobilizar os "apressadinhos" que passavam de carro, mas o ato foi bem recebido pela maioria dos condutores, onde muitos desligaram seus carros e vieram colaborar com o nosso trabalho". Explica uma das coordenadoras do evento Mariana Cristina.

O ato teve uma boa repercussão, e de fato fortaleceu o Movimento Estudantil na cidade, pois foi aderido por uma parcela significativa da comunidade acadêmica presente. O evento contou com a presença de um carro de som que ficou tocando a música "Atua-se" da banda Titãs.

FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO

A UEE de Minas Gerais está com uma nova ferramenta de comunicação, o site da UEE-MG já está no ar www.estudanteminas.com.br (<http://www.estudanteminas.com.br/>), que será apresentado oficialmente na posse da entidade, prevista para o meio de setembro.

O site possui um portal de ligação para ferramentas de rede social onde você poderá interagir com a diretoria de comunicação da UEE, como o facebook [Uee Minas Gerais] e o twitter [ueemg].

APOIO AOS PROFESSORES

A União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais e União Colegial de Minas Gerais apoiaram a greve dos professores do estado. Para as entidades é importante o apoio ao desenvolvimento educacional. E isso depende de diversos fatores, entre eles um pagamento digno para os professores de Minas Gerais.

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) realizou, na tarde do dia 28 de agosto, uma assembleia estadual com servidores da categoria e decidiu manter a greve dos profissionais. De acordo com a assessoria do sindicato, cerca de seis mil servidores de várias regiões do estado participaram da reunião, que foi realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Ainda segundo a entidade, a paralisação é superior a 50% e não há previsão para a normalização do serviço. A categoria reivindica o piso salarial de R\$ 1.597,87 para servidores de nível médio que trabalham 24 horas por semana. Após 1h30 de debate, os servidores marcaram um novo encontro para definir a continuidade da paralisação. A reunião vai contar com a presença do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipssemg) [Sisipsemg].

A categoria ainda organizou um 'abraço simbólico' na ALMG, onde o encontro ocorreu. Os manifestantes se concentraram na Rua Rodrigues Caldas, entre a Rua Dias Adorno e a Avenida Álvares Cabral. O trânsito ficou retido no local por cerca de meia hora. Por volta das 18h, os professores se dispersaram. A área foi monitorada pelos agentes da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans).

BLITZ PELO FUNDO SOCIAL DO MINÉRIO

Diretores da UEE-MG e representantes da União Colegial de Minas Gerais se juntaram no último dia 23 de agosto para colher assinaturas para a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Fundo Social do Minério para a Educação. Os estudantes fizeram uma blitz pelos corredores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais chamando a atenção e a curiosidade de muitos deputados.

Mas essa não foi a primeira manifestação e representantes da UEE-MG e outras entidades do movimento estudantil já apresentaram a proposta aos deputados durante manifestação realizada na ALMG no dia 23 de março deste ano, onde foram solicitados mais investimentos na área da educação, segundo o presidente da UEE-MG Rafael Leal a blitz foi muito proveitosa, apontada por ele como mais uma vitória dos estudantes mineiros. "Ainda temos um longo caminho para percorrer, mas a UEE-MG em parceria com a UCMG continuará com essa pauta, pois sabemos da importância que o Fundo Social do Minério representa para os estudantes do estado".

Minas Gerais é o maior produtor nacional de minério, responsável por menos que 70% da produção mundial e em 2010 pela geração de mais de 50% dos royalties da atividade. Comparando os royalties do petróleo com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os produtores de petróleo recebem 10% do faturamento bruto sobre a extração, no caso de Minas Gerais, o estado fica com apenas 2% do faturamento líquido sobre a exploração mineral.

A ideia é que essa riqueza seja revertida para a educação e o desenvolvimento social do Estado. O Fundo Social do Minério para a educação seria através de recursos da CFEM repassados para esse fundo seriam utilizadas em políticas públicas de educação, ciência e tecnologia.

A UEE-MG já recolheu as assinaturas de deputados como a deputada estadual Luiza Prado do PSB e o deputado estadual Pompilio Canavez do PT. "É importante que os deputados assinem e reconheçam que a criação desse fundo irá valorizar a educação do estado, fazendo que Minas Gerais vire um espelho para outras lideranças estudantis que querem obter vitórias significativas na área educacional", fala Mateus Barros Diretor de Comunicação da UEE-MG



Anexo 9

Manhuaçu e região mantêm greve na Educação por tempo indeterminado

Data: 26 de julho de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A diretora do Sind-UTE de Manhuaçu afirmou que o movimento de greve continua na região. Para ela, educador que não luta pelos seus direitos não tem credibilidade para falar de cidadania em sala de aula.

SINDUTE MG, MANHUAÇU E REGIÃO MANTÊM GREVE NA... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

MANHUAÇU E REGIÃO MANTÊM GREVE NA EDUCAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO



2011-07-15

“Educadores que não lutam pelos seus direitos, não têm credibilidade de usar cidadania em sala de aula”, critica a diretora do Sind-UTE Manhuaçu Geralda Oliveira

MANHUAÇU – A diretora do Sind-UTE Manhuaçu, Geralda Oliveira, afirmou que o movimento de greve em todo o estado continua em Manhuaçu e região. Em assembleia estadual ocorrida na tarde desta quarta-feira (13), no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte, sob coordenação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), trabalhadores/as em educação aprovaram a continuidade da greve por tempo indeterminado. Uma nova assembleia está marcada para o dia 3 de agosto.

Para Geralda, “educadores que não lutam pelos seus direitos, não têm credibilidade de usar cidadania em sala de aula”, crítica. A categoria também aprovou um calendário de atividades para fortalecer o movimento que prevê várias atividades, entre elas, o acompanhamento das atividades da noite dessa quarta-feira, na Assembleia Legislativa. A estratégia é mostrar aos deputados que os trabalhadores em educação estão mobilizados e dialogar com os parlamentares para que eles possam também fazer interlocuções junto ao governador Anastasia visando a abertura das negociações.

REIVINDICAÇÃO

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Os/as trabalhadores/as em educação cobram do Governo do Estado o cumprimento de lei federal 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), que hoje é de R\$ 1597,87, para 24 horas semanais, nível médio escolaridade. O Governo de Minas Gerais paga atualmente o piso de R\$ 369,00. Segundo a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, a sociedade precisa saber que o Governo não cumpre a lei federal do Piso, por isso deixa de investir na Educação, que é um serviço essencial para o desenvolvimento humano.

GREVE

Os trabalhadores em Educação estão em greve por tempo indeterminado desde o dia 8/6. A ação acontece em resposta ao Governo que, além de não pagar um salário justo, proporciona condições ruins de trabalho. "O Estado investiu apenas 14% em Educação no primeiro trimestre e em 2010 os recursos disponibilizados ao setor foram de 20%, dos 25% que o Governo é obrigado a investir. Infelizmente é com essa precariedade de insumos que convivemos em Minas Gerais", afirma Beatriz Cerqueira.

Anexo 10

Leonardo Caldeira, Professor de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Minas Gerais

Data: 23 de julho de 2011

Autor: Leonardo Caldeira

Assunto: O professor Leonardo Caldeira escreve uma carta a Beatriz Cerqueira, retomando a análise e a reflexão sobre a Lei do Piso.

Leonardo Caldeira, Professor de Língua Portuguesa da rede estadual de Minas Gerais

Prezada companheira BEATRIZ, nossa coordenadora,

Após inúmeras reflexões sobre a Língua Portuguesa e especialmente no contexto de õconveniênciasõ que vivemos, cheguei à seguinte conclusão:

Antes de mais nada, irei me identificar para não permanecer anônimo: Meu nome é Leonardo Caldeira, sou Professor de Língua Portuguesa da rede estadual de Minas Gerais, trabalho na E.E. Professor Cláudio Brandão, de Ensino Médio, em BH.

Deus queira que não, mas acredito que devo fazer parte (mesmo sem querer) dessa leva de profissionais que - como você sabiamente diz- está de passagem pela educação. Não gostaria que fosse dessa maneira, mas infelizmente sou ou serei obrigado a isso.

Retomando a análise e a reflexão, prossigo matutando sobre a Lei do Piso:

A lei é clara: O PSPN É DE R\$ 1.597,87 PARA UMA JORNADA DE ATÉ 40 HORAS DE TRABALHO, PARA O PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE.

Ora, a nossa jornada em Minas Gerais já está definida em Lei Estadual, qual seja: 24 horas semanais.

PASMEM, CAROS LEITORES, mas como bom Professor de Português, entendo que o advérbio **ATÉ**, previsto na Lei, deve ser interpretado nos termos da Gramática Normativa do Português, da forma que sempre foi feito no dia a dia da Língua.

Como todos sabem, esse termo **ATÉ**, é **ADVÉRBIO** de **REFERÊNCIA**, OU **SEJA DE INTENSIDADE**. Segundo palavras do mestre EVANILDO BECHARA, o advérbio õatéõ serve de referência para a intensidade do que vai ser argumentado, como parâmetro mínimo de interposição e proposição, portanto termo essencial de qualquer oração de Língua Portuguesa.

Portanto, õaté as pedras sabemõ que o que é essencial na oração da Língua Portuguesa, não pode ser tratado como termo acessório! O nosso Governador, que é bacharel em Direito e tem a mamãe professora, não entende as normas gramaticais e menos ainda as normas da Lei. Ele usa uma õbrechãõ interpretativa do termo (advérbio) **ATÉ** para não cumprir o que lhe é determinado pela Lei Federal do PSPN.

CONVENIÊNCIA PURA!!!!!!!

O interessante é que o mesmo advérbio **ATÉ** está também previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que estipula o Teto de gasto do governo com o Pessoal. Nesse caso, o nosso governador o interpreta como termo essencial da oração(Lei). Esse termo ele não pode desconsiderar nunca!!!!!!

Aqui, sim ele cumpre a Lei...

Fazendo um comparativo banal, dirijo-me ao governador nos seguintes termos, para que entenda:

Se fosse seu carro, caríssimo governador, o senhor andaria com um item (termo) acessório, como rádio, alarme GPS, etc... ou com algum item **ESSENCIAL** para sua segurança???????

Certamente, o senhor dispensaria o rádio (item acessório) para ouvir as críticas do seu governo e andaria seguro com um bom pneu (item essencial), ou mesmo com um competente

segurança ao seu lado para lhe poupar dos conselhos gramaticais feitos pelos professores de Língua Portuguesa sobre os termos semânticos expressos em Lei.

É essa metáfora ó ao seu modo - que não deve ser e não será reconhecida pela sociedade, quando se trata de legislação.

A REGRA É CLARA: Piso de R\$ 1597,87 para jornada de **ATÉ** 40 horas semanais para nível médio de escolaridade.

O termo **ATÉ**, é advérbio essencial da oração e, portanto, por ser essencial, não deve ser desprezado.

Acontece que o governo de Minas trata esse termo como se fosse mero **ACESSÓRIO** à Lei e o interpreta da maneira que lhe convém.

É dessa maneira que querem revolucionar a Língua Portuguesa com propostas de alterações para unificar países Europeus e Africanos???????

Realmente, Minas será unificada sim!!!! Regrediremos à escravidão da África, pois naquele contexto, os termos escritos em Leis eram interpretados a maneira dos poderosos e dominantes.

Portanto, caro governador, segue aqui o meu protesto e meu desprezo pela sua conduta.

Espero que o senhor tenha no mínimo misericórdia com essa empobrecida classe de professores e interprete o termo e advérbio (**ATÉ**) da Lei, como deve ser legalmente e moralmente interpretado, especialmente para não renegar a carreira de sua querida mãe, que é professora como todos nós, mas que não deve estar de passagem na educação.

Quem vos escreve é um professor que já desistiu há muito da carreira e está agora seguindo a sua (de bacharel em direito), entretanto sem desprezar quem um dia nos educou e, principalmente, sem arranjar pretextos para transformar as regras gramáticas em regras governamentais.

Cordialmente,

Leonardo Caldeira

23/07/2011

Anexo 11

Comunicado

Data: 28 de julho de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Por meio desse comunicado o Sind-UTE de Governador Valadares procura prestar esclarecimentos à sociedade sobre o motivo responsável pela nova greve: o cumprimento da Lei Federal que estabelece o Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério, que o Governo de Minas se recusa a cumprir.

SINDUTE MG, Comunicado

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)



Comunicado

Aos pais, responsáveis, alunos e à sociedade de Governador Valadares: por que estamos em greve novamente?

Os funcionários públicos estaduais da Educação de Minas Gerais comunicam a toda sociedade o **Governador Valadares** que estão em Greve não porque gostam ou por não terem responsabilidade com sua profissão. Estamos em luta pelo cumprimento de uma Lei Federal que implanta o Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério, mas o governo de Minas Gerais se recusa a cumprir. Para formarmos cidadãos com ética, que lutam pelos seus direitos e cumprem seus deveres, devemos que da este exemplo de Cidadania. Como poderemos tornar nossas famílias, a sociedade melhor, se não ensinamos aos alunos a obedecerem e cumprirem leis e lutando pelo cumprimento das mesmas?

Contamos com o apoio dos alunos, senhores pais e ou responsáveis, ao nosso movimento e é de preocupação de todos os Educadores o cumprimento da carga horária dos alunos e sua preparação para o futuro. As consequências dessa política do governo mineiro podem representar a inviabilização de um ensino público de qualidade, e quem perde com isso são os filhos das famílias trabalhadoras.

A nossa greve, portanto, é uma luta não apenas para garantir o pagamento do piso previsto em lei, mas também para salvar a carreira dos educadores e a própria Educação Pública, e é o **último recurso**.

E pedimos para vocês, para nos ajudarem a convencer e esclarecer também alguns colegas educadores que por desinformação ou medo das ameaças do governo, não participam de um direito garantido por lei.

Estejamos unidos nessa luta, antes que destruam a Educação pública. Que eduquemos nossos filhos, antes que no futuro eles sejam punidos pela falta de conhecimento e sabedoria.

Portanto, participe e se informe.

(www.sindutemg.org.br , <http://sind-utegovernadorvaladares.blogspot.com/>)

Art. 9º da Constituição Federal DE 1988: É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Data: 01 de agosto de 2011.

Texto originalmente produzido pelos professores de Teresina

"NOSSA LUTA É CONSTANTE, PRECISAMOS UNS DOS OUTROS, SEMPRE..."

**JUNTOS SOMOS FORTES! SÓ A LUTA GARANTE CONQUISTAS!
EDUCAÇÃO: MAIOR INVESTIMENTO PARA OS NOSSOS FILHOS!**

"Sonho com o dia em que todas as pessoas levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos." - Nelson Mandela

"A educação é a arma mais forte que você pode usar para mudar o mundo." - Nelson Mandela

"Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova." - Mahatma Gandhi

"Temos de nos tomar na mudança que queremos ver." - Mahatma Gandhi

Anexo 12

Greve dos trabalhadores em educação continua por tempo indeterminado

Data: 09 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Trabalhadores da Educação, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), decidiram manter a greve por tempo indeterminado, em assembleia estadual, realizada dia (09/08), no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte.

SINDUTE MG, Greve dos trabalhadores em educação continua por ... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiado à

CUT **CNE**

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

<p>Comunicação</p> <p>Notícias</p> <p>Clipping</p> <p>Periódicos</p> <p>Inforna</p> <p>Boletim</p> <p>Programa Outras</p> <p>Palavras</p> <p>Outras Palavras</p> <p>O Equilibrista</p> <p>Cartilhas</p> <p>Publicações</p> <p>Artigos</p> <p>DIÁRIO DE</p> <p>ACAMPAMENTO</p> <p>Documentação Técnica</p> <p>Resoluções</p> <p>Orientações</p> <p>Instruções</p> <p>Comunicados</p> <p>Infomes</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Plano de Carreira</p> <p>Tabela Salarial</p> <p>Especiais</p> <p>Campanhas Salariais</p> <p>Aposentados</p> <p>Redes Municipais</p> <p>ENCONTRO</p> <p>PEDAGÓGICO</p> <p>LATINOAMERICANO</p> <p>JURÍDICO - Ações</p> <p>judiciais/editais</p> <p>Links</p>	<p>THFlash!</p> <p>Filme não localizado</p> <p>Greve dos trabalhadores em educação continua por tempo indeterminado</p> <p>Decisão foi tirada, nesta terça, em assembleia estadual com a presença de 7 mil pessoas</p> <p>Trabalhadores/as em educação, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), decidiram manter a greve por tempo indeterminado, em assembleia estadual, realizada dia (09/08), no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte.</p> <p>A greve dos trabalhadores em educação foi deflagrada em 08 de junho último e, desde então, a categoria intensifica esforços na tentativa de abrir negociação com o governo do Estado, que se nega a implantar a Lei 11.738/08, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).</p> <p>Nesta terça-feira (9/8), a categoria se reuniu com o Comando Geral de Greve, no Auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA). À tarde, em assembleia, decidiu os rumos do movimento.</p> <p>Decisão da Categoria</p> <p>Mais de 7 mil trabalhadores/as em educação decidiram pela continuidade da greve de rede estadual. A categoria também recebeu a solidariedade de diversos setores da sociedade como pais e alunos que compareceram ao Pátio da Assembleia Legislativa para manifestar solidariedade ao movimento durante a assembleia estadual.</p> <p>Eixos de atuação até a próxima assembleia</p> <p>A Assembleia Estadual aprovou os seguintes eixos de atuação do movimento até a próxima assembleia:</p> <p>1) Fortalecer a greve</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intensificar visita às escolas e cidades que ainda não aderiram ao movimento; - apoiar os professores do 3º ano do ensino médio e impedir a realização de designação para substituição deles; - Realizar reuniões dos comandos locais de greve e assembleia locais/regionais. <p>2) Apoio ao movimento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição de comissão de pais e alunos em cada cidade para visita ao Ministério Público - Enviar e-mails para deputados estaduais, federais, senadores, imprensa, Presidenta da República pedindo apoio para o nosso movimento - Realizar panfletagens e pedágios em praças, semáforos, agências bancárias, comércio
--	---

etc.

- Realizar reuniões com pais e alunos.

3) Abrir negociação

- intensificar pressão para abrir canal de negociação

[Material de Divulgação](#)

[Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação](#)

[Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do](#)

[Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA](#)

[SALARIAL](#)

[EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE](#)

[CONVOCAÇÃO -](#)

[Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO](#)

[CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA](#)

[ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Informação Importante:

Uma Comissão de pais foi recebida pela Promotoria Estadual da Educação, na tarde desta terça-feira, pela Promotora Maria Elmira.

Solidariedade dos movimentos sociais e sindicais de Minas Gerais

Durante a assembleia estadual, a categoria recebeu o apoio dos movimentos sociais e sindicais de Minas Gerais. Para as lideranças destes movimentos, a greve dos profissionais da educação da rede estadual é um movimento de todos os movimentos sociais e sindicais mineiros.

Reunião com o Ministério Público Estadual

O Ministério Público Estadual (MPE) realizará, nesta quarta-feira (08/08), uma reunião com o Sind-UTE/MG e a Secretaria de Estado da Educação. A reunião acontecerá à 14h:30 na sede do Ministério Público.

Decisão do Governo do Estado de realizar contratações

A respeito da decisão do Governo do Estado que anunciou na tarde de hoje (09/08) a contratação de professores substitutos para o 3º ano do Ensino Médio, nossa posição é a seguinte: O direito de greve dos servidores públicos é legítimo, estando previsto constitucionalmente no artigo 9º da Constituição Federal de 1988: "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender". A regulamentação deste direito foi estabelecida pela Lei Federal No. 7.783 de 28/06/89, por força da decisão proferida no Mandado de Injunção No. 708 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por isso, é vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos (art. 7º, § único da Lei 7.783/89). A ausência de trabalho por motivo de greve não pode ser confundida com falta injustificada, não podendo ocorrer punições pelo governo do Estado.

Art. 7º - Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos (...).

O Sind-UTE MG já recorreu à justiça e aguarda o pronunciamento do Poder Judiciário.

Calendário

10/08 – quarta-feira

Dia D de retorno à remuneração de vencimento básico.

10 h - toda a categoria deve enviar mensagens de celular e de redes sociais com a seguinte mensagem: **Piso é Lei. Faça valer sua opção. Saia do subsídio.** Participação no Ato Nacional da CUT em Brasília.

11/08 – quinta-feira

Reunião do Sind-UTE MG com o Ministério da Educação.

12/08 – sexta-feira

Caça ao Governador fora da lei
Ato na BR 381, Ponto do Rio das Velhas

16/08 - terça-feira

Assembleia Estadual, às 14 h, no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte.

Reivindicações

Os trabalhadores em Educação reivindicam o imediato cumprimento do Piso Salarial que hoje é de R\$ 1.597,87, para uma jornada de 24 horas e ensino médio completo. Minas Gerais paga, hoje, o Piso de R\$ 369,00 que, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), é considerado o pior Piso Salarial dos 27 estados brasileiros.

A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira lamenta que o fato do Estado não ter promovido ainda investimentos significativos em um serviço essencial para o desenvolvimento social. "Infelizmente, os profissionais da educação recebem vencimentos básicos de R\$369,00 para formação em Magistério e R\$550,00 para formação em licenciatura plena. Minas cresce, mas o bolo continua concentrado impondo o empobrecimento a uma categoria essencial ao desenvolvimento de uma sociedade, o professor", disse.

A realidade do Ensino Médio em Minas Gerais

Os trabalhadores em educação e o Sind-UTE/MG fazem uma denúncia: os problemas da rede estadual de Minas Gerais vão além dos baixos salários enfrentados pelos profissionais da educação. Uma breve análise do Censo Escolar revela uma situação pouco discutida, mas preocupante. Está em curso uma política de diminuição sistemática do funcionamento das escolas estaduais. Analisando o período de 2005 a 2011, o Censo Escolar aponta um decréscimo do número de escolas estaduais em atividade de 4%.

Além disso, se todos os adolescentes mineiros quisessem estudar no ensino médio ofertado pela rede estadual não haveria vagas. Neste momento, há um déficit de 884,47 mil vagas.

A matriz curricular determinada pelo Estado impõe que o aluno tenha que optar a partir do 2º ano por estudar apenas 8 disciplinas em detrimento das 12 disciplinas privilegiando uma área do conhecimento em detrimento da outra. Além disso, existem pessoas sem formação atuando como professores no ensino médio.

Ocorrem fusões de turma e não é autorizada a contratação de professores, sendo que os professores que compõem a equipe são obrigados a assumir disciplinas sem ter a formação específica. Como não bastasse, faltam professores de matemática, física e química na rede estadual.

Quando o professor adoece e sai de licença médica, a maioria das vezes ele não é substituído. "Queremos o Governador preocupado com o Enem e com o Ensino Médio durante todo o ano letivo e não apenas durante a nossa greve", afirma a direção do Sind-UTE/MG.

SINDUTE MG, Greve dos trabalhadores em educação contínua por ...

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>



SINDUTE MG, Greve dos trabalhadores em educação continua por ... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



Crédito das Fotos: Felipe Batista

Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 30.015-180 - Tel(31) 3481-2020 - Fax(31) 3481-2449

Anexo 13

Efeito da Greve

Data: 09 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Associação de pais pode pedir ao Ministério da Educação o adiamento das provas do ENEM, alegando prejuízo de alunos das escolas estaduais afetados pela paralisação.




Data: 09/08/11 - Jornal: Aqui - Caderno: Cidades - Pág.: 08
346,15cm/col

EFEITO DA GREVE

Associação de pais pode pedir ao Ministério da Educação adiamento das provas do Enem, alegando prejuízo de alunos das escolas estaduais afetados pela paralisação

A greve de professores da rede estadual de Minas Gerais pode interferir no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Federação das Associações de Pais e Alunos de Escolas Públicas de Minas Gerais (Fapemg) promete entrar com ação na Justiça para tentar adiar a data da prova, principal porta de entrada no ensino superior no Brasil. De acordo com o presidente da entidade, Mário de Assis, os mais de dois meses de paralisação já teriam prejudicado, de forma decisiva, a preparação desses estudantes para o Enem. Mais de 6,2 milhões de candidatos estão inscritos no exame, marcado para 22 e 23 de outubro.

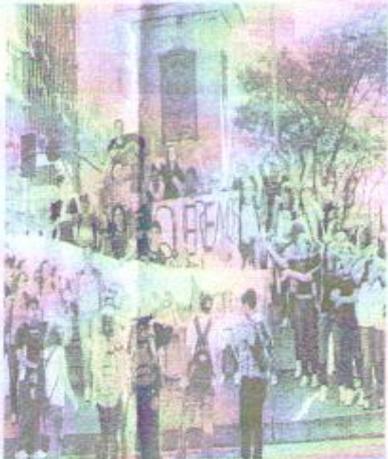
Na próxima semana, Assis irá protocolar no Ministério da Educação (MEC) e na Presidência da República, em Brasília, uma carta expondo o problema. Ontem, um grupo de alunos do Instituto de Educação de Minas Gerais promoveu manifestação cobrando o retorno às aulas. Sem classes há 63 dias, cerca de 60 deles saíram em passeata da escola, na Rua Pernambuco, até a Praça Sete, ambos no Centro. Pais e alunos voltam suas atenções hoje para duas frentes: a reunião no salão da Assembleia Legislativa, no Bairro Santo Agostinho, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, em que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG (Sind-Ute/MG) realizou semana passada a paralisação e um possível pacote da Secretaria de Estado da Educação (SEE). A expectativa é de que sejam anunciadas medidas do Governo para reduzir o prejuízo dos alunos afetados. Entre as ações previstas, se o movimento grevista não acabar, estará a contratação de professores substitutos.

Durante toda a noite, representantes da pasta ficaram reunidos para definir as ações a serem adotadas. De acordo com a secretaria, 2% das 3.779 escolas estaduais de Minas estão totalmente paralisadas e 16% das parcialmente sem aulas. Já o Sind-Ute/MG fala de 50% da rede de educação do estado parado.

DADOS

O Governo de Minas contesta informação divulgada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-Ute/MG) de que R\$ 369,85 é o salário pago aos professores da rede estadual, em greve há mais de dois meses. De acordo com a secretária de Estado da Educação, Ana Lúcia Gazzolin, a remuneração inicial paga à categoria é de R\$ 1.122 para uma jornada de 24 horas e professores com formação em nível médio.

manifestação cobrando o retorno às aulas. Sem classes há 63 dias, cerca de 60 deles saíram em passeata da escola, na Rua Pernambuco, até a Praça Sete, ambos no Centro. Pais e alunos voltam suas atenções hoje para duas frentes: a reunião no salão da Assembleia Legislativa, no Bairro Santo Agostinho, Região Centro-Sul de Belo Horizonte, em que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG (Sind-Ute/MG) realizou semana passada a paralisação e um possível pacote da Secretaria de Estado da Educação (SEE). A expectativa é de que sejam anunciadas medidas do Governo para reduzir o prejuízo dos alunos afetados. Entre as ações previstas, se o movimento grevista não acabar, estará a contratação de professores substitutos.



CERCA DE 60 ESTUDANTES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FIZERAM MANIFESTAÇÃO ONTEM NA PRAÇA SETE, COBRANDO O RETORNO ÀS AULAS

Anexo 14

Crise na educação se agrava com substituição de grevistas. Sind-UTE aciona Estado na Justiça contra medida

Data: 10 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A resolução n. 1.905 estabeleceu a contratação imediata de profissionais e a reposição das aulas perdidas desde 8 de junho, mas somente para as turmas do 3º ano do ensino médio, que se preparam para os vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio ENEM).




Data: 10/08/11 - Jornal: O Tempo - Caderno: Cidades - Pág.: 23
706.5cmicol

Crise na educação se agrava com substituição de grevistas

Categoria não se rende à pressão e decide manter paralisação que chega hoje ao seu 63º dia

GABRIELA SALES

A crise na educação em Minas, com impasse sobre o valor do próximo salário pago aos professores da rede estadual, se agravou ontem com o anúncio do governo do Estado de convocar 3.000 profissionais para substituir os grevistas que há 63 dias se afastaram das salas de aulas. A medida, no entanto, não mudou a decisão da categoria. Em assembleia, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) aprovou a proposta de continuidade da greve.

"O período sem aulas é um dano irreparável e, por isso, adotamos a medida para que esses estudantes não sofram ainda mais com a greve", disse a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazzola.

Publicada no Diário Oficial "Minas Gerais", a resolução 1.905 estabelece a contratação imediata de profissionais e a reposição das aulas perdidas desde 8 de junho, mas somente para as turmas do 3º ano do ensino médio, que se preparam para os vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), previstos para os dias 22 e 23 de outubro. A Secretaria de Estado de Educação (SEE) não descartou, no entanto, adotar outras medidas para atender estudantes de outros níveis de ensino afetados pela paralisação. "Estamos aten-

dendo a um pedido dos estudantes e dos pais", disse a secretária. Levantamento feito pela SEE apontou que das 3.777 escolas estaduais, 2.148 possuem ensino médio. Desse total, 29% aderiram à paralisação na totalidade e 16% estão com as atividades parcialmente afetadas. A categoria, que completa hoje o seu 63º dia letivo sem aulas, contesta os números e informa que metade dos colegas aderiu à greve em todo Estado. A SEE diz que o movimento está restrito à capital e à região metropolitana.

A secretária explicou Ana Gazzola, é que até o fim desta semana as escolas convocaram os substitutos e as aulas serão retomadas a partir da próxima segunda-feira. A convocação, segundo a secretária, ficou a cargo dos regentes, que vivem na direção tri-

Minificar profissionais em condições de assumir as vagas.

Os contratados, de acordo com a SEE, podem ser professores já aposentados, profissionais que já prestaram serviço em escolas e até mesmo educadores do quadro de funcionários da instituição que tenham horários disponíveis para assumir essas turmas. "Caso o professor titular deixe da greve e retorne às atividades, o substituto poderá realizar os trabalhos na época de acordo com a demanda".

O decreto do governo do Estado, os grevistas tiveram poucas opções e se colocaram em juízo apenas a remuneração proporcional aos oito dias trabalhados em junho. Segundo a categoria, o ponto das grevistas só será reconhecido com a reposição dos dias parados.

Motivo do impasse

o Versão de Profissionais. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) alega que o movimento de categoria é de R\$ 1.592 para profissionais com escolaridade de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais. Mas em Minas, segundo a categoria, os professores de nível médio recebem piso de R\$ 369 para 24 horas semanais.

o Versão do Estado. O governo afirma que com a criação do regime de subsídio, em janeiro, a menor salário pago em Minas é R\$ 1.322 para jornada de 24 horas semanais.

Dilema que se repete

Greve em 2010. No ano passado, entre abril e maio, os professores da rede estadual de ensino fizeram uma paralisação de 47 dias. O movimento foi encerrado com a promessa do governo de criar um plano de pagamento. Colocado em prática em janeiro deste ano, o plano estabeleceu a criação do sistema de subsídio que substitui o modelo antigo de remuneração com as gratificações. O prazo para os profissionais escolherem a forma de remuneração termina hoje.

Dias cortados. Em 2010, com fim da greve, o governo anunciou o pagamento dos dias cortados com a condição de reposição das aulas.

Substituições. Na greve do ano passado, o Estado também ameaçou contratar substitutos, mas a medida não chegou a ser implantada. A reposição das aulas no ano passado, também definida de acordo com o calendário de cada escola, aconteceu aos sábados e nos feriados do segundo semestre.

Paralisação recorde. A greve mais longa de década em Minas, até então, havia ocorrido em 2002, quando os professores ficaram 58 dias sem trabalhar.



Sem negociação. Professores estaduais decidiram, em assembleia, manter a greve iniciada há 63 dias.

MPE inicia investigação para apurar impasse entre governo e sindicato

O Ministério Público Estadual (MPE) abriu inquérito civil para apurar o real remuneração dos educadores em Minas. A investigação tem por objetivo esclarecer o ponto de impasse entre grevistas e governo e, a partir disso, intermediar a negociação.

Uma reunião marcada para hoje à tarde entre representantes do MPE, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) e da Secretaria de Estado de Educação (SEE) será o primeiro passo da negociação. O encontro será mediado pela promotora Maria Estera do Amaral Dirl.

Em reunião ontem com a promotora, pais e alunos oficializaram pedido de intervenção do MPE pelo fim da greve. Outros, a coordenadora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, disse que a paralisação não compromete o Enem porque as provas serão a cargo do Estado e não do Instituto de Exames do Estado (IEE).

Professores contratados para substituir os grevistas em turmas do 3º ano do ensino médio. Nossa intenção é que eles não tenham o Enem e os vestibulares comprometidos por falta de aulas.

Ana Lúcia Gazzola
Secretária de Educação do Estado

Inconstitucional

Sind-UTE aciona Estado na Justiça contra medida

A decisão sobre a convocação de profissionais substitutos para aulas em greve foi considerada inconstitucional pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE). Beatriz Cerqueira, classificou a medida como "institucional". "A lei diz que a pessoa que está em greve não pode ser substituída", disse a substituta do SEJ em uma ação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da decisão da greve. A lei estabelece ainda que é ilegal a duração de substitutos em greve.

A representação dos professores, disse que a categoria irá recorrer com uma ação judicial contra o Estado para contestar a medida. "Nenhuma substituição do governo aumentará a contratação de professores em qualquer hipótese", afirmou.

Ontem, logo após assembleia com cerca de 700 profissionais, segundo membros da Polícia Militar, os professores saíram em passeata. O protesto ficou completamente parado durante uma hora, principalmente na avenida do Centro e na rua Almirante Barroso. São Antonio e Savassi, porém, onde os sindicatos seguem. (G5)

DA SUA OPINIÃO
www.stempo.com.br

Anexo 15

Ministério da Educação concorda com contratações de professores substitutos devido à greve.

Data: 31 de agosto de 2011

Autor: desconhecido.

Assunto: Fernando Haddad disse que apoia a decisão do Governo de Minas Gerais de contratar professores substitutos, devido à greve da categoria.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 04H 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Curtir 16 mil Tweet G+ 1.153

Trânsito Tempo RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Ministério da Educação concorda com contratação de professores substitutos devido à greve em Minas

Data das provas do Enem não será modificada

Fontes: [Ícones] Fonte Normal Mais Notícias

Curtir Compartilhar 0 Tweet G+ 0

RECOMENDADAS

AGOSTO
Obras da Trincheira do Itaú entram na reta final

PRA INGLÊS VER
Rodoviária faz quatro

O ministro da educação, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (31) que apoia a decisão do Governo de Minas Gerais de contratar professores substitutos devido à greve da categoria, que já dura 85 dias. A afirmação foi feita após a realização de uma reunião entre o ministro e o governador Antônio Anastasia no Ministério da Educação, em Brasília.

De acordo com Fernando Haddad, a decisão do governo mineiro é de caráter emergencial e visa resolver o problema dos alunos, que não podem ficar sem aulas. Além disso, a contratação de professores sem licenciatura também é apoiada pelo ministério.

Segundo o ministro, apesar do longo período da paralisação dos professores estaduais de Minas, não há risco da data do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011 ser modificada. As provas continuam marcadas para os dias 22 e 23 de outubro.

Na tarde desta quarta-feira, será realizada mais uma assembleia entre os profissionais e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) no



ELE VEM AÍ

Na mira da China, Pratto diz que está pronto para voltar a jogar



WhatsApp O Tempo

(31) 99827-4455

COLUNISTAS

Vittorio Medioli
"Usi" e não abuse



Anexo 16

Governo anuncia contratação de professores substitutos para todas as séries do ensino básico.

Data: S/D

Autor: Desconhecido

Assunto: Com o objetivo de evitar danos aos alunos das escolas que aderiram à greve e garantir o cumprimento do ano letivo, o Governo de Minas decidiu contratar professores substitutos para todas as séries do ensino básico.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 0H14 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Trânsito Tempo

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Governo anuncia contratação de professores substitutos para todas as séries do ensino básico

Fonte Normal Mais Notícias

Curtir Compartilhar 0 G+1 0

Com o objetivo de evitar danos ainda mais graves aos alunos de escolas que aderiram à greve e garantir o cumprimento do ano letivo, o Governo de Minas decidiu contratar professores substitutos para todas as séries do ensino básico.

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) quer impedir a votação do Projeto de Lei 2.355/11, enviado à Assembleia Legislativa de Minas (ALMG) pelo governador Antonio Anastasia. O PL defende a remuneração por subsídio. O Ministério Público e a Advocacia Geral da União já se manifestaram a favor desse tipo de remuneração. Os professores se reuniram na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nessa terça-feira (13) para conversar com os deputados e acompanhar a tramitação do projeto, que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pela Comissão de Administração Pública.

O projeto segue ainda esta noite para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde deve ser votado nesta quinta-feira (15).

NO dia 31 de agosto os representantes do Governo e da entidade sindical se reuniram e o Ministério Público Estadual (MPE) manifestou que a proposta apresentada pelo poder público estadual está de acordo com a legislação e ao acórdão recentemente publicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A Advocacia Geral da União (AGU) também reconheceu que o salário pago aos professores pelo Governo de Minas atende o que está previsto na Lei.

Em relação à contratação de professores substitutos, o governo alega que já tentou negociar com os educadores, sem sucesso, e que, se a reposição de aulas começar a partir da próxima semana, incluindo sábados e feriados, a integralização dos 200 dias letivos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nas escolas que aderiram à paralisação seria concluída no dia 24 de fevereiro de 2012. Neste caso, as férias escolares de 2011 teriam início em 27 de fevereiro com término em 11 de março. Já o ano letivo de 2012 teria início em 12 de março e seria concluído em janeiro de 2013.

Nesta quarta-feira a paralisação dos professores completa 60 dias letivos.

RECOMENDADAS



WhatsApp O Tempo

(31) 99827-4455

COLONISTAS

Vittorio Mediolini
"Usi" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão esperança



Mais colonistas

TRÂNSITO

11/07/2016 21:18
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior

Anexo 17

Minas: o pior salário da educação do país

Data: 18 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Nesta notícia, o Sind-UTE/MG apresenta o contracheque do professor como prova de que o Governo de Minas não paga o Piso Salarial.

EM RESPEITO À VERDADE: O NOSSO CONTRACHEQUE

Minas: O PIOR SALÁRIO da educação do país

O Governo de Minas **NÃO PAGA** o Piso Salarial. Mas articula uma estratégia de confundir a sociedade, nos desmoralizar e, com isso, não realizar a negociação do cumprimento da Lei Federal 11.738/08.

A melhor prova de que o governo não paga o Piso Salarial é o contracheque de cada trabalhador.

Publicamos neste espaço um contracheque que representa a realidade da categoria.

Verifique o vencimento básico!

Contra o fato não há argumento:

Minas não paga o Piso Salarial Profissional Nacional!



Informe Público

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO										
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO										
MASP/MATR.	NOME				DEPENDENTES	RF	SF	MÊS/ANO		
10857318	ALZIRA PEREIRA DE SOUZA OLIVEIRA				00	00		JUL / 2011		
CH/MUNDA	BANCO	AGÊNCIA	CONTA	CPF	PIS/PASEP					
S. DIA LIT										
Nº ADM/CARGO		SÍMBOLO	SITUAÇÃO	QUINQUÊNIO						
01 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA					ADM	IND				
Nº ADM	TR	DESCRIÇÃO	VENCIMENTO		VANTAGENS		DESCONTOS			
01	N	VALAS CIBRIS EFETIVO	369,89		81,51					
01	N	GRAT INCENT GOVERNIA	34,90							
01	N	AJUDIO TRANSPORTE	37,07							
01	N	VENC. BÁSICO PROPORC.	491,13							
01	N	PARC. COMPL. REM. ANOS								
01	N	SINDIUTE MENS. CONTR.							12,96	
01	N	FALTAS - GREVE AULAS							662,12	
01	N	FALTAS - GREVE EXTD.							24,60	
01	N	PRESENÇ ASSIST. MEDICA							31,37	
01	N	CONTRIB. PREV. ART.							103,68	
TR (TIPO DE REFERÊNCIA)			TOTAL DE VANTAGENS		TOTAL DE DESCONTOS					
N = NORMAL			1.014,76		674,78					
A = ATRASADO										
R = RESTITUIÇÃO										
			LÍQUIDO A RECEBER		340,62					

Anexo 18

Professores votam pela manutenção em Minas

Data: 20 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Após a realização de mais um Assembleia, professores decidem manter a greve.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 08:53 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Trânsito Tempo RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Professores votam pela manutenção da greve em Minas

Fonte Normal Mais Notícias



PUBLICADO EM 20/09/11 - 16h12

WhatsApp O Tempo
(31) 99827-4455

COLUMNISTAS

Vittorio Mediol
"Lisi" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão esperança



Mais colunistas

TRÂNSITO

11/07/2016 21:18
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.

MÁBILA SOARES

SIGA EM: TWITTER.COM/OTEMPOONLINE

Professores da rede estadual decidem manter a greve, que completa nesta terça-feira (20) 105 dias. Após a realização de mais uma assembleia da categoria, nesta terça-feira (20), na Praça da Assembleia, em Belo Horizonte, os grevistas optaram por não voltar às salas de aulas enquanto o Governo não apresentar uma proposta que atenda às reivindicações da categoria.

De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), os professores farão uma vigília em frente à Assembleia Legislativa. A estimativa é que grande parte dos oito mil integrantes participe do manifesto e durma na porta do Legislativo.

A BHTrans alerta aos motoristas que evitem passar pelas imediações, durante a tarde, já que centenas de professores ainda permanecem no local.

Reposição

Nessa segunda-feira (19), a Secretaria de Estado de Educação (SEE) enviou orientações sobre a reposição do calendário escolar para as unidades afetadas pela greve. Para as instituições que retornaram às atividades ainda na segunda-feira, após 62 dias de aula perdidos, o ano letivo de 2011 deve se prolongar até o dia 17 de fevereiro, com a utilização de 19 sábados, a contar do próximo.

A SEE determina que as escolas utilizem todos os sábados, além dos meses de dezembro e janeiro. Ficam resguardados apenas os feriados de outubro (dia 12), novembro (dias 2 e 15) e o recesso de fim de ano entre os dias 24 de dezembro e 1º de janeiro.

Para a coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), Beatriz Cerqueira, não se pode falar em reposição enquanto a greve não acabar.

Contratação

O Estado autorizou a contratação de 12 mil temporários para todas as turmas do ensino fundamental e médio no último dia 15. Até essa segunda-feira, 473 profissionais já estavam em sala de aula, segundo balanço do governo. Somados aos 2.404 professores reservas que foram designados para atender ao 3º ano do ensino médio, são 2.877. Segundo a SEE, 11.357 professores estão em greve atualmente. O Estado afirma que, desde a última sexta-feira, quando a Justiça decretou a suspensão do movimento, 1.400 profissionais voltaram às salas de aula.

Greve de fome

Ainda nessa segunda-feira, dois professores iniciaram uma greve de fome por tempo indeterminado. Eles pedem o pagamento do piso salarial e ameaçam manter o protesto até que um processo de negociação com o Governo do Estado comece.

O sindicato da categoria já entrou com um recurso contra a decisão liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que obriga a suspensão da paralisação. Mesmo com ameaça de multa que pode chegar a R\$ 600 mil, o sindicato optou por manter o movimento. Além do recurso, o Sind-UTE também enviou uma reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o TJMG por desconsiderar a Lei Federal 7.783/89, que regula o direito de greve.

Nesta terça (20), os professores se reuniram com o deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), líder do governo na ALMG, para discutir a lei que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Decisão

Na liminar do TJMG, concedida no último dia 16, após uma ação civil pública do Ministério Público Estadual (MPE), o desembargador Roney de Oliveira determinou o retorno imediato das aulas, sob pena de multa de R\$ 20 mil hoje, R\$ 30 mil amanhã, R\$ 40 mil na quarta e R\$ 50 mil por dia a partir de quinta, chegando ao valor máximo de R\$ 600 mil. Ele considerou a greve abusiva por sua longa duração, que estaria causando prejuízo aos alunos, com a possível perda do

ano letivo. O mérito da ação ainda será julgado.

Atualizada às 16h42

12/01/2016 21:17
Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Tereza Cristina e Barão Homem de Melo.

Mais informações sobre o trânsito

NOTÍCIAS

Cidades - Últimas

Mais lidas

EM BH

Contra corte de bolsa, estudantes do Cefet ocupam prédio da reitoria



NO LOURDES

Motorista egípcio é desligado do Uber após denúncia de assédio em BH



Mais notícias

Anexo 19

Proposta do Governo não deve encerrar greve, diz sindicato

Data: 23 de agosto de 2011

Autor: Luana Cruz

Assunto: Depois que o Governo do Estado admitiu incorreções na forma de pagamento dos professores e enunciou que vai fazer mudanças no sistema de remuneração dos professores, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) mantém-se irredutível. Segundo José Luís, o diretor do sindicato, a categoria não recebeu proposta oficial do governo. Os professores estão em greve desde 8 de junho de 2011.

Proposta do governo não deve encerrar greve, diz sindicato

Segundo diretor do sindicato o motivo da greve não é correção de subsídio, no qual se basou a proposta da SES, e sim mudança do piso salarial

Luana Cruz

Pedro Ferreira

Publicação: 23/08/2011 11:09 Atualização: 23/08/2011 14:42



Um grupo de professores fez uma manifestação isolada na BR-381. Cerca de 50 manifestantes ocuparam, na manhã desta terça-feira, a pista na rodovia na altura da ponte sobre o Rio das Velhas

Depois que o governo do estado admitiu incorreções na forma de pagamento dos professores e anunciou que vai fazer mudanças no sistema de remuneração dos profissionais da educação, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) ainda está irredutível. Segundo o diretor do sindicato, José Luís, a categoria não recebeu proposta oficial do governo. Os profissionais estão em greve desde 8 de junho deste ano.

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) anunciou que as alterações salariais vão contemplar o pagamento de subsídios e a expectativa é de que a nova proposta seja recebida pelos grevistas como uma negociação final sobre o impasse que prejudica milhares de estudantes em todo o estado.

Segundo José Luís, tudo indica que o anúncio feito pelo governo na segunda-feira não vai mudar a posição dos professores. Porém, os rumos da greve serão definidos apenas na quarta-feira quando acontece uma assembleia da categoria. "O motivo da greve não é correção de subsídio, queremos mudança do piso salarial", afirma o diretor do Sind-UTE.

Protesto

Um grupo de professores fez uma manifestação isolada na BR-381. Cerca de 50 manifestantes ocuparam, na manhã desta terça-feira, a pista na rodovia na altura da ponte sobre o Rio das Velhas, em Sabará, região metropolitana. O protesto começou por volta de 10h e causou uma retenção de três quilômetros em cada sentido da BR-381, conforme informou a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os professores distribuíram panfletos e fizeram muito barulho com um carro de som. Eles também fecharam a MG-010 em frente à Cidade Administrativa.

O fechamento da pista gerou a revolta de motoristas na BR-381. O empresário Robson Paula Freitas, de 37 anos, ficou parado por uma hora no engarrafamento. Revoltado, ele afirma que os professores deveriam fazer greve, mas sem atrapalhar outros segmentos. A lentidão no trânsito da ponte já é enfrentada diariamente pelos condutores, pois veículos devem passar no local a 40 quilômetros por hora. Com a manifestação a situação do tráfego ficou mais complicada.

Fonte: Estado de Minas — Portal Uai

Anexo 20

Estados terão que pagar piso

Data: 25 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), publicada no dia 24 de Agosto de 2011, tornou obrigatório e definitivo o pagamento do Piso Salarial Nacional de R\$1.187,97 aos profissionais do magistério da educação básica.

Estados terão que pagar piso

Governo admite cumprir lei apenas para quem não optou pelo subsídio

■ **RAFAEL RIOSA**
Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada ontem tornou obrigatório e definitivo o pagamento do piso salarial de R\$1.187,97 aos profissionais do magistério da educação básica. O acórdão, assinado pelo ministro o ministro Joaquim Barbosa, e publicado no Diário Oficial, determina que os Estados cumpram imediatamente a Lei 11.738, de julho de 2008, que normatizou o piso salarial dos docentes para professores com carga horária de até 40 horas semanais.

A decisão é uma resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo ministro do STF, Luiz Fux, em março de 2010, que questionava a validade da Lei 11.738, de julho de 2008, que normatizou o piso salarial dos docentes para professores com carga horária de até 40 horas semanais.

Segundo o ministro, o Estado recebeu R\$ 1.122 para professores de nível médio e R\$ 1.320 para os profissionais de nível superior. Os valores eram inferiores ao valor mínimo estabelecido na Constituição de 1988, que prevê o piso salarial de R\$ 1.187,97 para os profissionais de nível médio e R\$ 1.320 para os profissionais de nível superior.

Segundo o ministro do STF, Joaquim Barbosa, a decisão não pode ser entendida como uma vitória dos profissionais, e não, na remuneração global.

Aos Estados cabe negociar suas próprias parcelas salariais sobre o tema de cumprimento da lei. O teor da decisão não pode ser entendido como uma vitória dos profissionais, e não, na remuneração global.

Ademais, o STF decidiu que os Estados não podem pagar o piso salarial de R\$ 1.187,97 para os profissionais de nível médio e R\$ 1.320 para os profissionais de nível superior.

Balanco
Grande aumento de salários, especialmente para os profissionais de nível médio e R\$ 1.320 para os profissionais de nível superior.



Entrevista. Secretária Renata Vilhena afirma que subsídio não deixa de ser. Estado não precisa.

Ministério avista

Renata Vilhena
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

“O subsídio paga mais que o piso e não é inconstitucional”

O Estado vai cumprir a decisão do STF em relação ao piso salarial nacional dos professores? Vamos esperar a decisão final do STF, porque dessa publicação de hoje, estamos ainda cientes. Se o Supremo decidir em favor dos Estados, cumprirão a lei, mas não vão pagar mais do que o piso. Mas não se vai pagar mais do que o piso.

Como isso afetará o professor?

De acordo com a decisão publicada pelo STF, os professores não poderão receber o subsídio se optaram pelo piso salarial de R\$ 1.187,97.

Se o Supremo determinar o pagamento do piso, isso vai impactar nos profissionais que permanecerem no regime antigo?

Sim, porque o piso salarial de R\$ 1.187,97 é superior ao valor atual do subsídio. Portanto, os profissionais que permanecerem no regime antigo terão que receber o piso salarial de R\$ 1.187,97.

Especialista ‘Governo comete equívoco com o piso’

Para o especialista em direito constitucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o governo de Minas cometeu um equívoco ao não cumprir a decisão do STF imediatamente.

Segundo o especialista, o governo de Minas cometeu um equívoco ao não cumprir a decisão do STF imediatamente.

Se o Supremo determinar o pagamento do piso, isso vai impactar nos profissionais que permanecerem no regime antigo? Renata Vilhena, Secretária de Planejamento.

TIRA-DÚVIDAS

QUE A META DO GOVERNO É PAGAR O PISO SALARIAL NACIONAL?
Sim, o governo tem a obrigação de cumprir a Lei 11.738, de julho de 2008, que estabeleceu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica. A norma estabelece que os Estados cumpram imediatamente a lei, mas não vão pagar mais do que o piso. Mas não se vai pagar mais do que o piso.

OS ESTADOS TÊM PRONTO PARA CUMPRIR A LEI?
Sim, o governo tem a obrigação de cumprir a Lei 11.738, de julho de 2008, que estabeleceu o piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica. A norma estabelece que os Estados cumpram imediatamente a lei, mas não vão pagar mais do que o piso. Mas não se vai pagar mais do que o piso.

COMO É A SITUAÇÃO NOS CINCO ESTADOS QUE QUESTIONAM A LEI DO PISO?

Distrito Federal	R\$ 1.187,97
Mato Grosso do Sul	R\$ 1.320,00 (*)
Paraná	R\$ 1.187,97
Santa Catarina	R\$ 1.320,00
Sergipe	R\$ 1.187,97
Rio Grande do Sul	R\$ 1.320,00

Anexo 21

Professores votam pela greve

Data: 25 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O estabelecimento da obrigatoriedade do pagamento do piso salarial pelo Estado de Minas foi comemorado pelos professores, que lotaram o pátio da Assembleia Legislativa e aprovaram a continuidade da greve.





Data: 25/08/11 - Jornal: O Tempo - Caderno: Cidades Pag.: 31
772,56cm/cól

Professores votam pela greve

Categoria ganha adesão de outros movimentos e sai em passeata por BH

IDEIA QUARTEL de classes foi publicada ontem pelo Superior Tribunal Federal (STF) para cumprir o artigo 140, § 1º, da Constituição, que determina aos Estados o pagamento do piso salarial de R\$ 3.157,97 para jornada de trabalho de até 40 horas semanais, foi motivo de comemoração entre os professores. Eles lotaram o pátio da Assembleia Legislativa, numa noite, no sábado, aprovaram a continuidade da greve. A paralisação, a maneira decidida, foi iniciada no último dia 8 de junho. Uma nova assembleia está marcada para a próxima quarta-feira.

Professores e estudantes de todo o Brasil participaram da greve em 2010, mas a adesão foi maior este ano. A categoria saiu em passeata por BH.

IDEIA QUARTEL de classes foi publicada ontem pelo Superior Tribunal Federal (STF) para cumprir o artigo 140, § 1º, da Constituição, que determina aos Estados o pagamento do piso salarial de R\$ 3.157,97 para jornada de trabalho de até 40 horas semanais, foi motivo de comemoração entre os professores. Eles lotaram o pátio da Assembleia Legislativa, numa noite, no sábado, aprovaram a continuidade da greve. A paralisação, a maneira decidida, foi iniciada no último dia 8 de junho. Uma nova assembleia está marcada para a próxima quarta-feira.

Professores e estudantes de todo o Brasil participaram da greve em 2010, mas a adesão foi maior este ano. A categoria saiu em passeata por BH.



Repercussão em O Tempo Online

"Admito que o STF andava abalado no meu conceito. Mas essa decisão em favor dos professores me deixou exultante".

Paulo Ângelo do Vale

"Caso saia na imprensa 'Minas perde ano letivo', a culpa será do governo do Estado, que não se preocupa com seus jovens, com a formação dessa geração que enfrenta mercado de trabalho concorrido e precisa de formação adequada".

Jaqueline

"Com a falta de vontade política, chego a pensar que é melhor fazer um curso de pedreiro no Sema, com duração de 15 dias, a enfrentar quatro anos de faculdade para ser professor, visto que o pedreiro ganha R\$ 100 por dia trabalhado, enquanto o professor...".

J. Antônio

"Agradeço a Deus por não estar estudando em escola estadual. Com professores tão irresponsáveis, acho que estamos cada vez mais afundados quando o assunto é educação".

Antônio Lima

Apelo Estudantes de várias instituições de ensino superior se juntaram à categoria e registraram um protesto contra o regime de subsídio e os baixos salários dos servidores da educação.

NEDE RIBEIRO A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) anunciou, ontem, que vai reduzir de 1,5 para 1,3 o valor do subsídio dos professores em função da redução da carga horária de trabalho. O anúncio será feito da seguinte forma: para cada hora trabalhada, o servidor receberá uma gratificação de 1,3 em vez de 1,5. A partir de setembro, com o reajuste salarial, o valor será de R\$ 2.500,00 por hora trabalhada.

Saiba mais

- Pregheta** Afastaram o Estado apresentou um projeto de lei para que o piso salarial seja obrigatório em todos os municípios.
- Mais protestos** Servidores administrativos da UTE também se juntaram ao movimento. A categoria aprovou a greve há 80 dias, e o pagamento de um mês de férias salariais não foi pago.
- Opção** Representantes de sindicatos de outras categorias, além dos estudantes, pediram a suspensão das atividades a favor da greve.
- Repercussão** A decisão do STF de exigir o pagamento do piso salarial repercutiu na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde os deputados aprovaram a continuidade da greve.

Centro

Protestos paralisam o trânsito

Uma passeata dos professores recobriu parte do centro de Belo Horizonte no sábado. A administração de empresas e comércio não foram afetados.

Uma passeata dos professores recobriu parte do centro de Belo Horizonte no sábado. A administração de empresas e comércio não foram afetados.

Anexo 22

Sind-UTE/ MG comemora definição do STF

Data: 26 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a ação relativa ao Inciso 4º do art. 2º da lei 11.738/2008, que fixa o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global.

Sind-UTE/MG comemora definição do STF



STF - DJe nº 162/2011 Divulgação: terça-feira, 23 de agosto Publicação: quarta-feira, 24 de agosto página 28

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.167 (260)
ORIGEM : ADI - 152737 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQTE.(S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE
ADV.(A/S) : SALOMÃO BARROS XIMENES
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA - SISMMA
ADV.(A/S) : CLÁUDIA MARIA LIMA SCHEIDWEILER
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO - SINDIUPES
ADV.(A/S) : JOSÉ ROBERTO DE ANDRADE
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS - SINTEGO
ADV.(A/S) : REGINA CLAUDIA DA FONSECA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - SINDIFORT
ADV.(A/S) : THIAGO CÂMARA LOUREIRO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta quanto ao § 1º do artigo 2º, aos incisos II e III do art. 3º e ao artigo 8º, todos da Lei nº 11.738/2008, com a ressalva do voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes, que dava interpretação conforme no sentido de que a referência do piso salarial é a remuneração, e vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava procedente. Votou o Presidente. Em seguida, após o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), que julgava improcedente a ação quanto ao § 4º do artigo 2º da lei impugnada, no que foi acompanhado pelos Senhores Ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Ayres Britto, e os votos dos Senhores Ministros Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Ellen Gracie e Marco Aurélio, que a julgavam procedente, foi o julgamento suspenso para aguardar o voto do Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 9.868/99. O Senhor Ministro Marco Aurélio suscitou questão de ordem, rejeitada pelo Tribunal, quanto à falta de quorum para prosseguimento da votação sobre matéria constitucional. Votou o Presidente. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli, Ausente o Senhor Ministro Cezar Peluso (Presidente), em participação na U.N. Minimum Rules/World Security University, em Belágio, Itália. Falaram: pelo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dr. Ulisses Schwarz Viana, Procurador do Estado; pelo Governador do Estado de Santa Catarina, o Dr. Esequiel Pires, Procurador do Estado; pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams; pelos amici curiae Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino-CONTEE, respectivamente, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas e o Dr. Salomão Barros Ximenes e, pelo Ministério

Público Federal, a Vice-Procuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto (Vice-Presidente), Plenário, 06.04.2011.

Decisão: Colhido o voto do Presidente, Ministro Cezar Peluso, que julgou procedente a ação relativamente ao § 4º do art. 2º da Lei 11.738/2008, o Tribunal julgou a ação improcedente, por maioria. Quanto à eficácia erga omnes e ao efeito vinculante da decisão em relação ao § 4º do art. 2º da Lei nº 11.738/2008, o Tribunal decidiu que tais eficácias não se aplicam ao respectivo juízo de improcedência, contra os votos dos Senhores Ministros Joaquim Barbosa (Relator) e Ricardo Lewandowski. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli, Plenário, 27.04.2011.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA.

ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE OBJETO.

1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador.

3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008.

Anexo 23

Protesto pela educação - Todos de preto dia 31/08

Data: 26 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: No dia 31/08, os professores da Rede Pública Mineira realizaram um protesto, num esforço de demonstrar a insatisfação da classe com a forma como vem sendo tratada a educação.

Protesto pela educação - Todos de preto dia 31/08

CHEGA DE TRATAR A GREVE DOS PROFESSORES COMO SE FOSSE UM PROBLEMA DE TRÂNSITO!

Não sou professor, não sou do sindicato, meus filhos não estudam em escola pública, aliás não tenho filhos e posso pagar uma escola particular...

Sou apenas alguém que gostaria de matricular algum dia meus filhos em uma escola pública de qualidade!!!!

NO DIA 31/08, VAMOS FAZER ESFORÇO PARA DEMONSTRAR NOSSA INSATISFAÇÃO !!!!

SAIA DE PRETO, EM LUTO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E MINEIRA!!!!

Manifesto meu apoio à greve dos professores em Minas Gerais **em defesa da Educação!!**

A reportagem do MGTV começa tratando da falta que as aulas fazem na vida dos estudantes, dificultando seu aprendizado e a realização das provas do ENEM e da dificuldade dos pais sem ter com quem deixar seus filhos (professor agora é sinônimo de babá?).

Mas o fato é que precisamos lutar não só por aulas, mas por aulas de qualidade!!!

Aulas que realmente geram aprendizado que os transformem em cidadãos conscientes, competentes e que coloquem os estudantes em posição de conquistarem as vagas nas universidades.

Assista o vídeo:

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0..GIM1590010-7823-GREVE+ENTRA+PELO+SEGUNDO+SEMESTRE+LETIVO+EM+MINAS+GERAIS,00.html>

Uma educação de qualidade começa com a remuneração justa dos professores!

Afinal de contas, quem em sua consciência quer estudar para passar em um vestibular, estudar durante 4 anos ou mais, fazer especialização e pós, para ao final ganhar um salário de professor da rede pública?

Você conhece alguém que tenha esse sonho????

Segundo a Revista Veja, na reportagem "Mudar os professores ou mudar de professores", o "substancial aumento do salário dos professores na década de 90 não representou aumento da qualidade do ensino"! Parece que os professores, diferentes das outras categorias, são desinteressados e preguiçosos...

<http://veja.abril.com.br/020610/mudar-professores-p-212.shtml>

Me pergunto em que escola estadual estudam os filhos desses jornalistas!!!!

Divulgue essa campanha!!!
Façamos esse mínimo de ação em defesa de educação!
Vamos, pelo menos, mostrar nossa insatisfação!!!

Vamos fazer da internet um verdadeiro espaço de democracia e circulação de informações!!!!

Anexo 24

Sindicato não recua

Data: 26 de agosto de 2011

Autor: Luana Cruz

Assunto: O acordo do Supremo Tribunal Federal (STF) é a nova arma do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) para pressionar o Governo de Minas a pagar o piso salarial nacional aos servidores.

SINDUTE MG, Sindicato não recua

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

Sindicato não recua

LUANA CRUZ

O acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) é a nova arma do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) para pressionar o governo de Minas a pagar o piso salarial nacional aos servidores. O governo admite que pode adequar o pagamento de parte dos professores que recebem salários no modelo de vencimento básico, mas o sindicato exige que a determinação do STF seja cumprida para todos.

Desde janeiro, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) adotou o subsídio como padrão remuneratório para as carreiras da educação básica. O modelo extingue o vencimento básico e as gratificações individuais, incorporando essas parcelas em uma remuneração única, chamada subsídio. Segundo o governo, 62% dos servidores recebem de acordo com o novo modelo. A secretária de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Daniela Vilhena, sustentou que

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

Anexo 25

Estado quer mais substitutos.
Sindicato diz que greve continua por tempo indeterminado.

Data: 26 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Executivo alega não ter orçamento para pagar R\$1.187,00 do piso salarial.

Greve dos trabalhadores em educação continua por tempo indeterminado

Decisão foi tirada, nesta terça, em assembleia estadual com a presença de 7 mil pessoas

Trabalhadores/as em educação, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG), decidiram manter a greve por tempo indeterminado, em assembleia estadual, realizada dia (09/08), no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte.

A greve dos trabalhadores em educação foi deflagrada em 08 de junho último e, desde então, a categoria intensifica esforços na tentativa de abrir negociação com o governo do Estado, que se nega a implantar a Lei 11.738/08, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Nesta terça-feira (9/8), a categoria se reuniu com o Comando Geral de Greve, no Auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA). À tarde, em assembleia, decidiu os rumos do movimento.

Decisão da Categoria

Mais de 7 mil trabalhadores/as em educação decidiram pela continuidade da greve da rede estadual. A categoria também recebeu a solidariedade de diversos setores da sociedade como pais e alunos que compareceram ao Pátio da Assembleia Legislativa para manifestar solidariedade ao movimento durante a assembleia estadual.

Eixos de atuação até a próxima assembleia

A Assembleia Estadual aprovou os seguintes eixos de atuação do movimento até a próxima assembleia:

1) Fortalecer a greve

- Intensificar visita às escolas e cidades que ainda não aderiram ao movimento;
- apoiar os professores do 3º ano do ensino médio e impedir a realização de designações para substituição deles;
- Realizar reuniões dos comandos locais de greve e assembleia locais/regionais.

2) Apoio ao movimento

- Constituição de comissão de pais e alunos em cada cidade para visita ao Ministério Público
- Enviar e-mails para deputados estaduais, federais, senadores, imprensa, Presidenta da República pedindo apoio para o nosso movimento
- Realizar panfletagens e pedágios em praças, semáforos, agências bancárias, comércio, etc.
- Realizar reuniões com pais e alunos.

3) Abrir negociação

- intensificar pressão para abrir canal de negociação

Informação Importante:

Uma Comissão de pais foi recebida pela Promotoria Estadual da Educação, na tarde desta terça-feira, pela Promotora Maria Elmira.

Solidariedade dos movimentos sociais e sindicais de Minas Gerais

Durante a assembleia estadual, a categoria recebeu o apoio dos movimentos sociais e sindicais de Minas Gerais. Para as lideranças destes movimentos, a greve dos profissionais da educação da rede estadual é um movimento de todos os movimentos sociais e sindicais mineiros.

Reunião com o Ministério Público Estadual

O Ministério Público Estadual (MPE) realizará, nesta quarta-feira (0/08), uma reunião com o Sind-UTE/MG e a Secretaria de Estado da Educação. A reunião acontecerá às 14h:30 na sede do Ministério Público.

Decisão do Governo do Estado de realizar contratações

A respeito da decisão do Governo do Estado que anunciou na tarde de hoje (09/08) a contratação de professores substitutos para o 3º ano do Ensino Médio, nossa posição é a seguinte: O direito de greve dos servidores públicos é legítimo, estando previsto constitucionalmente no artigo 9º da Constituição Federal de 1988: "é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender". A regulamentação deste direito foi estabelecida pela Lei Federal No. 7.783 de 28/06/89, por força da decisão proferida no Mandado de Injunção No. 708 do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por isso, é vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos (art. 7º, § único da Lei 7.783/89). A ausência do trabalho por motivo de greve não pode ser confundida com falta injustificada, não podendo ocorrer punições pelo governo do Estado.

Art. 7º - Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral

ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. *É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos (...).*

O Sind-UTE MG já recorreu à justiça e aguarda o pronunciamento do Poder Judiciário.

Calendário

10/08 – quarta-feira

Dia D de retorno à remuneração de vencimento básico.

10 h - toda a categoria deve enviar mensagens de celular e de redes sociais com a seguinte mensagem: **Piso é Lei. Faça valer sua opção. Saia do subsídio.** Participação no Ato Nacional da CUT em Brasília.

11/08 – quinta-feira

Reunião do Sind-UTE MG com o Ministério da Educação.

12/08 – sexta-feira

Caça ao Governador fora da lei

Ato na BR 381, Ponto do Rio das Velhas

16/08 - terça-feira

Assembleia Estadual, às 14 h, no Pátio da ALMG, em Belo Horizonte.

Reivindicações

Os trabalhadores em Educação reivindicam o imediato cumprimento do Piso Salarial, que hoje é de R\$ 1.597,87, para uma jornada de 24 horas e ensino médio completo. Minas Gerais paga, hoje, o Piso de R\$ 369,00 que, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), é considerado o pior Piso Salarial dos 27 estados brasileiros.

A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira lamenta que o fato do Estado não ter promovido ainda investimentos significativos em um serviço essencial para o desenvolvimento social "Infelizmente, os profissionais da educação recebem vencimentos básicos de R\$369,00 para formação em Magistério e R\$550,00 para formação em licenciatura plena. Minas cresce, mas o bolo continua concentrado, impondo o empobrecimento a uma categoria essencial ao desenvolvimento de uma sociedade, o professor", disse.

A realidade do Ensino Médio em Minas Gerais

Os trabalhadores em educação e o Sind-UTE/MG fazem uma denúncia: os problemas da rede estadual de Minas Gerais vão além dos baixos salários enfrentados pelos profissionais da educação. Uma breve análise do Censo Escolar revela uma situação pouco discutida, mas preocupante. Está em curso uma política de diminuição sistemática do funcionamento das escolas estaduais. Analisando o período de 2005

a 2011, o Censo Escolar aponta um decréscimo do número de escolas estaduais em atividade de 4%.

Além disso, se todos os adolescentes mineiros quisessem estudar no ensino médio ofertado pela rede estadual não haveria vagas. Neste momento, há um déficit de 884.470 mil vagas.

A matriz curricular determinada pelo Estado impõe que o aluno tenha que optar a partir do 2º ano por estudar apenas 8 disciplinas em detrimento das 12 disciplinas, privilegiando uma área do conhecimento em detrimento da outra. Além disso, existem pessoas sem formação atuando como professores no ensino médio.

Ocorrem fusões de turma e não é autorizada a contratação de professores, sendo que os professores que compõe a equipe são obrigados a assumir disciplinas sem ter a formação específica. Como não bastasse, faltam professores de matemática, física e química na rede estadual.

Quando o professor adoece e sai de licença médica, a maioria das vezes ele não é substituído. "Queremos o Governador preocupado com o Enem e com o Ensino Médio durante todo o ano letivo e não apenas durante a nossa greve", afirma a direção do Sind-UTE/MG.







Crédito das Fotos: Felipe Batista

Anexo 26

Eu não consigo entender esse confronto. Está faltando pé no chão e bom senso do sindicato

Data: 28 de agosto de 2011

Autor: Jornal O Tempo, In: <http://sindutevicoso.blogspot.com.br/2011/08/ultimas-noticias-da-greve-dos.html>

Assunto: A Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, esclareceu algumas questões referentes à Lei de subsídio.

segunda-feira, 29 de agosto de 2011

Últimas Notícias da Greve dos Trabalhadores em Educação

Professores. Governo estuda escalonar pagamento do piso; categoria se reúne novamente na quarta-feira

Expectativa de fim da greve

O TEMPO ouviu os dois lados na paralisação que já dura 82 dias e prejudica os estudantes

A semana começa com a expectativa de que o governo de Minas apresente uma proposta para encerrar a greve dos servidores da educação, que completa hoje 82 dias. Depois da posição do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor dos professores, no meio da semana, a reivindicação da categoria ganhou novo fôlego e o Estado agora estuda maneiras para pagar o piso nacional - uma possibilidade é escalonar o pagamento.

O STF determinou que os Estados paguem o piso nacional de R\$ 1.187,97 aos profissionais da educação básica com carga horária de 40 horas semanais, em cumprimento à lei 11.738/2008. Além disso, o Supremo descartou como forma de pagamento o sistema de subsídio, que incorpora ao salário os benefícios e gratificações conquistados ao longo do tempo.

Enquanto não há consenso, o Estado garante não ter como cumprir a determinação do STF por falta de recursos e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites de gastos. Mesmo assim, a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, afirma que está fazendo cálculos para tentar atender os professores sem comprometer os cofres estaduais.

Do outro lado, a categoria alega que a insistência do governo em manter o subsídio e em não pagar o piso são ferramentas para defasar os vencimentos dos professores. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) ameaça continuar a greve se a decisão do Supremo não for cumprida. Os sindicalistas argumentam que tentam desde o ano passado manter negociações com o governo, mas que o Estado não se dispôs a dialogar e, em uma ocasião, ficou três meses sem se manifestar sobre o assunto.

Por enquanto, certo mesmo é que o impasse continua pelo menos até depois de amanhã, data da próxima assembleia dos professores.

Fonte: Cláudia Giúza - [Jornal OTEMPO](#) em 29/08/2011

MINIENTREVISTA

"Eu não consigo entender esse confronto. Está faltando pé no chão e bom senso do sindicato"

Renata Vilhena Secretária de Estado de Planejamento e gestão

Por que o governo criou o subsídio? Em 2008, com a determinação do governo federal para implantar o piso nacional da educação, nós começamos a estudar uma forma para implementá-lo. A carreira da educação é a mais complexa do Estado. Ao longo dos anos foram se criando uma série de gratificações que traziam uma falta de clareza para os profissionais em relação a seus direitos. O subsídio incorporou todos esses direitos em um valor único para garantir ao servidor a manutenção dos benefícios. O sindicato participou da criação do subsídio.

O governo vai pagar o piso nacional no valor de R\$ 1.187,97? Cumprir essa decisão impacta em bilhões no orçamento do Estado. Temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal para cumprir. Se a gente extrapolar, todos os convênios serão suspensos e a União vai nos multar. O que adianta o governo dizer que vai cumprir o piso de imediato e não poder pagar. Será que algum servidor quer voltar para a situação antiga de salários atrasados?

O Estado alega que não pode cumprir o piso devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, o sindicato afirma que não suspende a greve. Como fica esse impasse? Estamos abertos à negociação. Vamos estudar a possibilidade de pagar escalonado, sem ultrapassar o orçamento. Há também a alternativa de contratação de professores para todas as séries para tentar amenizar o prejuízo.

Essa contratação não fere o direito de greve previsto na Constituição Federal? Não. Entendemos que esses mais de 80 dias de paralisação são um dano irreparável para a sociedade. E, diante disso, estamos estudando uma forma de fazer novas contratações. Mas a gente espera mesmo é bom senso por parte do sindicato.

O MEC pode liberar recursos para Minas cumprir com o piso? Não, a portaria que regulamenta a lei do piso nacional impede que 16 Estados recebam recursos. A verba só pode ser repassada a Estados que tenham repasses do Fundeb (Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o que não é o caso de Minas.

Especialistas afirmam que Minas terá que pagar o piso retroativo a janeiro de 2010, data limite determinada pelo STF para o cumprimento da lei sancionada em 2008. O governo vai cumprir? Quando os cinco Estados impetraram uma ação no STF, foi publicada uma liminar que autorizava que, até o julgamento final da ação, o piso seria a remuneração. O julgamento foi em abril de 2011. Então não há dúvida de que até abril de 2011 quem pagava através do subsídio cumpria a lei. A dúvida é se o pagamento será feito a partir de abril ou da data da publicação, em 24 de agosto. Isso certamente será alvo de algum recurso para esclarecimento.

Como será feita a reposição das aulas perdidas? Isso precisa ser feito o quanto antes, os alunos já foram muito prejudicados. É importante dizer que temos 58 escolas totalmente paralisadas. Isso corresponde a 0,42% em todo o Estado.

Os salários cortados serão pagos no fim da greve? Estamos aberto a negociações. Ano passado pagamos, e os servidores não fizeram a reposição como previsto. Eles ficaram devendo mais de um milhão de horas/aula.

O piso nacional abre precedente para outras categorias? Sim, infelizmente. Mais uma vez é a União legislando sem conhecer a capacidade financeira dos Estados.

Anexo 27

Greve pode anular ano letivo

Data: S/D

Autor: Joana Suarez

Assunto: A maior greve de professores estaduais dos últimos dez anos chega ao seu 69º dia com a possibilidade de perda do ano letivo para 336 mil alunos. Após mais uma reunião intermediada pelo Ministério Público Estadual (MPE), professores e representantes do Governo do Estado não aceitaram recuar.

JOANA SUAREZ

A maior greve de professores estaduais dos últimos dez anos chega hoje ao seu 69º dia com a possibilidade de perda do ano letivo para 336 mil alunos. Ontem, após mais uma reunião intermediada pelo Ministério Público Estadual (MPE), professores e representantes do governo do Estado não aceitaram recuar.

Um novo encontro está previsto para a próxima quarta-feira. No entanto, as chances de as aulas serem retomadas ainda neste mês são remotas por conta da posição irredutível das duas partes. Considerando que os estudantes perderam, até ontem, 39 dias letivos, eles precisariam de todos os feriados, sábados e, inclusive, domingos do restante de 2011 para repôr os dias ociosos.

A conta vale se a greve for encerrada até o dia 31 deste mês. Caso contrário, a reposição teria de avançar pelo mês de janeiro. Isso porque, a partir de 1º de setembro, o prejuízo para o calendário escolar terá ultrapassado 50 dias letivos, o que corresponderia exatamente ao número de dias livres no calendário até dezembro.

Ontem, enquanto representantes das secretarias de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e de Educação (SEE) se reuniam com membros do Sindicato Único do Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), professores ficaram de prontidão em frente à sede do Ministério Público.

Professores e governo não se entendem em relação o valor do piso salarial no Estado. Enquanto os grevistas exigem R\$ 1.597,87 por 40 horas semanais, o Estado só aceita negociar o novo modelo de remuneração, o subsídio, que incorpora os benefícios ao salário, o que dá uma remuneração inicial de R\$ 1.122 para 24 horas semanais.

"Nós não faremos propostas para o modelo velho. Temos que corrigir alguns erros do subsídio e torná-lo mais atraente, principalmente para os professores antigos", disse a secretária de Estado de Educação, Ana Lúcia Gazzola. "O governo não apresentou proposta. Só quer negociar o subsídio. Isso nós não aceitamos", disse a coordenadora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira.

Segundo a SEE, das 3.777 escolas estaduais, 751 estão afetadas parcialmente pela greve e 80 estão totalmente paradas. O sindicato sustenta que 50% dos professores aderiram à paralisação. Na semana passada, a SEE determinou a contratação de 3.000 professores substitutos, mas apenas 356 foram admitidos. O Sind-UTE tentou barrar a medida, mas a Justiça indeferiu ontem a ação.

VEJA TAMBÉM

COLUNISTAS

Vittorio Mediolì
"Usi" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão
esperança



Mais colunistas

TRÂNSITO

11/07/2016 21:18
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.

11/07/2016 21:17
Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa

Curta a página

Cadastre-se

9 amigos curtiram isso

NOTÍCIAS

Cidades - Últimas

Mais lidas

EMBH
Contra corte de bolsa,
estudantes do Cefet
ocupam prédio da
reitoria



NO LOURDES
Motorista egípcio é



Assine O TEMPO

Assine a nossa Newsletter

Anexo 28

Anastasia quer nova reunião com professores

Data: 29 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto:

SUPER *facil*
Início
Veículos
Imóveis
Empregos
Diversos

Juiz de Fora
Min 13° Max 28°
Tribuna de Minas
thamyres Alves
SAIR

TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2016

CIDADE ▾
POLÍTICA ▾
ECONOMIA ▾
CONCURSOS ▾
VIDA MAIS ▾
CULTURA ▾
ESPORTES ▾
BRASIL E MUNDO ▾
TV ▾

TRIBUNA
— põe a —
MESA

OPINIÃO ▾
COLUNAS ▾
CONFIRA
VIAGEM ▾
CARRO & CIA
SERVIÇOS ▾
VÍDEOS
CASA&CIA
MINHA TRIBUNA

Buscar ...

f g+ t ig yt sol

POLÍTICA

29 de agosto de 2011 - 20:00

Anastasia quer nova reunião com professores

A partir do dia 12, Governo dará aulas de reforço, pela Rede Minas, para

POR RICARDO MIRANDA

Tweeter
Compartilhar
0



Professora cola cartaz na escola Duque de Caxias

Publicidade

POLÍTICA

12/07/2016

Wilson defende gestão próxima à população



12/07/2016

Reação à 'Escola sem Partido'

10/07/2016

Novas regras facilitam manutenção de mandato



09/07/2016

Bombeiros civis podem virar exigência



Em seu primeiro pronunciamento oficial sobre a greve dos professores da rede estadual de ensino, que completa 84 dias, o governador Antonio Anastasia (PSDB) solicitou ao procurador-geral de Justiça de Minas, Alceu Marques, uma nova reunião com representantes das secretarias de Educação e Planejamento e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE). Seu apelo é para que se encontre "uma posição de equilíbrio" respeitando "as possibilidades reais do Tesouro do Estado e da responsabilidade fiscal de Minas Gerais". Ele criticou os motivos da greve, alegando ter o sindicato iniciado "um movimento "por diversas motivações" e fez um balanço das paralisações que estariam afetando 1,5% das escolas totalmente paralisadas e cerca de 19% parcialmente. Por fim, o governador anunciou aulas de reforço pela Rede Minas, "com vistas a reduzir o prejuízo para o vestibular e o Enem".

Quanto à recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obriga os estados a pagarem o piso nacional de R\$ 1.187,97 aos profissionais da educação com carga horária de até 40 horas semanais, Anastasia disse que o entendimento na afeta a realidade de Minas. "É bom dizer que a recente decisão do Supremo Tribunal Federal em nada afeta a adoção por Minas e outros estados do sistema do subsídio." A nova norma do subsídio prevê, conforme o Governo, o valor de R\$ 1.122,00 para 24 horas semanais. Sua entrada em vigor implicou um aumento da folha de pessoal da Educação, neste ano de 2011, de R\$ 1,4 bilhão. A nova sistemática, explicou Anastasia, significou "um reajuste médio de cerca de 20% para os servidores do quadro da Educação, que se somou aos 10% que foi concedido, no ano passado, para os servidores".

O pronunciamento do governador foi recebido com decepção pelos docentes em greve. A coordenadora do Sind-UTE em Juiz de Fora, Yara Aquino, lamentou a forma como o Governo trata a questão. "O governador fala que está preocupado com os alunos, mas coloca profissionais formados em psicologia para dar aula de sociologia. Que preocupação é essa?", questionou. Ela também atacou o uso de aulas pela TV. "Isso não substitui o professor.", questionou. Ela também atacou o uso de aulas pela TV. "Isso não substitui o professor." A diretora estadual do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, criticou os números do movimento apresentados por Anastasia. "É uma tática dele falar que apenas 1,5% das escolas estão paralisadas. Ao todo, 50% dos professores estaduais de Minas cruzam os braços há 83 dias."

O presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas de Minas (Fapaemg), Mário de Assis, considerou as aulas pela TV como uma boa iniciativa, mas sem impacto para resolver o problema dos alunos sem aula. Os programas na Rede Minas começarão a partir do dia 12 de setembro. De segunda a sexta-feira, serão inseridas inserções de dois minutos na programação, com dicas sobre as disciplinas. Aos sábados, a partir do dia 17, será transmitido um programa ao vivo, com duração de uma hora, em que os alunos poderão enviar suas dúvidas por telefone e internet para serem respondidas por especialistas. O Enem acontece 22 e 23 de outubro, e os programas serão exibidos até a véspera da prova.

Designação

Membros do Sind-UTE em Juiz de Fora conseguiram ontem evitar a realização de novas designações para substituir os professores em greve. O grupo acompanhou o procedimento para contratação de docentes temporários para a Escola Estadual Duque de Caxias, na região central da cidade. A estratégia é convencer os candidatos a uma vaga temporária a aderirem ao movimento. Quando há resistência por parte dos concorrentes, o sindicato entra em contato com o titular da vaga para retomar sua cadeira e, assim, inviabilizar a posse do recém-contrato. Nesses casos, o temporário atua como auxiliar no reforço escolar.



Publicidade

Anexo 29

Ano letivo está comprometido

Data: 30 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Mesmo que a greve acabe nos próximos dias, professores só conseguirão repor calendário em janeiro de 2012.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 11h4 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Trânsito Tempo RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

SEM ACORDO
Ano letivo está comprometido
Estado garante que nenhum aluno irá perder o ano; aulas vão até janeiro

RECOMENDADAS

EM NOVA LIMA
Polícia ouve testemunhas do desaparecimento de adolescente

ELEIÇÕES 2016
Quadro eleitoral em Contagem segue indefinido

MUDANÇAS
CNI defende carga de 80 horas semanais para trabalhador brasileiro

NOVA LIMA
Alarme falso sobre encontro de adolescente causa desespero na família

WhatsApp | O Tempo
(31) 99827-4455



Estado garante que nenhum aluno irá perder o ano; aulas vão até janeiro

PUBLICADO EM 30/08/11 - 21h52

TÂMARA TEIXEIRA E NATÁLIA OLIVEIRA

VEJA TAMBÉM

Professor preso em manifesto

Mais

A decisão dos professores de não aceitar os termos da negociação propostos pelo Ministério Público Estadual (MPE), ontem, durante uma reunião, confirmou uma previsão feita há duas semanas quando representantes da categoria e do MPE saíram de uma outra rodada de negociações sem acordo: o ano letivo de 2011 está comprometido em Minas.

Ainda que decidam pelo fim da greve na assembleia que farão hoje à tarde, os professores só conseguirão cumprir a carga horária de 200 dias letivos caso avancem com o calendário de reposições até janeiro de 2012. Com o 50º dia letivo comprometido, mesmo que voltem às salas de aula amanhã e utilizem os feriados e fins de semana até o fim de dezembro, os professores não terão dias disponíveis para repor o conteúdo perdido. O Estado admite fazer a reposição das aulas até pelo menos 13 de janeiro.

A Secretaria de Estado de Educação (SEE) informou ontem que o calendário deste ano - que deveria ser encerrado em 16 de dezembro - será redefinido com o fim da paralisação. O órgão garantiu que nenhum aluno irá perder o ano. O período de férias, segundo a SEE, será definido em conjunto pelos professores, Estado e Ministério Público Estadual (MPE). Normalmente, os alunos e servidores têm pelo menos 30 dias de recesso em janeiro. Se isso for mantido, o início do ano letivo de 2012 terá que ser atrasado.

Hoje, o procurador geral do MPE, Alceu Torres Marques, terá uma nova reunião de negociação. Dessa vez, Estado e professores estarão juntos. O governo prometeu apresentar o estudo sobre um possível pagamento escalonado do piso de R\$ 1.187,97, definido no último dia 24 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os professores não abrem mão de receber o piso e não aceitam o subsídio criado em janeiro deste ano.

COLUMNISTAS

Vittorio Mediolì
"Usi" e não abuse



João Gualberto Jr.
Quem lucra com o Brasil



Mais colunistas

TRÂNSITO



12/07/2016 10:42
Excesso de veículos na BR 040, região da Ceasa, sentido Brasília.



12/07/2016 10:36
Excesso de veículos, na saída da Av. Afonso Pena, sentido Praça Sete. Há retenções, na área central.



12/07/2016 10:14



saída da Av. Cristiano Machado, sentido Pampulha.

Mais informações sobre o trânsito

O Tempo quê?
349.713 curtidas

T

[Curtir Página](#) [Cadastre-se](#)

9 amigos curtiram isso

Anexo 30

Aguardando reunião sobre a greve, professores protestam e fazem aula simbólica em BH

Data: 31 de agosto de 2011

Autor: Márcia Xavier /Natália Oliveira

Assunto: Aproximadamente 200 professores se reuniram próximo ao Ministério Público, na Avenida Álvares Cabral, no bairro Santo Agostinho, região Centro Sul de Belo Horizonte, na quarta-feira (31), em protesto, onde também realizaram uma aula simbólica.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 11 JULHO 23H36 12° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Curtir 16 mil Tweet G+ 1.153

Trânsito Tempo RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Aguardando reunião sobre a greve, professores protestam e fazem aula simbólica em BH

Fontes: [Ícones] Fonte Normal Mais Notícias

Curtir Compartilhar 0 Tweet G+ 0

PUBLICADO EM 31/08/11 - 10h34

MÁRCIA XAVIER/NATÁLIA OLIVEIRA

SIGA EM: TWITTER.COM/OTEMPOONLINE

RECOMENDADAS

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS
Médicos explicam o porquê de Cláudia Cruz ter olhos arregalados

NOVIDADES
Com Sóbis e Edimar, Paulo Bento relaciona 23 para pegar o Furacão

CHANCES

horas semanais. Porém, o Estado garante não ter como cumprir a determinação por falta de recursos e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites de gastos.

Convocação

Uma convocação aos professores da rede estadual, principalmente aos designados que foram contratados para trabalhar até dia 31 de dezembro de 2011, foi feita pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) na terça-feira.

Em nota, a SEE fez um apelo para que os profissionais voltassem às salas de aula, mas disse que não haverá punição para quem não acatar a convocação.

Em seu [blog](#), Beatriz Cerqueira criticou a nota e disse que se tal tentativa desse certo, a chance dos professores conseguirem os direitos que pedem se estenderiam por anos.

Aproximadamente 200 professores estão reunidos próximo ao Ministério Público, na avenida Álvares Cabral, no bairro Santo Agostinho, na região Centro Sul de Belo Horizonte, nesta quarta-feira (31).

Com direito a cadeiras e carro de som, os professores estão protestando e fazendo uma aula simbólica no local, explicando os motivos da greve, propostas do governo e o subsídio.

Nesta quarta-feira, representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), do Ministério Público Estadual (MPE) e do governo irão se reunir para tentar entrar em acordo mais uma vez e tentar colocar fim na paralisação que já dura mais de 80 dias. Prevista para começar às 10h, a reunião foi adiada para às 11h, por motivos não divulgados.

Em declaração dada na terça-feira, Beatriz Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE, disse que o sindicato está otimista com a reunião e que espera que “finalmente uma proposta de piso salarial” seja apresentada.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) descartou como forma de pagamento o sistema de subsídio e determinou que os Estados paguem o piso nacional de R\$ 1.187,97 aos profissionais da educação com carga horária de até 40

esperança



Mais colonistas

TRÂNSITO



11/07/2016 21:18
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.



11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.



11/07/2016 21:17
Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Torres Costeira e Praça



sendo avaliados e cita dupla cruzeirense



Bola fora



(31) 99827-4455

COLONISTAS

Vittorio Medioli
"Ust" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão



Anexo 31

Manifesto de professores da FAE-UFMG quanto à greve da Rede Estadual

Data: 26 de agosto de 2011

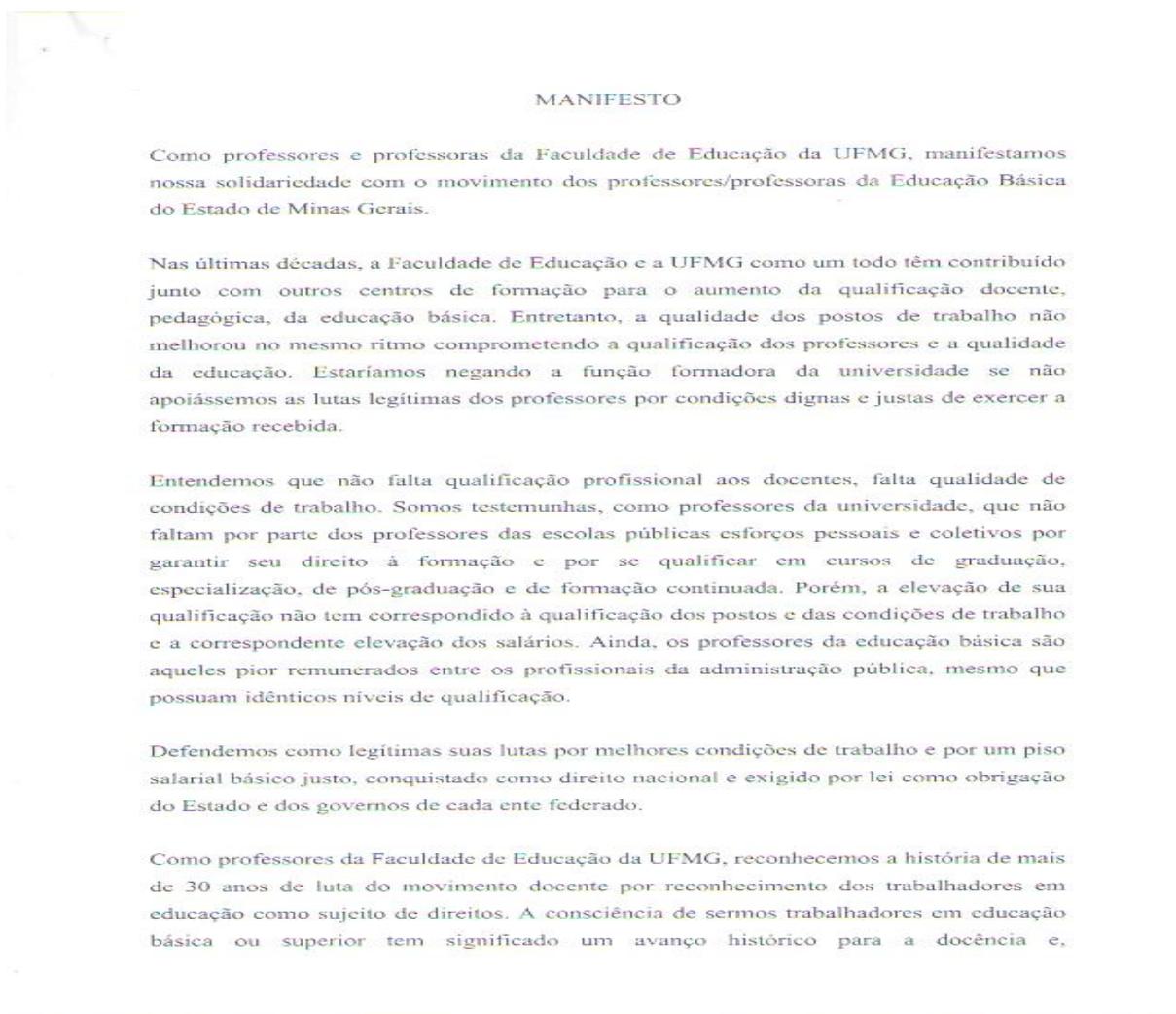
Autor: desconhecido

Assunto: Professores da FAE-UFMG manifestam sua solidariedade ao movimento grevista dos professores da Educação Básica do Estado de Minas Gerais.

Manifesto de professores da FAE UFMG quanto á greve da Rede Estadual

Como professores e professoras da Faculdade de Educação da UFMG, manifestamos nossa solidariedade com o movimento dos professores/professoras da Educação Básica do Estado de Minas Gerais.

Anexo: [Manifesto-final.pdf](#)



particularmente, para a educação, que passamos a defender como um dos campos privilegiados de direitos, e não um território de favores e barganhas políticas.

Reconhecemos que este é um dos sentidos políticos das lutas históricas do movimento docente: avançar no reconhecimento da educação como campo de direitos e, conseqüentemente, exigir do Estado e dos governantes seu dever de implementar políticas públicas que garantam a educação como direito público. Reconhecemos o movimento docente como o sujeito político que mais tem contribuído pela afirmação de nosso sistema educacional público como garantia do direito à educação dos trabalhadores e dos setores populares. Esse movimento vem tornando o sistema escolar mais público. Espaço de direitos. Reconhecemos as lutas dos professores como parte das lutas históricas das famílias e dos movimentos sociais.

Contrapor o direito dos professores a trabalho digno e a um justo salário básico ao direito das famílias e dos seus filhos a uma educação de qualidade é uma irresponsabilidade política a ser denunciada. Em mais de 30 anos de luta, o movimento docente vem defendendo a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado. São mais de três décadas de solidariedade política entre os professores, seu movimento docente e a diversidade de movimentos sociais que lutam por reconhecimento. Solidariedade constituída na luta para que o Estado cumpra seu dever público como Estado de direito.

A consciência do povo a seu direito à educação pública básica ou superior tem avançado de maneira mais rápida do que a consciência e a prática do Estado e dos governantes a cumprir seu dever público de construção de um sistema de educação. Estamos em tempos de avanço da consciência do direito à educação, terra, moradia, trabalho, justiça, igualdade. Conseqüentemente, estamos em tempos de solidariedade por pressionar o Estado, seus governantes para cumprir com urgência o seu dever de garantir essa pluralidade de direitos às famílias populares e aos trabalhadores.

As famílias populares sabem de seus esforços por garantir o direito de seus filhos à escola, à educação, ao conhecimento e à cultura. Lutam pela escola, mas sabem por experiência que a escola que tem direito exige o trabalho de profissionais em condições

de cuidar, proteger, formar e tratar com dignidade seus filhos. As famílias populares construíram uma imagem positiva dos educadores e educadoras dos seus filhos. Os valorizam e com eles são solidários nas lutas por direitos pois sabem que professores quando negados em seus direitos não terão condições de garantir os direitos de seus filhos.

Ao longo das últimas décadas, foram sendo construídas novas solidariedades políticas entre o movimento docente, as comunidades de famílias populares e seus movimentos sociais em lutas comuns por direitos à escola, ao trabalho, à moradia, à terra, ao transporte.

Condenar os professores e seu movimento é uma forma de adiar seu reconhecimento como trabalhadores sujeitos de direitos, é negar a constituição de um Estado de direito e inviabilizar a conformação de nosso sistema educacional como espaço público.

Tentar contrapor o direito das famílias e seus filhos às legítimas lutas dos professores pela garantia de seus direitos é uma perversa e retrógrada estratégia que merece repúdio de quem defende o estado de direito.

Merecem repúdio as estratégias que pretendem quebrar essa solidariedade. Compromisso será reforçá-la. A sorte do direito popular à educação é inseparável da sorte, do avanço, da garantia de direitos dos trabalhadores à educação. Por essas lutas estamos solidários.

Anexo 32

Aguardando reunião sobre a greve, professores protestam e fazem aula simbólica em BH

Data: 31 de agosto de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Aproximadamente 200 professores reuniram-se em frente ao Ministério Público, em protesto.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 11 JULHO 23H36 12° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Curtir 16 mil Tweet G+ 1.153

Trânsito Tempo RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Aguardando reunião sobre a greve, professores protestam e fazem aula simbólica em BH

Fonte Normal Mais Notícias

Curtir Compartilhar 0 Tweet G+ 0

PUBLICADO EM 31/08/11 - 10h34

MÁRCIA XAVIER/NATÁLIA OLIVEIRA

SIGA EM: TWITTER.COM/OTEMPOONLINE

Aproximadamente 200 professores estão reunidos próximo ao Ministério Público, na avenida Álvares Cabral, no bairro Santo Agostinho, na região Centro Sul de Belo Horizonte, nesta quarta-feira (31).

Com direito a cadeiras e carro de som, os professores estão protestando e fazendo uma aula simbólica no local, explicando os motivos da greve, propostas do governo e o subsídio.

Nesta quarta-feira, representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), do Ministério Público Estadual (MPE) e do governo irão se reunir para tentar entrar em acordo mais uma vez e tentar colocar fim na paralisação que já dura mais de 80 dias. Prevista para começar às 10h, a reunião foi adiada para às 11h, por motivos não divulgados.

Em declaração dada na terça-feira, Beatriz Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE, disse que o sindicato está otimista com a reunião e que espera que "finalmente uma proposta de piso salarial" seja apresentada.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) descartou como forma de pagamento o sistema de subsídio e determinou que os Estados paguem o piso nacional de R\$ 1.187,97 aos profissionais da educação com carga horária de até 40

RECOMENDADAS

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS
Médicos explicam o porquê de Cláudia Cruz ter olhos arregalados

NOVIDADES
Com Sóbis e Edimar, Paulo Bento relaciona 23 para pegar o Furacão

CHANCES
sendo avaliados e cita dupla cruzeirense

Bola fora

WhatsApp O Tempo

(31) 99827-4455

COLUNISTAS

Vittorio Mediolli "Ulsi" e não abuse

Luiz Tito Brasileiro: profissão

horas semanais. Porém, o Estado garante não ter como cumprir a determinação por falta de recursos e por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe limites de gastos.

Convocação

Uma convocação aos professores da rede estadual, principalmente aos designados que foram contratados para trabalhar até dia 31 de dezembro de 2011, foi feita pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) na terça-feira.

Em nota, a SEE fez um apelo para que os profissionais voltassem às salas de aula, mas disse que não haverá punição para quem não acatar a convocação.

Em seu [blog](#), Beatriz Cerqueira criticou a nota e disse que se tal tentativa desse certo, a chance dos professores conseguirem os direitos que pedem se estenderiam por anos.

esperança



Mais colonistas

TRÂNSITO



11/07/2016 21:18

Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.



11/07/2016 21:18

Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.



11/07/2016 21:17

Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Teresa Cristina e Duílio

Anexo 33

Queridos colegas professoras e professores

Data: 01 de setembro de 2011

Autor: Leonardo Boff

Assunto: Leandro Boff diz estar estarecido com a insensibilidade do Governador Anastasia em face da greve dos professores, que dura tanto tempo.

SINDUTE MG, Queridos colegas professoras e professores, <http://www.sindutermg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=1&LL...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filhado à


- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

Noticias

Clipping

Periódicos

[Informa](#)

[Boletim](#)

[Programa Outras Palavras](#)

[Outras Palavras](#)

[O Equilibrista](#)

[Cartilhas](#)

[Publicações](#)

[Artigos](#)

[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)

[Orientações](#)

[Instruções](#)

[Comunicados](#)

[Informes](#)

[Legislação Nacional](#)

[Legislação Estadual](#)

[Plano de Carreira](#)

[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)

[Aposentados](#)

[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

Redes Sociais

THFlash!
Filme não localizado

Queridos colegas professoras e professores,

Leonardo Boff em apoio à greve dos educa...



Estou estarecido face à insensibilidade do Governador Anastasia face à uma greve dos professores e professoras por tanto tempo.

Ele precisa ser inimigo de sua própria humanidade para fazer isso. Ele não ama as crianças, não respeita seus pais, despreza uma classe de trabalhadores e trabalhadoras das mais dignas da sociedade, aquelas pessoas a quem nós confiamos nossos filhos e filhas para que recebam educação e aprendam a respeitar os outros e a acatar as autoridades que foram eleitas para cuidar dos cidadãos.

Essa intolerância mostra falta de coração e de compaixão no sentido mais nobre desta virtude que é sentir a necessidade do outro, colocar-se ao seu lado para aliviar seu padecimento e resgatar a justiça mínima de um salário necessário para a vida.

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL
EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA
MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Recordo as palavras da revelação consignadas no livro do Eclesiástico capítulo 34 versículo 27: "Derrama sangue, quem priva o assalariado de seu salário". Não queremos um governador que aceite derramar sangue por não querer ceder nada aos professores e professoras que pedem o que é minimamente certo e justo.

Quero me solidarizar com todos vocês e apoiar as reivindicações que estão formulando.

Com meus melhores votos e também preces diante dAquele que sempre escuta o grito dos oprimidos e injustiçados.

Leonardo Boff
Teólogo e escritor

Anexo 34

Caros amigos do Sind-UTE/ MG

Data: 02 de setembro de 2011

Autor: Anelise Coelho

Assunto: Anelise Coelho, mestranda em história pela UFMG, manifesta apoio ao movimento grevista dos professores e sugere outra forma de intervenção que não seja parar o trânsito, mas sim ocupar as margens das maiores avenidas de Belo Horizonte, de mãos dadas.

SINDUTE MG, Caros amigos do Sindute-MG.

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



Comunicação

[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

Links

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Caros amigos do Sindute-MG.

Tudo bom? Meu nome é Anelise Coelho, sou Mestranda em história pela UFMG e me formei pela mesma instituição. Tenho participado de todas as manifestações e apoiado integralmente o movimento dos professores. Não sou filiada a nenhum partido político não leciono na rede estadual, entretanto, como cidadã brasileira eu me sinto na obrigação de defender o movimento dos ataques caluniosos e vergonhosos da mídia mineira e do governo do estado. Em solidariedade ao movimento estou entrando em contato com todos os meus amigos, colegas, com o DCE da UFMG e com demais DAs e CAs em busca de um grande apoio à próxima manifestação. Estamos fazendo faixas e faremos de tudo para não deixar a chama do movimento morrer. Não desistam o que vocês estão fazendo é digno do louvor!

Acho que uma coisa poderia ser feita diferente dessa vez, ao invés de parar o trânsito a gente poderia ficar na margem das maiores avenidas de BH, de mão dadas, na lateral da pista, para que os motoristas vejam a união dos professores e para que a mídia não possa bater nesse assunto mais uma vez. Bom, isso é só uma sugestão. Saibam que a grande maioria da população está com vocês!

Todo o meu apoio.

Anelise Coelho

Anexo 35

Ilegalidade do movimento?

Data: 02 de setembro de 2011

Autor: Professor Antônio Jerônimo Neto

Assunto: O Professor Antônio Jerônimo Neto manifesta estranhamento pelo fato de o Ministério Público, só após 80 dias de paralisação dos professores, mandar publicar em diversos jornais que vai pedir a ilegalidade da greve.

INDUTE MG, ILEGALIDADE DO MOVIMENTO? <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiado à

CUT **CNE**

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

[Notícias](#)

[Clipping](#)

Periódicos

[Informa](#)

[Boletim](#)

[Programa Outras Palavras](#)

[Outras Palavras](#)

[O Equilibrista](#)

[Cartilhas](#)

[Publicações](#)

[Artigos](#)

[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)

[Orientações](#)

[Instruções](#)

[Comunicados](#)

[Informes](#)

[Legislação Nacional](#)

[Legislação Estadual](#)

[Plano de Carreira](#)

[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)

[Aposentados](#)

[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
Filme não localizado

ILEGALIDADE DO MOVIMENTO?

Causou-nos certa estranheza o fato do Ministério Público, só depois de 80 dias de paralisação dos professores, mandar publicar em vários jornais, que vai pedir a ilegalidade da greve.

Não será o Estado é que deveria ser punido pelo desrespeito a uma Lei Federal Dessa vez a multa diária não seria para o Estado?

O Sindicato não está mentindo não! A tabela salarial que respeita nossa formação bem como nosso tempo de trabalho foi criada por lei e o governo sab disso.

Os 712 reais (já defasados, pois hoje já são R\$ 958,72) que a lei 11738/2001 manda pagar é apenas para professores de nível médio de escolaridade, isto está muito claro na lei.

Não é possível que o Governador saiba desse detalhe da lei, nem a Secretária de Educação, a de Planejamento e muito menos o Procurador do MP.

O governo está rasgando a Lei 15.293/2004 que define o nosso plano de carreira, que ele próprio aprovou!

O que está sendo oferecido a nós é a esmola de um pouco mais de 23 reais a dia, não apenas para transmitir conhecimentos, mas, para exercermos o apostolado de educador de fato.

Em qualquer cidadezinha do interior do nosso estado, qualquer pedreiro recebe por dia de trabalho exatamente 60 reais, nada contra os pedreiros, e acho muito justo esse salário. E por que temos que aceitar um terço desse valor?

O MP que nos desculpe, mas se o governo não quer mesmo ver essa realidade aqui descrita é por que ele não está nem aí para nossos alunos sem aula e nossa greve tem mesmo é que continuar.

Belo Horizonte, 01/09/2011

Professor Antônio Jerônimo Neto

Anexo 36

Manifesto dos professores e professoras da Faculdade de Educação da UFMG em apoio à greve dos funcionários da educação da Rede Estadual de Educação.

Data: 05 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Professores e professoras da Faculdade de Educação da UFMG publicam manifesto em apoio à greve dos profissionais da educação da Rede Estadual. Pois compreendem que a Faculdade de Educação tem contribuído para a qualificação pedagógica dos professores que, não têm, em contrapartida, seus postos de trabalho melhorados.

Não foi possível carregar o plug-in.

Manifesto dos professores e professoras da faculdade de educação da UFMG em apoio a greve dos profissionais da educação da rede estadual da educação

Como professores e professoras da Faculdade de Educação da UFMG, manifestamos nossa solidariedade com o movimento dos professores/professoras da Educação Básica do Estado de Minas Gerais.

Nas últimas décadas, a Faculdade de Educação e a UFMG como um todo têm contribuído junto com outros centros de formação para o aumento da qualificação docente, pedagógica, da educação básica. Entretanto, a qualidade dos postos de trabalho não melhorou no mesmo ritmo comprometendo a qualificação dos professores e a qualidade da educação. Estaríamos negando a função formadora da universidade se não apoiássemos as lutas legítimas dos professores por condições dignas e justas de exercer a formação recebida.

Entendemos que não falta qualificação profissional aos docentes, falta qualidade de condições de trabalho. Somos testemunhas, como professores da universidade, que não faltam por parte dos professores das escolas públicas esforços pessoais e coletivos por garantir seu direito à formação e por se qualificar em cursos de graduação, especialização, pós-graduação e de formação continuada. Porém, a elevação de sua qualificação não tem correspondido à qualificação dos postos e das condições de trabalho e a correspondente elevação dos salários. Ainda, os professores da educação básica são aqueles pior remunerados entre os profissionais da administração pública, mesmo que possuam idênticos níveis de qualificação.

Defendemos como legítimas suas lutas por melhores condições de trabalho e por um piso salarial básico justo, conquistado como direito nacional e exigido por lei como obrigação do Estado e governos de cada ente federado.

Como professores da Faculdade de Educação da UFMG, reconhecemos a história de mais de 30 anos de luta do movimento docente por reconhecimento dos trabalhadores em educação como sujeito de direitos. A consciência de sermos trabalhadores em educação básica ou superior tem significado um avanço histórico para a docência e, particularmente, para a educação, que passamos a defender como um dos campos privilegiados de direitos e, não um território de favores e barganhas políticas.

Reconhecemos que este é um dos sentidos políticos das lutas históricas do movimento docente: avançar no reconhecimento da educação como campo de direitos e, conseqüentemente, exigir do Estado e dos governantes seu dever de implementar políticas públicas que garantam a educação como direito público. Reconhecemos o movimento docente como o sujeito político que mais tem contribuído pela afirmação de nosso sistema educacional público como garantia do direito à educação dos trabalhadores e dos setores populares. Esse movimento vem tornando o sistema escolar mais público. Espaço de direitos. Reconhecemos as lutas dos professores como parte das lutas históricas das famílias e dos movimentos sociais.

Contrapor o direito dos professores a trabalho digno e a um justo salário básico ao direito das famílias e dos seus filhos a uma educação de qualidade é uma irresponsabilidade política a ser denunciada. Em mais de 30 anos de luta, o movimento docente vem defendendo a educação como direito de todo cidadão e dever do Estado. São mais de três décadas de solidariedade política entre os professores, seu movimento docente e a diversidade de movimentos sociais que lutam por reconhecimento. Solidariedade constituída na luta para que o Estado cumpra seu dever público Estado de direito.

A consciência do povo a seu direito à educação pública básica ou superior tem avançado de maneira mais rápida do que a consciência e a prática do Estado e dos governantes a cumprir seu dever público de construção de um sistema de educação. Estamos em tempos de avanço da consciência do direito à educação, terra, moradia, trabalho, justiça, igualdade. Conseqüentemente, estamos em tempos de solidariedade por pressionar o Estado, seus governantes para cumprir com urgência o seu dever de garantir essa pluralidade de direitos às famílias populares e aos trabalhadores.

As famílias populares sabem de seus esforços por garantir o direito de seus filhos à escola, à educação, ao conhecimento e à cultura. Lutam pela escola, mas sabem por experiência que a escola que tem direito exige o trabalho de profissionais em condições de cuidar, proteger, formar e tratar com dignidade seus filhos. As famílias populares construíram uma imagem positiva dos educadores e educadoras dos seus filhos. Os valorizam e com eles são solidários nas lutas por direitos pois sabem que professores quando negados em seus direitos não terão condições de garantir os direitos de seus

filhos.

Ao longo das últimas décadas, foram sendo construídas novas solidariedades políticas entre o movimento docente, as comunidades de famílias populares e seus movimentos sociais em lutas comuns por direitos à escola, ao trabalho, à moradia, à terra, ao transporte.

Condenar os professores e seu movimento é uma forma de adiar seu reconhecimento como trabalhadores sujeitos de direitos, é negar a constituição de um Estado de direito e inviabilizar a conformação de nosso sistema educacional como espaço público.

Tentar contrapor o direito das famílias e seus filhos às legítimas lutas dos professores pela garantia de seus direitos é uma perversa e retrógrada estratégia que merece repúdio de quem defende o estado de direito.

Merecem repúdio as estratégias que pretendem quebrar essa solidariedade. Compromisso será reforçá-la. A sorte do direito popular à educação é inseparável da sorte, do avanço, da garantia de direitos dos trabalhadores à educação. Por essas lutas estamos solidários.

Assim os seguintes professores e professoras da Faculdade de Educação da UFMG

Ademilson de Sousa Moraes
 Adla Netsaida Martins Teixeira
 Adriana Maria Cancelli Duarte
 Amarilis Coelho Coragem
 Ana Lydia Bezerra Santiago
 Ana Maria Rabelo Gomes
 Andrea Moreno
 Antonio Augusto Gomes Batista
 Antonio Júlio de Menezes Neto
 Bernardo Jefferson Oliveira
 Carlos Augusto Novais
 Carlos Eduardo Mazzeto Silva
 Carmem Lúcia Eiterer
 Célia Abicalil Belmiro
 Cláudio M. M. Nogueira
 Conceição C. Xavier
 Cynthia Greive Velga
 Daisy Moreira Cunha
 Dalila Andrade Oliveira
 Eduardo Fleury Mortimer
 Elizabeth Guzzo de Almeida
 Geraldo Magela Pereira Leão
 Hormindo Pereira de Souza Júnior
 Inês Assunção de Castro Teixeira
 Isabel de Oliveira e Silva
 Iza Rodrigues da Luz
 José Raimundo Lisboa da Costa
 José Simões de Almeida Júnior
 Juárez Melgaço Valadares
 Juárez Tarcísio Dayrell
 Júnia Sales Pereira
 Leôncio José Gomes Soares
 Lúcia Maria Corrêa
 Lúcia Maria Fraga Vieira
 Lúcia Helena Alvarez Leite
 Luciano Mendes Faria Filho
 Luis Roberto de Paula
 Marcelo Ricardo Pereira
 Marco Antônio F. Scarassatti
 Marcos Vinícius Bortolus / Escola de Engenharia da UFMG
 Maria Amália de Almeida Cunha
 Maria Aparecida Paiva Soares Santos
 Maria Cristina S. Gouvêa
 Maria de Fátima Almeida Martins
 Maria de Fátima C. Gomes
 Maria Emília Calixeta de Castro Lima

Maria Gorete Neto
Maria Isabel Antunes Rocha
Maria José Braga
Maria Manuela Martins Soares David
Maria Rosimary Soares dos Santos
Maria Teresa Gonzaga Alves
Maria Zélia Versiani Machado
Marina de Lima Tavares
Marisa Ribeiro Teixeira Duarte
Marlucy Alves Paraíso
Miguel González Arroyo
Míria Gomes de Oliveira
Miriam Lúcia dos Santos Jorge
Mônica Ângela de A. Meyer
Mônica Correia Baptista
Mônica Yumi Jinzenji
Nilma Lino Gomes
Nilma Soares da Silva
Orlando G. de Aguiar Júnior
Pablo Luiz de Oliveira Lima
Paulo Henrique Queiroz Nogueira
Paulo Roberto Maia Figueiredo
Priscila Augusta Lima
Regina Célia Passos Ribeiro Campos
Rogério
Rogério Correa da Silva
Rosilene Horta Tavares
Rosimar de Fátima Oliveira
Samira Zaidan
Sara Mourão Monteiro
Savana Diniz Gomes Melo
Sérgio Dias Cirino
Shirley Aparecida de Miranda
Tânia de Freitas Resende
Teresinha Fumi Kawasaki
Vanessa Senna Tomaz
Wagner Ahmad Auarek
Wemerson de Amorim
Walter Ude

Anexo 37

Apoio de Frei Betto

Data: 09 de setembro de 2011

Autor: Frei Betto

Assunto: Frei Betto manifestou apoio ao professorado mineiro, que luta por um salário digno e melhores condições de trabalho.

SINDUTE MG, Apoio de Frei Betto

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

[Comunicação](#)
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

[Documentação Técnica](#)
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

[Especiais](#)
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO
LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação Pesquisa](#)
[Sindute](#)

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Apoio de Frei Betto

"Todo o meu apoio ao professorado Mineiro por um salário digno e por melhores condições de trabalho.
 Educação de qualidade é a mais importante REVOLUÇÃO para tirar o Brasil do atraso e torná-lo uma nação soberana independente.
 Salário não é ESMOLA,
 ESCOLA não é sucata,
 Aluno não é COBALA.
 Minha SOLIDARIEDADE ENCORAJADORA!"
 Frei Betto

Anexo 38

Greve dos professores de Minas: Marco Histórico

Data: 09 set. 2011

Autor: Gilvander Moreira

Assunto: Gilvander Moreira comenta a greve do professores, que já dura mais de 80 dias.

SINDUTE MG, GREVE DOS PROFESSORES DE MINAS: MAR...

http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

[Comunicação](#)
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

[Documentação Técnica](#)
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

[Especiais](#)
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

[THFlash!](#)
[Filme não localizado](#)

GREVE DOS PROFESSORES DE MINAS: MARCO HISTÓRICO.

Gilvander Moreira[1]

“_Vejam o salário dos trabalhadores que fizeram a colheita nos campos de vocês: retido por vocês, esse salário clama, e os protestos dos trabalhadores chegaram aos ouvidos do Deus da vida... Vocês condenaram e mataram o justo.” (Carta de Tiago 5,4,6).

Dia 31 de agosto de 2011, acompanhei mais uma grande Assembleia Geral das/o Professoras/res da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, que está em greve, desde o dia 08 de junho, há quase 90 dias. Foi emocionante e inesquecível e ao mesmo tempo provocou profunda indignação.. Mais de 9 mil educadores e centena de trabalhadores de várias outras categorias, representantes de muitos sindicatos e movimentos populares transformaram a ante-Praça da Assembleia Legislativa de Mina em palco de luta. Mais quantos dias de greve serão necessários para que o Governado de Minas, Sr. Antonio Anastasia (PSDB + DEM), ouça os clamores dos educadores da Rede pública de Educação? Os clamores já estão sendo ouvidos em todo o Brasil, pelo mundo afora e chegou aos céus.

Somente após 84 dias de greve, o Governo Anastasia apresentou proposta de elevar o Piso salarial de R9,89 para R2, a partir de janeiro de 2012, desconsiderando o tempo de carreira e o grau de escolaridade. Os professores rejeitaram essa proposta e votaram por unanimidade, a continuidade da greve por tempo indeterminado. A direção do Sind-UTE[2] disse: “A proposta nada mais é que o achatamento da carreira, não está aplicada a tabela de vencimento básico vigente e ela contemplaria apenas o professor excluiria outras categorias de educadores. O Governo não apresentou proposta para o cargos de suporte à docência e por isso, também não cumpre a Lei Federal 11.738/0: que prescreve Piso Salarial Nacional.”

Em 2011, em educação pública, o Brasil ficou em 88º lugar, no ranking de educação da UNESCO. Há sete anos professora, a pedagoga Alzira de Sete Lagoas, mostrando seu contracheque com vencimento básico de apenas R9,89 bradou: “_Só retornarei para a sala de aula após o governador Anastasia começar a pagar o Piso Salarial Nacional, instituído pela Lei Federal 11.738/2008_”. Os milhares de educadores, em Assembleia, gritaram: “É greve, é greve, é greve, até que o Anastasia pague o que nos deve” – o Piso Nacional, hoje, segundo o Ministério da Educação é R\$ 1.187,00. Em 06 de abril de 2011, o STF[3], na ADIN 4167, definiu que PISO É O VENCIMENTO BÁSICO. Acórdão sobre essa decisão do STF foi publicado em 24/08/2011, o que legitimou mais ainda a greve e as reivindicações dos educadores.

O governo estadual de Minas Gerais teve três anos para adequar o orçamento à exigência da Lei Federal 11.738, mas, na contramão do que reivindicam os professores insiste em não pagar o piso salarial nacional e tenta justificar o injustificável. Os professores não aceitam mais subsídio, porque isso significa a morte da carreira. Logo o governo estadual age na ilegalidade, com atuação imoral. Relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado comprovou que o Governo de Minas não investe a percentual constitucional de 25%[4] em educação pública. Em 2009, por exemplo, o investimento foi de apenas 20,15%.

Pensar a Educação Pensar o Brasil	De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – o Piso Salarial Nacional para 24 horas semanais deveria corresponder, hoje, a R\$597,87 pois a Lei 11.738
Redes Sociais	estabelece reajustes anuais para o piso. Como o valor do piso em 2008 era de R\$0,00 aplicados os reajustes de 2009, 2010 e 2011, o piso hoje teria que ser R\$597,87 Contudo, em 2009, o Governo Federal não concedeu o reajuste.
10º Congresso do Sind-UTE/MG	
Biblioteca	No levantamento Mestre em Exegese Bíblica, professor, frei e padre carmelita assessor da CPT, CEBI, SAB e Via Campesina; www.gilvander.org.br - [2] - www.twitter.com/gilvanderluis [3]
Blogs	
CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015	Um levantamento elaborado pelo Sindifisco-MG[5] para avaliar o investimento do Estados brasileiros com a educação em relação à Receita Corrente Líquida de cada Estado, Minas Gerais é o penúltimo colocado. Há um déficit em Minas Gerais de milhão e meio de vagas na educação básica. A preocupação que o Governo diz ter com o ENEM não é sincera pelos seguintes motivos:
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes	a) o Governo estadual não oferece aos estudantes toda a matriz curricular do ensino médio;
GREVE 2014	b) autorizou a contratação de pessoas sem formação em magistério e licenciatura para ser professor;
GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA	c) não cumpre a Lei Federal 11.738, o que poria fim à greve.
LEI 100	Um processo de empobrecimento dos educadores da rede pública em Minas se aprofundou desde que o Aécio Neves assumiu o governo. O tão badalado “Choque de Gestão” - que está na terceira fase -, uma política neoliberal que marginaliza os trabalhadores da educação, os servidores públicos e toda a sociedade.
VII CONFERÊNCIA ESTADUAL	Em Minas, o vencimento básico hoje de um professor de nível médio é de R\$ 369, o professor/a que tem licenciatura plena é R\$ 550. Logo, o governo de Minas Gerais pag como vencimento básico quase só o salário mínimo para professor/a tem um curso universitário. Alegar que o Estado não tem condições de pagar o Piso nacional não justifica pelo seguinte:
FICHA DE FILIAÇÃO	a) O vencimento básico da polícia civil é R.041,00;
Concurso	b) Minério, celulose, café e muitos outros produtos primários são exportados com isenção de impostos (Lei Kandir);
Vagas Rede Estadual	c) Há dinheiro para grandes obras “como a COPA”, construção da Cidade Administrativa, aumento exorbitante do aparelho de repressão – grandes penitenciárias milhares de policiais, milhares de viaturas etc.
Decretos	
1/3 Hora Atividade	
Revista do Brasil	Assino embaixo do que disse Leonardo Boff, em mensagem aos professores: “_Estou estarecido face à insensibilidade do Governador Anastasia face a uma greve do professores e professoras por tanto tempo. Ele não ama as crianças, não respeita seu país, despreza uma classe de trabalhadores e trabalhadoras das mais dignas da sociedade_.” Acrescento: Ele não respeita a sociedade que diz representar. Somente as/os trabalhadoras/os que lutam pelos seus direitos tem dignidade para ensinar cidadania.
Carta Maior	

Que beleza o apoio de Dom Tomás Balduino aos professores, ao dizer: “_Orgulho-me pela greve de vocês. Vejo neste acontecimento um dos esperançosos sinais dos tempos semelhante ao que está acontecendo no Chile. Vocês, com seu sofrimento e angústia estão sendo os instrumentos de Deus na construção do Brasil que queremos, a Pátri-

dos nossos sonhos. Por isso uno-me solidário com vocês e com todos e todas que lhe dão apoio_.”

Com Cora Coralina, digo: “Propõe-se a ensinar aquele que é bom de espírito, aquele que se orgulha quando o aluno o supera. Aquele que, cotidianamente, motiva o aluno sem esquecer-se de que um dia o foi...É aquele que, “Feliz, transfere o que sabe e aprende o que ensina.” Vejo isso nos professores que estão em greve em Minas e em muitos outros estados.

Essa greve, a mais longa da história de Minas, será um marco histórico na luta pela educação pública e de qualidade; em Minas. Que cada professor/a desenvolva pedagogias que ajudem na compreensão da vida concreta, isto é, a matemática da fome, o português da violência, a geografia e a história da exploração e dos problemas sociais, a ciência da história da vida real das pessoas.

A greve das/os professoras/res de Minas Gerais está sendo uma verdadeira escola libertadora. Quem disse que as/os professoras/es não estão ensinando? As/os educadoras/res estão nas ruas, ensinando uma verdadeira lição de cidadania, de quem não se deixa oprimir, de quem busca na luta, dignidade e justiça social pelo valor da educação, um dos maiores patrimônios que o Estado tem a obrigação de cuidar.

Atenção, Anastasia, a greve só será interrompida quando a justa, legal e legítima reivindicação da categoria for atendida: o Piso Salarial Nacional, um valor pífio e insignificante.

Enfim, benditas/os as/os educadoras/os e todos os que apoiam a luta pela educação pública e de qualidade e, assim, lutam pela transformação da sociedade.

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2011

[1] Mestre em Exegese Bíblica, professor, frei e padre carmelita, assessor da CPI CEBI, SAB e Via Campesina; [4] www.gilvander.org.br [5] www.twitter.com/gilvanderluis [6]

[2] Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais.

[3] Supremo Tribunal Federal.

[4] Cf. Constituição Federal, art. 212.

[5] Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais.

Um abraço afetuoso, Gilvander Moreira, frei Carmelita.

Anexo 39

Carta de apoio ao movimento docente de Minas Gerais

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O Sindicato dos professores da UFVJM (SINDIFAFEID) manifestou apoio ao movimento grevista dos docentes mineiros, em especial aos colegas de Diamantina.

SINDUTE MG, Carta de apoio ao movimento docente de Minas Gerais: <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Filiado à


[Comunicação](#)
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#) THFlash!
 Filme não localizado

[Documentação Técnica](#)
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

[Especiais](#)
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação Pesquisa](#)
[Sindute](#)

Carta de apoio ao movimento docente de Minas Gerais:
 O Sindicato dos professores da UFVJM (SINDIFAFEID), vem manifestar apoio ao movimento grevista dos docentes mineiros, em especial aos colegas de Diamantina. Entendemos a legitimidade do movimento bem como a justiça da reivindicações apresentadas.
 Isto decorre do fato que sem se respeitar o professorado enquanto categoria não teremos educação que emancipe a sociedade brasileira.
 O nosso apoio não é só simbólico, mas também com vistas uma real parceria futura. Repudiamos a maneira como o governo vem tratando o movimento pela mídias, procurando colocar a população contra os professores.

Anexo 40

Greve de profissionais da Educação

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: Marilae Ávila

Assunto: Marilae Ávila, como professora, comenta os assuntos mais debatidos no cotidiano escolar, como preocupação com aprendizagem, ética e melhoria na qualidade de ensino. Segundo ela, pouco se fala sobre os baixos salários, por isso, sugere a reflexão cotidiana da categoria.

SINDUTE MG, GREVE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&I...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Filiado a


Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equifibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

GREVE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Greve!... Falar ou Calar?

Prefiro falar.

O foco é o cotidiano da categoria de professores da Educação Básica, profissionais d. Educação, da qual sou integrante, ora aposentada.

Vivi e convivi nesse cotidiano de Escola Estadual, por longos anos. Testemunho d. mim própria e dos colegas de profissão, um desdobrar de mentes e coração empenhados em seu compromisso de ensinar os princípios da ética, os conhecimentos fundamentais da leitura, da escrita e do cálculo, e dos conhecimentos específicos da diferentes áreas. Não se vê, senão preocupações com a aprendizagem, aproveitamento escolar de alunos, indistintamente; entusiasmo troca de ideias, práticas na busca de caminhos e soluções; exercícios de afetividade, de desvelo, de rigor, de sutis intervenções individuais, respeito às diferenças, esforços e trabalhos; exaustão, em prol do sucesso dos alunos.

Quase nunca se fala sobre salários baixos. Penso que, cada um, solitariamente, tenta sobreviver com o seu. Entretanto, a título de exemplo, a fila das agências bancárias particularmente, do Banco do Brasil no quinto dia útil de cada mês, dispensa palavras...

E, ano após ano, quando se fala em greve, o descaso do poder público com a análise da situação da categoria se repete com promessas, censuras e ameaças. Refletir sobre o cotidiano da categoria em questão, quem sabe...

Marilae Ávila

Anexo 41

Carta enviada à Itatiaia em 01 de setembro

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: Débora Martins C. B. Santos

Assunto: Educadora envia carta à Rádio Itatiaia em resposta a alguns comentários feitos por seus jornalistas.

SINDUTE MG, Carta enviada à Itatiaia em 1 de setembro <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)



<p>Comunicação</p> <p>Notícias</p> <p>Clipping</p> <p>Periódicos</p> <p>Informa</p> <p>Boletim</p> <p>Programa Outras</p> <p>Palavras</p> <p>Outras Palavras</p> <p>O Equilibrista</p> <p>Cartilhas</p> <p>Publicações</p> <p>Artigos</p> <p>DIÁRIO DE</p> <p>ACAMPAMENTO</p> <p>Documentação Técnica</p> <p>Resoluções</p> <p>Orientações</p> <p>Instruções</p> <p>Comunicados</p> <p>Informes</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Plano de Carreira</p> <p>Tabela Salarial</p> <p>Especiais</p> <p>Campanhas Salariais</p> <p>Aposentados</p> <p>Redes Municipais</p> <p>ENCONTRO</p> <p>PEDAGÓGICO</p> <p>LATINOAMERICANO</p> <p>JURÍDICO - Ações</p> <p>judiciais/editais</p> <p>Links</p>	<p>THFlash!</p> <p>Filme não localizado</p> <p>Carta enviada à Itatiaia em 1 de setembro</p> <p>Carta enviada à rádio Itatiaia, em resposta a alguns comentários feitos por seu jornalistas.</p> <p>Caríssimos, bom dia. Sem nenhuma modéstia, eu sou uma das educadoras a quem vocês se dirigiram (me perdoe por não falar seus nomes, eu não me lembro), tenho duas graduações e um mestrado. Depois de 47 dias de greve no ano passado, pela implantação do piso, eu e toda categoria sofremos uma rasteira quando o governo anunciou a remuneração do subsídio. Entenda, o que significa a um trabalhador se especializar, se dedicar e ter por decreto uma ajuda de custo? Eu tenho cinco anos de estado e não acho justo receber mais que minha sogra que trabalhou 35 anos como professora estadual Tampouco sendo mestre receber como se tivesse o ensino médio. Nessa mesma lógica, muito triste ver que protestos no Chile pela educação (manifestações muitas vezes violentas), a insurgência na Líbia contra a ditadura (que ceifou muitas vidas) são noticiadas aqui como movimentos populares legítimos e que demonstram força e consciência política, e no entanto a luta dos profissionais da educação aqui em MG e no Brasil ser sempre resumida a caos no trânsito ou prejuízo aos alunos. Ora, quando o governo mente à população, quando me cerceia os direitos e, muito bem colocado por vocês há pouco, quando eu tenho de trabalhar em dois ou três cargos, que qualidade de ensino têm tido esses alunos? Que saúde podem ter os professores? Estou cansada de ouvir e ler que se não estamos satisfeitos que procuremos outra coisa e liberemos as vagas. Eu não sou rato!!!! Não é abandonando o problema que ele irá se resolver com magia! Porque seria como assumir que, de fato, o professor é o responsável pelo sucesso ou fracasso escolar, eu saio, entra outra pessoa, que sai e deixa a vaga que é preenchida novamente por outro... e o problema da remuneração, da falta de condições de alunos defasados de vida familiar e social continua. A lei 11.738 de 2008 veio com 21 anos de atraso - haja visto que na constituição de 1988 se prevê a criação de uma lei que regulamente a profissão que, pasmem, até 2008 não o era. Ela estabelece um teto máximo de jornada de trabalho em, no máximo 40 horas. Institui também o piso salarial nacional dos professores, abaixo do qual nem União, nem estados ou municípios podem pagar. Vejam bem, a lei não prevê proporcionalidade como afirma o governo e seu representantes, e como absurdamente confirma o MPE. Retirar a ênfase (de no máximo que existe na lei é manipular a verdade, e meia verdade é uma mentira inteira. A decisão do acórdão do STF no dia 24 de agosto diz isso claramente, é inadmissível que continue a se fechar os olhos para os embustes que se faz com as leis aqui em MG, como a população tornou-se apática, e como a imprensa que, tão bem noticia "faits divers", não questiona esse aviltamento. O discurso de que a educação precisa ser melhorada, que o professor precisa ser respeitado e mais valorizado, já é sinal de que algo vai muito mal</p>
---	---

[Material de Divulgação
Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação
Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do
Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA
SALARIAL
EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE
CONVOCAÇÃO -
Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO
CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA
ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Porque demonstra que ainda estamos na era do improviso, de que é mais que justo que se contrate substitutos com ou sem formação, desde que os alunos estejam na escola. No acostumamos à ideia de que a escola virou continuidade de casa, lugar onde se depositam filhos. A escola é sim um espaço de convívio social, como o é a igreja, o clube, as festas as reuniões de família. Mas, de maneira alguma ela deve ser tomada como a responsável pela promoção desse convívio. Como podem pensar que eu habilitada em português, me colega em matemática, outro em biologia podemos educar os seus filhos? Como podem depositar essa responsabilidade em nossas mãos com um quadro e um giz? Porque o apagador fica por nossa conta. Como podem saber se eu tenho padrões morais, religioso ou políticos coerentes com a família de cada um? Porque eu posso ter uma vida que se afaste totalmente dos padrões de uma família, sem que isso interfira na qualidade do meu profissionalismo. E olha, como temos sido pais e mães, como temos recebido alunos sem nenhum padrão, sem nenhuma referência, alunos que sequer sabem reconhecer um conselho de uma "tirada", como eles mesmos dizem, alunos que não conseguem no respeito, que nos mandam para todos aqueles lugares que não convêm, mas não porque não gostam de nós, eles não gostam é da vida. E querem que, com a nossa formação demos conta disso. E assim, pelo "sucesso ou fracasso em notas" somos avaliados. Com tudo isso, que é a realidade da educação estadual em Minas Gerais, pedem-me ponderação. Pedem-me que eu pense nos alunos prejudicados - como se já não o fossem por todas as situações descritas acima, como se eu lutar por um salário garantido pela LEI, não fosse sinal de cuidado com o aluno. Se nos pagassem o que é devido não precisaríamos nos submeter a duplas jornadas, a tanto desgaste, a acada redação ou exercício que passo, levo PARA MINHA CASA uma média de seiscentos trabalhos, cada redação deve ser corrigida como única, pois de fato é, devo lembrar quem é o aluno, qual é o nível que ele alcançou, qual o progresso ou regresso que obteve. E agora pedem-me ponderação, pedem-me que eu aceite R\$712,00 como vencimento básico!!! O mesmo, mesmíssimo salário (na maldita proporcionalidade) que um profissional de ensino médio recebe quando ingressa na carreira!!!! Que absurdo!!!! Parem de tratar os cursos de licenciatura como se fossem depósitos de incapacitados que não conseguiram passar em outro vestibular! Parem de tratar os professores como se fossem seres místicos movidos por amor e sacerdócio porque não os somos! É preciso sim, como em qualquer profissão talento, mas em maior medida são necessárias muitas horas de dedicação e abdicção, de muitas horas de estudos continuados. Não vejo ninguém dizendo que repórteres, jornalistas, fotógrafos, economistas, engenheiros ou quem quer que seja trabalhe por amor, e que se não estiver satisfeito que saiam. Não! Vocês se mobilizaram quando se falou em regulação da imprensa, não foi? Por lei temos direito à greve, e não foram poucas as tentativas de diálogo com o governo de Minas Gerais, são mais de dez anos, e ao contrário do que só agora vocês têm ouvido, não obtínhamos resposta. Já a lei foi decretada em 2008, foram três anos para ajustes, ao invés disso inúmeras secretarias e pompas foram criadas. Ao que vejo a COPA aqui em MG é prioridade! Só a questão de porbidade em não se regular é que não se discute. Por favor, ponderem também que mesmo a lei não falando em proporcionalidade (e se eu fosse vocês a leriam, tem apenas duas páginas), aceitamos a infeliz da proporcionalidade, mas que se respeite os planos de carreira e progressão da mesma, que nos trate como se trata qualquer outro profissional com carreira e curso superior. Parem de fingir que precisamos negociar. Não se negociem leis meus caros, se cumpre leis. Se eu, vocês ou qualquer pessoa justa não a cumprir temos a cadeia à nossa espera! Não venha agora a sociedade esperar que os professores negociem, barganhem leis com o Estado. Porque no dia em que fizermos isso, estaremos ensinando aos nossos alunos que, realmente, a lei é apenas um detalhe, a cidadania é algo que se compra e se engaveta. Não sei realmente o que conquistaremos nessa briga de CACHORROS grandes com poodles (não é preciso dizer quem é quem), mas certamente terei a dignidade de ensinar aos meus alunos que ainda é possível lutar em Minas Gerais, que ainda é possível resgatar a liberdade para além do direito de ir e vir. Com muito respeito e atenção a vocês.

Débora Martins C. B. Santos Mestre em linguística pela UFMG - Professora na rede Estadual de MG.

ps.: Não espero que a leiam em público, mas espero sinceramente que a leiam e que reflitam.

Anexo 42

Alunos da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais estão há mais de 90 dias sem aula

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Após realização de mais uma assembleia, professores da Rede Estadual decidem, na tarde do dia 11 de setembro, manter a greve.

Sind-UTE
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

Filiado à
Principal Favoritos Contato

Pesquisar

BIBLIOTECA

Alunos da rede estadual de ensino em Minas Gerais estão há mais de 90 dias sem aula

Após a realização de mais uma assembleia, professores da rede estadual decidiram, na tarde de ontem, manter a greve, que já dura exatos 95 dias. De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), os professores não voltarão às salas de aulas enquanto o Governo não apresentar uma proposta que atenda às reivindicações da categoria.

O governo de Minas enviou à Assembleia Legislativa do Estado (ALMG) um projeto de lei com o novo subsídio, política de remuneração que incorpora os benefícios ao salário dos servidores da educação. Além das mudanças anunciadas no último dia 23, como o reposicionamento dos trabalhadores na tabela do plano de carreira, o projeto prevê que os profissionais poderão retornar ao sistema antigo de remuneração. Porém, terão que se manifestar em até 30 dias (corridos) contados a partir da sanção da lei.

A coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), Beatriz Cerqueira, reitera que a proposta do governo não foi aceita porque extinguiu o plano de carreira da categoria e nivelou os profissionais definindo mesmo piso salarial - R\$ 712,20 - para todos.

Fonte: Site Direito Cidadão

PESQUISA DE PERFIL DOS(A) EDUCADORES(A) MINEIROS(A)

Pensar a Educação
PENSAR O BRASIL • 1822 • 2022

Sind-UTE/MG
inform@
Nº 140
2309/2016
www.sindute.org.br

Assessoria de Imprensa
(31) 3481-3021

Associação de Docentes da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

Acompanhe a entrevista do economista e assessor da Díese na subseção da CUT Minas, Frederico Melo, a respeito do programa do PMDB que começa a ser executado no Brasil

1) O que o Plano Tamar faz concretamente em relação aos direitos dos trabalhadores que o preocupa?

O Plano "Tamar" é o plano de ajuste da dívida pública. Ele prevê a redução de gastos e a privatização de empresas estatais. Isso significa a redução de salários e benefícios dos servidores públicos, o que é uma medida que atinge diretamente os direitos dos trabalhadores.

Segundo o documento, a grande questão do Brasil é o déficit fiscal. Não é, e não deve ser, a dívida pública. O Brasil precisa de reformas estruturais e medidas emergenciais para conter o crescimento da dívida pública e, assim, evitar o colapso do sistema financeiro.

Em discussões anteriores, o documento já havia alertado para a necessidade de reformas estruturais e medidas emergenciais para conter o crescimento da dívida pública e, assim, evitar o colapso do sistema financeiro.

Anexo 43

Educadores estão acorrentados na Praça Sete

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Cerca de 50 trabalhadores em educação acorrentaram-se, no dia 12 de setembro, no Pirulito da Praça Sete, com o objetivo de mostrar à sociedade o descaso do Governo do Estado com a educação em Minas Gerais.

- Comunicação
 - Notícias
 - Clipping
 - Periódicos
 - Informa
 - Boletim
 - Programa Outras Palavras
 - Outras Palavras
 - O Equilibrista
 - Cartilhas
 - Publicações
 - Artigos
 - DIÁRIO DE ACAMPAMENTO
- Documentação Técnica
 - Resoluções
 - Orientações
 - Instruções
 - Comunicados
 - Informes
 - Legislação Nacional
 - Legislação Estadual
 - Plano de Carreira
 - Tabela Salarial
- Especiais
 - Campanhas Salariais
 - Aposentados
 - Redes Municipais
- ENCONTRO

BIBLIOTECA

Educadores/as estão acorrentados na Praça Sete



Cerca de 50 trabalhadores/as em educação estão hoje (12/9) acorrentados no pirulito da Praça Sete, onde estão desde as 7 horas da manhã e permanecerão até às 19 horas. O objetivo é mostrar à sociedade o descaso do Governo do Estado com a educação em Minas Gerais. A categoria está em greve desde o dia 8 de junho pela implantação do Piso Salarial, instituído pela lei federal 11.738/08. No local eles exibem faixas e distribuem panfletos à população.



Acompanhe a entrevista do economista e assessor do Dieese na subseção da CUT Minas, Frederico Melo, a respeito do programa do PMDB que começa a ser executado no Brasil

1) O que o Plano Tamar faz concretamente em relação aos direitos dos trabalhadores que são privilegiados?

O Plano "Para uma Futura", do PMDB, foi lançado em julho de 2011 e trata-se de uma visão da realidade brasileira e propostas para enfrentar o problema estrutural. O plano prevê, entre outros, a criação de uma comissão de trabalho em áreas estratégicas e a realização de cursos de capacitação para jovens. Além disso, o plano prevê a criação de uma comissão de trabalho em áreas estratégicas e a realização de cursos de capacitação para jovens.

Segundo o documento, a grande questão do Brasil é o déficit fiscal. Mas, e, a solução é a reforma da previdência e a quebra do monopólio da energia elétrica. Além disso, o plano prevê a criação de uma comissão de trabalho em áreas estratégicas e a realização de cursos de capacitação para jovens.

Em seguida, o plano trata da proposta de reforma da previdência. É a mesma ideia, mas a diferença está na forma de implementação. O plano prevê a criação de uma comissão de trabalho em áreas estratégicas e a realização de cursos de capacitação para jovens.

As chances de aprovação do plano são pequenas. Para isso acontecer, seria necessário que o Congresso aprovasse o plano e o fim das negociações.

- LATINOAMERICANO
- JURÍDICO - Ações judiciais/editais
- Links
- Material de Divulgação Pesquisa Sindute
- Pensar a Educação Pensar o Brasil
- Redes Sociais
- 10º Congresso do Sind-UTE/MG
- Biblioteca
- Blogs
- CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015
- EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes
- GREVE 2014
- GREVE SRES e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA
- LEI 100
- VII CONFERÊNCIA ESTADUAL



material de divulgação

PESQUISA DE PERFIL DOS(A) EDUCADORES(A)S MINEROS(A)S

REVISTA ELETRÔNICA
Sind-UTE/MG
ACESSE AGORA

mala direta
Clique aqui para receber

Julho 2016						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

- 1/3 Hora Atividade
- Revista do Brasil
- Carta Maior



Anexo 44

Professores grevistas de Minas Gerais acorrentam-se na Praça Sete, como forma de protesto, reivindicando pagamento de piso salarial.

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: Ney Rubens

Assunto: Em greve há 98 dias, professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais realizaram, no dia 11 de setembro, uma manifestação na Praça Sete, no centro de Belo Horizonte. Nessa manifestação, quarenta docentes acorrentaram-se ao monumento para reivindicar o pagamento do piso salarial, de acordo com a lei 11.738/2008, aprovada pelo STF.

Jornal do Brasil - País - Professores grevistas de MG se acorrentam ... <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/09/12/professores-grevista...>



País

12/09/2011 às 17h16 - Atualizada em 12/09/2011 às 17h19

Professores grevistas de MG se acorrentam para § piso

Nota
Ney Rubens

Em greve há 98 dias, professores da rede estadual de educação de Minas Gerais realizam segunda-feira uma manifestação na Praça Sete, no centro de Belo Horizonte. Em um ato de 40 docentes se acorrentaram ao monumento localizado na praça para reivindicar o c 11.738, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu o piso salarial nacion para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais.



Em ato simbólico, professores acorrentaram-se a um monumento para reivindicar o pagamento do piso nacional

De acordo
Cláudia Sin
professores
acorrentad
fome até o
um ato con
determinac
gente possi
sociedade :
do governo
conta que ;
além do pi:
pela melho
da educaçã
estão sucata
alunos têm
muito ruim

precisamos rever esse processo em Minas Gerais".

Jornal do Brasil - País - Professores grevistas de MG se acorrentam... <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/09/12/professores-grevista...>

No dia 31 de agosto o governo de Minas apresentou a proposta de um piso salarial de R\$ 712 e jornada de trabalho de 24 horas semanais, correspondente à realizada pelos profissionais. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do estado (Sind-Ute) rejeitou a proposta e o sindicato disse esperar uma nova negociação com o estado.

Segundo a psicopedagoga Rosimarie Vilela, além do cumprimento da lei, uma das maiores demandas dos professores é o cumprimento do plano de carreiras. "Eu sou graduada e pós-graduada e recebo R\$ 712 reais? Eu tenho 700 alunos e mais de 10 anos de trabalho. Eu vou receber o mesmo que o professor que chegou agora na escola? É uma falta de respeito com os profissionais", afirma

Denise Romano, diretora da Sub-sede Betim do Sind-Ute, afirma que esse impasse se torce para os professores. "Não sou eu quem está dizendo, todo mundo diz. Os cursos de licenciatura formam professores, estão cada vez mais esvaziados. Há muitos que estão fechando. Há dificuldade para professores do ensino médio, de ciências exatas. Você não encontra mais alunos. Não é uma carreira que é atrativa, então os jovens não se sentem estimulados a serem p

Além disso, sem receber os salários há dois meses, alguns professores começam a enfrentar problemas financeiros. A professora Diliansa Márcia de Barros conta que seu aluguel já está atrasado. Com 13 anos de carreira, ela conta que "é desanimador você ficar o tempo todo com um salário baixo e não oferece nada decente para a categoria. A população está sofrendo, as crianças da escola. Nós lamentamos profundamente a situação dos alunos, mas a responsabilidade e a responsabilidade é do governador", conclui.

Compartilhe: [Recomendar](#) < 0 [G+1](#) 0 [Share](#) [Tweet](#)

Anexo 45

Trabalhadores em educação decidem manter a greve por tempo indeterminado

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) promoveu ato, no dia 08/09, no pátio da ALMG, assembleia estadual da categoria, que definiu a continuidade da greve por tempo indeterminado.

SINDUTE MG, Trabalhadores em educação decidem manter a greve... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Filiado à


<p>Comunicação</p> <p>Noticias</p> <p>Clipping</p> <p>Periódicos</p> <p>Infôrma</p> <p>Boletim</p> <p>Programa Outras Palavras</p> <p>Outras Palavras</p> <p>O Equilibrista</p> <p>Cartilhas</p> <p>Publicações</p> <p>Artigos</p> <p>DIÁRIO DE ACAMPAMENTO</p> <p>Documentação Técnica</p> <p>Resoluções</p> <p>Orientações</p> <p>Instruções</p> <p>Comunicados</p> <p>Informes</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Plano de Carreira</p> <p>Tabela Salarial</p> <p>Especiais</p> <p>Campanhas Salariais</p> <p>Aposentados</p> <p>Redes Municipais</p> <p>ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO</p> <p>JURÍDICO - Ações judiciais/editais</p> <p>Links</p> <p>Material de Divulgação</p> <p>Pesquisa Sindute</p>	<p>THFlash!</p> <p>Filme não localizado</p> <p>Trabalhadores em educação decidem manter a greve por tempo indeterminado</p> <p>Cerca de 9 mil pessoas participaram da assembleia</p> <p>O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) promoveu hoje (08/09), no pátio da ALMG, Assembleia Estadual da categoria que definiu pela continuidade da greve por tempo indeterminado. Pela manhã, o Comando Geral de Greve esteve reunido no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA).</p> <p>Após a assembleia, os trabalhadores em educação fizeram um abraço simbólico no prédio da ALMG e do Ministério Público Estadual, num gesto concreto para pedir o apoio e interlocução desses órgãos no processo de negociação com o governo.</p> <p>Calendário</p> <p>No próximo dia 15/09, às 14h, no Pátio da ALMG, a categoria realizará nova assembleia estadual.</p> <p>09/09 – reunião do comando de greve de BH, às 8h, na sede do Sind-UTE/MG</p> <p>13/09 – a categoria promove atos em frente às superintendências regionais de ensino em todo o Estado. Está prevista queima do projeto de lei para o aperfeiçoamento do subsídio (PL 2355/2001) encaminhado à ALMG.</p> <p>Proposta rejeitada</p> <p>Na última semana, o Governo apresentou proposta de um valor de Piso de R\$712, a partir de janeiro de 2012, desconsiderando o tempo de carreira e o grau de escolaridade. A direção estadual do Sind-UTE/MG explica porque a decisão não atende. “A proposta nada mais é que o achatamento da carreira, não está aplicada a tabela de vencimento básico vigente e ela contemplaria apenas o professor, excluindo outras categorias de educadores. O Governo não apresentou proposta para os cargos de suporte à docência e, por isso também não cumpre a Lei.”</p> <p>Reivindicações - Os trabalhadores em Educação, em greve desde o dia 8 de junho reivindicam o imediato cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) de acordo com a lei federal 11.738, que regulamenta o Piso Salarial. (SIND-UTE/MG 08/09/11)</p>
--	--

Anexo 46

Assembleia geral dos trabalhadores em educação da Rede Estadual na terça-feira, 13

Data: 12 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A APLB/Sindicato comunicou aos trabalhadores em educação da Rede Estadual de Jequié que no dia 13 de setembro haveria paralisação estadual.

SINDUTE MG, Assembleia geral dos trabalhadores em educação da... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
 Notícias
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Infoma](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Assembleia geral dos trabalhadores em educação da rede estadual na terça-feira, 13

A APLB/Sindicato comunica aos trabalhadores em educação da rede estadual de Jequié, que DIA 13 DE SETEMBRO É DIA DE PARALISAÇÃO ESTADUAL. Ao tempo em que convoca a todos/as para uma Assembleia Geral, às 10h, na sede de APLB/Sindicato: Rua Trecchina, 18, próximo a Academia Artecorpus.

PROGRAMAÇÃO:

- * Paralisação da Rede Estadual da Bahia (capital e interior);
- * Assembleia Estadual em Jequié, na sede do sindicato, 10h.
- * Manifestação na Praça da Piedade, em Salvador, a partir de 9 horas, com participação do Sindipoc, da Aspol e do Sindimed. (APLB, 12/09/11)

Anexo 47

Assembleia vai agir para por fim à paralisação.

Data: 14 de setembro de 2011

Autor: Juliana Cipriani

Assunto: O Executivo mineiro valeu-se da força da base governista para realizar a aprovação da nova política remuneratória da Educação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



Sina UTE
Sindicato dos Trabalhadores
em Educação de Minas Gerais

Clipping
EFÍCAZ

Data: 14/09/11 - Jornal: Aqui - Caderno: Cidades - Pág.: 12
110,4cm/col

Assembleia vai agir para por fim à paralisação

JULIANA CIPRIANI

O Executivo mineiro vai se valer da força da base governista para agilizar a aprovação da nova política remuneratória da educação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Sem acordo com a oposição, o governo vai pedir urgência na votação da matéria, o que reduz à metade as chances de obstrução que atrasariam a aprovação dos reajustes oferecidos.

Os 54 parlamentares governistas estão sendo convocados a comparecer ao plenário para garantir que o projeto vire lei até o fim do mês. A oposição na Casa considera o projeto enviado autoritário e alega que o texto remete várias decisões salariais a decretos, o que daria liberdade para o Executivo agir sem interferência do Legislativo.

Também argumentam que a ta-

bela baseada na proposta congelaria o salário de vários níveis e graus da carreira em R\$ 712,20, valor colocado como piso da categoria. Segundo o vice-líder do Bloco Transparência e Resultado, Rômulo Viegas (PSDB), o Executivo não deve oferecer reajuste maior do que o proposto.

"O texto atende dentro da disponibilidade financeira do estado, que vem sofrendo dificuldades com a crise econômica mundial. Tivemos uma queda no ICMS de 20% a 30% e já estamos no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal".

O projeto enviado promove a revisão do posicionamento de efetivos da carreira de professor da educação básica e educação básica da polícia militar que na instituição da chamada lei do subsídio estivessem posicionados em tabela correspondente ao regime, conforme o tempo de exercício no cargo.

Anexo 48

Professores de Minas Gerais: 100 dias de resistência e luta por um Brasil com respeito, dignidade e educação

Data: 14 de setembro de 2011

Autor: Vagner Freitas

Assunto: Os trabalhadores da Educação protagonizaram a maior greve da história de Minas Gerais. Com mais de três meses de paralisação, professores da Rede Estadual de Ensino continuaram na luta pelo cumprimento do Piso Salarial Nacional.

SINDUTE MG, Professores de MG: 100 dias de resistência e luta po... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

[Notícias](#)

[Clipping](#)

[Periódicos](#)

[Informa](#)

[Boletim](#)

[Programa Outras Palavras](#)

[Outras Palavras](#)

[O Equilibrista](#)

[Cartilhas](#)

[Publicações](#)

[Artigos](#)

[DIÁRIO DE](#)

[ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)

[Orientações](#)

[Instruções](#)

[Comunicados](#)

[Informes](#)

[Legislação Nacional](#)

[Legislação Estadual](#)

[Plano de Carreira](#)

[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)

[Aposentados](#)

[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)

[PEDAGÓGICO](#)

[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)

[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)

[Poesia Sinduta](#)

TIFlash!

Filme não localizado

Professores de MG: 100 dias de resistência e luta por um Brasil com respeito, dignidade e educação

Vagner Freitas – Secretário de Administração e Finanças da CUT Nacional



Os trabalhadores da educação protagonizam a maior greve da história de Minas Gerais. Com mais de três meses de paralisação, professores (as) da rede estadual de ensino continuam na luta pelo cumprimento do Piso Salarial Nacional, de R\$ 1.597,87, e contra o achatamento de salários proposto pelo governador Antônio Anastasia, que ofereceu a todos os trabalhadores, independentemente do tempo de carreira, um salário único de R\$ 712,00.

O descaso com a educação não é exclusividade de Minas Gerais. Outros grande estados brasileiros como o de São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis pelos maiores PIB's do país, pagam aos docentes vencimentos menores do que o Estado do Acre.

Enquanto um professor acreano recebe um salário de até R\$ 1.675,79 para um trabalho de 30h semanais, o mineiro recebe apenas R\$ 369,00 de vencimento básico para ingresso na carreira.

A educação é um fator transformador da sociedade e não pode ser tratada como mercadoria, onde governadores barganham reajustes e se utilizam da lei de responsabilidade fiscal para precarizar o serviço, criminalizando o movimento sindical e tentando jogar a sociedade contra os professores. Ações como essa demonstram que investir no ensino, ao contrário do que disse em sua campanha, não está na lista de prioridades de Anastasia. Aliás, se é essencial, por que pagar tão mal?

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Sede para a copa do mundo de 2014, Minas Gerais transformou-se em um verdadeiro canteiro de obras. Com ajuda do governo federal, o Estado realiza grande investimentos, não só na reforma do Mineirão - diga-se de passagem, também palco de greve -, mas principalmente em projetos de mobilidade urbana e na expansão do aeroporto de Confins. Com a importância que o Estado de Minas tem para o Brasil, necessário investimentos em todas as áreas, principalmente em educação.

A responsabilidade também cabe ao Ministério da Educação, que não exige dos governadores o cumprimento da Lei do Piso Nacional como contrapartida para liberação de recursos públicos, algo que seria essencial para garantir ao professor mínimo de recurso para atuar e se qualificar. Como reflexo disso, na última avaliação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), foi confirmada a realidade de comprometimento da maioria dos governadores de nosso país com a educação. Mais da metade das escolas brasileiras reprovaram no exame. Desse total 99,4 % eram públicas.

É pela qualidade no ensino público e por um Brasil que valorize os seus trabalhadores que os professores (as) de Minas Gerais permanecem em greve. Essa bandeira de luta que deve ser levantada por todos os brasileiros e pela Central Única dos Trabalhadores com os seus sindicatos filiados. As autoridades competentes como o governador e o Ministro da Educação não podem se furtar ao diálogo, e precisam agir o mais rápido para solucionar o impasse. Basta respeitar a lei.

Anexo 49

Ministro da Educação afirma que greve dos professores mineiros pelo pagamento do Piso Salarial Nacional é justa e legítima.

Data: 14 de setembro de 2011

Autor: Marize Muniz

Assunto: Durante audiência realizada em Brasília, no dia 14 de setembro, com representantes da CUT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), o Ministro da Educação, Fernando Haddad, prometeu que vai intermediar a abertura de um processo de negociação entre o Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e as lideranças sindicais dos professores do estado.

Ministro da Educação afirma que greve dos professores mineiros pel... <http://www.cut.org.br/noticias/ministro-da-educacao-afirma-que-gre...>

Enviar e
Buscar
(<http://sistemas.cut.org.br/cutbol/>)

(/)
(<http://www.csa-csi.org/>)

Institucional
Estrutura da CUT
Notícias
1 Evento(s) Hoje
Multimídia
Publicações

FRENTE BRASIL POPULAR www.frentebrasilpopular.org

Agenda de manifestações #ContraOGolpe (</agenda/agenda-de-manifestacoes-contraoGolpe-ca62/>)

CPV ASSINAL (/) > IMPRENSA (IMPRESSA) > DESTAQUES (DESTAQUES) > MINISTRO DA EDUCAÇÃO AFIRMA QUE GREVE DOS PROFESSORES MINEIROS PELO PAGAMENTO DO PISO NACIONAL É JUSTA E LEGÍTIMA (NOTICIAS/MINISTRO-DA-EDUCACAO-AFIRMA-QUE-GREVE-DOS-PROFESSORES-MINEIROS-PELO-PAGAMENTO-DO-1797)
CEDOC (<http://cedoc.cut.org.br/>)

Ministro da Educação afirma que greve dos professores mineiros pelo pagamento do piso nacional é justa e legítima

Em audiência solicita pela CUT, Haddad diz que vai intermediar uma audiência entre o governador mineiro e os professores

Escrito por: Marize Muniz • Publicado em: 14/09/2011 - 16:18

A+ +/- A- Compartilhe

(<http://abrac>)
Abraç

Bancã
Dilma
(/bus
Racism
Petro
/?t=Pe
(/busc
Mulhe
Educa
/?t=Ec
/?t=gc
Terc

Ministro da Educação afirma que greve dos professores mineiros pel... <http://www.cut.org.br/noticias/ministro-da-educacao-afirma-que-gre...>



Durante audiência realizada em Brasília, nesta quarta-feira (14), com representantes da CUT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), o ministro da Educação, Fernando Haddad, prometeu que vai intermediar a abertura de um processo de negociação entre o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, e as lideranças sindicais dos professores do Estado.

A categoria está em greve desde o dia 8 de junho, reivindicando o imediato cumprimento do Piso Salarial do Professor, como determina a Lei Federal Nº 11.738, mas, até agora, seus líderes sindicais não conseguiram realizar uma única reunião de negociação com o governador mineiro.

O secretário de Finanças da CUT, Vagner Freitas, o presidente da CNTE-CUT, Roberto Franklin Leão - que solicitaram a audiência com o ministro -, e a Coordenadora Geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, perguntaram a Haddad o que o governo federal poderia fazer para acabar com o impasse.

Vagner disse ao ministro que o governador mineiro não recebe os legítimos representantes dos professores, não respeita a categoria nem a lei federal e, para piorar ainda mais a situação, mandou à Assembleia Legislativa um Projeto de Lei Estadual estabelecendo um salário único de R\$ 712,00. O que significa, na verdade, um achatamento dos salários, pois vale para quem tem um ano de trabalho e também para quem tem 20 anos.

Beatriz lembrou que a greve completa 100 dias amanhã e o governo de Minas, além de não ter iniciado um processo de negociação, decidiu contratar pessoas sem formação, sem qualificação profissional para dar aulas para os alunos do terceiro ano.

A greve é justa e legítima

Haddad não deixou dúvidas sobre a sua opinião quanto à reivindicação dos professores. Ele começou lembrando da luta que o governo federal enfrentou, durante seis anos, para aprovar a Lei do Piso Nacional dos Professores - foram 4 anos de luta para até a lei ser aprovada no Congresso Nacional e mais dois no Supremo Tribunal Federal para a lei ser, finalmente, validada. E afirmou que, em sua opinião, "a greve dos professores justa e legítima" e, portanto, é importante construir um canal de negociação com o governador mineiro para encontrar uma solução: "Me proponho a trabalhar para estabelecer um processo de diálogo entre vocês", concluiu o ministro.

"Ele tem de retirar o PL que mandou à Assembleia e abrir negociação", disse a Coordenadora Geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira.

Sobre a audiência que concedeu ao governador mineiro, Haddad disse que ele não pediu nada relacionado à



Reform
ampliar
golpe-i
restrica



"Justiç
sem-te
/justica
terra-de



nacioni
SP (Ino
da-cut-

Ministro da Educação afirma que greve dos professores mineiros pel... <http://www.cut.org.br/noticias/ministro-da-educacao-afirma-que-gre...>

aplicação do piso. Mas ele, Haddad, disse a Anastasia que os governadores tiveram três anos para se preparar para pagar o piso. É que, em 2008, os então governadores do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Ceará moveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para derrubar a Lei que estabeleceu o piso, que só foi ao plenário do STF este ano. Segundo os ministros, a Lei nº 11.738 é constitucional. Ou seja, Estados e municípios não podem mais usar a artimanha de incorporar gratificações e benefícios diversos para atingir o valor mínimo a ser pago aos professores.

Beatriz avaliou positivamente o resultado da audiência, mas disse que vai aguardar o resultado. Para ela, o empenho do governo federal é importante até mesmo porque a luta é pela aplicação de uma lei federal.

Vagner Freitas ratificou as palavras da Coordenadora Geral do Sind-UTE/MG: "Foi positiva, a partir do momento em que ele, como autoridade pública federal, assumiu o papel de intermediar um processo de negociação entre os professores mineiros e o governador. Não adianta aprovar a Lei do Piso e não se envolver com uma greve que exige o cumprimento desta lei. Caso contrário, a boa iniciativa de criar a Lei do Piso não sai do papel".

Dia de solidariedade

Nesta quinta-feira (15), a CUT realiza o **Dia de Manifestações em Solidariedade aos Trabalhadores e Trabalhadoras em educação**. Todos os sindicatos CUTistas devem promover paralisações, panfletagens, atos, falas em portas de fábricas ou qualquer manifestação para mostrar à sociedade que a classe trabalhadora que apoia incondicionalmente a greve dos educadores, que completa 100 dias nesta quinta-feira (15), tornando-se a maior de todos os tempos em Minas Gerais.

A CUT-MG também convoca a todos os sindicatos e entidades filiados a mobilizar suas bases para participar da assembleia estadual do Sind-UTE/MG, às 14 horas desta quinta-feira, no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte, para fortalecer ainda mais o movimento dos educadores.

TAGs Relacionadas:

[Educação \(/busca/?t=Educação\)](#) [Greve \(/busca/?t=Greve\)](#) [Minas Gerais \(/busca/?t=Minas Gerais\)](#)
[Professores \(/busca/?t=Professores\)](#)

0 COMENTÁRIOS CUT Nacional

 Iniciar sessão ▾

 Recomendar  Partilhar

Mostrar primeiro os mais recentes ▾



Escreva o seu comentário...

Seja o primeiro a comentar!

 Subscrever

 Acerca do Disqus [Adicionar o Disqus](#) [Adicionar](#)

 Privacidade

Anexo 50

Em greve há 100 dias, professores decidem pela manutenção do movimento

Data: 15 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Professores decidem pela manutenção da greve e continuam realizando manifestações pelas ruas de Belo Horizonte.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 09:30 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS

Trânsito Tempo

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Em greve há 100 dias, professores decidem pela manutenção do movimento

Fontes: Normal Mais Notícias

Curtir Compartilhar 0 Tweet G+ 0

PUBLICADO EM 15/09/11 - 16h18

MÁBILA SOARES
SIGA EM: TWITTER.COM/OTEMPOONLINE

Professores da rede estadual decidem manter a greve, que já dura exatos 100 dias. Após a realização de mais uma assembleia da categoria, nesta quinta-feira (15), os grevistas optaram por não voltar às salas de aulas enquanto o Governo não apresentar uma proposta que atenda às reivindicações da categoria. Os educadores fizeram uma votação simbólica, ainda em plenário, para encerrar mais um encontro.

De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), os professores seguem em passeata pelas ruas da capital em direção à Praça Sete. A BHTrans alerta aos motoristas que evitem passar pelas imediações e peguem rotas alternativas. Funcionários dos Correios, em greve desde a meia noite dessa quarta-feira (14), reforçam a manifestação.

Contratação

O Governo de Minas decidiu contratar professores substitutos para todas as séries do ensino básico. Serão 12 mil educadores para assumir as salas de aula de todas as séries dos ensinos fundamental (1º ao 9º ano) e médio. Até o momento, 2.404 temporários haviam sido chamados apenas para as turmas do 3º ano do ensino médio.

O Sind-UTE entrou com um mandado de segurança, no último dia 16 de agosto, para impedir a designação dos substitutos com a alegação de que os profissionais

RECOMENDADAS

CONCEDIDA POR SERRA
Justiça manda R.R. Soares entregar passaporte diplomático

PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS
Médicos explicam o porquê de Cláudia Cruz ter olhos arregalados

Atlético estuda renovação de zagueiro e volante, mas meia deverá sair

ENTREVISTA
Temer avisa que irá privatizar tudo 'na medida do possível'

WhatsApp | **O Tempo**

(31) 99827-4455

COLONISTAS

Vittorio Mediolli
"Usl" e não abuse



Anexo 51

A greve da Educação continua...

Data: 15 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Cerca de 9 mil trabalhadores reuniram-se, no dia 15/09, no pátio da ALMG, quando decidiram manter a greve por tempo indeterminado, seguindo, logo após, em passeata rumo à Praça Sete.

SINDUTE MG, A greve da educação continua...

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)



Comunicação
 Notícias
[Clipping](#)
 Periódicos
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras](#)
[Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
 Artigos
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

THFlash!
 Filme não localizado

A greve da educação continua...



Cerca de 9 mil trabalhadores tomaram essa decisão em assembleia, após 100 dias de greve. Nesta sexta-feira (16/09), às 18h, na Praça da Liberdade, a categoria faz panfletagem durante a inauguração do relógio da Copa do Mundo de 2014 pelo governador do Estado.

Reunidos em assembleia estadual, nesta quinta-feira (15/09), no Pátio da ALMG, cerca de 9mil trabalhadores e trabalhadoras em educação da rede estadual decidiram manter a greve por tempo indeterminado, depois seguiram em passeata rumo à Praça Sete.

O movimento teve início dia 08 de junho e o que motiva a categoria a manter essa greve histórica, que chega hoje ao seu centésimo dia, é o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), regulamentado pela Lei Federal 11.738.

Panfletagem - Nesta sexta-feira (16/09), às 18h, o Sind-UTE/MG, haverá uma panfletagem na Praça da Liberdade durante a inauguração, pelo governador Antônio Anastasia, do relógio da Copa do Mundo de 2014. A categoria aproveitará o momento para fazer uma interlocução com a população belo-horizontina sobre o movimento quando também pedirá o seu apoio. O investimento em educação é o que o trabalhadores da educação querem do governo e num momento em que se fala em Cop do Mundo, em tantos gastos e investimentos, porque não incluir neste cenário também a educação?

Apoio - Hoje pela manhã, houve reunião do Comando Geral de Greve, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA). À tarde, a mobilização dos trabalhadores em educação ganhou o apoio e a adesão dos trabalhadores dos correios, de membros da CUT Nacional e CUT/MG, Sindieletre Sindifisco-MG, entre outros movimentos sindicais, populares e estudantis.

A direção do Sind-UTE/MG conclama a categoria a continuar mobilizada para fortalecer o movimento, que avalia ser justo, pois trata-se de um cumprimento à Lei Federal

Segundo a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, "os trabalhadores vão se organizar e realizar aulas públicas em todo o Estado como forma de dialogar com a população sobre a realidade empobrecida da categoria em Minas. Essa iniciativa vis também fortalecer o movimento ainda mais. Nossa greve é de boa fé e nossa luta tem uma causa maior, que é o Piso Salarial Profissional Nacional", avalia.

[Material de Divulgação
Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação
Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do
Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA
SALARIAL
EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE
CONVOCAÇÃO -
Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO
CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA
ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Próxima Assembleia - Nova Assembleia Estadual da categoria está marcada para o dia **20/09**, às 13h, no Pátio da ALMG, data em que o projeto do governo para a educação entra na pauta de votação no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



SINDUTE MG, A greve da educação continua...

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



Anexo 52

Passeata de professores deixa trânsito lento no entorno da Praça da Assembleia

Data: 15 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Após a realização de mais uma assembleia, professores decidem pela continuidade da greve e seguem em protesto em torno da Praça da Assembleia.

The image shows a screenshot of a news website interface. At the top, there is a navigation bar with links: SUPER NOTÍCIA, PAMPULHA, OT BETIM, OT CONTAGEM, O TEMPO LIVRE, CONCHA, GASTRÔ, CONCURSOS, EDIÇÃO DIGITAL, CADASTRAR, and LOGIN. Below this is the main header area with the logo 'O TEMPO CIDADES', a search bar, and a weather widget for 'CONTAGEM 12 JULHO 04:40' showing '12° MIN 29° MAX'. To the right is a green 'ASSINE O TEMPO' button. Below the header is a secondary navigation bar with tabs: CAPA, SUPERFC, CIDADES (highlighted), DIVERSÃO, INTERESSA, and MAIS. On the right of this bar are social media buttons for 'Curtir' (16 mil) and 'G+1' (1.153). Below this is a red bar with 'Trânsito' and 'Tempo' links, and an RSS icon. A 'Especiais' section lists: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire. The main article title is 'Passeata de professores deixa trânsito lento no entorno da Praça da Assembleia'. To the right is a 'RECOMENDADAS' section with a sub-header 'ATLÉTICO' and a sub-title 'Entressafra movimentação do Galo'. At the bottom, there is a utility bar with icons for email, print, font size (Fonte Normal), and 'Mais Notícias', along with social media buttons for 'Curtir', 'Compartilhar', and 'G+1'.



PUBLICADO EM 15/09/11 - 16h46

MÁBILA SOARES

SIGA EM: [TWITTER.COM/OTEMPOONLINE](https://twitter.com/OTEMPOONLINE)

Após a realização de mais uma assembleia nesta tarde de quinta-feira (15), os professores estaduais decidiram manter a greve, que já dura 100 dias, e seguiram em passeata pelas ruas de Belo Horizonte.

De acordo com a BHTrans, o trânsito é bastante lento no entorno da Praça da Assembleia e a previsão é que o tráfego fique impraticável nas principais ruas de acesso ao centro da cidade. Segundo o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação em Minas Gerais (Sind-UTE/MG), eles seguirão até a Praça Sete.

Militares do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, que acompanham o protesto, afirmam que mil professores participam da passeata. Já o Sind-UTE contradiz os números e reforça a participação de nove mil pessoas.

Conforme a empresa que gerencia o trânsito na capital, motoristas que puderem devem evitar a região central de Belo Horizonte.

Contratação

O Governo de Minas decidiu contratar professores substitutos para todas as séries do ensino básico. Serão 12 mil educadores para assumir as salas de aula de todas



2ª SEMANA DE BUSCAS

Desaparecimento de adolescente em Nova Lima continua sem respostas



ESTUPRO COLETIVO

Namorado participou de crime



VOLTANDO PRA CASA

Jovem bate em árvore e morre na MG-424 em Vespasiano



WhatsApp | O Tempo

(31) 99827-4455

COLONISTAS

Vittorio Mediolì
"Usi" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão
esperança



Mais colonistas

TRÂNSITO



11/07/2016 21:18

Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.



11/07/2016 21:18

Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.



11/07/2016 21:17

Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa

as séries dos ensinos fundamental (1º ao 9º ano) e médio. Até o momento, 2.404 temporários haviam sido chamados apenas para as turmas do 3º ano do ensino médio.

O Sind-UTE entrou com um mandado de segurança, no último dia 16 de agosto, para impedir a designação dos substitutos com a alegação de que os profissionais contratados não eram habilitados para dar aulas. A Justiça não aceitou o pedido e a entidade entrou com recurso.

Os educadores querem que o plano de carreira seja considerado. Segundo eles, o valor de R\$ 712,00 está sendo oferecido pelo governo para todos os profissionais, mas só seria justo para professores com ensino médio que cumpre carga horária de 24 horas. A categoria pede que o salário seja proporcional à formação e ao tempo de carreira.

Reposição

Caso a reposição comece na próxima segunda-feira, as aulas vão seguir até o dia 24 de fevereiro de 2012. Com isso, as férias escolares de 2011 teriam início em 27 de fevereiro com término em 11 de março. Já o ano letivo de 2012 teria início em 12

Subsídio

O projeto de lei 2.355/11 que institui o subsídio, modelo de remuneração que incorpora os benefícios da categoria ao salário, foi aprovado na segunda comissão da Assembleia Legislativa (ALMG). O projeto já recebeu parecer favorável das comissões de Administração Pública e Constituição e Justiça. Ele foi apreciado pela Comissão de Fiscalização Financeira, a última antes do plenário. A proposta deverá seguir para votação na próxima semana.

fluidez entre Tereza Cristina e Barão Homem de Melo.

Mais informações sobre o trânsito



O Tempo 
349.684 curtidas

 Curtir Página 

12 amigos curtiram isso



NOTÍCIAS

Cidades - Últimas

Mais lidas

estudantes do Cefet ocupam prédio da reitoria



NO LOURDES

Motorista egípcio é desligado do Uber após denúncia de assédio em RH



Anexo 53

Professores deixam Praça Sete, mas trânsito segue complicado

Data: 15 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Após manifestação realizada nas proximidades da Praça Sete, o trânsito segue complicado. Segundo o Sind-UTE/ MG, compareceram aproximadamente 9 mil professores.

The screenshot shows the top navigation bar of the O Tempo website with links for SUPER NOTÍCIA, PAMPULHA, OT BETIM, OT CONTAGEM, O TEMPO LIVRE, CONCHA, GASTRÔ, CONCURSOS, EDIÇÃO DIGITAL, CADASTRAR, and LOGIN. Below this is the 'O TEMPO CIDADES' logo and a search bar. A weather widget for Belo Horizonte shows 13°C minimum and 30°C maximum on July 12th. A green 'ASSINE O TEMPO' button is visible. A secondary navigation bar includes CAPA, SUPERFC, CIDADES (highlighted), DIVERSÃO, INTERESSA, and MAIS, along with a 'Tweet' button. Below this is a red bar with 'Trânsito' and 'Tempo' links and an RSS icon. A 'Especiais' section lists various topics like Rio 2016, Falência Múltipla, Menino de abrigo, Padecendo, Elimine o mosquito, Um adeus ao rio Doce, Tempo de Bike, and Game: Empire.

Professores deixam Praça Sete, mas trânsito segue complicado em vários pontos da cidade

A dark green box containing the WhatsApp logo, the text 'WhatsApp O Tempo', and the phone number '(31) 99827-4455' in large red font.

A footer bar with icons for mail, home, and search, followed by text links for 'Fonte Normal' and 'Mais Notícias', and a 'Tweet' button.



PUBLICADO EM 15/09/11 - 18h47

MÁBILA SOARES

SIGA EM: [TWITTER.COM/OTEMPOONLINE](https://twitter.com/OTEMPOONLINE)

Professores estaduais, em greve há 100 dias, deixaram a Praça Sete, no centro de Belo Horizonte, nesta noite de quinta-feira (15). Após a realização de mais uma assembleia, a categoria decidiu pela manutenção do movimento e seguiu em passeata pelas ruas da capital. Segundo a BHTrans, apesar de os manifestantes terem deixado a praça, o tráfego segue complicado em vários pontos da cidade.

Motoristas que passam pela Afonso Pena (sentido Mangabeiras), Amazonas, Brasil, Olegário Maciel, Bias Fortes, viadutos Leste e B, para quem sai da Avenida Antônio Carlos e Cristiano Machado encontram trânsito muito lento. Os agentes pedem aos motoristas que optem por rotas alternativas, como ruas Tamóios, Bahia, Espírito Santo e Curitiba, além da Via Expressa.

Militares do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, que acompanharam o protesto, afirmaram que pouco mais de mil professores participaram da passeata. Já o Sindicato contradisse os números e reforçou a participação de nove mil pessoas.

COLUNISTAS

Vittorio Mediolì
"Ust" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão
esperança



Mais colunistas

TRÂNSITO

11/07/2016 21:18
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.

11/07/2016 21:18
Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Tereza Cristina e Barão Homem de Melo.

Mais informações sobre o trânsito

NOTÍCIAS

Cidades - Últimas

Mais lidas

EM BH
Contra corte de bolsa, estudantes do Cefet ocupam prédio da reitoria



NO LOURDES
Motorista egípcio é desligado do Uber após denúncia de assédio em BH



Justiça

O Ministério Público entrou nesta quinta-feira com uma ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedindo a ilegalidade da greve. O pedido contra o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) foi recebido pela 2ª Instância e entregue ao desembargador Roney Oliveira. Como a decisão é em caráter liminar, o magistrado pode decidir ainda hoje se suspende o movimento.

Uma ação civil pública já havia sido encaminhada à 2ª Vara Cível da Infância da Juventude, com base no ECA - Estatuto da Criança e Adolescente -, já que os alunos estão sendo prejudicados com o número de dias sem aula.

Contratação

Com o objetivo de evitar danos ainda mais graves aos alunos de escolas que aderiram à greve e garantir o cumprimento do ano letivo, o Governo de Minas decidiu contratar professores substitutos para todas as séries do ensino básico. Serão 12 mil educadores para assumir as salas de aula de todas as séries dos ensinos fundamental (1º ao 9º ano) e médio. Até o momento, 2.404 temporários haviam sido chamados apenas para as turmas do 3º ano do ensino médio.

O Sind-UTE entrou com um mandado de segurança, no último dia 16 de agosto, para impedir a designação dos substitutos com a alegação de que os profissionais contratados não eram habilitados para dar aulas. A Justiça não aceitou o pedido e a entidade entrou com recurso.

Mais notícias

Os educadores querem que o plano de carreira seja considerado. Segundo eles, o valor de R\$ 712,00 está sendo oferecido pelo governo para todos os profissionais, mas só seria justo para professores com ensino médio que cumpre carga horária de 24 horas. A categoria pede que o salário seja proporcional à formação e ao tempo de carreira.

Reposição

Caso a reposição comece na próxima segunda-feira, as aulas vão seguir até o dia 24 de fevereiro de 2012. Com isso, as férias escolares de 2011 teriam início em 27 de fevereiro com término em 11 de março. Já o ano letivo de 2012 teria início em 12 de março e seria concluído em janeiro de 2013.

Subsídio

O projeto de lei 2.355/11 que institui o subsídio, modelo de remuneração que incorpora os benefícios da categoria ao salário, foi aprovado na segunda comissão da Assembleia Legislativa (ALMG). O projeto já recebeu parecer favorável das comissões de Administração Pública e Constituição e Justiça. Ele foi apreciado pela Comissão de Fiscalização Financeira, a última antes do plenário. A proposta deverá seguir para votação na próxima semana.

Anexo 54

Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar diálogo entre Governo e Sind-UTE/MG

Data: 16 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A Presidenta da República, Dilma Rousseff, se comprometeu a mediar uma negociação entre o Governo de Minas e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). A presidenta, que se encontrava em Belo Horizonte, recebeu alguns diretores do Sindicato e o diretor da Central Única dos Trabalhadores, José Celestino, na Base Aérea da Pampulha, antes de seguir para Brasília.

SINDUTE MG, Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)



- Comunicação
- [Notícias](#)
- [Clipping](#)
- [Periódicos](#)
- [Informa](#)
- [Boletim](#)
- [Programa Outras](#)
- [Palavras](#)
- [Outras Palavras](#)
- [O Equilibrista](#)
- [Cartilhas](#)
- [Publicações](#)
- [Artigos](#)
- [DIÁRIO DE](#)
- [ACAMPAMENTO](#)
- Documentação Técnica
- [Resoluções](#)
- [Orientações](#)
- [Instruções](#)
- [Comunicados](#)
- [Informes](#)
- [Legislação Nacional](#)
- [Legislação Estadual](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Tabela Salarial](#)
- Especiais
- [Campanhas Salariais](#)
- [Aposentados](#)
- [Redes Municipais](#)
- [ENCONTRO](#)
- [PEDAGÓGICO](#)
- [LATINOAMERICANO](#)
- [JURÍDICO - Ações](#)
- [judiciais/editais](#)
- Links

THFlash!
Filme não localizado

Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar diálogo entre Governo e Sind-UTE/MG

Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar diálogo entre Governo e Sind-UTE/MG

A presidenta da República, Dilma Rousseff, se comprometeu a mediar uma negociação entre o Governo de Minas e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). A presidenta estava em Belo Horizonte e recebeu alguns diretores do Sindicato e o diretor da Central Única dos Trabalhadores, José Celestino, na Base Aérea da Pampulha, antes de seguir para Brasília.

A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira falou do significado do apoio de Dilma Rousseff. "Esta reunião nos fortalece, pois o apoio da presidenta da República reforça a nossa convicção desta justa causa dos trabalhadores em educação de Minas Gerais."

Beatriz Cerqueira ressaltou ser necessário que se estabeleça uma política nacional de cumprimento do Piso Salarial. "Entendemos tratar-se de uma tarefa do governo nacional pois diz respeito ao cumprimento de uma lei federal."

Na oportunidade, a direção do Sind-UTE/MG entregou um dossiê sobre a realidade da educação mineira. Uma cópia do dossiê já foi entregue ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à Ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti e ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em Brasília. O dossiê traz, de forma detalhada, a aplicação dos recursos da educação e, por meio dele, será possível comprovar que sequer o estado de Minas Gerais cumpre o que a Constituição Federal determina para a educação pública ou seja, não investe o percentual constitucional de 25%, conforme relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado.

A greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais, que hoje completa 101 dias tem recebido manifestações de apoio diariamente, a exemplo dos movimentos social-sindical, autoridades e sociedade, e tem também ganhado repercussão nacional. Antes da audiência com a presidenta, a comissão de negociação do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), juntamente com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) já estiveram reunidos com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, que também se comprometeu a intermediar diálogo entre Governo e Sindicato.

SINDUTE MG, Presidenta Dilma Rousseff se compromete a medir... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

A categoria está em greve desde o dia 08 de junho. O movimento grevista do trabalhadores em educação tem como prioridade a implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), conforme Lei Federal 11.738/08, sancionada pelo então presidente Lula.

Acorrentados

Num ato simbólico de resistência, um grupo de 30 profissionais da educação permaneceu acorrentado, desde às 6 horas de hoje, no canteiro central em frente ao Palácio da Liberdade para, mais uma vez, reivindicar o cumprimento da lei 11.738/08, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. A previsão é de que a mobilização termine por volta da 18h.

O ato conta com apoio e a adesão dos trabalhadores dos correios, que também estão em greve, de membros da CUT Nacional e CUT/MG, Sindieletro, Sindifisco-MG, Sindsaudemg, Movimento pró-metrô e correios, entre outros movimentos sindicais populares e estudantis.

A iniciativa, segundo a coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), Beatriz Cerqueira, também se reveste de intenção de fortalecer a voz da categoria pela melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho em Minas Gerais.

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação](#)
[Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do](#)
[Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA](#)
[SALARIAL](#)
[EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE](#)
[CONVOCAÇÃO -](#)
[Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO](#)
[CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA](#)
[ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Educadores mineiros se acorrentam em frente ao Palácio da Liberdade

Em greve há 101 dias, trabalhadores da rede estadual de educação de Minas Gerais realizaram nesta sexta-feira (16/09) uma manifestação na Praça da Liberdade, região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Num ato simbólico de resistência, um grupo de 30 profissionais da educação permaneceu acorrentado no canteiro central em frente ao Palácio da Liberdade para, mais uma vez, reivindicar o cumprimento da lei 11.738, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. Nem mesmo a ameaça de confronto com o Batalhão de Choque da PM fez os manifestantes desistirem da ação.

A iniciativa, segundo a coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), Beatriz Cerqueira, também se reveste de intenção de fortalecer a voz da categoria pela melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho em Minas Gerais.

Os trabalhadores em educação de Minas Gerais, em greve desde 8 de junho, reivindicam o pagamento do Piso Salarial.

SINDUTE MG, Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar... <http://www.sindutermg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



SINDUTE MG, Presidenta Dilma Rousseff se compromete a medir... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



SINDUTE MG, Presidenta Dilma Rousseff se compromete a mediar... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 30.015-180 - Tel(31) 3481-2020 - Fax(31) 3481-2449

Anexo 55

Nota de esclarecimento

Data: 16 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: No dia 16 de setembro, o Sind-UTE/MG foi notificado da decisão do desembargador Roney Oliveira, na Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O Desembargador concedeu, parcialmente, a tutela antecipada determinando a suspensão do movimento grevista, coordenado pelo Sind-UTE/MG.

SINDUTE MG, Nota de Esclarecimento		http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...	
<ul style="list-style-type: none"> • História • O Sindicato • Estatuto • Departamentos • Subsedes • Prestação de Contas 		<ul style="list-style-type: none"> • Principal • Favoritos • Contato 	
<p>Comunicação</p> <p>Notícias</p> <p>Clipping</p> <p>Periódicos</p> <p>Informe</p> <p>Boletim</p> <p>Programa Outras Palavras</p> <p>Outras Palavras</p> <p>O Equilibrista</p> <p>Cartilhas</p> <p>Publicações</p> <p>Artigos</p> <p>DIÁRIO DE</p> <p>ACAMPAMENTO</p>		<p>Filado à</p> <p>CUT CNE</p>	
<p>Documentação Técnica</p> <p>Resoluções</p> <p>Orientações</p> <p>Instruções</p> <p>Comunicados</p> <p>Informes</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Plano de Carreira</p> <p>Tabela Salarial</p>		<p>THFlash!</p> <p>Filme não localizado</p>	
<p>Especiais</p> <p>Campanhas Salariais</p> <p>Aposentados</p> <p>Redes Municipais</p>		<p>Nota de Esclarecimento</p> <p>Na tarde dessa sexta-feira, 16 de setembro, o Sind-UTE/MG foi notificado da decisão do Desembargador, Roney Oliveira, na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.</p> <p>O Desembargador concedeu parcialmente a tutela antecipada determinando : suspensão do movimento grevista, coordenado pelo Sind-UTE/MG, com o imediato retorno dos grevistas às suas atividades laborais, sob pena de multa gradativa de R\$ 20.000,00 pelo primeiro dia de continuidade do movimento (19/09), de R\$ 30.000,00 pelo segundo dia (20/09); R\$ 40.000,00 pelo terceiro dia (21/09) e R\$ 50.000,00 pelo dias subsequentes, limitado o montante da pena a R\$ 600.000,00.</p>	
<p>ENCONTRO</p> <p>PEDAGÓGICO</p> <p>LATINOAMERICANO</p>		<p>Diante desta decisão, o Sind-UTE/ MG faz os seguintes esclarecimentos:</p>	
<p>JURÍDICO - Ações</p> <p>judiciais/editais</p>		<p>1) A greve não foi julgada ilegal. A decisão do Desembargador é pelo retorno imediato, não havendo pronunciamento sobre a legalidade do movimento.</p>	
<p>Links</p>		<p>2) De acordo com o Desembargador, "a extensa duração do movimento grevista traz grave prejuízo ao alunos da rede pública, às voltas com a iminente e possível perda do ano letivo, o que tipifica movimento como abusivo, na forma do art. 14, da Lei 7.783/89." A decisão do Desembargador teve como fundamento a duração do movimento. No entanto, no dia 05 de julho, o Sind-UTE/MG ajuizou a Medida Cautelar Nº. 0419629-72.2011.8.13.0000, cujo relator também é o Desembargador Roney Oliveira. Nest Medida Cautelar, salientamos a competência e a função judicial do Tribunal de Justiça, equiparado à d Tribunal Regional do Trabalho, para intermediar a solução do movimento de greve. Nesta ação, pedimo que o Tribunal de Justiça convocasse as partes (Sind-UTE/MG e Governo do Estado) para uma audiênci de conciliação. Isto quer dizer que há 70 dias o Sindicato recorreu ao Tribunal de Justiça para evita prolongamento da greve diante do impasse com o Governo do Estado. Mas, diferente da atuação n Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, não houve decisão ao pedido feito pel Sind-UTE/MG.</p>	
<p>Material de Divulgação</p> <p>Pesquisa Sindute</p>		<p>3) O Sind-UTE/MG recorrerá desta decisão, que é provisória, e apresentará nesta segunda-feira, dia 19/09, uma Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, visto que além de desconsiderar a Lei Federal 11.738/08, desconsidera também a Lei Federal 7.783/89 que regula o direito de greve.</p>	
		<p>4) A greve, conforme decisão da categoria em assembleia realizada no dia 15 de setembro, continu por tempo indeterminado e não será suspensa em função desta decisão judicial.</p>	
		<p>5) Lamentamos o papel exercido pelo Ministério Público Estadual que se omitiu em relação contratação de pessoas sem formação para atuar nas salas de aula, em relação ao não investment</p>	

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

em educação, por parte do Governo do Estado, do mínimo previsto na Constituição Federal. Ele não zelou pelo cumprimento de uma lei federal no Estado de Minas Gerais e se posicionou claramente a favor do Governo do Estado.

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Anexo 56

Pais e alunos temem perda do ano letivo devido à greve

Data: 16 de setembro de 2011

Autor: Fernanda Sanglard/Mariana Nicodemus

Assunto: Mesmo com a contratação de professores substitutos o Estado encontra dificuldades em ocupar todas as vagas, pelo fato de muitos trabalhadores se recusarem a substituir grevistas.

SUPER *fail* Início Veículos Imóveis Empregos Diversos

Juiz de Fora
Min 13° Max 28°

Tribuna de Minas

thamyres Alves SAIR

TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2016

CIDADE - POLÍTICA - ECONOMIA - CONCURSOS - VIDA MAIS - CULTURA - ESPORTES - BRASIL E MUNDO - TV -
OPINIÃO - COLUNAS - CONFIRA - VIAGEM - CARRO & CIA - SERVIÇOS - VÍDEOS - CASA&CIA - MINHA TRIBUNA

TRIBUNA -põe a- MESA

f g+ t i YouTube SOLAR

Buscar ...

CIDADE

16 de setembro de 2011 - 07:00

Pais e alunos temem perda do ano letivo devido à greve

Autorização de substituições para todas as séries não garante conclusão do programa em 2011

Publicidade

POR FERNANDA SANGLARD E MARIANA NICODEMUS

Tweetar Compartilhar 0

Foi publicada ontem a resolução da Secretaria de Estado de Educação (SEE) que autoriza a contratação de professores substitutos para todas as séries dos ensinos fundamental e médio. Os designados assumirão os lugares dos profissionais em greve há cem dias. Embora a expectativa do Estado seja reforçar o quadro com 12 mil docentes temporários, a medida pode não apresentar resultados significativos. Segundo a subsede de Juiz de Fora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), apenas cinco vagas foram preenchidas desde que o Governo aplicou a medida nas turmas do terceiro ano do ensino médio, no mês passado, com o intuito de evitar prejuízos maiores aos vestibulandos.



Estudante da Escolar Normal mostra caderno em branco

Desde 29 de agosto, foram abertas 92 vagas para professores substitutos de grevistas destas classes em editais disponíveis no site da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora. Algumas disciplinas, como física e língua estrangeira, por exemplo, já estão na terceira e quarta chamadas de servidores, respectivamente. Para o diretor local do Sind-UTE André

CIDADE

12/07/2016
HPS alerta contra ação de golpistas

12/07/2016
Tempo fica mais seco e mais quente

12/07/2016
Senado aprova reajustes para servidores públicos civis e militares

12/07/2016
Número de cidades turísticas mineiras cai

12/07/2016
Desafio com molas atrai estudantes

Publicidade

Nogueira, a dificuldade de preenchimento das vagas seria justificada pela "falta de professores interessados, má divulgação dos editais e pelo fato de muitos trabalhadores não aceitarem substituir grevistas."

A diretora da SRE de Juiz de Fora, Maura Couto Gaio, acredita que não haverá dificuldades em preencher as vagas, mas lembra que a abertura dos editais de designação são de responsabilidade da direção de cada unidade. Apesar de não confirmar o número de substituições já efetivadas, Maura acredita que muitas delas não foram realizadas devido ao retorno do professor titular ao trabalho.

Enquanto a situação não se define, pais e alunos temem a perda do ano letivo. A vendedora Cristiana Rodrigues, 31 anos, tem quatro filhos matriculados na rede estadual e pretende transferir o mais velho, 14, para um colégio particular em 2012. Ele estuda na Escola Estadual Delfim Moreira (Grupo Central), e a mãe lamenta as perdas de conteúdo. "Desde a última segunda-feira, muitos professores voltaram, mas estão faltando notas das disciplinas perdidas no boletim. Meu filho mais novo, de 8 anos, não compreende a situação. Há dias que pede para ficar em casa, achando que é normal não ter aulas." Segundo Cristiana, apesar de haver reposição, "está faltando ao Governo enxergar a educação como algo importante e, enquanto isso não ocorrer, vou fazer o que puder para que eles estudem na rede particular, pelo menos no ensino médio".

As estudantes do Instituto Estadual de Educação (Escola Normal) Juliana Saez, 14, Júlia Duarte, 15, e Flaviane Carmo, 14, estão no ensino fundamental e têm boa parte das páginas dos cadernos em branco. "Ficamos sem quatro disciplinas. Depois das férias, dois professores voltaram e agora estamos sem outros dois", diz Juliana. O medo de Júlia é que as reposições não garantam o aprendizado. "Tem gente dizendo que vão passar todo mundo direto, o que também seria ruim, já que vamos precisar dessas matérias no ano que vem."

O receio da adolescente é o mesmo da dona de casa Cláudia Moreira, 41. Mãe de dois alunos também da Escola Normal, ela matriculou o filho de 15 anos em um cursinho particular, na esperança de que ele possa obter bons resultados no Pism da UFJF. "Sabemos que os professores estão lutando por direitos, mas o aluno é o mais prejudicado. Na última segunda-feira, não houve aula, há dias que eles saem mais cedo, outros que chegam mais tarde, e tem sido assim há meses."

Sábados e feriados terão que ser usados em reposição

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE/MG) entende que a designação dos professores para substituir os grevistas é uma "afronta ao direito de greve". Porém, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) alega, em nota, que o objetivo "é evitar danos irreparáveis aos alunos das escolas afetadas, uma vez que a paralisação parcial dos servidores já comprometeu o calendário escolar de 2011 e começa a colocar em risco o calendário escolar de 2012".

O diretor local do Sind-UTE André Nogueira concorda que cem dias de greve são prejudiciais aos alunos, mas defende que "não há outra maneira enquanto as negociações com o Estado não avançarem". Mesmo que as aulas sejam retomadas na próxima segunda-feira, incluindo sábados e feriados, os 200 dias letivos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) só serão concluídos no dia 24 de fevereiro de 2012. Neste caso, as férias escolares de 2011 iriam de 27 de fevereiro a 11 de março. Mas a diretora da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora, Maura Couto Gaio, explica que, nas escolas parcialmente paralisadas, as matérias prejudicadas podem ser distribuídas em sábados e feriados, com possibilidade de conclusão do ano letivo ainda em dezembro.

De acordo com a SEE, das 40 escolas estaduais de Juiz de Fora, 35 estão com as atividades parcialmente paralisadas em decorrência da greve, mas nenhuma com adesão

total. Porém, o Sind-UTE afirma que as escolas Estêvão de Oliveira, no Centro, e Dilermando Costa Cruz, no Linhares, foram fechadas esta semana.

Anexo 57

Professor de um lado, Estado do outro e uma corda a arrebentar

Data: 18 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Nesta notícia, João Gualberto Jr. diz ser imperdoável o tempo que as crianças da educação pública de Minas Gerais se encontram sem aulas. Afirma que o bom trabalho requer reconhecimento, que se traduz em salários compatíveis à qualidade que se pretende com o serviço.



Data: 18/09/11 - Jornal: O Tempo - Caderno: A. Parte- Pág.: 02
124,08cm/col

Professor de um lado, Estado do outro e uma corda a arrebentar

Não é perdoável que as crianças de Minas fiquem mais de cem dias sem aula. Mas também não é possível que os professores recebam a remuneração atual. Nessa quinta-feira, Dilma elegeu a boa educação o fio da esperança na construção de uma sociedade mais ética igual.

Contudo, o bom trabalho requer o devido reconhecimento, mais especificamente, com salários compatíveis à qualidade que se pretende com o serviço.

Toda greve é um ato político. Trabalhadores se unem para reivindicar interesses. Para tal, deixam de desempenhar suas tarefas, ao mesmo tempo em que,

por estarem ausentes, tentam ressaltar a própria importância.

Acontece que, no caso dos professores, o caldo político escorre. O governador, para não agravar o desgaste, nem entrevista concede. Determinou a contratação de 12 mil substitutos. Os que estão parados serão demitidos? Aliás, parar a praça Sete às 18h respinga no que de mais nojento há na política, a chantagem.

Na sexta-feira, a Justiça, melhor, um juiz, considerou o movimento ilegal. Mas fazer greve não seria um direito constitucional? O problema, diz o magistrado, é a duração. Mas, então, qual é o limite da legalidade?

Quanto às questões práticas da pauta, quanta complexidade! Os cidadãos, inclusive os pais de alunos, ficam vendidos nesse cabo de guerra. O professor diz que o Estado não paga o piso. O Estado nega, e informa que remunera proporcionalmente à jornada. Vem ainda a discussão sobre os pagamentos desse e daquele benefício, dentro do cipoal da meritocracia estatal.

Fica difícil ter certeza de qualquer coisa nessa peleja. Parece mais uma daquelas brigas sem santo em que cada um tem sua medida de razão, mas que, no geral, o quadro é ruim, feio e cheira mal. (João Gualberto Jr.)

Anexo 58

Multa por greve começa a valer hoje em Minas

Data: 19 de setembro de 2011

Autor: Danilo Emerich/Pedro Rotterdam

Assunto: O Sindicato Único dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) afirmou que não vai cumprir a determinação judicial de retorno imediato dos professores grevistas às salas de aula, previsto para o dia 19 de setembro.

Multa por greve começa a valer hoje em Minas

Sindicato dos professores decidiu continuar de braços cruzados

DANILO EMERICH
danemarich@ig.com.br
PEDRO ROTTERDAM
pedro@pedrorotterdam.com.br

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) afirma que não vai cumprir a determinação judicial de retorno imediato dos professores grevistas às salas de aula, previsto para hoje. A categoria está paralisada desde o dia 9 de junho e promete recorrer da decisão ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O sindicato foi notificado na última sexta-feira pelo desembargador Romey Oliveira, na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPE). A decisão considerou ilegal a greve dos professores da rede estadual, por ter já passado dos cem dias e causar "grave prejuízo à ordem pública". Caso os educadores não voltarem às aulas hoje, o sindicato será multado em R\$ 20 mil. A penalidade aumentará, gradativamente, em R\$ 10 mil por dia de greve, até atingir o máximo de R\$ 600 mil.

Segundo a coordenadora do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, os professores não voltarão às atividades, pois a decisão judicial é provisória. Ela considera ainda a ação uma incoerência, afirmando que é o Governo do Estado que não cumpre o piso salarial nacional e o direito constitucional de greve. "Vamos recorrer da decisão e lamentamos que o TJ e o MPE tenham sido omisso quanto a intermediar um acordo entre os professores e o Governo do Estado", diz.

Vencimento básico é o motivo do embate

Atualmente, o Governo mineiro paga um vencimento básico de R\$ 369,89 para professores com magistério. R\$ 451,21 para quem tem curso superior curto (antigo normal superior), R\$ 550 para os que possuem licenciatura plena (com quatro anos de duração), R\$ 671 para quem é pós-graduado, R\$ 819,43 para os que têm mestrado e R\$ 999,70 para doutores. Em todos os casos, a carga horária é de 24 horas semanais.

No entanto, a gerente de planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Fernanda Neves, afirma que nenhum professor ganha menos de R\$ 935 por mês, se forem levadas em conta todas as gratificações e subsídios. Em nota, a Secretaria de Estado de Educação informou que, no modelo de subsídio, o vencimento mínimo é de R\$ 1.122.

Os professores recebem o piso de R\$ 1.597,87, mas aceita-

riam os R\$ 1.187 propostos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e aprovados pela Lei 11.738/08, para professores com magistério. O valor de R\$ 1.448,17 seria para os professores com superior curto e de R\$ 1.766,73 para educadores com formação superior plena. Os professores com pós-graduação receberiam R\$ 2.155,41, os com mestrado R\$ 2.629,50 e os doutores, R\$ 3.304. Todos para carga horária máxima de 40 horas semanais. A cada dois anos de trabalho, o professor teria ainda 3% de aumento.

Na proposta do Governo de Minas, os educadores com

Sind-UTE vai recorrer, hoje, ao Tribunal de Justiça de Minas e ao Supremo Tribunal Federal

magistério e licenciatura curta e plena ganharão R\$ 712,20. Inicialmente receberão o mesmo valor e, depois de nove anos, terão reajuste de 3%. Para educadores com título de mestrado e doutorado, os salários serão, respectivamente, de R\$ 819,43 e R\$ 999,70, com aumentos de três em três anos, para 24 horas semanais. Esses valores são apenas referentes a vencimentos básicos, que serão acrescidos as gratificações e subsídios. O Governo justifica que o piso proposto atende ao estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), que foi reconhecido pela Advocacia-Geral da União.



Escolas como a Estadual Central, na Região Centro-Sul de BH, devem continuar sem aulas

Pais devem ser mais presentes

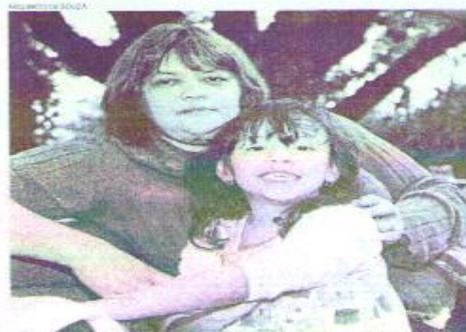
Os pais precisam participar mais ativamente no processo de educação de seus filhos na escola. Esse foi o mote de uma campanha promovida ontem pela Secretaria Municipal de Educação (Smed) no Parque Municipal, no centro de BH.

Maria Catarina Evaristo, membro do Comitê de Mobilização Social pela Educação de Belo Horizonte, afirmou ser fundamental a reflexão sobre o papel de cada um e sua contribuição para a participação da família no aprendizado dos filhos.

"É preciso mais diálogo entre escola e comunidade, para que reuniões de pais sejam feitas em horários que permitam a maior presença dos responsáveis pelos alunos", ressalta.

Mestre em Educação, Carlos Dionizeti alerta que hoje há um grande distanciamento da família na escola. Ele diz que os pais, principalmente os que trabalham o dia todo, transferem para a unidade de ensino a responsabilidade pela educação dos filhos. "Eles devem participar do processo, acompanhando as atividades escolares. Se a escola estiver em greve, colocar o filho em cursinhos ou transferir o estudo por conta própria são boas saídas. Um(a) escolar é diferente de educação para a vida", frisa.

A doméstica Lúcia Sirlone da Silva, de 44 anos, conta que só pode ficar com a filha, Julia Beatriz, de 5 anos, à noite. Ela garante que vai aproveitar esse período para participar da educação da menina.



Lúcia garante participar da educação da filha Julia, de 5 anos

Anexo 59

Apesar da decisão do Tribunal de Justiça (TJ), professores não retornam às aulas em Minas Gerais

Data: 19 de setembro de 2011

Autor: Ney Rubens

Assunto: Os professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, que estavam em greve há 104 dias, decidiram radicalizar e não cumprir a ordem da Justiça para retornarem às salas de aula na semana do dia 19 de setembro. A paralisação foi uma das maiores da história da categoria no estado.

Jornal do Brasil - País - Apesar da decisão do TJ, professores não re... <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/09/19/apesar-da-decisao-d...>

Fundado em 1891

JORNAL DO BRASIL

Terça-feira, 12 de julho de 2016

País

19/09/2011 às 18h57 - Atualizada em 19/09/2011 às 18h58

Apesar da decisão do TJ, professores não retorna aulas em Minas Gerais

terra

Ney Rubens

Os professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais, que estão em greve há 104 dias, decidiram radicalizar e não cumpriram a ordem da Justiça para retornarem às salas de aula nesta semana. A paralisação já é a maior da história da categoria no estado.

De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sinc-Ute), a greve continuará até que seja cumprido pelo governo mineiro o piso salarial de R\$1.187, determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Na última sexta, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) declarou a ilegalidade da paralisação dos professores às salas de aula, acatando o pedido do Ministério Público. De acordo com a decisão, os professores deveriam retornar nesta segunda-feira sob pena de multa, que varia de R\$50 mil por dia.

Segundo o Sind-Ute, na manhã desta segunda-feira foi enviado um pedido para o TJMG para que seja derrubada a decisão do desembargador Roney Oliveira. Paralelamente, o sindicato também reclamou, no pedido, que a corte não estaria cumprindo a lei 7738/89, que garante o acesso aos servidores públicos.

O TJMG informou que os dois pedidos ainda não constam no sistema, mas esse é um processo que pode demorar cerca de um dia para acontecer. A corte afirmou ainda que, enquanto os pedidos não são avaliados, as multas previstas serão aplicadas e os professores que não retornarem podem ser demitidos.

O Sind-Ute informou que o impacto da decisão do TJMG para a greve só poderá ser medido a partir de segunda-feira, quando o retorno geral dos professores acontecerá nesta terça-feira, às 13h. Segundo o sindicato, 50% das escolas estaduais do estado permanecem paralisadas antes da declaração do tribunal.

Jornal do Brasil - País - Apesar da decisão do TJ, professores não re... <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/09/19/apesar-da-decisao-d...>

Porém, de acordo com a Secretaria de Educação de Minas Gerais, nesta segunda-feira as escolas estariam completamente paralisadas e outras 742 estariam parcialmente, representando aproximadamente 21% de todas as escolas do estado. Os números são menores do que os da última sexta-feira, quando 35 escolas estariam completamente paralisadas e 768 parcialmente, representando um reflexo à decisão do TJMG.

"Os danos são irreparáveis", afirmou Mário de Assis, presidente da Federação das Associações de Alunos de Escolas Públicas de Minas Gerais (Fapaemg). Segundo Assis, após os 104 dias de greve, a expectativa é que a assembleia desta terça-feira resolva a situação dos alunos. "Nós estamos preocupados com os alunos. A gente respeita os direitos dos professores e respeita a manifestação governamental, mas a caixa do governo não suporta esse aumento nos gastos. Mas eu quero que me respeitem como pais e a escola é um instrumento de socialização e não pode ficar fechada", disse.

Compartilhe: [Recomendar](#) < 0 [G+1](#) 0 [Share](#) [Tweet](#)

Anexo 60

Educadores iniciaram nesta segunda-feira greve de fome. Amanhã, trabalhadores em educação se reúnem com líder do Governo na ALMG e realizam assembleia estadual

Data: 19 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Educadores se reuniram no dia 20 de setembro, pela manhã, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), líder do Governo na ALMG. O objetivo foi discutir o cumprimento da lei do piso salarial do professor e a necessidade de reabertura de diálogo por parte do Governo.

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

- [Notícias](#)
- [Clipping](#)
- [Periódicos](#)
- [Inforna](#)
- [Boletim](#)
- [Programa Outras Palavras](#)
- [Outras Palavras](#)
- [O Equilibrista](#)
- [Cartilhas](#)
- [Publicações](#)
- [Artigos](#)
- [DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

- [Resoluções](#)
- [Orientações](#)
- [Instruções](#)
- [Comunicados](#)
- [Informes](#)
- [Legislação Nacional](#)
- [Legislação Estadual](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Tabela Salarial](#)

Especiais

- [Campanhas Salariais](#)
- [Aposentados](#)
- [Redes Municipais](#)

ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO

JURÍDICO - Ações judiciais/editais

Links

- [Material de Divulgação](#)
- [Pesquisa Sindute](#)

THFlash!

Filme não localizado

Educadores iniciaram nessa segunda-feira greve de fome. Amanhã, trabalhadores/as em educação se reúnem com líder do Governo da ALMG e realizam Assembleia Estadual

Educadores/as se reúnem nessa terça-feira (20/9), a partir das 9h30, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, com o deputado Luiz Humberto Carneir (PSDB), líder do Governo na ALMG. O objetivo é discutir o cumprimento da lei 11.738, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), e a necessidade de reabertura de diálogo por parte do Governo. No mesmo dia a categoria coordenada pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerai (Sind-UTE/MG), promove Assembleia Estadual, a partir das 13 horas, no pátio d ALMG.

Intermediação – A última semana foi marcada por acontecimentos importantes. / categoria conseguiu viabilizar reuniões com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e a presidenta Dilma Roussef. As reuniões aconteceram respectivamente no dias 14 e 16/9, a primeira em Brasília e a segunda na Base Aérea da Pampulha, em Belo Horizonte.

Nesses encontros, ambos se comprometeram a intermediar diálogo entre Governo d Estado e Sindicato para por fim a greve. Dilma Roussef e Fernando Haddad receberam do Sind-UTE/MG um dossiê que mostra a realidade da educação mineira. A coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira, disse que é fundamental que a União estabeleça uma política nacional do cumprimento do Piso Salarial. “Entendemos tratar-se de uma tarefa do governo nacional, pois diz respeito ao cumprimento de uma lei federal.”

Reivindicação – Os trabalhadores/as reivindicam o Piso Salarial, conforme estabelece a Lei Federal 11.738. Minas Gerais paga hoje o Piso de R\$ 369,00 que, de acordo com relatório da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNE), é o pior Piso dentre os 27 estados brasileiros.

Educadores iniciam greve de fome

Dois educadores da rede estadual de ensino e membros da diretoria estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores/as em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) deram início hoje (19/09), às 16h30, a uma greve de fome por tempo indeterminado. Os educadores, Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo, estão alojado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), na porta do gabinete do 1º secretário da Mesa da ALMG, deputado Dilzon Melo e vão permanecer en

SINDUTE MG, Educadores iniciaram nessa segunda-feira greve de ... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

greve de fome até que seja estabelecido um processo de negociação com o Governo do Estado, com vistas ao pagamento do Piso Salarial.

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 30.015-180 - Tel(31) 3481-2020 - Fax(31) 3481-2449

Anexo 61

Nota de esclarecimento

Data: 20 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O Sind-UTE/MG emitiu nota de esclarecimento referente à decisão do desembargador Roney Oliveira, que concedeu, parcialmente, a tutela antecipada determinando a suspensão do movimento grevista coordenado pelo Sind-UTE/MG.

Nota de Esclarecimento

Na última sexta-feira (16/09), o Sind-UTE/MG foi notificado da decisão do Desembargador, Roney Oliveira, na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O Desembargador concedeu parcialmente a tutela antecipada determinando a suspensão do movimento grevista, coordenado pelo Sind-UTE/MG, com o imediato retorno dos grevistas às suas atividades laborais, sob pena de multa gradativa de R\$ 20.000,00 pelo primeiro dia de continuidade do movimento (19/09), de R\$ 30.000,00 pelo segundo dia (20/09); R\$ 40.000,00 pelo terceiro dia (21/09) e R\$ 50.000,00 pelos dias subsequentes, limitado o montante da pena a R\$ 600.000,00.

Diante desta decisão, o Sind-UTE/ MG faz os seguintes esclarecimentos:

1) **A greve não foi julgada ilegal.** A decisão do Desembargador é pelo retorno imediato, não havendo pronunciamento sobre a legalidade do movimento.

2) De acordo com o Desembargador, "a extensa duração do movimento grevista traz grave prejuízo aos alunos da rede pública, às voltas com a iminente e possível perda do ano letivo, o que tipifica o movimento como abusivo, na forma do art. 14, da Lei 7.783/89." A decisão do Desembargador teve como fundamento a duração do movimento. No entanto, no dia 05 de julho, o Sind-UTE/MG ajuizou a Medida Cautelar N°. 0419629-72.2011.8.13.0000, cujo relator também é o Desembargador Roney Oliveira. Nesta Medida Cautelar, salientamos a competência e a função judicial do Tribunal de Justiça,

equiparado à do Tribunal Regional do Trabalho, para intermediar a solução do movimento de greve. Nesta ação, pedimos que o Tribunal de Justiça convocasse as partes (Sind-UTE/MG e Governo do Estado) para uma audiência de conciliação. Isto quer dizer que há 70 dias o Sindicato recorreu ao Tribunal de Justiça para evitar prolongamento da greve diante do impasse com o Governo do Estado. Mas, diferente da atuação na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público, não houve decisão ao pedido feito pelo Sind-UTE/MG.

3) O Sind-UTE/MG recorreu desta decisão, que é provisória, e representou nessa segunda-feira (19/09), uma Reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal, visto que além de desconsiderar a Lei Federal 11.738/08, desconsidera também a Lei Federal 7.783/89 que regula o direito de greve.

4) A greve, conforme decisão da categoria em assembleia realizada no dia 15 de setembro, continua por tempo indeterminado e não será suspensa em função desta decisão judicial.

5) Lamentamos o papel exercido pelo Ministério Público Estadual que se omitiu em relação à contratação de pessoas sem formação para atuar nas salas de aula, em relação ao não investimento em educação, por parte do Governo do Estado, do mínimo previsto na Constituição Federal. Ele não zelou pelo cumprimento de uma lei federal no Estado de Minas Gerais e se posicionou claramente a favor do Governo do Estado.

www.sindutemg.org.br



**OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO CONTINUAM ACOMPANHANDO
A POSIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EM RELAÇÃO AO
PROJETO DE LEI 2355, DO GOVERNO DE MINAS GERAIS:**

NOME	CONTRA OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	A FAVOR DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	NOME	CONTRA OS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	A FAVOR DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
Adelciveer Lopes (PMDB)			Gustavo Valadães (DEM)		
Adelmo Carneiro Leão (PT)			Hélio Gomes (PSL)		
Alencar da Silveira Jr (PDT)			Hely Targinio (PV)		
Almir Paraca (PT)			Inacio Franco (PV)		
Ana Maria Resende (PSDB)			Ivair Nogueira (PMDB)		
André Quintão (PT)			Jairo Lassa (DEM)		
Anselmo José Domingos (PTC)			João Leite (PSDB)		
Antônio Carlos Araozes (PSC)			João Vítor Xavier (PRP)		
Antônio Genaro (PSC)			José Henrique (PMDB)		
Antônio Júlio (PMDB)			Juninho Araújo (PTB)		
Antônio Lenin (PSB)			Leonardo Moreira (PSDB)		
Arken Santiago (PTB)			Liza Prado (PSB)		
Bomfácio Mourão (PSDB)			Lutz Carlos Miranda (PDT)		
Bosco (PT DO B)			Lutz Henrique (PSDB)		
Bruno Siqueira (PMDB)			Lutz Humberto Carneiro (PSDB)		
Carlin Moura (PC DO B)			Lucia Ferreira (PPS)		
Carlos Henrique (PRB)			Maria Tereza Lara (PT)		
Carlos Moacir (PSDB)			Marques Abreu (PTB)		
Caetano Soares (PRTB)			Neider Moreira (PPS)		
Celinho do Sintercoal (PC DO B)			Nelando Pimenta (PHS)		
Célio Moreira (PSDB)			Paulo Goedes (PT)		
Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)			Paulo Lamac (PT)		
Deiró Marra (PR)			Pinduca Ferreira (PP)		
Délio Malheiros (PV)			Pomplito Carneiro (PT)		
Deivito Alves (PTB)			Rogério Correia (PT)		
Dilson Melo (PTB)			Roniel Anício (PP)		
Dina Pinheiro (PSDB)			Rômulo Veneroso (PV)		
Doutor Viana (DEM)			Rômulo Viegas (PSDB)		
Doutor Wilson Batista (PSL)			Rodrigela Reis (PV)		
Duarte Bachir (PMN)			Sargento Rodrigues (PDT)		
Duílio de Castro (PMN)			Sávio Souza Cruz (PMDB)		
Durval Ângelo (PT)			Sebastião Costa (PPS)		
Elsimar Prado (PT)			Tadeu Martins Leite (PMDB)		
Fabiano Tolentino (PRTB)			Tenente Lúcio (PDT)		
Fabio Charem (PSL)			Tiago Ulisses (PV)		
Fred Costa (PHS)			Ulisses Gomes (PT)		
Gilberto Abramo (PRB)			Vanderlei Miranda (PMDB)		
Guilherme Correia (DEM)			Zé Mala (PSDB)		
Gustavo Parrella (PDT)					

**O PROJETO DE LEI 2.355 DESTROI A CARREIRA, CONGELA OS
SALÁRIOS E NÃO CUMPRE A LEI FEDERAL 11.738/08
DEPUTADOS - VOTEM CONTRA ESTE PROJETO DE LEI E A FAVOR DA CATEGORIA.**

www.sindutemg.org.br



NOTIFICAÇÃO

Eu, _____, designado/a para o cargo _____ na Escola Estadual _____ protocolo a presente notificação para dar ciência à direção desta escola que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE MG) notificou o início da greve da rede estadual de educação ao Governado do Estado Antônio Anastasia e a Secretária de Estado da Educação Ana Lúcia Gazolla no dia 01/06/11 cumprindo o requisito previsto na Lei Federal 7.783/89.

Através desta, notifico também que o exercício da greve é um direito fundamental protegido pela Constituição Federal conforme previsto pelos artigos 9º e 37:

"Art. 9º. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica."

Ainda, a Lei Federal nº 7.783, de 28/06/89 que dispõe sobre o exercício do direito de greve, determina que:

"Art. 1º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. (...) Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho. Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14," De acordo com a Lei Federal 7.883/89, é proibido ao empregador adotar meios para constringer o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento. (artigo 6º, § 2º).

Ainda de acordo com a Lei Complementar 116/2011, a prática de assédio moral por agente público será prevenida e punida. Conforme o artigo 3o. da Lei, "considera-se assédio moral a conduta de agente público que tenha por objetivo ou efeito degradar as condições de trabalho de outro agente público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física ou mental ou seu desenvolvimento profissional." Desta forma o servidor está amparado legalmente para participar da greve da categoria, não podendo ser privado deste direito por qualquer meio. Da mesma forma, a falta deste período não é ausência injustificada do trabalho e sim de greve.

Quanto à decisão do Desembargador Relator Roney Oliveira no Processo no. 1.000.11.060580-5/000, o não houve declaração de ilegalidade da greve da categoria e o Sind-UTE MG apresentou recurso conforme o protocolo no. 0000616660200115 aguardando nova análise do Desembargador Relator.

Atenciosamente,

(assinatura)

(Observação: fazer duas vias da notificação e registrar o recebimento da direção da escola numa via)

Anexo 63

Governo de Minas dá prazo de 48 horas para professores retornarem às salas de aula

Data: 20 de setembro de 2011

Autor: Mábila Soares

Assunto: Em nota divulgada no dia 20 de setembro, após decisão dos professores da Rede Estadual em manter a greve, Secretaria de Estado de Educação (SEE) informou que publicaria no dia seguinte uma resolução convocando os professores designados. Eu ainda não havia retornado às salas de aula. Eles tiveram um prazo de 48 horas para retomarem ao trabalho.

[SUPER NOTÍCIA](#)
[PAMPULHA](#)
[OT BETIM](#)
[OT CONTAGEM](#)
[O TEMPO LIVRE](#)
[CONCHA](#)
[GASTRÔ](#)
[CONCURSOS](#)
[EDIÇÃO DIGITAL](#)
[CADASTRAR](#)
[LOGIN](#)

O TEMPO

CIDADES

ASSINE O TEMPO

BELO HORIZONTE

12 JULHO 04:53

13° MIN 30° MAX

Tweet

CAPA

SUPERFC

CIDADES

DIVERSÃO

INTERESSA

MAIS

Tweet

Trânsito Tempo

RSS

Especiais: [Rio 2016](#) | [Falência Múltipla](#) | [Menino de abrigo](#) | [Padecendo](#) | [Elimine o mosquito](#) | [Um adeus ao rio Doce](#) | [Tempo de Bike](#) | [Game: Empire](#)

Governo de Minas dá prazo de 48h para professores retornarem às salas de aula

Fonte Normal
Mais Notícias

Tweet

PUBLICADO EM 20/09/11 - 18h37

MÁBILA SOARES

SIGA EM: [TWITTER.COM/OTEMPOONLINE](https://twitter.com/OTEMPOONLINE)

Em nota divulgada nesta terça-feira (20) após decisão dos professores da rede estadual em manter a greve, Secretaria de Estado de Educação (SEE) informa que irá publicar nesta quarta-feira (21) uma resolução convocando os professores designados que ainda não retornaram às salas de aula. Eles terão 48 horas para retornarem ao trabalho. Caso o retorno não se dê, a Secretaria tomará as medidas legais cabíveis a partir da próxima segunda-feira (26).

De acordo com o levantamento divulgado pela SEE, nesta terça-feira, 22 escolas (0,58%) ainda estão totalmente paradas em um universo de 3.779 escolas. O total de professores que permanece parado equivale a 6% do corpo docente do Estado.

A SEE já iniciou o processo de contratação de professores substitutos para todas as séries dos ensinos fundamental e médio. Ao todo, já foram contratados 2.877 professores substitutos. Além disso, a partir da decretação da ilegalidade da greve, a Secretaria passou a informar diariamente ao Ministério Público Estadual o quadro diário da paralisação. O MPE recebe, desde a segunda-feira (19), informe autenticado com a situação do movimento em Minas Gerais.

Vigília

Após decidir pela manutenção da greve, que completa nesta terça-feira (20) 105 dias, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) optou por fazer uma vigília na porta da Assembleia Legislativa, no bairro Santo Agostinho,

WhatsApp O Tempo

(31) 99827-4455

COLUNISTAS

Vittorio Mediola

"Uisi" e não abuse

Luiz Tito

Brasileiro: profissão esperança

Mais colunistas

TRÂNSITO

11/07/2016 21:18

Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

11/07/2016 21:18

Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.

11/07/2016 21:17

Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Tereza Cristina e Barão Homem de Melo.

Mais informações sobre o trânsito

região Centro-Sul de Belo Horizonte.

De acordo com o sindicato, a estimativa é que grande parte dos integrantes, que participaram da assembleia, integre o manifesto e durma na porta do Legislativo.

Conforme os grevistas, eles não voltarão às salas de aulas enquanto o Governo não apresentar uma proposta que atenda às reivindicações da categoria. A próxima reunião da categoria foi marcada para 27 de setembro.

Greve de fome

Nessa segunda-feira (19), dois professores iniciaram uma greve de fome por tempo indeterminado. Eles pedem o pagamento do piso salarial e ameaçam manter o protesto até que um processo de negociação com o Governo do Estado comece.

O sindicato da categoria já entrou com um recurso contra a decisão liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que obriga a suspensão da paralisação. Mesmo com ameaça de multa que pode chegar a R\$ 600 mil, o sindicato optou por manter o movimento. Além do recurso, o Sind-UTE também enviou uma reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o TJMG por desconsiderar a Lei Federal 7.783/89, que regula o direito de greve.

Nesta terça (20), os professores se reuniram com o deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), líder do governo na ALMG, para discutir a lei que regulamenta o

NOTÍCIAS

Cidades - Últimas

Mais lidas

EM BH

Contra corte de bolsa, estudantes do Cefet ocupam prédio da reitoria



NO LOURDES

Motorista egípcio é desligado do Uber após denúncia de assédio em BH



Mais notícias

Anexo 64

Professores bloqueiam garagens da Assembleia e impedem saída de funcionários

Data: 20 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Veículos de funcionários da Assembleia Legislativa foram impedidos de entrar e/ou sair do prédio, na noite do dia 20, devido a uma manifestação dos professores, que bloquearam as duas garagens do local.

SUPER NOTÍCIA PAMPULHA OT BETIM OT CONTAGEM O TEMPO LIVRE CONCHA GASTRÔ CONCURSOS EDIÇÃO DIGITAL CADASTRAR LOGIN

O TEMPO
CIDADES

BELO HORIZONTE 12 JULHO 08:53 13° MIN 30° MAX

ASSINE O TEMPO

CAPA SUPERFC **CIDADES** DIVERSÃO INTERESSA MAIS [Tweet](#)

Trânsito Tempo [RSS](#)

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Professores bloqueiam garagens da Assembleia e impedem saída de funcionários

WhatsApp O Tempo

(31) 99827-4455

Fontes: [Fontes](#) | [Mais Notícias](#) [Tweet](#)

COLUNISTAS

Veículos de funcionários da Assembleia Legislativa estão impedidos de entrar ou sair do prédio, nesta noite desta terça-feira (20). De acordo com a assessoria do órgão, os professores, que decidiram fazer uma vigília na Praça da Assembleia e optaram pela manutenção do movimento, bloquearam as duas garagens do local. No entanto, a assessoria afirma que não há tumulto e que as demais dependências do prédio estão liberadas.

De acordo com a Polícia Legislativa, responsável pela segurança na Assembleia, os manifestantes se dividiram em grupos e estão posicionados em vários pontos da Assembleia.

Conforme os grevistas, eles não voltarão às salas de aulas enquanto o Governo não apresentar uma proposta que atenda às reivindicações da categoria. A próxima reunião da categoria foi marcada para 27 de setembro.

Por meio de comunicado, os deputados do Bloco Transparência e Resultado da ALMG manifestam sua insatisfação com o protesto. Segundo eles, o sindicato agiu de maneira desrespeitosa. Segundo o deputado João Leite (PSDB), "Minas Gerais enfrenta um momento delicado de sua história. Pela primeira vez vemos um sindicato desrespeitando uma decisão da Justiça. Decisão da Justiça não se discute, cumpre-se. O sindicato impede o trabalho do Poder Legislativo e insurge contra o Poder Judiciário", disse.

Brasileiro: profissão
esperança



Mais colonistas

TRÂNSITO



11/07/2016 21:18

Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.



11/07/2016 21:18

Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.



11/07/2016 21:17

Trânsito bom na avenida Silva Lobo e trechos com maior volume, mas boa fluidez entre Tereza Cristina e Barão Homem de Melo.

Mais informações sobre o trânsito

Convocação

Em nota divulgada nesta terça-feira (20), após decisão dos professores da rede estadual em manter a greve, Secretaria de Estado de Educação (SEE) informa que irá publicar nesta quarta-feira (21) uma resolução convocando os professores designados que ainda não retornaram às salas de aula. Eles terão 48 horas para retornarem ao trabalho. Caso o retorno não se dê, a Secretaria tomará as medidas legais cabíveis a partir da próxima segunda-feira (26).

De acordo com o levantamento divulgado pela SEE, nesta terça-feira, 22 escolas (0,58%) ainda estão totalmente paradas em um universo de 3.779 escolas. O total de professores que permanece parado equivale a 6% do corpo docente do Estado.

Greve de fome

Nessa segunda-feira (19), dois professores iniciaram uma greve de fome por tempo indeterminado. Eles pedem o pagamento do piso salarial e ameaçam manter o protesto até que um processo de negociação com o Governo do Estado comece.

O sindicato da categoria já entrou com um recurso contra a decisão liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que obriga a suspensão da paralisação. Mesmo com ameaça de multa que pode chegar a R\$ 600 mil, o sindicato optou por manter o movimento. Além do recurso, o Sind-UTE também

Cidades - Últimas

Mais lidas

EM BH

Contra corte de bolsa, estudantes do Cefet ocupam prédio da reitoria



NO LOURDES

Motorista egípcio é desligado do Uber após denúncia de assédio em BH



Mais notícias

enviou uma reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o TJMG por desconsiderar a Lei Federal 7.783/89, que regula o direito de greve.

Nesta terça (20), os professores se reuniram com o deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), líder do governo na ALMG, para discutir a lei que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Reposição

Ainda nessa segunda-feira, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) enviou orientações sobre a reposição do calendário escolar para as unidades afetadas pela greve. Para as instituições que retornaram às atividades ainda na segunda-feira, após 62 dias de aula perdidos, o ano letivo de 2011 deve se prolongar até o dia 17 de fevereiro, com a utilização de 19 sábados, a contar do próximo.

A SEE determina que as escolas utilizem todos os sábados, além dos meses de dezembro e janeiro. Ficam resguardados apenas os feriados de outubro (dia 12), novembro (dias 2 e 15) e o recesso de fim de ano entre os dias 24 de dezembro e 1º de janeiro.

Para a coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), Beatriz Cerqueira, não se pode falar em reposição enquanto a greve não acabar.

Decisão

Na liminar do TJMG, concedida no último dia 16, após uma ação civil pública do Ministério Público Estadual (MPE), o desembargador Roney de Oliveira determinou o retorno imediato das aulas, sob pena de multa de R\$ 20 mil hoje, R\$ 30 mil amanhã, R\$ 40 mil na quarta e R\$ 50 mil por dia a partir de quinta, chegando ao valor máximo de R\$ 600 mil. Ele considerou a greve abusiva por sua longa duração, que estaria causando prejuízo aos alunos, com a possível perda do ano letivo. O mérito da ação ainda será julgado.

Anexo 65

Bispos do Brasil pedem diálogo entre Sind-UTE/MG e Governo de Minas

Data: 22 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu nota em que revelou preocupação com a situação dos estudantes de Minas Gerais que se encontravam sem aula há mais de 100 dias, apontando para a necessidade de boa vontade no diálogo entre os interessados para que se chegasse a uma rápida solução.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CONSER LESTE 2

Av. João Pinheiro, 39 – 2º andar,
30130-180 - Belo Horizonte - MG
Tel: (31) 3224-2434 / (31) 3224-0017.
E-mail: secgeral@cnbbleste2.org.br

NOTA DA PRESIDÊNCIA DO REGIONAL LESTE II

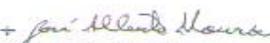
SOBRE A GREVE DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL

Com mais de três meses de greve sem solução até o presente, em Minas Gerais, unimo-nos às preocupações da sociedade na constatação de suas conseqüências para alunos e famílias. Sabemos que direitos e deveres fazem parte da cidadania para todos. No choque de ambos, o melhor é o diálogo aberto para se chegar a um denominador em vista da solução do impasse para o bem comum. Por isso, a boa vontade no diálogo faz haver alternativa para a melhor e mais rápida solução para o bem de todos.

O alongamento da situação sem solução tem prejudicado muito os alunos, que têm necessidade da ação escolar para seu encaminhamento de vida. Conclamamos, pois, as partes (professores e Governo) ao entendimento para se ter o problema resolvido no bom diálogo com a devida solução imediata.

Pedimos a Deus luzes para as partes resolverem adequadamente o problema.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2011.

+ 
D. José Alberto Moura

Presidente do Regional Leste II

+ 
D. Guilherme Porto

Secretário

Anexo 66

Em solidariedade aos educandos mineiros

Data: 22 de setembro de 2011

Autor: Eder

Assunto: Em solidariedade aos educadores mineiros, Eder solicitou ao Governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, que reabrisse o canal de negociação com o sindicato e encaminhasse, com urgência, uma proposta concreta para as reivindicações da categoria, pondo fim ao movimento grevista e ao sacrifício dos dirigentes sindicais.

História | O Sindicato | Estatuto | Departamentos | Subsedes | Prestação de Contas

Continuada a história da educação em Minas Gerais

Sind-UTE Minas Gerais
 Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
 FILIADO À CNTE E À CUT

Filiado à **CUT** **CNE**

Principal Favoritos Contato

Pesquisar

BIBLIOTECA
EM SOLIDARIEDADE AOS EDUCADORES MINEIROS

EM SOLIDARIEDADE AOS EDUCADORES MINEIROS, PEÇO AO GOVERNADOR DE MINAS GERAIS ANTÔNIO ANASTASIA QUE REABRA O CANAL DE NEGOCIAÇÃO COM O SINDICATO e encaminhe, com urgência, uma proposta concreta para as reivindicações da categoria, pondo fim ao movimento grevista e ao sacrifício dos dirigentes sindicais, uma vez que a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério é uma conquista, não somente para os trabalhadores em educação, mas também para a sociedade brasileira.

Obrigado pela atenção.
 Eder

PESQUISA DE PERFIL DOS(A) EDUCADORES(A) MINEIROS(A)

Pensar a Educação
 PENSAR O BRASIL • 1822 - 2022

Sind-UTE/MG
inform@
 N.º 140
 2005-2018
 www.ute.org.br

Acompanhe a entrevista do economista e assessor do Diense na subseção da CUT Minas, Frederico Melo, a respeito do programa do PMDB que começa a ser executado no Brasil

1) O que o Plano Terner traz concretamente em relação aos direitos dos trabalhadores que a proposta?

O Plano "Terner para a Anistia" do PMDB, lançado em outubro de 2011 e trouxe uma série de medidas trabalhistas e propostas para enfrentar a política distributiva.

Anexo 67

Prezado presidente do Regional Leste II da CNBB, D. José Alberto Moura

Data: 22 de setembro de 2011

Autor: Júlio César Silva

Assunto: Júlio César Silva emitiu uma nota ao Presidente do Regional Leste da CNBB, D. José Alberto Moura, demonstrando sua insatisfação com a nota lançada pela CNBB e o que nela foi apresentado como preocupante em decorrência da greve.

SINDUTE MG, PREZADO PRESIDENTE DO REGIONAL LESTE ... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
DIÁRIO DE
ACAMPAMENTO

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

ENCONTRO PEDAGÓGICO
LATINOAMERICANO

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

TIFlash!
 Filme não localizado

PREZADO PRESIDENTE DO REGIONAL LESTE II DA CNBB, D. JOSÉ ALBERTO MOURA

Apenas hoje tomei conhecimento da nota sobre a greve dos professores. Como parte da sociedade, não me senti contemplado pela nota da CNBB e muito menos pelas preocupações colocadas com as consequências da greve para o alunos. Os 106 dias de greve nem de longe podem causar maior prejuízo do que décadas de omissão por uma educação pública de qualidade.

Lamento que a CNBB tenha optado por fortalecer o governo estadual com uma posição neutra. Era tudo o que o governador queria de uma organização tão importante. A CNBB reforçou a propaganda governamental de que quem está intransigente são os trabalhadores e suas lideranças.

Deus sabe onde está a intransigência e a ilegalidade. Deus sabe que o Governo do Estado descumprir uma lei federal e se recusa a cumpri-la por mero capricho partidário, pois o Relatório de Gestão Fiscal de abril (anexo) de 2011 comprova que recursos para atender as reivindicações dos educadores o Estado de Minas Gerais tinha em fevereiro deste ano, quando recebeu a pauta de reivindicações e tem agora.

Converse com Deus meu caro presidente D. José Alberto para que Ele te ilumine na próxima nota da CNBB, que esperamos seja mais assertiva em favor de uma educação pública de qualidade para os menos favorecidos.

 JÚLIO CÉSAR SILVA

Anexo 68

Sind-UTE/MG recorreu ao Supremo Tribunal Federal para defender o direito de greve da categoria

Data: 23 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: No dia 20/09, o Sind-UTE/MG protocolou, no Supremo Tribunal Federal, uma reclamação objetivando suspender o trâmite da ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, e as medidas coercitivas anunciadas pelo Governo do Estado.

SINDUTE MG, Sind-UTE/MG recorreu ao Supremo Tribunal Federal... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

[Comunicação](#)
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

[Documentação Técnica](#)
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

[Especiais](#)
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Sind-UTE/MG recorreu ao Supremo Tribunal Federal para defender o direito de greve da categoria

Nessa terça-feira (20/09), o Sind-UTE/MG protocolou, no Supremo Tribunal Federal uma Reclamação. O objetivo da medida é suspender o trâmite da ação civil pública proposta pelo Ministério Público e as medidas coercitivas anunciadas pelo Governo do Estado.

Outra medida já em andamento, pelo Sind-UTE/MG, é a denúncia do Governo do Estado junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), pedindo a condenação do Estado pelas violações praticadas e a suspensão de todas as penalidades adotada pelo Governo. Os petroleiros, que realizaram uma greve em 1995 sofreram várias medidas de repressão ao movimento e o Governo Federal foi condenado e obrigado a suspender todas as medidas coercitivas.

Além disso, a Secretaria de Estado da Educação, por meio da Resolução 1.936/11 informou que a greve foi declarada ilegal. Esta informação não procede. Não houve julgamento de legalidade da greve. Nossa greve é legal.

Se permitirmos essa ação de coerção junto aos designados, esse setor ficará fragilizado e o que dificultará a sua participação em futuras mobilizações. O momento é de resistência para conquistarmos o Piso Salarial Profissional Nacional.

Tomamos todas as medidas possíveis (notificação individual, recurso da decisão do Desembargador, Mandado de Segurança no TJMG e Reclamação no STF) para fortalecermos ainda mais a nossa greve e garantir o direito de greve da categoria.

A categoria precisa se manter coesa para conquistarmos o nosso Piso. Apresentamos também nova petição ao desembargador Roney Oliveira, noticiando a Secretaria de Estado de Educação (SEE), solicitando providência urgências.

Anexo 69

Em greve há 108 dias, professores estaduais fazem manifestação em frente ao Ministério Público (MP)

Data: 23 de setembro de 2011

Autor: Tabata Martins

Assunto: Professores fazem manifestações em frente ao MP, e, segundo Beatriz Cerqueira, esses mesmos trabalhadores irão retomar à vigília na porta da ALMG.

SUPER NOTÍCIA
PAMPULHA
OT BETIM
OT CONTAGEM
O TEMPO LIVRE
CONCHA
GASTRÔ
CONCURSOS
EDIÇÃO DIGITAL
CADASTRAR
LOGIN

O TEMPO

CIDADES

BETIM
12 JULHO 09:54

13° MIN 30° MAX

ASSINE
O TEMPO

CAPA
SUPERFC
CIDADES
DIVERSÃO
INTERESSA
MAIS

Curtir
16 mil

TWEET
 1.153

Trânsito
Tempo
 RSS

Especiais: Rio 2016 | Falência Múltipla | Menino de abrigo | Padecendo | Elimine o mosquito | Um adeus ao rio Doce | Tempo de Bike | Game: Empire

Em greve há 108 dias, professores estaduais fazem manifestação em frente ao MP

RECOMENDADAS

SAÚDE

Peso de bebê intriga médicos

VIROU PIADA

Fonte Normal
Mais Notícias
 Curtir
 Compartilhar
 Tweet
 0



PUBLICADO EM 23/09/11 - 10h27

TABATA MARTINS

SIGA EM: [TWITTER.COM/OTEMPOONLINE](https://twitter.com/OTEMPOONLINE)

Os professores da rede estadual, que estão em greve há 108 dias, participaram de uma manifestação na manhã desta sexta-feira (23) em frente à sede do Ministério Público, no bairro de Lourdes, na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

De acordo com a coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), Beatriz Cerqueira, todos os 250 professores que estavam em vigília na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no bairro Santo Agostinho, se reuniram no local.

Segundo a coordenadora, após o protesto, os integrantes da categoria irão retomar a vigília na porta da ALMG.

Nesta sexta-feira, o governador Antonio Anastasia participa da solenidade de encerramento da Semana do Ministério Público 2011, que ocorre na sede do órgão na capital mineira.

 No Twitter, Ibis tira onda com o Cruzeiro após derrota no Mineirão

 **ASSASSINATO EM BOATE DE BH**
Mandado do TJMG é suspenso e empresário que matou sócio será solto

 **QUADRINHOS**
Fala de 'Turma da Mônica Jovem' causa polêmica

 WhatsApp **O Tempo**
(31) 99827-4455

COLUNISTAS

Vittorio Mediolì
"Uai" e não abuse



Luiz Tito
Brasileiro: profissão esperança



Mais colunistas

TRÂNSITO

 **11/07/2016 21:18**
Trânsito bom em todas as vias e acessos do Complexo da Lagoinha.

 **11/07/2016 21:18**
Trânsito bom na avenida Raja Gabaglia e trechos com maior volume, mas boa fluidez.

Anexo 70

Trabalhadores em educação fazem manifestação ãna portaã do Ministério Público

Data: 23 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Na manhã do dia 23/09, cerca de 200 educadores, coordenados pelo Sind-UTE/MG, promoveram uma manifestação em frente ao Ministério Público, em Belo Horizonte. Na ocasião, acontecia a solenidade de entrega da medalha José Lins do Rego, da qual estava prevista a participação do Governador Antonio Anastasia. O objetivo era mostrar o descaso do Governo para com a educação no Estado de Minas.

SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação fazem manifestação n... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiação à


- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

<p>Comunicação</p> <p>Notícias</p> <p>Clipping</p> <p>Periódicos</p> <p>Informa</p> <p>Boletim</p> <p>Programa Outras Palavras</p> <p>Outras Palavras</p> <p>O Equilibrista</p> <p>Cartilhas</p> <p>Publicações</p> <p>Artigos</p> <p>DIÁRIO DE ACAMPAMENTO</p> <p>Documentação Técnica</p> <p>Resoluções</p> <p>Orientações</p> <p>Instruções</p> <p>Comunicados</p> <p>Informes</p> <p>Legislação Nacional</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Plano de Carreira</p> <p>Tabela Salarial</p> <p>Especiais</p> <p>Campanhas Salariais</p> <p>Aposentados</p> <p>Redes Municipais</p> <p>ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO</p> <p>JURÍDICO - Ações judiciais/editais</p> <p>Links</p> <p>Material de Divulgação</p> <p>Pesquisa Sindute</p>	<p>THFlash!</p> <p>Filme não localizado</p> <p>Trabalhadores/as em educação fazem manifestação na porta do Ministério Público</p> <p>Na manhã dessa sexta-feira (23/9), cerca de 200 educadores/as, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, (Sind-UTE/MG) promoveram manifestação em frente ao Ministério Público, em Belo Horizonte. Na ocasião, acontecia a solenidade de entrega da medalha José Lins do Rego, da qual estava prevista a participação do governador Antonio Anastasia. O objetivo era mostrar o descaso do Governo com a educação mineira.</p> <p>Os trabalhadores exibiram faixas e cartazes e proferiram palavras de ordem. A categoria está paralisada desde o dia 8/6, pelo cumprimento da lei federal 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).</p> <p>Além disso, os educadores/as permanecem em vigília na ALMG, por tempo indeterminado, e realizam Assembleia Estadual, no dia 27/9, próxima terça-feira, no pátio da ALMG. Na oportunidade, eles vão definir as novas estratégias e os rumos do movimento.</p> <p>Greve de fome – Permanecem sem se alimentar os trabalhadores/as Abdon Gerald-Guimarães e Marilda de Abreu Araújo. Eles estão em greve de fome desde as 14 horas de segunda-feira (19/9) e vão permanecer assim até o Governo negociar com a categoria. O estado de saúde dos educadores/as é estável.</p> <p>Sind-UTE/MG</p>
--	--

SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação fazem manifestação n... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

[Pensar a Educação](#)
[Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do
Sind-LTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA
SALARIAL
EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE
CONVOCAÇÃO -
Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO
CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA
ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)



SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação fazem manifestação n... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>



Anexo 71

Educadores em greve realizam atos, permanecem acampados na ALMG. Alguns fazem greve de fome

Data: 23 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Trabalhadores acamparam no ôhallö das Bandeiras, na ALMG, no dia 20/09, após assembleia estadual da categoria. A iniciativa buscou exigir abertura de negociação com o Governo para a implantação do Piso Salarial.

SINDUTE MG, Educadores/as, em greve, realizam atos, permaneço... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiado à



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

- [Notícias](#)
- [Clipping](#)
- [Periódicos](#)
- [Informa](#)
- [Boletim](#)
- [Programa Outras](#)
- [Palavras](#)
- [Outras Palavras](#)
- [O Equilibrista](#)
- [Cartilhas](#)
- [Publicações](#)
- [Artigos](#)
- [DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

- [Resoluções](#)
- [Orientações](#)
- [Instruções](#)
- [Comunicados](#)
- [Informes](#)
- [Legislação Nacional](#)
- [Legislação Estadual](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Tabela Salarial](#)

Especiais

- [Campanhas Salariais](#)
- [Aposentados](#)
- [Redes Municipais](#)

ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO

JURÍDICO - Ações judiciais/editais

[Links](#)

THFlash!
Filme não localizado

Educadores/as, em greve, realizam atos, permanecem acampados na ALMG e outros estão em greve de fome



Trabalhadores/as estão no hall das Bandeiras, na ALMG, acampados desde a última terça-feira (20/9), após a Assembleia Estadual da categoria. A iniciativa busca exigir abertura de negociação com o governo para a implantação do Piso Salarial. Na manhã desse sábado houve uma interrupção de água, sob alegação da lavagem de caixa d'água. Também na ALMG, os educadores Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo permanecem em greve de fome desde às 14h da última segunda-feira, 19/9. Os trabalhadores/as que estão acampados e em greve de fome pretendem manter as manifestações até que seja aberta negociação com o governo de Minas.

Na manhã dessa sexta-feira (23/9), aproximadamente 200 educadores/as, coordenados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, promoveram manifestação em frente ao Ministério Público. Na ocasião, acontecia a solenidade de entrega da medalha José Lins do Rego, da qual estava prevista a participação do governador Antonio Anastasia. O objetivo era mostrar o descaso do Governo com a educação mineira.

Os trabalhadores exibiram faixas e cartazes e proferiram palavras de ordem, como "Corre luta, com garra, o Piso sai na marra" e "É greve, é greve, até que Anastasia pague o Piso que nos deve". A categoria está paralisada desde o dia 8/6, pelo cumprimento da lei federal 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

Além disso, os educadores/as permanecem em vigília na ALMG por tempo indeterminado, e tem Assembleia Estadual, no dia 27/9, próxima terça-feira, no pátio da ALMG. No local, eles vão definir as novas estratégias e os rumos para o movimento.

Greve de fome – Permanecem sem se alimentar os trabalhadores/as Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo. Eles estão em greve de fome desde as 14 horas

de segunda-feira (19/9) e vão permanecer assim até o Governo negociar com a categoria. O estado de saúde dos educadores/as é estável.



[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação](#)
[Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do](#)
[Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA](#)
[SALARIAL](#)
[EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE](#)
[CONVOCAÇÃO -](#)
[Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO](#)
[CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA](#)
[ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

SINDUTE MG, Educadores/as, em greve, realizam atos, permanece...

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&I...>



SINDUTE MG, Educadores/as, em greve, realizam atos, permanece... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>



Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 30.015-180 - Tel(31) 3481-2020 - Fax(31) 3481-2449

Anexo 72

Patrus Ananias manifesta apoio à greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais

Data: 24 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Ex-ministro do governo Lula, Patrus Ananias, manifestou apoio à greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais, durante visita ao movimento grevista, no dia 23 de setembro, na ALMG.

SINDUTE MG, Patrus Ananias manifesta apoio a greve dos trabalha... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filado a

CUT **CITE**

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

- [Notícias](#)
- [Clipping](#)
- [Periódicos](#)
- [Informa](#)
- [Boletim](#)
- [Programa Outras Palavras](#)
- [Outras Palavras](#)
- [O Equilibrista](#)
- [Cartilhas](#)
- [Publicações](#)
- [Artigos](#)
- [DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

- [Resoluções](#)
- [Orientações](#)
- [Instruções](#)
- [Comunicados](#)
- [Infôrmes](#)
- [Legislação Nacional](#)
- [Legislação Estadual](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Tabela Salarial](#)

Especiais

- [Campanhas Salariais](#)
- [Aposentados](#)
- [Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)

[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
Filme não localizado

Patrus Ananias manifesta apoio a greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais



SINDUTE MG, Patrus Ananias manifesta apoio a greve dos trabalha... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

[Pensar a Educação Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANIA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCACÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)



23/09 – Ex-ministro de Lula, Patrus Ananias manifesta apoio a greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais durante visita ao movimento nesta sexta-feira, na ALMG

Anexo 73

Trabalhadores em educação acorrentam-se no Plenário da ALMG

Data: 26 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Cerca de 30 educadores acorrentaram-se, no dia 26/09, no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde prometeram permanecer até o dia seguinte. No local, acontecia o debate público "Sala Escura da Tortura", que visava discutir as diversas formas de tortura usadas durante o Regime Militar e as possíveis formas de tortura que ainda persistem nos dias de hoje.

SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação se acorrentam no Ple... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiado à


- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
 Periódicos
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras](#)
[Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
 DIÁRIO DE
[ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

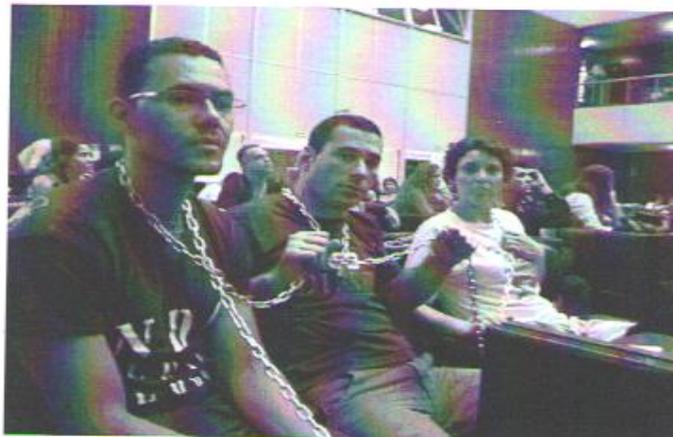
[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Trabalhadores/as em educação se acorrentam no Plenário da ALMG

Cerca de 30 educadores/as se acorrentaram hoje (26/09) plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde prometem permanecer até o dia seguinte. No local acontece o debate público "Sala Escura da Tortura", que visa discutir as diversas formas de tortura usadas durante o Regime Militar, e quais são as formas de tortura que ainda persistem até os dias de hoje. O debate é promovido pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG, cujo presidente é o deputado Durval Ângelo (PT).



[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

[Pensar a Educação](#)
[Pensar o Brasil](#)

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do](#)
[Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA](#)
[SALARIAL](#)
[EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE](#)
[CONVOCAÇÃO -](#)
[Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SRES e ÓRGÃO](#)
[CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA](#)
[ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

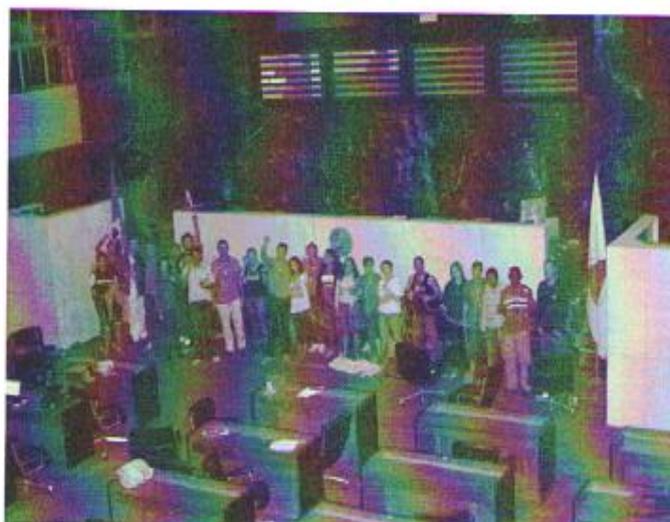
[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)





SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação se acorrentam no Ple... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contedo.php?MENU=40&L...>



Outras atividades

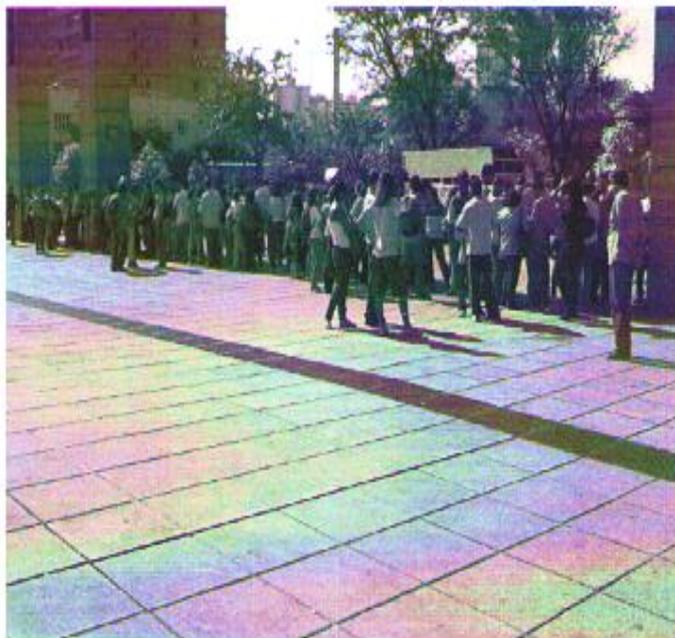
Greve de fome – Permanecem sem se alimentar os trabalhadores/as Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo. Eles estão em greve de fome desde as 14 horas de segunda-feira (19/9) e hoje, às 14h, completaram 168 horas de jejum. Eles vão permanecer assim até que o Governo decida negociar com a categoria. O estado de saúde dos educadores/as é estável.

Acampados – Enquanto isso, educadores estão no hall das Bandeiras, na ALMG, acampados desde a última terça-feira (20/9), após a Assembleia Estadual da categoria. A iniciativa busca exigir abertura de negociação com o governo para a implantação do Piso Salarial e também é por tempo indeterminado. Na sexta-feira (23/9), a categoria que mora no interior do estado voltou para a sua região e os trabalhadores em educação de BH e Grande BH permaneceram no acampamento. Na manhã de hoje (26/9), os educadores do interior retornaram ao acampamento no Legislativo Mineiro.

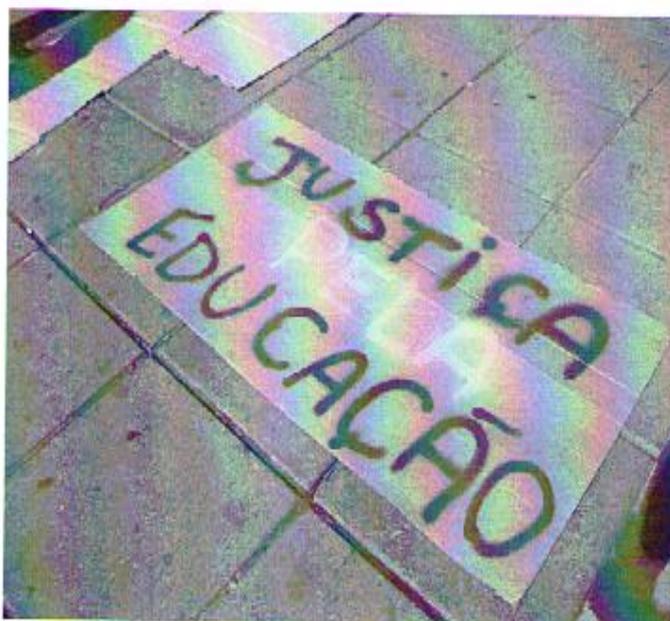
Atos e reuniões – Nesse final de semana, houve, no sábado, uma panfletagem na Praça Sete e, no domingo, outra panfletagem na Feira na Praça da Assembleia. **Hoje (26/6)**, acontece um ato público em apoio à greve dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e à luta do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), na **Praça da Estação** (foto). A manifestação é uma promoção da

SINDUTE MG, Trabalhadores/as em educação se acorrentam no Ple... <http://www.sinduremg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

UFMG e a Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais (CUT/MG). Participam também representantes das demais centrais Sindicais no Estado.



SINDUTE MG. Trabalhadores/as em educação se acorrentam no Plc... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>



Também hoje, às 17h, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção Minas Gerais, à Rua Albita, 260, no Bairro Cruzeiro, haverá uma reunião com a direção do Sind-UTE/MG. A direção do Sindicato irá se discutir com o presidente da OAB/seção MG, Luís Cláudio da Silva Chaves, a greve da categoria.

Os trabalhadores em educação reivindicam a implantação do Piso Salarial Profissional Nacional, prevista na Lei Federal 11.738/08.

Anexo 74

Trabalhadores realizam hoje nova assembleia estadual

Data: 27 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Educadores reuniram-se no dia 27/09, no pátio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para discutir o rumo do movimento, que já completava 112 dias. A reivindicação era pelo cumprimento da lei federal n. 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional.

SINDUTE MG, Trabalhadores/as realizam, hoje, nova Assembleia E... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Trabalhadores/as realizam, hoje, nova Assembleia Estadual

Educadores/as se reúnem nesta **terça-feira (27/9), a partir das 14h**, no pátio da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para discutir o rumo do movimento, que completa hoje 112 dias. A reivindicação é pelo cumprimento da Lei Federal 11.738/08, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). A categoria quer a reabertura de diálogo por parte do Governo.

Pela manhã, o Comando Geral de Greve se reúne, a partir das 9h, para debate estratégias para a greve, iniciada em 08 de junho, no auditório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA).

OAB/MG se coloca à disposição para mediar diálogo

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) se reuniu noite passada com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/seção Minas Gerais (OAB/MG), Luis Cláudio da Silva Chaves e com o secretário-geral da OAB/MG, Sérgio Murilo Braga, na sede da entidade, no Bairro Cruzeiro, para pedir a entidade que viabilize um processo de negociação com o Governo. A OAB se comprometeu a encaminhar ofício para o governador e se colocou à disposição para ser mediadora de um diálogo entre as partes envolvidas.

Encontro

E amanhã (28/9), o Sind-UTE/MG tem reunião marcada em Brasília, a partir das 11 horas, com a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia. O Sindicato irá solicitar que ela reveja sua decisão, publicada nessa segunda-feira (26/9), na qual ela nega recurso do Sindicato que pedia a suspensão da decisão do desembargador Roney de Oliveira, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que determinava a suspensão do movimento. A direção do Sind-UTE/MG entende ser fundamental que a ministra repense sobre sua decisão, porque é importante garantir o direito de greve do trabalhador.

Anexo 75

Mensagem de João Pedro Stédile aos professores de Minas Gerais

Data: 27 de setembro de 2011

Autor: João Pedro Stédile

Assunto: João Pedro Stédile, da coordenação Nacional do MSTe da Via Campesina Brasil, publicou uma carta de apoio ao movimento grevista dos professores de Minas Gerais e também manifestou repúdio ao Governo Anastasia.

SINDUTE MG, Mensagem de João Pedro Stédile aos Professores d... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)



Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Mensagem de João Pedro Stédile aos Professores de Minas Gerais

São Paulo, 26 de setembro de 2011

**QUERIDOS PROFESSORES E PROFESSORAS DE NOSSA IMENS/
 MINAS GERAIS,**

De longe estamos acompanhando com muita atenção e carinho vossa greve.

A luta que vocês estão desempenhando é uma luta histórica, que representa a indignação de todos os professores do Brasil, não só pelo cumprimento da Lei Federal 11.738/08, mas, sobretudo, para recuperarmos a qualidade e a dignidade da educação pública nesse país.

O governo Anastasia não tem vergonha e se comporta irresponsavelmente, não apenas perante o magistério, mas perante todo povo de Minas Gerais, pelo desrespeito que manifesta pela educação de nossos filhos.

Imagino os sacrifícios que vocês estão enfrentando. Imagino as pressões dos setores conservadores e da mídia hipócrita e venal que se mantém à custa do erário público, para mentir e manipular a opinião pública.

Não desanimeis. O povo e a história estão de vosso lado.

A vocês cumpre agora a missão de travar essa batalha em nome de todos nós, pela recuperação do sentido da educação pública e universal que todos os cidadãos têm direito, com qualidade e valorizando o trabalho missionário dos pedagogos.

Estamos com vocês. Permaneçam firmes, que a vitória é certa.

Um forte abraço de todos os militantes do MST, de todo o Brasil.

João Pedro Stédile,
 da coordenação Nacional do MST e da Via Campesina Brasil.

Anexo 76

Greve dos professores: mais um dia!

Data: 27 de setembro de 2011

Autor: José Luiz Quadros de Magalhães

Assunto: Com o título *ãA ditadura volta a Minas Gerais*, Jose Luiz Quadros de Magalhães faz uma provocação cuja intenção era chamar a atenção para o silenciamento da imprensa brasileira diante da situação dos professores e por se posicionarem a favor do Governo do Estado.

SINDUTE MG, Greve dos professores: mais um dia!

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)



[Comunicação](#)
[Noticias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE](#)
[ACAMPAMENTO](#)

[Documentação Técnica](#)
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

[Especiais](#)
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)
[PEDAGÓGICO](#)
[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)
[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

[THFlash!](#)
 Filme não localizado

[Greve dos professores: mais um dia!](#)

A ditadura volta a Minas Gerais!
por Jose Luiz Quadros de Magalhães

O leitor deve estar pensando: a ditadura voltou? Mas, ela já não está aí há muito tempo. Pois é, o título é só uma provocação, só para chamar atenção. A ditadura já está em Minas Gerais há muito tempo, e o pior é que os mesmos donos de jornais, rádios e rede de TV que se autocensuram, que traem a democracia e os princípios constitucionais de liberdade de expressão são os mesmos que "denunciam" a falta de liberdade em outros países. Hipócritas. Há um problema recorrente nestas pessoas no poder: falta espelho (eles só têm o espelho de narciso). Sempre acusando os outros são incapazes de perceberem como violadores da Constituição, como violadores da Democracia, da República e das leis. Estes são os piores bandidos (o fora-da-lei com pode supostamente legal).

Existe outra categoria de pessoas perigosas: os que cumprem ordens ilegais. Não posso fazer nada, estou cumprindo ordens, dizem. Esquecem que não estão obrigados a cumprir ordens ilegais ou flagrantemente inconstitucionais. Basta um mínimo de conhecimento jurídico, ou para não pedir muito, basta um mínimo de bom senso. Agredir pessoas é permitido para os que estão fardados? Onde está escrito, em qual lei da república (com letra minúscula, escondida e oprimida está a república que de público não tem nada), em qual Constituição está escrito que os cidadãos, donos da República (com letra maiúscula, a República que conquistaremos um dia) podem ser tratados pelo seus servidores como lixo, como bandidos. Quem é o bandido nesta história.

E nossas praças privatizadas? E os palácios? Já viram uma República com tanto palácios? Para mim os palácios pertenciam à monarquia e deveriam todos virarem museus públicos. Entretanto nossa república esta cheia de palácios. Só o governador (? tem três: um palácio de verão, um de inverno (nas Mangabeiras) e um para despacho (eparrei). Acredito que todos eles deveriam virar museus e espaços públicos recreativos. Nas Mangabeiras poderíamos inclusive fazer um clube público, com piscinas pública como aquelas que encontramos em outros países mais democráticos.

Que patética cena: enquanto meia dúzia de autoridades (otorydadyš – conhecem esta espécie? Vem do gênero otorytatys sin noyonis) fora do mundo, protegidos por centenas de policiais (que deveriam, se agissem de forma constitucional, proteger o cidadãos contra o governo inconstitucional), festejam os bilhões de dólares que pouco vão lucrar às custas dos espaços e dinheiros públicos investidos na Copa do Mundo. A

<p>Pensar a Educação Pensar o Brasil</p>	<p>câmeras e os jornalistas das grandes rádios e televisões estavam no lugar errado. Não deveriam estar filmando aquela festa podre, com pessoas, algumas até muito suspeitas Interessante episódio moderno: centenas de policiais protegendo alguns suspeitos alguns até respondendo processo; outra centena de policiais atirando balas de borracha e gás lacrimogêneo em pessoas desarmadas, trabalhadores, professores, cidadãos; tudo isto para garantir uma festa realizada com muito dinheiro público para permitir muito lucro privado, onde o povo, o cidadão fica de fora: quantos poderão assistir a um jog da copa do mundo? Para estes poder o lugar do povo é em frente a TV. Pode ser que o governos eleitos sorteiem junto com as grande empresas alguns ingressos para os qu permitem a festa com seu trabalho: todos nós que trabalhamos.</p>
<p>Redes Sociais</p>	<p>Pergunto-me diariamente: quando é que a ficha vai cair. Quando é que vamos acordar todos nós, que nunca somos convidados para a festa que a policia protege. Quando vamos cansar de apanhar da polícia que deveria nos proteger. Será que as coisas já não estão suficientemente claras? Governos eleitos com muita grana do financiamento privado de grandes banqueiros mentem para nós antes das eleições. Não elegemo livremente ninguém, isto não é uma democracia. Escolhemos a cada 4 anos o melho escritório de marketing. Essas pessoas no poder, na maioria dos casos não no representam (há exceções). Representam os seus próprios interesses e os interesse daqueles que pagaram sua eleição. Quando vai cair a ficha? A polícia que bate no povo e protege o patrimônio dos ricos e as festas do poder, onde o povo está sempre de fora</p>
<p>10º Congresso do Sind-UTE/MG</p>	<p>Copa do Mundo, Olimpíada, comemorações de grandes corporações (que sustentam a mentira do nacionalismo moderno) onde assistimos vinte e dois milionários correndo atrás da bola sem nenhum outro compromisso a não ser com o sucesso pessoal, a vaidade e o dinheiro. Muito dinheiro. Tem alguns que até choram. Eventos que comemoram e exaltam o melhor, o corpo perfeito, a "performance" perfeita. Há muito que todos estão fora desta festa. Não podemos participar. Somos todos imperfeitos, não temos aquela saúde perfeita, aquele corpo perfeito, aquele patrocinador perfeito. Somos trabalhadores e nosso corpo e mente estão marcados pelo trabalho. Não temos tempo para a perfeição.</p>
<p>Biblioteca</p>	<p></p>
<p>Blogs</p>	<p></p>
<p>CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015</p>	<p></p>
<p>EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes</p>	<p></p>
<p>GREVE 2014</p>	<p></p>
<p>GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA</p>	<p>Quando é que a ficha vai cair? Até quanto você vai ficar levando "porrada"? Até quando você vai ficar financiando estas festas podres com gente esquisita?</p>
<p>LEI 100</p>	<p>Filmem tudo, tirem foto de tudo, escrevam, falem, não se conformem. Reclamem seu direitos, exijam que os que têm poder econômico e político cumpram a lei e respeitem a República. Processem. Processem. Processem. Toda vez que forem agredidos pelo estado processem, fotografem, filmem. Mandem os filmes e as fotos para todo o mundo saber que aqui em Minas Gerais vivemos uma ditadura econômica, onde os cidadãos são desrespeitados. Onde quem trabalha apanha do governo, é desrespeitado pela polícia. Contem isto para o mundo inteiro, todo dia, toda hora. Não acreditem que a história acabou. Não acreditem que não temos força, que não podemos fazer qualquer coisa. A história está em nossas mãos, mas para construirmos a história que desejamos é necessário sair de frente da televisão e olhar para a vida, para o mundo. Podemos fazer qualquer coisa, inclusive construir uma democracia constitucional republicana, de verdade, real, em nosso país, onde os poderes públicos, onde a polícia sirva ao povo e não às grandes empresas privadas. Mas para isto temos que nos movimentar.</p>
<p>VII CONFERÊNCIA ESTADUAL</p>	<p></p>
<p>FICHA DE FILIAÇÃO</p>	<p></p>
<p>Concurso</p>	<p></p>
<p>Vagas Rede Estadual</p>	<p></p>
<p>Decretos</p>	<p></p>
<p>1/3 Hora Atividade</p>	<p></p>
<p>Revista do Brasil</p>	<p></p>
<p>Carta Maior</p>	<p></p>

encontram. Como diria Caetano:

"E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos, não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio".

Rua Ipiranga, 80 - Floresta - BH - MG - CEP: 30.015-180 - Tel(31) 3481-2020 - Fax(31) 3481-2449

Anexo 77

Governo tucano cede e professores mineiros suspendem greve

Data: 28 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Após 112 dias em greve, os professores da Rede Pública de Minas Gerais decidiram, no final da noite do dia 27 de setembro, suspender a paralisação. Reunidos no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, os grevistas aceitaram a proposta do governo estadual para que se criasse uma comissão, que seria formada por trabalhadores da educação, representantes do Governo e deputados estaduais.

Governo tucano cede e professores mineiros suspendem greve - Port...

<http://www.vermelho.org.br/noticia/165087-1>

Curtir 0 Tweetar G+1 1

28 de setembro de 2011 - 12h31

Governo tucano cede e professores mineiros suspendem greve

Após 112 dias em greve, os professores da rede pública estadual de Minas Gerais decidiram no final da noite desta terça-feira (27) suspender a paralisação. Reunidos no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, os professores aceitaram a proposta do governo estadual para a criação de uma comissão — formada de trabalhadores da educação, representantes do governo e deputados estaduais.

Em entrevista ao **Portal Vermelho**, o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) de Minas Gerais e presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro Minas), Gilson Reis, os saldos econômicos da greve ainda serão discutidos. "Os resultados da greve ainda não são mensurados, já que não se chegou a uma proposta definitiva. A luta aqui era pelo piso salarial nacional e pelo plano de carreira — e isso ainda está definido. Esperamos que o governo de Minas inicie de forma séria uma negociação".

Durante os quase quatro de meses de paralisação, a imagem do tucanato mineiro foi gravemente manchada. A greve dos professores — que recebeu a adesão de milhares de trabalhadores na capital e em todo o estado — é resultado de nove anos da política educacional do PSDB à frente do governo de Minas Gerais. "Ela expressa uma insatisfação com uma política que vem precarizando as condições de trabalho nas escolas públicas do estado. Isso deixa marcas também na imagem do senador Aécio Neves — que é o mentor do atual governador", disse Gilson.

Ele afirmou ainda que, durante a paralisação, o governo do estado assumiu uma postura intransigente e truculenta diante dos trabalhadores. "O governo de Minas, de forma intransigente não negociou. Na verdade ele foi omissivo — desconsiderando a greve e pressupondo que ela não teria fôlego. Até que a greve começou a incomodar. Ao invés de buscar a negociação, o governo começou a tentar reprimir o movimento, utilizando todos os canais da estrutura jurídica e política — Ministério Público e Assembleia Legislativa — para tentar derrotar a greve".

O movimento ganhou destaque no noticiário nacional nos últimos dias pelo longo período de resistência dos trabalhadores — que apesar de mais de 100 dias de paralisação mantiveram a unidade —, e depois que os educadores Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo entraram em greve de fome por tempo indeterminado, no hall de entrada da Assembleia mineira. "Nos últimos dias o governo viu a greve ganhar uma grande dimensão política. O governo de Minas e o atual governador do estado Antônio Anastasia foram muito desgastados com essa greve em função da atitude de não negociar e de reprimir o movimento", ressaltou o presidente da CTB-MG.

Ainda de acordo com Gilson, a população manteve uma posição de apoio aos professores e de luta pela educação — o que fortaleceu ainda mais o movimento. "Foi uma greve combativa e firme — que demonstrou a insatisfação profunda dos educadores

do estado com a política de Aécio Neves e de Anastasia para a Educação”.

Negociações

A comissão deve iniciar as negociações nesta quinta-feira (29). Além da questão salarial e do plano de cargos e carreira, ela deverá debater os pagamentos referentes ao mês de agosto, já que participando da greve, os professores não teriam direito a receber salário.

Outra incumbência da comissão é analisar uma espécie de "anistia", já que a categoria pleiteia que o tempo de paralisação, que começou no dia 8 de junho, não seja levado em conta no momento de progressão da carreira. A reposição das aulas também será analisada. "A intenção dos trabalhadores caso o governo faça o pagamento é discutir o ano letivo", afirmou Gilson.

No dia 8 de outubro o comando de greve vai se reunir novamente para avaliar o desenrolar das negociações com o governo estadual.

Da redação,
Mariana Viel

[2 comentários](#)



Notícias relacionadas a:

Anexo 78

Reunião de amanhã (29/09) irá definir pagamento dos dias parados e calendário de reposição de aulas

Data: 28 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Notificação a respeito da primeira reunião da Comissão que ocorreria no dia 29 de setembro, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

SINDUTE MG, Reunião de amanhã (29/09) irá definir pagamento do... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação
[Notícias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Infoma](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica
[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais
[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

Reunião de amanhã (29/09) irá definir pagamento dos dias parados e calendário de reposição de aulas

Nesta quinta-feira (29/9), às 15h, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), haverá a primeira reunião da Comissão composta por representantes do Governo, da ALMG e do Sind-UTE/MG para viabilizar pendências da suspensão da greve, definida nessa terça-feira, 28/9. O Sindicato vai cobrar a definição para o pagamento dos dias parados e o calendário de reposição de aulas.

Anexo 79

Pagamento dos dias parados será feito após início da reposição

Data: 28 de setembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Segundo o Governo do Estado de Minas os dias parados serão pagos somente após início da reposição das aulas.

SUPER *facil*
Início
Veículos
Imóveis
Empregos
Diversos


Tribuna de Minas

Juiz de Fora
Min 13° Max 28°

thamyres Alves

SAIR

TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2016

CIDADE ▾	POLÍTICA ▾	ECONOMIA ▾	CONCURSOS ▾	VIDA MAIS ▾	CULTURA ▾	ESPORTES ▾	BRASIL E MUNDO	TV ▾	TRIBUNA — põe a — MESA
OPINIÃO ▾	COLUNAS ▾	CONFIRA	VIAGEM ▾	CARRO & CIA	SERVIÇOS ▾	VÍDEOS	CASA&CIA	MINHA TRIBUNA	








POLÍTICA

28 de setembro de 2011 - 15:18

Pagamento dos dias parados será feito após início da reposição

Publicidade

Sábados, janeiro e fevereiro serão usados para completar calendário 2011.
Docentes se reúnem na Escola Normal a partir das 16h

POR TRIBUNA



Em coletiva realizada na manhã desta quarta-feira (28), o Governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, informou que os professores da rede estadual que ficaram em greve irão receber o pagamento em relação aos dias parados após o início da reposição das aulas, em escalonamento mês a mês. A greve no Estado durou 112 dias e **foi suspensa na noite da última terça-feira (27)**, em assembleia que reuniu cerca de 2 mil professores na capital.

A assessoria de comunicação da Secretaria Estadual Educação (SEE) informa que a orientação para a reposição das aulas é a mesma que foi publicada em **resolução** no dia 19 de setembro, que indica aulas aos sábados, em janeiro e em parte de fevereiro, respeitando a autonomia de cada escola. As instituições que ficaram 100% paradas, por exemplo, só devem conseguir concluir o ano em março de 2012. Em Juiz de Fora, nenhuma está nesta situação. Conforme a orientação, durante a reposição, não haverá aulas nos dias 12 de outubro e 2 e 15 de novembro. Os estudantes também terão recesso de fim de ano, entre o dia 24 de dezembro e o dia 1º de janeiro. Para que uma escola integralize o ano letivo de 2011, é necessário que sejam cumpridos os 200 dias letivos, conforme informa a SEE. Os professores já retornam às salas de aula nesta quinta-feira (29).

Hoje, assembleias regionais serão realizadas em todo o Estado. Em Juiz de Fora, o encontro da categoria ocorre na Escola Normal, às 16h.

Negociações continuam

Entre os principais pontos acordados entre o Governo e a classe na noite de ontem, está a suspensão de penalidades aos profissionais que seriam adotadas em decorrência da paralisação, a formação de uma comissão de negociação composta por parlamentares, representantes do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e do Governo de Minas. Outra questão é o Projeto de Lei 2.355/11, de autoria

do Executivo, que determina a readequação do modelo de remuneração por subsídio, continua tramitando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A aplicação do piso salarial proporcional no plano de carreira dos professores, respeitando tempo de serviço e escolaridade dos profissionais, será aprimorada e reposicionada entre 2012 e

POLÍTICA



12/07/2016

Wilson defende gestão próxima à população

12/07/2016

Reação à 'Escola sem Partido'



10/07/2016

Novas regras facilitam manutenção de mandato



09/07/2016

Bombeiros civis podem virar exigência



09/07/2016

Novo DCE quer priorizar o diálogo

Publicidade

Anexo 80

Greve dos professores de Minas Gerais consegue vitória após 112 dias

Data: 14 de outubro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Tendo como principal reivindicação a implantação da Lei 11.738/08, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional, os trabalhadores em educação de Minas Gerais realizaram uma greve que perdurou por 112 dias, culminando na vitória dos professores, ao vencerem a intransigência do Governador Anastasia, que voltou a negociar com os professores.

Greve dos professores de Minas Gerais consegue vitória após 112 di... <http://averdade.org.br/2011/10/professores-greve-consegue-vitoria-...>

PRINCIPAL BRASIL INTERNACIONAL LUTA POPULAR JUVENTUDE CULTURA MULHERES SAÚDE
TRABALHADOR UNIDO ENTREVISTA

Buscar

Jornal A Verdade / Trabalhador Unido / Greve dos professores de Minas Gerais consegue vitória após 112 dias

Greve dos professores de Minas Gerais consegue vitória após 112 dias

14 de outubro de 2011

Categoria: Trabalhador Unido permalink

Share this on WhatsApp

Tweetar G+1 Share Facebook Share



Tendo como principal reivindicação a implantação da Lei 11.738/08, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), os trabalhadores em educação de Minas Gerais realizaram uma greve que durou 112 dias. O governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, do PSDB, alega que o Estado não tem dinheiro para aumentar o salário na educação, mas gasta milhões com a construção de estádio para a Copa do Mundo e em propaganda na TV e jornais contra a greve.

Durante a greve, diariamente, os trabalhadores realizaram atos de denúncia e de conscientização na capital e em cidades do interior e semanalmente assembleias com milhares de pessoas.

Diante da intransigência do governo estadual, que ainda manteve a postura de não negociar, a greve foi radicalizada. Manifestações de apoio com mais de 15.000 pessoas paralisaram a capital mineira. No ato de lançamento do relógio que faz a contagem regressiva para a Copa do Mundo, o povo foi impedido de se manifestar em apoio à luta dos professores e a polícia agiu com violência. O presidente do SindMassas, Renato Campos foi ferido por bala de borracha e teve que ir para o hospital. Professores se acorrentaram no plenário da Assembleia Legislativa e na Praça Sete e dois professores, Abdon Geraldo e Marilda Araújo, entraram em greve de fome desde o dia 19 de setembro.

A greve dos trabalhadores da educação transformou-se no centro político da

Greve dos professores de Minas Gerais consegue vitória após 112 di... <http://averdade.org.br/2011/10/professores-greve-consegue-vitoria-...>

mobilização de todos os trabalhadores de Minas Gerais com a participação ativa de entidades dos movimentos populares e sociais ampliou. A participação do movimento estudantil, organizados pelo DCE da UFMG e pela AMES-BH, foi muito importante.

O Movimento Luta de Classes (MLC) atuou de forma combativa através de seu núcleo de professores, fortalecendo as mobilizações diárias, as panfletagens e defendendo a unidade da categoria. Até o fechamento desta edição já são 115 dias de greve e a disposição de manter o movimento é firme.

Por fim, a intransigência do governo do PSDB de Anastasia desmascara a falsa propaganda de que em Minas se vive em um mar de rosas.

Após 113 dias de greve, os trabalhadores em educação de Minas Gerais conseguiram dobrar a intransigência do governador Anastasia e abrir as negociações. Com milhares de professores concentrados na Praça da Assembléia, a direção do sindicato negociou com representantes do governo durante horas. Após as reuniões, o comando de greve se reuniu com os trabalhadores. À meia noite do dia 28 de setembro, por decisão da maioria absoluta dos oito mil trabalhadores presentes à assembléia, a greve foi suspensa. Foi mais um exemplo da luta dos trabalhadores brasileiros para garantir seus direitos, um salário digno e uma educação de qualidade. É um exemplo de que vale à pena lutar!

Raphaella Mendes, Belo Horizonte

Tweetar G+1 [Share](#)  [Share](#) 

Share this on WhatsApp

pvc_views:

769

dsq_thread_id:

599374065

Deixe uma resposta

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Comentário

Anexo 81

Todo apoio à greve dos trabalhadores em educação de Minas Gerais

Data: 25 de outubro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Nota enviada de Juazeiro do Norte (CE) manifestando apoio ao movimento grevista dos trabalhadores em educação da Rede Pública de Minas Gerais.

SINDUTE MG, TODO APOIO A GREVE DOS TRABALHADORES... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/contendo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

• [Principal](#)
 • [Favoritos](#)
 • [Contato](#)

Filiado a

CUT **CNE**

Comunicação

[Noticias](#)
[Clipping](#)
[Periódicos](#)
[Informa](#)
[Boletim](#)
[Programa Outras Palavras](#)
[Outras Palavras](#)
[O Equilibrista](#)
[Cartilhas](#)
[Publicações](#)
[Artigos](#)
[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)
[Orientações](#)
[Instruções](#)
[Comunicados](#)
[Informes](#)
[Legislação Nacional](#)
[Legislação Estadual](#)
[Plano de Carreira](#)
[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)
[Aposentados](#)
[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)
[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
 Filme não localizado

TODO APOIO A GREVE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Os trabalhadores em Educação de Minas Gerais, em Greve há mais de cem dias exigem a aplicação imediata da Lei Federal nº 11 738/08, que estipula o piso salarial nacional dos educadores.

O governador Anastasia encaminhou para Assembléia Legislativa um Projeto de Lei que modifica o plano de carreira da educação.

Neste projeto, que foi encaminhando para a ALMG (Assembléia Legislativa de Minas Gerais), sem que fosse discutido com a categoria em Greve, o governo não reconhece a diferença de 3% em cada grau da carreira e os 22% referentes ao ganho por nível escolaridade, além de deixar de fora os trabalhadores do quadro administrativo.

Após cem dias o Tribunal de Justiça, em decisão liminar, discute a legalidade da Greve e o governo ameaça com demissão os trabalhadores contratados, indo contra a Lei de Greve e a Lei Federal do PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional).

A nossa solidariedade aos trabalhadores grevistas é total e irrestrita pois entendemos que a luta pela valorização dos servidores públicos é a mesma luta por serviços públicos de qualidade para o conjunto da população.

Exigimos:

- * A imediata abertura de negociação com a comissão de negociação e a não aprovação do projeto de Lei encaminhado a ALMG.
- * Aplicação da Lei Federal 11 738/08.
- * Manutenção das Tabelas do Plano de Carreira.
- * Nenhuma punição aos trabalhadores em Greve.
- * Esta Greve é legal.

Juazeiro do Norte/Ce, 26 de Setembro de 2011

Anexo 82

Moção de solidariedade aos educadores de Minas Gerais

Data: 25 de outubro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação manifestou, por meio da moção que se segue, solidariedade à greve dos educadores do Estado, em especial aos dois membros da Diretoria Estadual do Sindicato, Abdon Geraldo Guimarães e Marília de Abreu, que iniciaram, no dia 19/09, uma greve de fome por tempo indeterminado, em razão da falta de diálogo do Governo do Estado com a categoria.

SINDUTE MG, MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS (AS) EDU... <http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)

Filiado à



- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

- [Notícias](#)
- [Clipping](#)
- [Periódicos](#)
- [Informa](#)
- [Boletim](#)
- [Programa](#) [Outras Palavras](#)
- [Outras Palavras](#)
- [O Equilibrista](#)
- [Cartilhas](#)
- [Publicações](#)
- [Artigos](#)
- [DIÁRIO DE](#)
- [ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

- [Resoluções](#)
- [Orientações](#)
- [Instruções](#)
- [Comunicados](#)
- [Informes](#)
- [Legislação Nacional](#)
- [Legislação Estadual](#)
- [Plano de Carreira](#)
- [Tabela Salarial](#)

Especiais

- [Campanhas Salariais](#)
- [Aposentados](#)
- [Redes Municipais](#)

[ENCONTRO](#)

[PEDAGÓGICO](#)

[LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações](#)

[judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)

[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!
Filme não localizado

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AOS (AS) EDUCADORES (AS) DE MINAS GERAIS

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, à qual o Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais é afiliado, vem público manifestar SOLIDARIEDADE à greve dos educadores no Estado, em especial, aos dois membros da diretoria estadual do Sindicato, Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo, esta também é Secretária de Organização do CNE, que iniciaram, ontem (19/09), uma greve de fome por tempo indeterminado em razão da falta de diálogo do Governo do Estado com a categoria.

Os dois educadores estão, na porta do gabinete do 1º secretário da Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dilzon Melo e vão permanecer em greve de fome até que seja estabelecido um processo de negociação com o Governo do Estado, com vistas ao pagamento do Piso Salarial. A greve no estado completa 10 dias hoje e o governo mantém-se irredutível em dialogar com a direção do sindicato.

Diante desta grave situação que levou os dirigentes sindicais à greve de fome, a CNTI solicita às entidades filiadas que encaminhem nota de solidariedade aos educadores mineiros, pedindo ao governador de Minas Gerais Antônio Anastasia que reabra o canal de negociação com o Sindicato e encaminhe, com urgência, uma proposta concreta para as reivindicações da categoria, pondo fim ao movimento grevista e ao sacrifício dos dirigentes sindicais, uma vez que a Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério é uma conquista, não somente para os trabalhadores em educação, mas também para a sociedade brasileira.

APEOESP SUBSEDE OSASCO

Anexo 83

Nota de apoio e solidariedade

Data: 25 de outubro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: A Federação dos Trabalhadores em Administração Pública Municipal do Rio Grande do Norte (FETAM-RN) expressou, através de uma nota, apoio e solidariedade aos companheiros professores da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

SINDUTE MG, NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...

- [História](#)
- [O Sindicato](#)
- [Estatuto](#)
- [Departamentos](#)
- [Subsedes](#)
- [Prestação de Contas](#)



Filiado à

- [Principal](#)
- [Favoritos](#)
- [Contato](#)

Comunicação

[Notícias](#)

[Clipping](#)

[Periódicos](#)

[Informa](#)

[Boletim](#)

[Programa Outras Palavras](#)

[Outras Palavras](#)

[O Equilibrista](#)

[Cartilhas](#)

[Publicações](#)

[Artigos](#)

[DIÁRIO DE ACAMPAMENTO](#)

Documentação Técnica

[Resoluções](#)

[Orientações](#)

[Instruções](#)

[Comunicados](#)

[Informes](#)

[Legislação Nacional](#)

[Legislação Estadual](#)

[Plano de Carreira](#)

[Tabela Salarial](#)

Especiais

[Campanhas Salariais](#)

[Aposentados](#)

[Redes Municipais](#)

[ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO](#)

[JURÍDICO - Ações judiciais/editais](#)

[Links](#)

[Material de Divulgação](#)

[Pesquisa Sindute](#)

THFlash!

Filme não localizado

NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE

A Federação dos Trabalhadores em Administração Pública Municipal do Rio Grande do Norte (FETAM-RN) expressa, através desta, apoio e solidariedade aos companheiros professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais, em greve desde o dia 8 de julho.

Os educadores estão em luta pelo cumprimento da Lei 11738/08, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério da Educação Básica.

Apoiamos todos os trabalhadores que estão na luta, especialmente Abdon Geraldo Guimarães e Marilda de Abreu Araújo que tem mostrado uma dedicação profunda ao movimento, ao se sacrificar fisicamente através da greve de fome que estão empreendendo desde o dia 19/09.

Concomitantemente, a FETAM-RN repudia a atitude do governo estadual mineiro que, além de se mostrar insensível aos pleitos dos docentes, atropela a lei, na tentativa de fazer desacreditar poderes constitucionalmente instituídos, como o Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou a lei do Piso constitucional e determinou o seu cumprimento integral e imediato.

A FETAM-RN apela a toda a sociedade brasileira a se irmanar aos companheiros mineiros que estão na batalha por direitos legalmente assegurados e que se constituem em premissa para a valorização profissional docente.

Para finalizar, solicitamos ao governador Antônio Anastasia que faça valer os princípios republicanos e democráticos que regem o Estado brasileiro, abrindo canais de negociação com os trabalhadores grevistas, como forma de ouvir os seus reclamos e buscarem, conjuntamente, soluções para o impasse que prejudica a todos, especialmente os alunos da rede pública mineira de ensino.

Anexo 84

Reajuste da educação ainda provoca debates

Data: 26 de outubro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O projeto de lei que prevê o reajuste salarial dos professores da Rede Estadual de Minas Gerais, sem previsão de data para entrar na pauta da Assembleia Legislativa, ainda provocava debates.

SINDUTE MG, Reajuste da educação ainda provoca debates

<http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...>

[Redes Sociais](#)

[10º Congresso do Sind-UTE/MG](#)

[Biblioteca](#)

[Blogs](#)

[CAMPANHA SALARIAL EDUCACIONAL 2015](#)

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Subsedes](#)

[GREVE 2014](#)

[GREVE SREs e ÓRGÃO CENTRAL NA MÍDIA](#)

[LEI 100](#)

[VII CONFERÊNCIA ESTADUAL](#)

[FICHA DE FILIAÇÃO](#)

[Concurso](#)

[Vagas Rede Estadual](#)

[Decretos](#)

[1/3 Hora Atividade](#)

[Revista do Brasil](#)

[Carta Maior](#)

Reajuste da educação ainda provoca debates

 O projeto de lei que prevê o reajuste salarial dos professores da rede estadual de Minas Gerais ainda não tem data prevista para entrar na pauta da Assembleia.

De acordo com o deputado Rogério Correia (PT), houve uma reunião entre o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e uma comissão formada por oito deputados, mas não se chegou a um consenso sobre quais servidores em educação devem ser contemplados com o piso nacional de R\$ 1.597.

Os principais pontos de

negociação são a aplicação do piso nacional na carreira, o pagamento dos dias parados, o calendário de reposição das aulas e a anulação das punições.

Os professores da rede estadual realizaram uma greve de 112 dias para reivindicar o piso. Chegaram a ocupar o plenário da Assembleia, impedindo a análise de projetos como protesto pela antiga proposta enviada pelo governo.

O projeto previa um reajuste salarial de 5% (a partir de abril de 2012) e um novo posicionamento na tabela de subsídio, mas não agradou a categoria. **(LA)**

Anexo 85

Contracheque traz desconto de paralisação

Data: 01 de novembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Professores do Estado denunciam desconto no contracheque do mês de outubro, referente à paralisação.

The screenshot shows the top navigation bar of the O Tempo Cidades website with various menu items like 'SUPER NOTÍCIA', 'PAMPULHA', 'OT BETIM', etc. The main header features the 'O TEMPO CIDADES' logo and a search bar. Below the header, there are social media sharing buttons for Facebook (16 mil), Twitter, and Google+ (1.153). The article title is 'GREVE: Contracheque traz desconto de paralisação' with a sub-headline 'Categoria ameaça parar de repor as aulas, caso salários não sejam corrigidos'. There are also social media icons for email, print, and font size adjustment.

PUBLICADO EM 01/11/11 - 23h30

GABRIELA SALES

Professores da rede estadual de educação denunciam que tiveram os dias de greve descontados no contracheque de outubro pelo governo do Estado. Os cortes na folha seriam relativos às faltas que deixaram as atividades paralisadas nas escolas por 112 dias. O movimento terminou no último dia 27 de setembro.

A medida, constada ontem pelos educadores após terem acesso ao contracheque, contraria o acordo estabelecido pela comissão de negociação que previa os descontos apenas nas folhas de dezembro de 2011 e janeiro de 2012. "Temos relatos de que os descontos

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

TR.	NOME	DEPENDENTES
		IR
		00

BANCO	AGÊNCIA	CONTA	CPF	PIS/PA
001				

Nº ADMISSÃO/CARGO	SÍMBOLO	SITUAÇÃO FUNC.	QUI
			ADA
SOR DE EDUCACAO BASICA	PEBS B	ELETIVO (A)	00

DESCRIÇÃO	PARCELA	VANTAGENS	DE
AULAS OBRIG. EFETIVO		567,00	
AUXILIO TRANSPORTE		30,00	
QUINQ MAGIST. E.C.E.		56,70	
GRAT INC DOC BIENIO		113,41	
GRAT FUN VICE SUBSID		330,00	
VANTAG. TEMP. INCORP.		88,01	
IPSEMG ASSIST MEDICA			
CONT. PREV. LIC 0402			
FALTAS - GREVE ATRAS			
BON. PINE - EMPRESTI - NAO DESC.			
SIND-LITE MENS. CONTR - NAO DESC.			

DE REFERENCIA:	TOTAL DE VANTAGENS	1.185,16
4 - NORMAL	TOTAL DE DESCONTOS	
+ ATRASADO	LIQUIDO A RECEBER	
- RESTITUIÇÃO		

IAS: 01/11/2011 11:17H 07/11/2011 25H 08/11 001/PEB
OTOR GO EST 191001.

Categoria ameaça parar de repor as aulas, caso salários não sejam corrigidos

BRUNET
Gisele Fraga publica imagem de seu rosto após agressão

MUDANDO DE RAMO
Roberto Abras faz última participação na Rádio Itatiaia

PRA INGLÊS VER
Rodoviária faz quatro anos e continua inoperante

WhatsApp **O Tempo**

(31) 99827-4455

COLUNISTAS

Assine O TEMPO

Assine a nossa Newsletter

Anexo 86

Nota de esclarecimento

Data: 08 de novembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: O Sind-UTE/MG emitiu nota em que esclareceu que as atividades estaduais promovidas por ele e que envolvam a participação de caravanas não têm limites de participação para professores.

SINDUTE MG, Nota de Esclarecimento	http://www.sindutemg.org.br/novosite/conteudo.php?MENU=40&L...
<ul style="list-style-type: none"> • História • O Sindicato • Estatuto • Departamentos • Subsedes • Prestação de Contas 	<p>Filiado à</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Principal • Favoritos • Contato
<p>Comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> Notícias Clipping Periódicos Informa Boletim Programa Outras Palavras Outras Palavras O Equilibrista Cartilhas Publicações Artigos DIÁRIO DE ACAMPAMENTO 	<p>THFlash! Filme não localizado</p>
<p>Documentação Técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> Resoluções Orientações Instruções Comunicados Informes Legislação Nacional Legislação Estadual Plano de Carreira Tabela Salarial 	<p>Nota de Esclarecimento</p>
<p>Especiais</p> <ul style="list-style-type: none"> Campanhas Salariais Aposentados Redes Municipais 	<p>As atividades estaduais promovidas pelo Sind-UTE/MG que envolvem caravanas e organizadas pela atual direção não têm limite de participação da categoria.</p> <p>Desta forma, não corresponde à realidade a orientação de algumas subdesdes de que a atividade que será realizada no dia 10 de novembro tem limite de participação.</p>
<p>ENCONTRO PEDAGÓGICO LATINOAMERICANO</p>	<p>Ao contrário, a orientação contida no ofício 068/11 enviada a todas as subdesdes no dia 01 de novembro de 2011, foi a seguinte:</p>
<p>JURÍDICO - Ações judiciais/editais</p>	<p>“as subdesdes realizem assembleias locais para avaliarem o processo de negociação e organizem caravanas para realizarmos uma grande manifestação em Belo Horizonte. É preciso reagir a tudo que estamos enfrentando. É preciso pressionar para o correto pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional.”</p>
<p>Links</p>	<p>As dificuldades financeiras enfrentadas pelas subdesdes e sede também não podem impedir a organização das nossas atividades estaduais.</p>
<p>Material de Divulgação Pesquisa Sindute</p>	<p>Quando uma subdesde não consegue arcar com as despesas de suas caravanas, a sede viabiliza os recursos necessários. Este procedimento ocorreu durante toda a greve de 2011.</p>
	<p>Por isso, contamos com o empenho de todas as subdesdes para realizarmos uma importante atividade neste dia 10 de novembro sem estabelecer regras que dificultem a participação da categoria e, assim, comprometam a atividade.</p>

Anexo 87

2011: o ano em que os professores foram à luta

Data: 23 de novembro de 2011

Autor: desconhecido

Assunto: Para muitos trabalhadores em educação, o ano de 2011 foi de luta. Greves e mobilizações imensas foram deflagradas em quase todos estados e municípios importantes.

2011: o ano em que os professores foram à luta | PSTU http://www.pstu.org.br/node/9312



PARTIDO SOCIALISTA DOS
TRABALHADORES UNIFICADO

Busca

INICIAL PARTIDO PROGRAMA TEORIA JORNAL NOTÍCIAS FOTOS VÍDEOS MANDATOS

Mundo Nacional Juventude Opressão Cultura Movimento Filie-se Sedes Downloads Boletim eletrônico Fale conosco

quarta-feira, 23 de Novembro de 2011

2011: o ano em que os professores foram à luta

[Curtir](#)
[Compartilhar](#)

[Tweetar](#)

Para muitos trabalhadores em educação, o ano de 2011 está longe de terminar. Passeatas, ocupações e greve marcaram a vida de milhares de professores pais afora. Foram greves e mobilizações imensas em quase todos estados e municípios importantes. Lutavam e continuam lutando contra os salários de fome, jornadas extenuantes, desrespeito ao piso nacional, destruição do plano de carreira, salas superlotadas, escolas destruídas. Confira as principais greves da categoria que ocorreram no país.

Edição nº 434

Editorial
Organizar o plebiscito sobre os 10% do PIB já para a Educação

Opinião
O direito dos trabalhadores à educação pública de qualidade

Condições de Trabalho
O que restou daquilo que nos prometeram?

Reportagem
"O desânimo dos professores é generalizado"
"A doença da educação é a precariedade"

Privatização da educação
Privatização do ensino superior: a educação como mercadoria

Educação no Brasil
O colapso da educação no Brasil
Para o governo, banqueiros em primeiro lugar
Por que o PNE fracassou?

Mapa das greves
2011: o ano em que os professores foram à luta

Mito da mobilidade social
Educação e mobilidade social

Opressão na escola
Assédio, bullying, discriminação: os muitos nomes da opressão no ambiente escolar

Cultura e educação

AMAPÁ
34 dias de greve

Com gritos entusiásticos de greve, greve, greve, greve, os trabalhadores em educação do Amapá entraram em greve no dia 17 de maio, contra a retirada de direitos, em defesa da aplicação do Piso Nacional Salarial. O mais extraordinário é que a greve foi dirigida pela base da categoria, uma vez que os principais dirigentes do sindicato foram afastados por suspeitas de corrupção. Ao final, a luta arrancou o reajuste de 19,5% e fortaleceu a CSP-Conlutas, que deu todo seu apoio à categoria. Isso se expressou na vitória da chapa apoiada pela coordenação nas eleições para Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Estado do Amapá (SINSEPEAP), realizadas no dia 29 de julho.

RIO DE JANEIRO
66 dias de greve

No dia 7 de junho, professores e funcionários da rede estadual de educação do Rio de Janeiro deram início a uma greve que duraria 66 dias. Indignados com os baixos salários, os profissionais da educação cruzaram os braços, se somando à heróica revolta dos bombeiros que comovia todo o estado na época.

A greve ganhou força e a categoria chegou a acampar em frente a Secretaria de Educação. Um dos momentos mais importantes da greve aconteceu no dia 29 de junho, data em que seria aplicado o Saej (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), uma imposição do governo do

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

 São Luís (MA): PSTU lança pré-candidatura de Cláudia Durans à prefeitura

 PST pre-Toni preti dos

 PSTU No 63.276 curtido

 Curtir Página

1 amigo curtiu isso



JORNAL SOCIALISTA

- Le
- Saber mais
- Assina

GALERIAS DE FOTOS


Seminário Nacional de Programa de Trabalho 2011

Das telas para a lousa: cinema e educação

Internacional

A educação chilena se defende

Campanha

Educação precisa de 10% do PIB já!

estado para avaliar os alunos. Mas a prova do Saerj foi amplamente boicotada, por alunos e professores.

Ao final, o governador Sérgio Cabral (PMDB) foi obrigado a atender muitas das reivindicações dos trabalhadores. Os funcionários passam a ter direito a um Plano de Carreira, por formação e por tempo de serviço, e os professores arrancaram um reajuste salarial.



PARÁ

Em greve

Os docentes cobram do governo do Estado o pagamento do piso nacional da categoria (R\$ 1.187). Os técnicos, melhorias na estrutura das escolas e implantação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR).

TOCANTINS

7 dias de greve

Depois uma semana de greve, a categoria conquistou o parcelamento do reajuste em três vezes, sendo 14,6% para abril, 2% para maio e 1,84% para junho.

PIAUI

18 dias de greve

Apesar de ter sido uma das mais curtas, a greve arrancou uma importante conquista, com o aumento de 15%, o piso dos professores para 40 horas semanais no estado passará de R\$ 1.024,67 para R\$ 1.187,97, o mesmo estabelecido pelo governo federal.

PARAÍBA

32 dias de greve

A greve realizou ações radicalizadas, como, por exemplo, a ocupação do Palácio do Governo. Também obrigou a fazer com que o governo pagasse o Piso Nacional no vencimento. No entanto, a justiça mostrou que estava ao lado dos poderosos, decretando a suposta ilegalidade do movimento.

CEARÁ

63 dias de greve

Na maior mobilização dos últimos anos, os professores enfrentaram toda a truculência do governador Cid Gomes (PSB). Além de enfrentarem ameaças e ironias do governador, os professores apanharam da Tropa de Choque em um protesto realizado no dia 29 de setembro, em Fortaleza.

MARANHÃO

78 dias de greve

A greve, iniciada no dia no dia 1º de março de 2011, se enfrentou duramente com o governo de Roseana Samey. Mais uma vez, o governo teimava em não aplicar o Piso Nacional. Uma das iniciativas mais marcantes da greve foi a marcha Fora Honoráveis Bandidos, organizada pela CSP-Conlutas,

Anexo 88

Data 14 de maio de 2015

Autor: desconhecido

Sind-UTE/MG

informa

Boletim do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
(31) 3481-2020



N.º 114

14/05/2015

www.sindutemg.org.br

sindute@sindutemg.org.br

Educadores/as realizam, dia 14/05, assembleia estadual para avaliar e deliberar sobre as propostas de Salário e Carreira do governo do Estado



08/05/15 reunião de negociação na Cidade Administrativa/ BH

Acompanhe as propostas do Governo do Estado até a reunião da Comissão de negociação realizada, no 08 de maio, com os avanços conquistados pela categoria e problemas existentes.

As propostas serão discutidas e votadas na próxima assembleia estadual da categoria, convocada para o dia 14 de maio.

I - CARREIRA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PEB

· Professor/a que atualmente está no nível TI (NÍVEL MÉDIO)

Alterações propostas:

- 1) Será posicionado no nível de licenciatura plena (PEB 1). Quando? Em julho de 2015. Problema: o governo considera apenas a atual remuneração para posicionamento no grau (letra). O que o Sindicato defende: que o professor seja posicionado no novo nível e no mesmo grau que já adquiriu, preservando o seu tempo de serviço.

- 2) Nova promoção por escolaridade. Quando: em setembro de 2015. Problema: o governo quer fazer a mudança de letra correspondente ao tempo de serviço como se fosse promoção por escolaridade. O que o Sindicato defende: que haja a mudança de nível para PEBII se o professor tiver diploma de pós-graduação.
- 3) Outra promoção por escolaridade. Quando: a partir de janeiro de 2016.

· Professor/a que atualmente está no nível TII (nível licenciatura curta)

Alterações propostas:

1. Será posicionado no nível de licenciatura plena. Quando? Em julho de 2015. Será posicionado no novo nível e na mesma letra que já adquiriu, preservando o seu tempo de serviço.
- 2) Nova promoção por escolaridade. Quando? Em setembro de 2015

1 - Boletim do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

3) Outra promoção por escolaridade. Quando? A partir de janeiro de 2016.

· Professor/a que atualmente esteja no nível PEBI (licenciatura plena):

Alterações propostas:

1) Se tiver pós-graduação, será posicionado no nível PEBII. Quando? Em setembro de 2015.

2) Nova promoção por escolaridade. Quando? A partir de janeiro de 2016. A promoção por escolaridade para certificação será automática até que a SEE promova a sua regulamentação.

· Professor que atualmente esteja no nível PEB II (pós-graduação)

Alterações propostas:

1) Será posicionado no nível PEBIII. Quando? Em setembro de 2015. A promoção por escolaridade para certificação será automática até que a SEE promova a sua regulamentação

2) Nova promoção por escolaridade. Quando? A partir de janeiro de 2016.

· Professor que atualmente esteja no nível PEB IV (mestrado)

Alterações propostas:

1) Se tiver doutorado, terá promoção por escolaridade. Quando? Em setembro de 2015.

Este nível permanecerá na carreira.

· Professor que atualmente esteja no nível PEB V (doutorado)

É o último nível da carreira.

Avanços gerais:

1. Considerar o estágio probatório como interstício para a promoção por escolaridade.

2. Considerar a licença à gestante e a licença médica resultante de acidente de trabalho como efetivo exercício para fins de avaliação de desempenho para a promoção por escolaridade.

3. a PROMOÇÃO por escolaridade preserva

sempre o grau já adquirido pelos professores.

II - CARREIRA DO ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ANALISTA EDUCACIONAL/INSPEÇÃO, AUXILIAR DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ASSISTENTE TÉCNICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ANALISTA EDUCACIONAL, ANALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL

· Promoção por escolaridade adicional em setembro de 2015 e outra a partir de janeiro de 2016.

· Garantia de negociação das distorções de carreira e remuneração de todas as carreiras da educação, incluindo os servidores das Superintendências Regionais de Ensino.

III - PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (PEB, EEB, ANE/INSPEÇÃO)

Avanços conquistados:

1) Reconhecimento o valor do Piso Salarial para a jornada existente na carreira do professor, ou seja, para 24 horas.

2) Garantia dos reajustes previstos na Lei Federal 11.738/08, em janeiro de 2016, janeiro de 2017 e janeiro de 2018, aplicados na carreira.

3) Fim do subsídio como forma de remuneração. Os atuais valores de salário serão transformados em vencimento básico.

3. o governo praticará os mesmos reajustes à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

4. Os percentuais anunciados - 13,06%, 8,21% e 7,72% - serão aplicados na carreira, preservando os atuais percentuais de promoção e de progressão. De acordo com a proposta do governo o professor recebe os abonos que serão pagos nas seguintes datas:

junho de 2015: R\$190,00
julho de 2016: R\$135,00
agosto de 2017: R\$137,48

5. Enquanto os abonos não forem incorpora-

dos como percentual, também serão reajustados com os mesmos índices do Piso Salarial Profissional Nacional anualmente. A incorporação dos dois primeiros abonos acontece em 2017 e do terceiro abono em julho de 2018.

6. O professor com carga horária superior a 24 hora-aulas receberá o abono proporcionalmente a sua jornada de trabalho.

Problemas:

1. O governo trabalha a referência do valor do Piso salarial para licenciatura plena e não para o nível médio.

2. Nenhuma vantagem existente antes do subsídio retornaria imediatamente. O governo propõe a criação de um Adicional de Desempenho da Educação Básica a ser pago a partir de 2017.

IV - APOSENTADOS E AFASTADOS PRELIMINARMENTE (COM DIREITO A PARIDADE)

Avanços conquistados:

1) Garantia dos reajustes anuais previstos na Lei 11.738/08, em janeiro de 2016, janeiro de 2017 e janeiro de 2018.

2) Todos/as os/as afastados/as preliminarmente e aposentados/as que cumpriram os requisitos para a mudança de nível quando estavam em atividade terão a promoção em setembro de 2015.

3) Haverá o reposicionamento dos professores aposentados TI e TII no nível PEBI.

4) Os/as aposentados/as receberão os valores do abono e reajustes da mesma forma que os demais trabalhadores.

V - PROPOSTA SALARIAL PARA OS CARGOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ASSISTENTE TÉCNICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ANALISTA EDUCACIONAL, ANALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL

1) Será aplicada a mesma proposta de abono, proporcionalmente nos anos de 2015, 2016 e 2017.

2) Estão garantidos os reajustes anuais do Piso Salarial Profissional Nacional (janeiro

de 2016, 2017 e 2018).

VI - OUTROS AVANÇOS CONQUISTADOS NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

- Nomeações: garantia de 15.000 nomeações por ano e 60.000 durante a atual gestão.

- Eleição para direção de escola: garantia de eleição para direção de escola em 2015 com edital elaborado conjuntamente com a categoria.

- Publicações de aposentadorias: média de 1.200 publicações por mês acabando com o passivo de publicações até 2018.

- Disponibilização das vagas aparentes para mudança de lotação e nomeações.

- Convocação dos servidores da Lei Complementar 100/07 que estão de licença médica e ajustamento funcional para perícia com avaliação para possível aposentadoria.

- Convocação dos servidores da Lei Complementar 100/07 que saíram do ajustamento funcional sem perícia para avaliação da perícia para possível aposentadoria.

- garantia de negociação para correção das distorções nas carreiras e remuneração da educação.

- Anistia do período de greve de 2011, 2012, 2013 e 2014 e anulação das punições já aplicadas em decorrência das greves.

Problemas:

- Não houve negociação do conjunto da pauta de reivindicações protocolada em 02/02/15.

- Não há encaminhamento para os servidores da Lei Complementar 100/07 que adquiriram o direito de aposentadoria após 01/04/2014.

- O quadro de escola 2015 sofreu poucas alterações em comparação a 2014, estrangulando ainda mais os trabalhadores em educação no cotidiano da escola.

- Não houve democratização em todas as Superintendências Regionais de Ensino, havendo a prática de loteamento dos cargos na maioria das SREs.

Acompanhe a simulação das tabelas salariais a partir das propostas apresentadas e como ficarão em 2017.

Importante: Cada servidor preserva o grau já conquistado. Ninguém volta para o início da carreira.

Professor de Educação Básica jornada 24 horas

Junho de 2015

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
PEB	I	A	R\$1.455,30	R\$190,00	R\$1.645,30
PEB	II	A	R\$1.600,83	R\$190,00	R\$1.790,83
PEB	III	A	R\$1.760,91	R\$190,00	R\$1.950,91
PEB	IV	A	R\$1.937,00	R\$190,00	R\$2.127,00
PEB	V	A	R\$2.130,70	R\$190,00	R\$2.320,00

Agosto de 2016

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
PEB	I	A	R\$1.455,30 + reajuste Piso	R\$190,00	R\$135,00	R\$1.780,30
PEB	II	A	R\$1.600,83 + reajuste Piso	R\$190,00	R\$135,00	R\$1.925,83
PEB	III	A	R\$1.760,91 + reajuste Piso	R\$190,00	R\$135,00	R\$2.085,91
PEB	IV	A	R\$1.937,00 + reajuste Piso	R\$190,00	R\$135,00	R\$2.262,00
PEB	V	A	R\$2.130,70 + reajuste Piso	R\$190,00	R\$135,00	R\$2.455,70

Agosto de 2017

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração Inicial + 5% de Adicional
PEB	I	A	R\$ 1780,30 + reajuste Piso	R\$137,48	R\$ 1.917,78 + reajuste Piso
PEB	II	A	R\$1.958,33 + reajuste Piso	R\$137,48	R\$ 2.095,81 + reajuste Piso
PEB	III	A	R\$2.154,16 + reajuste Piso	R\$137,48	R\$ 2.291,64 + reajuste Piso
PEB	IV	A	R\$2.369,58 + reajuste Piso	R\$137,48	R\$ 2.507,06+ reajuste Piso
PEB	V	A	R\$2.606,54 + reajuste Piso	R\$137,48	R\$ 2.744,02 + reajuste Piso

Especialista em Educação Básica - jornada 24 horas

Junho de 2015

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono	Remuneração inicial
EEB	I	A	R\$1.455,30	R\$190,00	R\$1.645,30
EEB	II	A	R\$1.600,83	R\$190,00	R\$1.790,83

Especialista em Educação Básica - jornada 40 horas

Junho de 2015

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono	Remuneração inicial
EEB	I	A	R\$2.425,50	R\$316,67	R\$2.742,17
EEB	II	A	R\$2.668,05	R\$316,67	R\$2.984,72
EEB	III	A	R\$2.934,86	R\$316,67	R\$3.251,53
EEB	IV	A	R\$3.228,34	R\$316,67	R\$3.544,51

Agosto de 2016

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono I + reajuste Piso	Abono II Agosto/16	Remuneração inicial
EEB	I	A	R\$ 2.425,50 + reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$2.967,17
EEB	II	A	R\$ 2.668,05 + reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$3.209,72
EEB	III	A	R\$ 2.934,86 + reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$3.436,53
EEB	IV	A	R\$ 3.228,34 + reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$3.770,01

Agosto de 2017

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
EEB	I	A	R\$ 2.697,17 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 3.196,30 + reajuste Piso
EEB	II	A	R\$ 3.263,89 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 3.493,02 + reajuste Piso
EEB	III	A	R\$ 3.590,28 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 3.819,41 + reajuste Piso
EEB	IV	A	R\$ 3.949,30 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 4.178,43 + reajuste Piso

Assistente Técnico Educacional 30 horas
Assistente Técnico de Educação Básica 30 horas
Assistente de Educação 30 horas

Junho de 2015

Nível	Grau	Vencimento	Abono	Remuneração inicial
I	A	R\$1.005,46	R\$131,27	R\$1.136,73
II	A	R\$1.182,88	R\$131,27	R\$ 1.314,15
III	A	R\$1.391,63	R\$131,27	R\$1.522,90
IV	A	R\$1.546,26	R\$131,27	R\$ 1.677,53
V	A	R\$1.700,88	R\$131,27	R\$1.832,15

Agosto de 2016

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
I	A	R\$ 1.005,46+ reajuste Piso	R\$131,27	R\$93,27	R\$1.230,00
II	A	R\$ 1.182,88+ reajuste Piso	R\$131,27	R\$93,27	R\$1.407,42
III	A	R\$1.391,63 + reajuste Piso	R\$131,27	R\$93,27	R\$1.616,17
IV	A	R\$ 1.546,26+ reajuste Piso	R\$131,27	R\$93,27	R\$1.770,80
V	A	R\$ 1.700,88 + reajuste Piso	R\$131,27	R\$93,27	R\$1.925,42

Agosto de 2017

Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
I	A	R\$ 1.230,00 + reajuste Piso	R\$94,98	R\$1.324,98 + reajuste Piso
II	A	R\$ 1.447,05+ reajuste Piso	R\$94,98	R\$ 1.542,03 + reajuste Piso
III	A	R\$1.702,41 + reajuste Piso	R\$94,98	R\$ 1.797,39 + reajuste Piso
IV	A	R\$ 1.891,57 + reajuste Piso	R\$94,98	R\$ 1.986,55 + reajuste Piso
V	A	R\$2.080,72 + reajuste Piso	R\$94,98	R\$ 2.175,70 + reajuste Piso

Assistente Técnico Educacional 40 horas
Assistente Técnico de Educação Básica 40 horas
Assistente de Educação 40 horas

Junho de 2015

Nível	Grau	Vencimento	Abono	Remuneração inicial
I	A	R\$1.340,61	R\$175,03	R\$1.515,64
II	A	R\$1.577,18	R\$175,03	R\$ 1.752,21
III	A	R\$1.855,51	R\$175,03	R\$2.030,54
IV	A	R\$2.061,68	R\$175,03	R\$ 2.236,71
V	A	R\$2.267,84	R\$175,03	R\$2.442,87

Agosto de 2016

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
I	A	R\$ 1.340,61+ reajuste Piso	R\$175,03	R\$124,36	R\$1.640,00
II	A	R\$ 1.577,18+ reajuste Piso	R\$175,03	R\$124,36	R\$1.876,57
III	A	R\$ 1.855,51+ reajuste Piso	R\$175,03	R\$124,36	R\$2.154,90
IV	A	R\$ 2.061,68+ reajuste Piso	R\$175,03	R\$124,36	R\$2.361,07
V	A	R\$ 2.267,84+ reajuste Piso	R\$175,03	R\$124,36	R\$2.567,23

Agosto de 2017

Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
I	A	R\$ 1.640,00 + reajuste Piso	R\$126,65	R\$1.766,65 + reajuste Piso
II	A	R\$ 1.929,39+ reajuste Piso	R\$126,65	R\$ 2.056,04 + reajuste Piso
III	A	R\$2.269,88 + reajuste Piso	R\$126,65	R\$ 2.396,53 + reajuste Piso
IV	A	R\$2.522,09 + reajuste Piso	R\$126,65	R\$ 2.648,74 + reajuste Piso
V	A	R\$2.774,30+ reajuste Piso	R\$126,65	R\$ 2.900,95 + reajuste Piso

Auxiliar de Serviços da Educação Básica 30 horas

Junho de 2015

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$769,17	R\$100,42	R\$869,59
ASB	II	A	R\$904,91	R\$100,42	R\$1.005,33
ASB	III	A	R\$1.005,46	R\$100,42	R\$1.105,88

Agosto de 2016

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Abono 02	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$769,17 + reajuste Piso	R\$100,42	R\$71,35	R\$940,94 + reajuste Piso
ASB	II	A	R\$904,91 + reajuste Piso	R\$100,42	R\$71,35	R\$1.076,68 + reajuste Piso
ASB	III	A	R\$1.005,46 + reajuste Piso	R\$100,42	R\$71,35	R\$1.177,23 + reajuste Piso

Agosto de 2017

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$940,94 + reajuste Piso	R\$72,66	R\$1.013,60 + reajuste Piso
ASB	II	A	R\$1.107,02 + reajuste Piso	R\$72,66	R\$1.179,68 + reajuste Piso
ASB	III	A	R\$1.230,01 + reajuste Piso	R\$72,66	R\$1.302,67 + reajuste Piso

Auxiliar de Serviços da Educação Básica 40 horas

Junho de 2015

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$1.025,57	R\$133,90	R\$1.159,47
ASB	II	A	R\$1.206,54	R\$133,90	R\$1.340,44
ASB	III	A	R\$1.340,61	R\$133,90	R\$1.474,51

Agosto de 2016

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Abono 02	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$1.025,57 + reajuste Piso	R\$133,90	R\$ 95,14	R\$1.254,61 + reajuste Piso
ASB	II	A	R\$1.206,54 + reajuste Piso	R\$133,90	R\$ 95,14	R\$1.435,58 + reajuste Piso
ASB	III	A	R\$1.340,61 + reajuste Piso	R\$133,90	R\$ 95,14	R\$1.569,65 + reajuste Piso

Agosto de 2017

Carreira	Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial
ASB	I	A	R\$1.254,61 + reajuste Piso	R\$96,88	R\$1.351,49 + reajuste Piso
ASB	II	A	R\$1.476,05 + reajuste Piso	R\$96,88	R\$1.572,93 + reajuste Piso
ASB	III	A	R\$1.640,03 + reajuste Piso	R\$96,88	R\$1.736,91 + reajuste Piso

Analista Educacional 30 horas Analista de Educação Básica 30 horas

Junho de 2015

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
I	A	R\$1.819,13	R\$237,50	R\$ 2.056,63
II	A	R\$2.001,04	R\$237,50	R\$ 2.238,54
III	A	R\$ 2.201,14	R\$237,50	R\$ 2.438,64
IV	A	R\$2.421,26	R\$237,50	R\$2.658,76

Agosto de 2016

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
I	A	R\$1.819,13 + reajuste Piso	R\$237,50	R\$168,75	R\$2.225,38
II	A	R\$ 2.001,04+ reajuste Piso	R\$237,50	R\$168,75	R\$2.407,29
III	A	R\$ 2.201,14+ reajuste Piso	R\$237,50	R\$168,75	R\$2.607,39
IV	A	R\$ 2.421,26+ reajuste Piso	R\$237,50	R\$168,75	R\$2.827,51

Agosto de 2017

Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
I	A	R\$ 2.225,38 + reajuste Piso	R\$171,85	R\$ 2.397,23 + reajuste Piso
II	A	R\$ 2.447,91 + reajuste Piso	R\$171,85	R\$ 2.619,76 + reajuste Piso
III	A	R\$ 2.692,70 + reajuste Piso	R\$171,85	R\$ 2.864,55 + reajuste Piso
IV	A	R\$ 2.961,97 + reajuste Piso	R\$171,85	R\$ 3.133,82+ reajuste Piso

Analista Educacional - 40 horas

Junho de 2015

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
I	A	R\$2.425,50	R\$316,67	R\$2.742,17
II	A	R\$2.668,05	R\$316,67	R\$2.984,72
III	A	R\$2.934,86	R\$316,67	R\$3.251,53
IV	A	R\$3.228,34	R\$316,67	R\$3.545,01

Agosto de 2016

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
I	A	R\$2.425,50 + reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$2.967,17
II	A	R\$ 2.668,05+ reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$ 3.209,72
III	A	R\$ 2.934,86+ reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$ 3.476,53
IV	A	R\$ 3.228,34+ reajuste Piso	R\$316,67	R\$225,00	R\$ 3.770,01

Agosto de 2017

Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
I	A	R\$ 2.967,17 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$3.196,30 + reajuste Piso
II	A	R\$ 3.263,89 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 3.493,02 + reajuste Piso
III	A	R\$ 3.590,28 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 3.819,41 + reajuste Piso
IV	A	R\$ 3.949,30 + reajuste Piso	R\$229,13	R\$ 4.178,43 + reajuste Piso

Analista Educacional com função de inspeção escolar - 40 horas

Junho de 2015

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01	Remuneração inicial
I	A	R\$3.638,25	R\$475,00	R\$4.113,25
II	A	R\$4.002,08	R\$475,00	R\$4.477,08
III	A	R\$4.402,28	R\$475,00	R\$4.877,28
IV	A	R\$4.842,51	R\$475,00	R\$5.317,51

Agosto de 2016

Nível	Grau	Vencimento	Abono 01 + reajuste Piso	Abono 02 Agosto/16	Remuneração inicial
I	A	R\$ 3.638,25+ reajuste Piso	R\$475,00	R\$337,50	R\$4.450,75
II	A	R\$ 4.002,08+ reajuste Piso	R\$475,00	R\$337,50	R\$4.814,58
III	A	R\$ 4.402,28+ reajuste Piso	R\$475,00	R\$337,50	R\$5.214,78
IV	A	R\$ 4.842,51+ reajuste Piso	R\$475,00	R\$337,50	R\$5.655,01

Agosto de 2017

Nível	Grau	Vencimento	Abono 03	Remuneração inicial + 5% de Adicional
I	A	R\$ 4.450,75 + reajuste Piso	R\$343,70	R\$ 4.794,45 + reajuste Piso
II	A	R\$ 4.895,83 + reajuste Piso	R\$343,70	R\$ 5.239,53 + reajuste Piso
III	A	R\$ 5.385,41 + reajuste Piso	R\$343,70	R\$ 5.729,11 + reajuste Piso
IV	A	R\$ 5.923,95 + reajuste Piso	R\$343,70	R\$ 6.267,65 + reajuste Piso

Acompanhe a simulação das tabelas, com aplicação dos reajustes propostos na carreira em 2018. A esses valores de vencimento básico serão aplicados três reajustes anuais (janeiro de 2016, janeiro de 2017 e janeiro de 2018), além do Adicional de Desempenho de 5% e a manutenção das vantagens pessoais existentes e reajustadas nos mesmos índices do Piso Salarial Nacional.

ANALISTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	2.397,23	2.457,16	2.518,58	2.581,55	2.646,09	2.712,24	2.780,05	2.849,53	2.920,79	2.993,81	3.068,65	3.145,37	3.224,00	3.304,60	3.387,22
Especialização	II	2.636,95	2.702,87	2.770,44	2.839,70	2.910,70	2.983,46	3.058,05	3.134,50	3.212,86	3.293,19	3.375,52	3.459,90	3.546,40	3.635,06	3.725,94
Mestrado	III	2.900,64	2.973,16	3.047,49	3.123,67	3.201,77	3.281,81	3.363,86	3.447,95	3.534,15	3.622,50	3.713,07	3.805,89	3.901,04	3.998,57	4.098,53
Doutorado	IV	3.190,71	3.270,47	3.352,24	3.436,04	3.521,94	3.609,99	3.700,24	3.792,75	3.887,57	3.984,76	4.084,37	4.186,48	4.291,15	4.398,42	4.508,38

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	3.196,30	3.276,21	3.358,11	3.442,07	3.528,12	3.616,32	3.706,73	3.799,40	3.894,38	3.991,74	4.091,53	4.193,82	4.298,67	4.406,13	4.516,29
Especialização	II	3.515,93	3.603,83	3.693,92	3.786,27	3.880,93	3.977,95	4.077,40	4.179,34	4.283,82	4.390,91	4.500,69	4.613,20	4.728,53	4.846,75	4.967,92
Mestrado	III	3.867,52	3.964,21	4.063,32	4.164,90	4.269,02	4.375,75	4.485,14	4.597,27	4.712,20	4.830,01	4.950,76	5.074,53	5.201,39	5.331,42	5.464,71
Doutorado	IV	4.254,28	4.360,63	4.469,65	4.581,39	4.695,92	4.813,32	4.933,66	5.057,00	5.183,42	5.313,01	5.445,85	5.581,98	5.721,53	5.864,57	6.011,18

ANALISTA EDUCACIONAL

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	2.397,23	2.457,16	2.518,58	2.581,55	2.646,09	2.712,24	2.780,05	2.849,53	2.920,79	2.993,81	3.068,65	3.145,37	3.224,00	3.304,60	3.387,22
Especialização	II	2.636,95	2.702,87	2.770,44	2.839,70	2.910,70	2.983,46	3.058,05	3.134,50	3.212,86	3.293,19	3.375,52	3.459,90	3.546,40	3.635,06	3.725,94
Mestrado	III	2.900,64	2.973,16	3.047,49	3.123,67	3.201,77	3.281,81	3.363,86	3.447,95	3.534,15	3.622,50	3.713,07	3.805,89	3.901,04	3.998,57	4.098,53
Doutorado	IV	3.190,71	3.270,47	3.352,24	3.436,04	3.521,94	3.609,99	3.700,24	3.792,75	3.887,57	3.984,76	4.084,37	4.186,48	4.291,15	4.398,42	4.508,38

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	3.196,30	3.276,21	3.358,11	3.442,07	3.528,12	3.616,32	3.706,73	3.799,40	3.894,38	3.991,74	4.091,53	4.193,82	4.298,67	4.406,13	4.516,29
Especialização	II	3.515,93	3.603,83	3.693,92	3.786,27	3.880,93	3.977,95	4.077,40	4.179,34	4.283,82	4.390,91	4.500,69	4.613,20	4.728,53	4.846,75	4.967,92
Mestrado	III	3.867,52	3.964,21	4.063,32	4.164,90	4.269,02	4.375,75	4.485,14	4.597,27	4.712,20	4.830,01	4.950,76	5.074,53	5.201,39	5.331,42	5.464,71
Doutorado	IV	4.254,28	4.360,63	4.469,65	4.581,39	4.695,92	4.813,32	4.933,66	5.057,00	5.183,42	5.313,01	5.445,85	5.581,98	5.721,53	5.864,57	6.011,18

ANALISTA EDUCACIONAL (com função de inspeção escolar)

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	4.794,45	4.914,31	5.037,17	5.163,10	5.292,18	5.424,48	5.560,09	5.699,09	5.841,57	5.987,61	6.137,30	6.290,73	6.448,00	6.609,20	6.774,43
Especialização	II	5.273,90	5.405,74	5.540,89	5.679,41	5.821,39	5.966,93	6.116,10	6.269,00	6.425,73	6.586,37	6.751,03	6.919,81	7.092,80	7.270,12	7.451,88
Mestrado	III	5.801,28	5.946,32	6.094,97	6.247,35	6.403,53	6.563,62	6.727,71	6.895,90	7.068,30	7.245,01	7.426,13	7.611,79	7.802,08	7.997,13	8.197,06
Doutorado	IV	6.381,41	6.540,95	6.704,47	6.872,08	7.043,89	7.219,98	7.400,48	7.585,49	7.775,13	7.969,51	8.168,75	8.372,97	8.582,29	8.796,85	9.016,77

AUXILIAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Fund. Incomp.	I	1.013,60	1.038,94	1.064,91	1.091,54	1.118,62	1.146,80	1.175,47	1.204,85	1.234,97	1.265,85	1.297,49	1.329,93	1.363,18	1.397,26	1.432,19
Fundamental	II	1.192,48	1.222,29	1.252,84	1.284,17	1.316,27	1.349,18	1.382,91	1.417,48	1.452,92	1.489,24	1.526,47	1.564,63	1.603,75	1.643,84	1.684,94
Ensino Médio	III	1.324,98	1.358,10	1.392,05	1.426,86	1.462,53	1.499,09	1.536,57	1.574,98	1.614,36	1.654,71	1.696,08	1.738,48	1.781,95	1.826,49	1.872,16

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Fund. Incomp.	I	1.351,49	1.385,27	1.419,91	1.455,40	1.491,79	1.529,08	1.567,31	1.606,49	1.646,66	1.687,82	1.730,02	1.773,27	1.817,60	1.863,04	1.909,62
Fundamental	II	1.589,99	1.629,74	1.670,49	1.712,25	1.755,05	1.798,93	1.843,90	1.890,00	1.937,25	1.985,68	2.035,32	2.086,21	2.138,36	2.191,82	2.246,62
Ensino Médio	III	1.766,66	1.810,83	1.856,10	1.902,50	1.950,06	1.998,82	2.048,79	2.100,01	2.152,51	2.206,32	2.261,48	2.318,01	2.375,96	2.435,36	2.496,25

ASSISTENTE DA EDUCAÇÃO

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.324,98	1.358,10	1.392,05	1.426,86	1.462,53	1.499,09	1.536,57	1.574,98	1.614,36	1.654,72	1.696,08	1.738,49	1.781,95	1.826,50	1.872,16
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	1.558,79	1.597,76	1.637,71	1.678,65	1.720,62	1.763,63	1.807,72	1.852,92	1.899,24	1.946,72	1.995,39	2.045,27	2.096,41	2.148,82	2.202,54
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	1.833,88	1.879,72	1.926,72	1.974,88	2.024,26	2.074,86	2.126,73	2.179,90	2.234,40	2.290,26	2.347,52	2.406,20	2.466,36	2.528,02	2.591,22
Ensino Superior	IV	2.037,64	2.088,58	2.140,80	2.194,32	2.249,17	2.305,40	2.363,04	2.422,11	2.482,67	2.544,73	2.608,35	2.673,56	2.740,40	2.808,91	2.879,13
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.241,40	2.297,44	2.354,87	2.413,75	2.474,09	2.535,94	2.599,34	2.664,32	2.730,93	2.799,21	2.869,19	2.940,92	3.014,44	3.089,80	3.167,04

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.766,65	1.810,81	1.856,08	1.902,49	1.950,05	1.998,80	2.048,77	2.099,99	2.152,49	2.206,30	2.261,46	2.317,99	2.375,94	2.435,34	2.496,21
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	2.078,40	2.130,36	2.183,62	2.238,21	2.294,17	2.351,52	2.410,31	2.470,57	2.532,33	2.595,64	2.660,53	2.727,05	2.795,22	2.865,10	2.936,73
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	2.445,18	2.506,31	2.568,97	2.633,19	2.699,02	2.766,50	2.835,66	2.906,55	2.979,22	3.053,70	3.130,04	3.208,29	3.288,50	3.370,71	3.454,98
Ensino Superior	IV	2.716,87	2.784,79	2.854,41	2.925,77	2.998,91	3.073,89	3.150,73	3.229,50	3.310,24	3.393,00	3.477,82	3.564,77	3.653,89	3.745,23	3.838,86
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.988,55	3.063,27	3.139,85	3.218,35	3.298,81	3.381,28	3.465,81	3.552,45	3.641,26	3.732,30	3.825,60	3.921,24	4.019,27	4.119,76	4.222,75

ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.324,98	1.358,10	1.392,05	1.426,66	1.462,53	1.499,09	1.536,57	1.574,98	1.614,36	1.654,72	1.696,08	1.738,49	1.781,95	1.826,55	1.872,16
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	1.558,79	1.597,76	1.637,71	1.678,65	1.720,62	1.763,63	1.807,72	1.852,92	1.899,24	1.946,72	1.995,39	2.045,27	2.096,41	2.148,82	2.202,54
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	1.833,88	1.879,72	1.926,72	1.974,88	2.024,26	2.074,86	2.126,73	2.179,90	2.234,40	2.290,26	2.347,52	2.406,20	2.466,36	2.528,02	2.591,22
Ensino Superior	IV	2.037,64	2.088,58	2.140,80	2.194,32	2.249,17	2.305,40	2.363,04	2.422,11	2.482,67	2.544,73	2.608,35	2.673,56	2.740,40	2.808,91	2.879,13
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.241,40	2.297,44	2.354,87	2.413,75	2.474,09	2.535,94	2.599,34	2.664,32	2.730,93	2.799,21	2.869,19	2.940,92	3.014,44	3.089,80	3.167,04

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.766,65	1.810,81	1.856,08	1.902,49	1.950,05	1.998,80	2.048,77	2.099,99	2.152,49	2.206,30	2.261,46	2.317,99	2.375,94	2.435,34	2.496,23
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	2.078,40	2.130,36	2.183,62	2.238,21	2.294,17	2.351,52	2.410,31	2.470,57	2.532,33	2.595,64	2.660,53	2.727,05	2.795,22	2.865,10	2.936,73
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	2.445,18	2.506,31	2.568,97	2.633,19	2.699,02	2.766,50	2.835,66	2.906,55	2.979,22	3.053,70	3.130,04	3.208,29	3.288,50	3.370,71	3.454,98
Ensino Superior	IV	2.716,87	2.794,79	2.854,41	2.925,77	2.998,91	3.073,89	3.150,73	3.229,50	3.310,24	3.393,00	3.477,82	3.564,77	3.653,89	3.745,23	3.838,86
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.988,55	3.063,27	3.139,85	3.218,35	3.298,81	3.381,28	3.465,81	3.552,45	3.641,26	3.732,30	3.825,60	3.921,24	4.019,27	4.119,76	4.222,75

ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL

30 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.324,98	1.358,10	1.392,05	1.426,66	1.462,53	1.499,09	1.536,57	1.574,98	1.614,36	1.654,72	1.696,08	1.738,49	1.781,95	1.826,55	1.872,16
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	1.558,79	1.597,76	1.637,71	1.678,65	1.720,62	1.763,63	1.807,72	1.852,92	1.899,24	1.946,72	1.995,39	2.045,27	2.096,41	2.148,82	2.202,54
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	1.833,88	1.879,72	1.926,72	1.974,88	2.024,26	2.074,86	2.126,73	2.179,90	2.234,40	2.290,26	2.347,52	2.406,20	2.466,36	2.528,02	2.591,22
Ensino Superior	IV	2.037,64	2.088,58	2.140,80	2.194,32	2.249,17	2.305,40	2.363,04	2.422,11	2.482,67	2.544,73	2.608,35	2.673,56	2.740,40	2.808,91	2.879,13
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.241,40	2.297,44	2.354,87	2.413,75	2.474,09	2.535,94	2.599,34	2.664,32	2.730,93	2.799,21	2.869,19	2.940,92	3.014,44	3.089,80	3.167,04

40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Ensino médio técnico	I	1.766,65	1.810,81	1.856,08	1.902,49	1.950,05	1.998,80	2.048,77	2.099,99	2.152,49	2.206,30	2.261,46	2.317,99	2.375,94	2.435,34	2.496,23
Ensino médio técnico acumulado com uma certificação	II	2.078,40	2.130,36	2.183,62	2.238,21	2.294,17	2.351,52	2.410,31	2.470,57	2.532,33	2.595,64	2.660,53	2.727,05	2.795,22	2.865,10	2.936,73
Ensino médio técnico acumulado com duas certificações	III	2.445,18	2.506,31	2.568,97	2.633,19	2.699,02	2.766,50	2.835,66	2.906,55	2.979,22	3.053,70	3.130,04	3.208,29	3.288,50	3.370,71	3.454,98
Ensino Superior	IV	2.716,87	2.794,79	2.854,41	2.925,77	2.998,91	3.073,89	3.150,73	3.229,50	3.310,24	3.393,00	3.477,82	3.564,77	3.653,89	3.745,23	3.838,86
Pós-graduação "lato sensu" ou "stricto sensu"	V	2.988,55	3.063,27	3.139,85	3.218,35	3.298,81	3.381,28	3.465,81	3.552,45	3.641,26	3.732,30	3.825,60	3.921,24	4.019,27	4.119,76	4.222,75

LEI Nº 21.710, DE 30 DE JUNHO DE 2015. Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta a remuneração por subsídio, fixada em parcela única, estabelecida pela Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, para os servidores das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica, Técnico da Educação, Analista Educacional, Assistente de Educação e Auxiliar de Serviços de Educação Básica, que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, bem como para os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 dessa mesma Lei. § 1º Em decorrência da extinção da remuneração por subsídio, os servidores de que trata o caput passam a ser remunerados, a partir de 1º de junho de 2015, por meio de vencimento, acumulável com as seguintes vantagens pecuniárias: I – Abono Incorporável, de que trata o art. 8º desta Lei; II – Adicional de Valorização da Educação Básica – Adebv –, de que trata o art. 12 desta Lei; III – Adicional por Extensão de Jornada – AEJ –, de que trata o art. 35 da Lei nº 15.293, de 2004; IV – Adicional por Exigência Curricular – AEC –, de que trata o art. 36 da Lei nº 15.293, de 2004; V – gratificação natalina; VI – adicional de férias; VII – adicional de insalubridade; VIII – adicional de periculosidade; IX – adicional noturno; X – adicional pela prestação de serviço extraordinário; XI – espécies remuneratórias percebidas pelo exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança; XII – Gratificação Temporária Estratégica – GTE –, instituída pelo art. 14 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007; XIII – abono de permanência previsto no § 19 do art. 40 da Constituição da República, bem como no § 5º do art. 2º e no § 1º do art. 3º da Emenda à mesma Constituição nº 41, de 19 de dezembro de 2003; XIV – prêmio por produtividade; XV – férias-prêmio convertidas em espécie, nos termos do art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; XVI – vantagens pessoais destinadas a assegurar a irredutibilidade remuneratória ou instituídas para cumprimento de decisão judicial. § 2º O vencimento não poderá ser percebido cumulativamente com vantagens diversas das citadas no § 1º, sem prejuízo de outras parcelas que vierem a ser disciplinadas por legislação superveniente. § 3º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade, nos termos da legislação vigente, bem como aos detentores de função pública de que trata o art. 4º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, cujos proventos ou cuja remuneração tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004. § 4º Fica assegurada a incorporação da maior média quinzenal das horas de trabalho assumidas, nos termos do art. 35 da Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986, quando da aposentadoria.

Art. 2º Para a fixação do vencimento inicial das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Analista Educacional na função de Inspetor escolar, das quais trata a Lei nº 15.293, de 2004, correspondente às cargas horárias previstas no Anexo V desta Lei, serão observadas as normas pertinentes ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme o disposto no art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Parágrafo único. O piso salarial profissional nacional previsto na lei federal a que se refere o caput será assegurado integralmente ao servidor ocupante do cargo de Professor de Educação Básica com carga horária de 24 horas semanais.

Art. 3º Os valores do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e do Abono Incorporável de que trata o art. 8º serão reajustados por lei específica, em decorrência de atualizações do valor do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 2008. Parágrafo único. Os reajustes de que trata o caput se darão na mesma periodicidade prevista na lei federal a que se refere o caput.

Art. 4º A vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, percebida pelos servidores posicionados no grau P de qualquer

nível das tabelas das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, passa a ter natureza de vencimento.

Art. 5º A estrutura das carreiras de Professor de Educação Básica, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica, Técnico da Educação, Analista Educacional e Assistente de Educação, a que se referem os itens I.1, I.3, I.4, I.5, I.6 e I.7 do Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar, a partir de 1º de junho de 2015, na forma constante no Anexo I desta Lei.

Art. 6º Os servidores posicionados em maio de 2015 no nível T1 da carreira de Professor de Educação Básica, constante no Anexo I da Lei nº 18.975, de 2010, serão repositicionados no nível I da tabela constante no Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 5º desta Lei. § 1º O repositicionamento de que trata o caput se dará no grau com valor igual ou imediatamente superior ao do subsídio percebido em maio de 2015 e terá efeito a partir de 1º de junho de 2015. § 2º O servidor repositicionado conforme a regra estabelecida no caput e no § 1º que implementar as condições para promoção fará jus a um novo posicionamento no nível I, alcançando o grau com o valor de vencimento igual ou imediatamente superior ao valor a que teria direito caso a promoção fosse concedida na estrutura de carreira vigente até maio de 2015. § 3º O disposto no § 2º terá efeito em 1º de setembro de 2015, caso o servidor já tenha, até essa data, cumprido os requisitos para promoção, ou na data em que o servidor vier a cumprir tais requisitos. § 4º A concessão de progressão na carreira ao servidor repositicionado nos termos deste artigo é condicionada à comprovação de conclusão de curso superior na modalidade licenciatura plena ou de graduação com complementação pedagógica. § 5º No caso do servidor posicionado no grau P do nível T1 da carreira, será considerada a soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a respectiva vantagem pessoal nominal, a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, para efeito de aplicação das regras previstas neste artigo, resultando o posicionamento em: I – incorporação ao vencimento e consequente extinção da vantagem pessoal, caso o valor de vencimento decorrente do posicionamento seja maior ou igual ao valor da soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a referida vantagem pessoal; II – dedução, do valor da vantagem pessoal, da diferença entre o valor do vencimento decorrente do posicionamento e o valor do subsídio percebido em maio de 2015, caso o valor de vencimento decorrente do posicionamento seja menor que o valor da soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a referida vantagem pessoal. § 6º O repositicionamento previsto no caput estende-se aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade.

Art. 7º Fica acrescentado ao art. 12 da Lei nº 15.293, de 2004, o seguinte inciso IX: "Art. 12. IX – para a carreira de Professor de Educação Básica: a) habilitação específica obtida em curso superior com licenciatura plena ou graduação com complementação pedagógica, nos termos do edital do concurso público, para ingresso no nível I, conforme a estrutura prevista no item I.1 do Anexo I desta Lei; b) habilitação específica obtida em curso superior com licenciatura plena ou graduação com complementação pedagógica, acumulada com mestrado em Educação ou em área afim, nos termos do edital do concurso público, para ingresso no nível IV, conforme a estrutura prevista no item I.1 do Anexo I desta Lei."

Art. 8º Fica concedido Abono Incorporável aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública de que trata o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, previstas na Lei nº 15.293, de 2004, cujos valores são: I – os constantes no Anexo II, a partir de 1º de junho de 2015; II – os constantes no Anexo III, a partir de 1º de agosto de 2016; III – os constantes no Anexo IV, a partir de 1º de agosto de 2017. § 1º A percepção do Abono Incorporável por cumprimento de jornada de trabalho semanal inferior ou superior à prevista nos Anexos II a IV da respectiva carreira será proporcional à carga horária do servidor. § 2º O abono não integrará a remuneração de contribuição a que se refere o art. 26 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, não se incorpora aos proventos e não será considerado para o cálculo de nenhuma outra vantagem, exceto férias e gratificação natalina.

Art. 9º As tabelas de vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo são: I – as constantes no item V.1 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de junho de 2015; II – as constantes no item V.2 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de junho de 2017; III – as constantes no item V.3 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de julho de 2018. § 1º As tabelas constantes no item V.2 do Anexo V desta Lei refletem a incorporação dos abonos previstos nos incisos I e II do art. 8º, bem como a concessão de reajuste dos valores do vencimento visando à manutenção da variação entre os níveis e graus existente nas tabelas vigentes em maio de 2015. § 2º As tabelas constantes no item V.3 do Anexo V desta Lei refletem a incorporação do abono previsto no inciso III do art. 8º, bem como a concessão de reajuste dos valores do vencimento visando à manutenção da variação entre os níveis e graus existente nas tabelas vigentes em maio de 2015. § 3º Em decorrência da incorporação de que tratam os §§ 1º e 2º, o abono a que se refere o art. 8º será extinto integralmente em 1º de julho de 2018.

Art. 10. Os servidores posicionados no grau P de qualquer nível das tabelas das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, que fizeram jus à vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, terão preservado o valor dessa vantagem no ato da incorporação dos abonos prevista nos §§ 1º e 2º do art. 9º desta Lei. Parágrafo único. A vantagem a que se refere o caput será reajustada nas mesmas datas e com os mesmos índices aplicáveis às tabelas de vencimento estabelecidas no Anexo V desta Lei.

Art. 11. A incorporação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 9º e o pagamento do Abono Incorporável de que trata o art. 8º estendem-se aos pensionistas e servidores inativos que fizeram jus à paridade, nos percentuais e termos da legislação vigente.

Art. 12. Fica instituído o Adicional de Valorização da Educação Básica – Adeb – para os ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, na forma de lei específica. Parágrafo único. O Adeb será atribuído mensalmente ao servidor a que se refere o caput e terá como base de cálculo valor correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento do servidor, a cada cinco anos de efetivo exercício, contados a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 13. Fica acrescentado ao art. 6º da Lei nº 19.973, de 27 de dezembro de 2011, o seguinte inciso XI: “Art. 6º XI – concessão de Adicional de Valorização da Educação Básica – Adeb –, nos termos do art. 12 da Lei que o instituiu.”

Art. 14. O caput do art. 19-A da Lei nº 19.837, de 2 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 19-A O tempo de serviço compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de agosto de 2015 dos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo a que se refere esta Lei e as avaliações de desempenho individual concluídas nesse período serão considerados para fins de concessão de promoção com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, observados os requisitos para o desenvolvimento na carreira previstos na legislação vigente e o disposto em regulamento.”

Art. 15. Fica acrescentado à Lei nº 19.837, de 2011, o seguinte art. 19-C: “Art. 19-C A promoção subsequente à que se dará em 1º de setembro de 2015 em decorrência do disposto no art. 19-A desta Lei será antecipada para: I – a partir de janeiro de 2016, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2017 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; II – a partir de janeiro de 2017, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2018 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; III – a partir de janeiro de 2018, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2019 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; IV – a partir de dezembro de 2018, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2020 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012.”

Art. 16. Aplica-se o disposto no art. 19-A da Lei nº 19.837, de 2011, com a redação dada pelo art. 14 desta Lei, ao servidor inativo ou que se encontre em afastamento preliminar à aposentadoria, desde que tenha cumprido os requisitos para mudança de nível quando em atividade.

Art. 17. Fica acrescentado ao art. 18 da Lei nº 15.293, de 2004, o seguinte § 5º:

“Art. 18. § 5º Não será exigida a certificação

para a promoção ao nível III das carreiras de Professor de Educação Básica, Analista Educacional e Analista de Educação Básica e aos níveis II e III das carreiras de Técnico da Educação, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação enquanto o processo para a obtenção do referido título não for regulamentado e implementado pela SEE.” Art. 18. O art. 21 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 21. A contagem do prazo para a primeira promoção começa após a entrada em exercício do servidor no cargo efetivo.”

Art. 19. O disposto no art. 21 da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 18 desta Lei, estende-se ao servidor que tiver ingressado na carreira a partir de 1º de janeiro de 2008, observado o disposto nos arts. 19-A e 19-C da Lei nº 19.837, de 2011, com a redação dada por esta Lei.

Art. 20. O art. 23 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 23. Os títulos apresentados para aplicação do disposto no art. 22 somente poderão ser utilizados uma única vez, sendo vedado seu aproveitamento para fins de concessão de qualquer vantagem pecuniária.”

Art. 21. O § 2º do art. 34, o § 3º do art. 35 e o § 1º do art. 36 da Lei nº 15.293, de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 34.

..... § 2º O vencimento do cargo de Professor de Educação Básica a que se refere este artigo será proporcional ao número de horas semanais fixadas para o cargo, na forma de regulamento.

Art. 35. § 3º Ao assumir extensão de carga horária, o professor fará jus ao Adicional por Extensão de Jornada – AEJ –, cujo valor será proporcional ao do vencimento estabelecido na tabela da carreira de Professor de Educação Básica acrescido da vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, enquanto permanecer nessa situação.

..... Art. 36. § 1º Ao assumir exigência curricular, o professor fará jus ao Adicional por Exigência Curricular – AEC –, cujo valor será proporcional ao do vencimento estabelecido na tabela da carreira de Professor de Educação Básica, acrescido da vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, enquanto permanecer nessa situação.”

Art. 22. O art. 35 da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 35. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata o art. 8º-D da Lei nº 15.301, de 2004, poderá optar: I – pela remuneração do cargo de provimento em comissão; II – pela remuneração do seu cargo efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração no cargo de provimento em comissão.”

Art. 23. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola ou de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 da Lei nº 15.293, de 2004, poderá optar: I – pela remuneração do cargo de provimento em comissão; II – pela remuneração do cargo de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão. § 1º O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo com carga horária semanal de 24 horas nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola poderá optar pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão. § 2º O acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão a que se referem o inciso II do caput e o § 1º, bem como o acréscimo equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração do cargo de provimento efetivo a que se refere o § 1º, não se incorporarão à remuneração nem servirão de base para o cálculo de nenhuma outra vantagem, ressalvada a decorrente de gratificação natalina e adicional de férias. § 3º O servidor inativo apostilado no cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar ou Secretário de Escola que tenha adquirido o direito ao apostilamento anteriormente à vigência da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, poderá optar: I – pelo recebimento da remuneração do cargo em que foi apostilado; II – pela remuneração do cargo efetivo acrescida da parcela de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo em que foi apostilado. § 4º É assegurado ao servidor inativo apostilado no cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola ou de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar e

que passou para a inatividade em cargo efetivo com jornada de trabalho igual ou inferior a 24 horas semanais optar pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo acrescido da parcela de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão.

Art. 24. O vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 da Lei nº 15.293, de 2004, fica reajustado em 10,25% (dez vírgula vinte e cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2015. Parágrafo único. Em decorrência do reajuste de que trata o caput, as tabelas de vencimento dos cargos de Diretor de Escola e de Secretário de Escola são as constantes nos itens VI.1 e VI.2 do Anexo VI da Lei nº 15.293, de 2004, acrescentado por esta Lei.

Art. 25. Fica acrescentado à Lei nº 15.293, de 2004, o seguinte art. 28-A: "Art. 28-A As tabelas de vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, de que trata o art. 26, são as constantes no Anexo VI desta Lei."

Art. 26. Fica acrescentado à Lei nº 15.293, de 2004, o Anexo VI, na forma do Anexo VI desta Lei.

Art. 27. Os valores das gratificações de função de Coordenador de Escola e de Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon –, de que trata o art. 29 da Lei nº 15.293, de 2004, ficam reajustados em 10,25% (dez vírgula vinte e cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2015. Parágrafo único. Em decorrência do reajuste de que trata o caput, o Anexo V da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar na forma do Anexo VII desta Lei.

Art. 28. O inciso I do art. 29 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 29. I – a de Vice-Diretor de Escola, correspondente a 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo de Diretor de Escola – D-VI –, a que se refere o item VI.1 do Anexo VI desta Lei, com jornada de trabalho semanal de 30 horas;"

Art. 29. Ficam anistiadas as ausências ao trabalho dos servidores ocupantes dos cargos das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, em razão de movimento grevista nos anos de 2010 a 2014, ficando garantido que tais ausências: I – não acarretarão conceitos negativos na avaliação de desempenho do servidor; II – não serão computadas para o percentual de infrequência, que pode ocasionar a exoneração do servidor em estágio probatório; III – não representarão dispensa de servidores designados; IV – não configurarão abandono de cargo, inassiduidade, desídia ou infração disciplinar do servidor, nem ensejarão instauração de processo administrativo; V – não implicarão a perda do direito às férias-prêmio; VI – não acarretarão prejuízo na designação, na distribuição de turmas e na contagem de tempo de serviço para aposentadoria e aquisição de férias regulamentares; VII – não ensejarão a aplicação de qualquer tipo de penalidade. Parágrafo único. A autoridade competente procederá à revisão dos processos administrativos já aplicados e dos que estão em andamento em decorrência dos movimentos de greve.

Art. 30. O Estado garantirá a alimentação dos servidores da educação que atuam nas escolas estaduais.

Art. 31. O caput do inciso VI do caput do art. 2º e o caput do art. 12 da Lei nº 18.975, de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º. VI – Analista de Gestão da Polícia Militar, Assistente Administrativo da Polícia Militar e Auxiliar Administrativo da Polícia Militar. Art. 12. Os servidores ocupantes do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata o art. 8º-D da Lei nº 15.301, de 2004, serão remunerados por subsídio, fixado em parcela única, no qual ficam incorporadas as seguintes parcelas:"

Art. 32. O art. 7º da Lei nº 19.837, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A tabela de subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata o art. 8º-D da Lei nº 15.301, de 2004, estabelecida no Anexo III da Lei nº 18.975, de 2010, passa a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2012, na forma do Anexo II desta Lei."

Art. 33. Ficam substituídas, na Lei nº 15.293, de 2004, a expressão "Assistente Técnico Educacional" pela expressão "Técnico da Educação" e a sigla "ATE" pela sigla "TDE".

Art. 34. O subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata o art. 8º-D da Lei nº 15.301, de 2004, fica reajustado em 10,25% (dez vírgula vinte e cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2015. Parágrafo único. Em decorrência do reajuste de que trata o caput, a tabela de subsídio do cargo de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar é a constante no Anexo VII da Lei nº 18.975, de 2010, acrescentado pelo Anexo VIII desta Lei.

Art. 35. Fica acrescentado à Lei nº 18.975, de 2010, o seguinte art. 12-A: "Art. 12-A A tabela de subsídio do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar é a constante no Anexo VII desta Lei."

Art. 36. Fica acrescentado à Lei nº 18.975, de 2010, o Anexo VIII, na forma do Anexo VIII desta Lei.

Art. 37. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira de Professor de Educação Básica posicionado em maio de 2015 no nível T2 da estrutura constante no Anexo I da Lei nº 18.975, de 2010, será repositicionado, a partir de 1º de junho de 2015, no nível I da tabela constante no item I.1 do Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 5º desta Lei, no grau identificado com a mesma letra correspondente ao respectivo posicionamento, mediante comprovação da conclusão de curso superior com licenciatura plena ou de graduação com complementação pedagógica e observados os demais requisitos previstos na legislação vigente. § 1º Aplica-se o disposto no caput ao servidor inativo ou que se encontre em afastamento preliminar à aposentadoria, posicionado no nível T2 da carreira de Professor de Educação Básica em maio de 2015, desde que tenha cumprido os requisitos para promoção previstos no art. 18 da Lei nº 15.293, de 2004, quando em atividade. § 2º Na hipótese de não preenchimento dos requisitos para promoção na carreira, o servidor de que trata o caput será repositicionado no nível I da tabela constante no item I.1 do Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 5º desta Lei, aplicando-se, para tal fim, as regras estabelecidas no art. 6º. § 3º Aplica-se ao servidor que tiver o reposicionamento concedido a partir de 1º de junho de 2015 a antecipação da promoção subsequente, conforme a data prevista no art. 19-A da Lei nº 19.837, de 2011, com a redação dada pelo art. 14 desta Lei.

Art. 38. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade, nos termos da legislação vigente, bem como ao detentor de função pública de que trata o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, cujos proventos ou cuja remuneração tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004.

Art. 39. Ficam revogados o inciso I do art. 1º, os incisos I, II e III do art. 2º, os arts. 10 e 13 e os Anexos I, III e IV da Lei nº 18.975, de 2010.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvadas as vigências específicas estabelecidas nos artigos desta Lei. Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 30 de junho de 2015; 227ª da Inconfidência Mineira e 194ª da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Expediente: Sind-UTE/MG
Rua Ipiranga, nº 80 - Floresta - BH - MG
Fone: (31) 3481-2020 - Fax: (31) 3481-2449
Diagramação: Eficaz Comunicação - Fotos: Lidiane Ponciano



LEI Nº 21.710, DE 30 DE JUNHO DE 2015. Dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta a remuneração por subsídio, fixada em parcela única, estabelecida pela Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, para os servidores das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica, Técnico de Educação, Analista Educacional, Assistente de Educação e Auxiliar de Serviços de Educação Básica, que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, bem como para os servidores ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Diretor de Escola e de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 dessa mesma Lei. § 1º Em decorrência da extinção da remuneração por subsídio, os servidores de que trata o caput passam a ser remunerados, a partir de 1º de junho de 2015, por meio de vencimento, acumulável com as seguintes vantagens pecuniárias: I – Abono Incorporável, de que trata o art. 8º desta Lei; II – Adicional de Valorização da Educação Básica – Adeb –, de que trata o art. 12 desta Lei; III – Adicional por Extensão de Jornada – AEJ –, de que trata o art. 35 da Lei nº 15.293, de 2004; IV – Adicional por Exigência Curricular – AEC –, de que trata o art. 36 da Lei nº 15.293, de 2004; V – gratificação natalina; VI – adicional de férias; VII – adicional de insalubridade; VIII – adicional de periculosidade; IX – adicional noturno; X – adicional pela prestação de serviço extraordinário; XI – espécies remuneratórias percebidas pelo exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança; XII – Gratificação Temporária Estratégica – GTE –, instituída pelo art. 14 da Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007; XIII – abono de permanência previsto no § 19 do art. 40 da Constituição da República, bem como no § 5º do art. 2º e no § 1º do art. 3º da Emenda à mesma Constituição nº 41, de 19 de dezembro de 2003; XIV – prêmio por produtividade; XV – férias-prêmio convertidas em espécie, nos termos do art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; XVI – vantagens pessoais destinadas a assegurar a irredutibilidade remuneratória ou instituídas para cumprimento de decisão judicial. § 2º O vencimento não poderá ser percebido cumulativamente com vantagens diversas das citadas no § 1º, sem prejuízo de outras parcelas que vierem a ser disciplinadas por legislação específica superveniente. § 3º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade, nos termos da legislação vigente, bem como aos detentores de função pública de que trata o art. 4º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, cujos proventos ou cuja remuneração tiverem como referência os valores aplicáveis às carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004. § 4º Fica assegurada a incorporação da maior média quinquenal das horas de trabalho assumidas, nos termos do art. 35 da Lei nº 9.381, de 18 de dezembro de 1986, quando da aposentadoria.

Art. 2º Para a fixação do vencimento inicial das carreiras de Professor de Educação Básica, Especialista em Educação Básica e Analista Educacional na função de inspetor escolar, das quais trata a Lei nº 15.293, de 2004, correspondente às cargas horárias previstas no Anexo V desta Lei, serão observadas as normas pertinentes ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme o disposto no art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Parágrafo único. O piso salarial profissional nacional previsto na lei federal a que se refere o caput será assegurado integralmente ao servidor ocupante do cargo de Professor de Educação Básica com carga horária de 24 horas semanais.

Art. 3º Os valores do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, e do Abono Incorporável de que trata o art. 8º serão reajustados por lei específica, em decorrência de atualizações do valor do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica de que trata a Lei Federal nº 11.738, de 2008. Parágrafo único. Os reajustes de que trata o caput se darão na mesma periodicidade prevista na lei federal a que se refere o caput.

Art. 4º A vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, percebida pelos servidores posicionados no grau P de qualquer

nível das tabelas das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, passa a ter natureza de vencimento.

Art. 5º A estrutura das carreiras de Professor de Educação Básica, Analista de Educação Básica, Assistente Técnico de Educação Básica, Técnico de Educação, Analista Educacional e Assistente de Educação, a que se referem os itens I, 1.1, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 do Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar, a partir de 1º de junho de 2015, na forma constante no Anexo I desta Lei.

Art. 6º Os servidores posicionados em maio de 2015 no nível T1 da carreira de Professor de Educação Básica, constante no Anexo I da Lei nº 18.975, de 2010, serão repositicionados no nível I da tabela constante no Anexo I da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 5º desta Lei. § 1º O repositicionamento de que trata o caput se dará no grau com valor igual ou imediatamente superior ao do subsídio percebido em maio de 2015 e terá efeito a partir de 1º de junho de 2015. § 2º O servidor repositicionado conforme a regra estabelecida no caput e no § 1º que implementar as condições para promoção fará jus a um novo posicionamento no nível I, alcançando o grau com o valor de vencimento igual ou imediatamente superior ao valor a que teria direito caso a promoção fosse concedida na estrutura de carreira vigente até maio de 2015. § 3º O disposto no § 2º terá efeito em 1º de setembro de 2015, caso o servidor já tenha, até essa data, cumprido os requisitos para promoção, ou na data em que o servidor vier a cumprir tais requisitos. § 4º A concessão de progressão na carreira ao servidor repositicionado nos termos deste artigo é condicionada à comprovação de conclusão de curso superior na modalidade licenciatura plena ou de graduação com complementação pedagógica. § 5º No caso do servidor posicionado no grau P do nível T1 da carreira, será considerada a soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a respectiva vantagem pessoal nominal, a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, para efeito de aplicação das regras previstas neste artigo, resultando o posicionamento em: I – incorporação ao vencimento e consequente extinção da vantagem pessoal, caso o valor de vencimento decorrente do posicionamento seja maior ou igual ao valor da soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a referida vantagem pessoal; II – dedução, do valor da vantagem pessoal, da diferença entre o valor do vencimento decorrente do posicionamento e o valor do subsídio percebido em maio de 2015, caso o valor de vencimento decorrente do posicionamento seja menor que o valor da soma do subsídio percebido em maio de 2015 com a referida vantagem pessoal. § 6º O repositicionamento previsto no caput estende-se aos pensionistas e servidores inativos que fizerem jus à paridade.

Art. 7º Fica acrescentado ao art. 12 da Lei nº 15.293, de 2004, o seguinte inciso IX:

“Art. 12. IX – para a carreira de Professor de Educação Básica: a) habilitação específica obtida em curso superior com licenciatura plena ou graduação com complementação pedagógica, nos termos do edital do concurso público, para ingresso no nível I, conforme a estrutura prevista no item I.1 do Anexo I desta Lei; b) habilitação específica obtida em curso superior com licenciatura plena ou graduação com complementação pedagógica, acumulada com mestrado em Educação ou em área afim, nos termos do edital do concurso público, para ingresso no nível IV, conforme a estrutura prevista no item I.1 do Anexo I desta Lei.”

Art. 8º Fica concedido Abono Incorporável aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e aos detentores de função pública de que trata o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, previstas na Lei nº 15.293, de 2004, cujos valores são: I – os constantes no Anexo II, a partir de 1º de junho de 2015; II – os constantes no Anexo III, a partir de 1º de agosto de 2016; III – os constantes no Anexo IV, a partir de 1º de agosto de 2017. § 1º A percepção do Abono Incorporável por cumprimento de jornada de trabalho semanal inferior ou superior à prevista nos Anexos II a IV da respectiva carreira será proporcional à carga horária do servidor. § 2º O abono não integrará a remuneração de contribuição a que se refere o art. 26 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, não se incorpora aos proventos e não será considerado para o cálculo de nenhuma outra vantagem, exceto férias e gratificação natalina.

Art. 9º As tabelas de vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo são: I – as constantes no item V.1 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de junho de 2015; II – as constantes no item V.2 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de junho de 2017; III – as constantes no item V.3 do Anexo V desta Lei, a partir de 1º de julho de 2018. § 1º As tabelas constantes no item V.2 do Anexo V desta Lei refletem a incorporação dos abonos previstos nos incisos I e II do art. 8º, bem como a concessão de reajuste dos valores do vencimento visando à manutenção da variação entre os níveis e graus existente nas tabelas vigentes em maio de 2015. § 2º As tabelas constantes no item V.3 do Anexo V desta Lei refletem a incorporação do abono previsto no inciso III do art. 8º, bem como a concessão de reajuste dos valores do vencimento visando à manutenção da variação entre os níveis e graus existente nas tabelas vigentes em maio de 2015. § 3º Em decorrência da incorporação de que tratam os §§ 1º e 2º, o abono a que se refere o art. 8º será extinto integralmente em 1º de julho de 2018.

Art. 10. Os servidores posicionados no grau P de qualquer nível das tabelas das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, que fizeram jus à vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, terão preservado o valor dessa vantagem no ato da incorporação dos abonos prevista nos §§ 1º e 2º do art. 9º desta Lei. Parágrafo único. A vantagem a que se refere o caput será reajustada nas mesmas datas e com os mesmos índices aplicáveis às tabelas de vencimento estabelecidas no Anexo V desta Lei.

Art. 11. A incorporação prevista nos §§ 1º e 2º do art. 9º e o pagamento do Abono Incorporável de que trata o art. 8º estendem-se aos pensionistas e servidores inativos que fizeram jus à paridade, nos percentuais e termos da legislação vigente.

Art. 12. Fica instituído o Adicional de Valorização da Educação Básica – Adeb – para os ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004, na forma de lei específica. Parágrafo único. O Adeb será atribuído mensalmente ao servidor a que se refere o caput e terá como base de cálculo valor correspondente a 5% (cinco por cento) do vencimento do servidor, a cada cinco anos de efetivo exercício, contados a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 13. Fica acrescentado ao art. 6º da Lei nº 19.973, de 27 de dezembro de 2011, o seguinte inciso XI: “Art. 6º XI – concessão de Adicional de Valorização da Educação Básica – Adeb –, nos termos do art. 12 da Lei que o instituiu.”

Art. 14. O caput do art. 19-A da Lei nº 19.837, de 2 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 19-A O tempo de serviço compreendido entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de agosto de 2015 dos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo a que se refere esta Lei e as avaliações de desempenho individual concluídas nesse período serão considerados para fins de concessão de promoção com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, observados os requisitos para o desenvolvimento na carreira previstos na legislação vigente e o disposto em regulamento.”

Art. 15. Fica acrescentado à Lei nº 19.837, de 2011, o seguinte art. 19-C: “Art. 19-C A promoção subsequente à que se dará em 1º de setembro de 2015 em decorrência do disposto no art. 19-A desta Lei será antecipada para: I – a partir de janeiro de 2016, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2017 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; II – a partir de janeiro de 2017, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2018 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; III – a partir de janeiro de 2018, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2019 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012; IV – a partir de dezembro de 2018, para os servidores que teriam direito a essa promoção subsequente em 2020 na regra vigente antes de 1º de janeiro de 2012.”

Art. 16. Aplica-se o disposto no art. 19-A da Lei nº 19.837, de 2011, com a redação dada pelo art. 14 desta Lei, ao servidor inativo ou que se encontre em afastamento preliminar à aposentadoria, desde que tenha cumprido os requisitos para mudança de nível quando em atividade.

Art. 17. Fica acrescentado ao art. 18 da Lei nº 15.293, de 2004, o seguinte § 5º:

“Art. 18 § 5º Não será exigida a certificação

para a promoção ao nível III das carreiras de Professor de Educação Básica, Analista Educacional e Analista de Educação Básica e aos níveis II e III das carreiras de Técnico de Educação, Assistente Técnico de Educação Básica e Assistente de Educação enquanto o processo para a obtenção do referido título não for regulamentado e implementado pela SEE.” Art. 18. O art. 21 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 21. A contagem do prazo para a primeira promoção começa após a entrada em exercício do servidor no cargo efetivo.”

Art. 19. O disposto no art. 21 da Lei nº 15.293, de 2004, com a redação dada pelo art. 18 desta Lei, estende-se ao servidor que tiver ingressado na carreira a partir de 1º de janeiro de 2008, observado o disposto nos arts. 19-A e 19-C da Lei nº 19.837, de 2011, com a redação dada por esta Lei.

Art. 20. O art. 23 da Lei nº 15.293, de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 23. Os títulos apresentados para aplicação do disposto no art. 22 somente poderão ser utilizados uma única vez, sendo vedado seu aproveitamento para fins de concessão de qualquer vantagem pecuniária.”

Art. 21. O § 2º do art. 34, o § 3º do art. 35 e o § 1º do art. 36 da Lei nº 15.293, de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 34.

..... § 2º O vencimento do cargo de Professor de Educação Básica a que se refere este artigo será proporcional ao número de horas semanais fixadas para o cargo, na forma de regulamento.....

Art. 35. § 3º Ao assumir extensão de carga horária, o professor fará jus ao Adicional por Extensão de Jornada – AEJ –, cujo valor será proporcional ao do vencimento estabelecido na tabela da carreira de Professor de Educação Básica acrescido da vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, enquanto permanecer nessa situação.

..... Art. 36. § 1º Ao assumir exigência curricular, o professor fará jus ao Adicional por Exigência Curricular – AEC –, cujo valor será proporcional ao do vencimento estabelecido na tabela da carreira de Professor de Educação Básica, acrescido da vantagem pessoal nominal a que se refere o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 2010, enquanto permanecer nessa situação.”

Art. 22. O art. 35 da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 35. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de que trata o art. 8º-D da Lei nº 15.301, de 2004, poderá optar: I – pela remuneração do cargo de provimento em comissão; II – pela remuneração do seu cargo efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração no cargo de provimento em comissão.”

Art. 23. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo nomeado para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola ou de Secretário de Escola, de que trata o art. 26 da Lei nº 15.293, de 2004, poderá optar: I – pela remuneração do cargo de provimento em comissão; II – pela remuneração do cargo de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão. § 1º O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo com carga horária semanal de 24 horas nomeado para o cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola poderá optar pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão. § 2º O acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão a que se referem o inciso II do caput e o § 1º, bem como o acréscimo equivalente a 100% (cem por cento) da remuneração do cargo de provimento efetivo a que se refere o § 1º, não se incorporarão à remuneração nem servirão de base para o cálculo de nenhuma outra vantagem, ressalvada a decorrente de gratificação natalina e adicional de férias. § 3º O servidor inativo apostilado no cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar ou Secretário de Escola que tenha adquirido o direito ao apostilamento anteriormente à vigência da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, poderá optar: I – pelo recebimento da remuneração do cargo em que foi apostilado; II – pela remuneração do cargo efetivo acrescida da parcela de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo em que foi apostilado. § 4º É assegurado ao servidor inativo apostilado no cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola ou de Diretor de Escola do Colégio Tiradentes da Polícia Militar e

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO BÁSICA

24 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	1.917,78	1.965,72	2.014,67	2.065,24	2.116,87	2.169,79	2.224,04	2.279,64	2.336,63	2.395,04	2.454,92	2.516,29	2.579,20	2.643,68	2.709,77
Especialização	II	2.109,56	2.162,30	2.216,35	2.271,76	2.328,56	2.386,77	2.446,44	2.507,60	2.570,29	2.634,55	2.700,41	2.767,92	2.837,12	2.908,05	2.980,75
Mestrado	III	2.320,51	2.378,53	2.437,99	2.498,94	2.561,41	2.625,45	2.691,08	2.758,36	2.827,32	2.898,00	2.970,45	3.044,72	3.120,83	3.198,85	3.278,83
Doutorado	IV	2.552,57	2.616,38	2.681,79	2.748,83	2.817,55	2.887,99	2.960,19	3.034,20	3.110,05	3.187,80	3.267,50	3.349,19	3.432,92	3.518,74	3.606,71

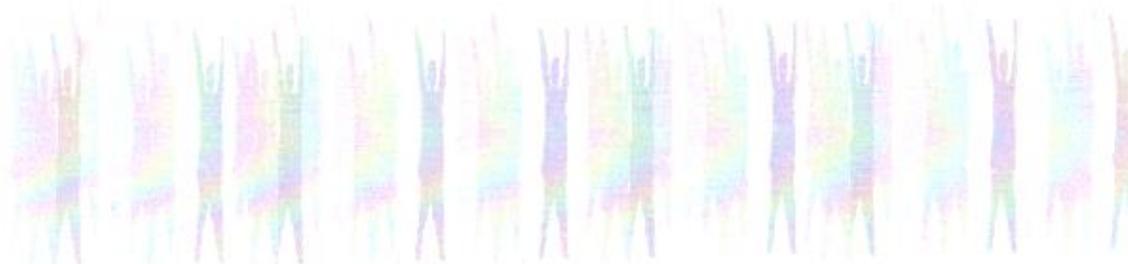
40 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Superior	I	3.196,30	3.276,21	3.358,11	3.442,07	3.528,12	3.616,32	3.706,73	3.799,40	3.894,38	3.991,74	4.091,53	4.193,82	4.298,67	4.406,13	4.516,29
Especialização	II	3.515,93	3.603,83	3.693,92	3.786,27	3.880,93	3.977,95	4.077,40	4.179,34	4.283,82	4.390,91	4.500,69	4.613,20	4.728,53	4.846,75	4.967,92
Mestrado	III	3.867,52	3.964,21	4.063,32	4.164,90	4.269,02	4.375,75	4.485,14	4.597,27	4.712,20	4.830,01	4.950,76	5.074,53	5.201,39	5.331,42	5.464,71
Doutorado	IV	4.254,28	4.360,63	4.469,65	4.581,39	4.695,92	4.813,32	4.933,66	5.057,00	5.183,42	5.313,01	5.445,83	5.581,98	5.721,53	5.864,57	6.011,18

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

24 HORAS

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	GRAU NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P
Licenciatura Plena	I	1.917,78	1.965,72	2.014,67	2.065,24	2.116,87	2.169,79	2.224,04	2.279,64	2.336,63	2.395,04	2.454,92	2.516,29	2.579,20	2.643,68	2.709,77
Especialização	II	2.109,56	2.162,30	2.216,35	2.271,76	2.328,56	2.386,77	2.446,44	2.507,60	2.570,29	2.634,55	2.700,41	2.767,92	2.837,12	2.908,05	2.980,75
Certificação	III	2.320,51	2.378,53	2.437,99	2.498,94	2.561,41	2.625,45	2.691,08	2.758,36	2.827,32	2.898,00	2.970,45	3.044,72	3.120,83	3.198,85	3.278,83
Mestrado	IV	2.552,57	2.616,38	2.681,79	2.748,83	2.817,55	2.887,99	2.960,19	3.034,20	3.110,05	3.187,80	3.267,50	3.349,19	3.432,92	3.518,74	3.606,71
Doutorado	V	2.807,82	2.878,01	2.949,96	3.023,71	3.099,31	3.176,79	3.256,21	3.337,61	3.421,03	3.506,58	3.594,25	3.684,10	3.776,20	3.870,61	3.967,37



Expediente: Sind-UTE/MG
 Rua Ipiranga, nº 80 - Floresta - BH - MG
 Fone: (31) 3481-2020 - Fax: (31) 3481-2449
 Diagramação: Eficaz Comunicação - Foto: Lidiane Ponciano



Anexo 89

Edital de Proclamação dos Resultados das Eleições

SIND-UTE/MG
EDITAL DE PROCLAMAÇÃO
DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

A COMISSÃO ELEITORAL GERAL DO SIND-UTE/MG, SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições e em conformidade com as disposições constantes do Art. 73, VI e Art. 93, ambos do Estatuto do Sind-UTE/MG, pelo presente Edital, proclama o resultado das Eleições Gerais do Sind-UTE, realizadas no período de 23 (vinte e três) a 27 (vinte e sete) de novembro de 2009 e apresenta a relação dos candidatos eleitos para composição da Diretoria Estadual, componentes da CHAPA 03 – RENOVAR PARA AVANÇAR, que obteve o maior número de votos e deverá ser empossada, juntamente com os membros eleitos do Conselho Geral, no próximo dia 16 (dezesesseis) de dezembro de 2009, composta pelos seguintes membros: Beatriz Da Silva Cerqueira, Ana Lúcia Moreira, Florismundo Mello, Geraldo Miguel De Souza, Idalina Franco De Oliveira, Jolton Beltrão De Matos, Jonas William Pereira Da Costa, Lourdes Aparecida De Jesus Vasconcelos, Mônica Maria De Souza, Renata Aparecida Gonçalves De O. Alves, José Luiz Rodrigues, Luiz Fernando De Souza Oliveira, Paulo Henrique Santos Fonseca, Osny Donizetti Nunes de Almeida, Lecloni Pereira Pinto, Wesley Soares Merêncio, Donizette Lima Do Nascimento, Ivanilda Mônica Alves Da Silva, Jakes Paulo Felix Dos Santos, José Euripedes Lopes, Andresa Aparecida Rocha Rodrigues, Ronaldo Geraldo De Moraes, Sandra Lucia Couto Bittencourt, Nivalda Maria Perobelli, Maria Nazaré Dos Santos, Sônia Pereira De Sousa, Ana Lucia Da Silva, Josué Ferreira Dos Reis, Ronaldo Amélio Ferreira, Maria Helena Gabriel, Maria Do Rosário Freitas, Luiz Carlos Silva Da Cunha, Abdon Geraldo Guimarães, Aida Helena Andrade Junqueira Costa, Alexandre Faustino Da Silva, Feliciano Alves Do Vale Saldanha, Rita De Cássia Silva Figueiredo, Maria Da Conceição Monteiro de Castro, Alvinio Nepomuceno De Britto, Wilson Ronaldo Gomes De Matos, Manoel Rösalvo Pereira, Zailde Figueiredo Santos, Paloma Figueiredo Freire, Mary Suely Santos Pinheiro, Maria Geralda De Avila, Beatriz Dos Santos Passos, Maria Natália Ribas Palma, Maria Alice Pereira Rocha, Múcio Alberto Cordeiro Alves, Weishman Gustavo Pinheiro, Nalseny Alves Antunes, Marilda De Abreu Araújo, Maria Do Carmo Cristelli De Oliveira, Marilde Rodrigues Campos. O resultado geral das eleições, juntamente com a lista completa dos candidatos eleitos para o Conselho Geral, bem como o resultado das eleições das subseções de Belo Horizonte, encontram-se afixados na sede do Sind-UTE/MG, à Rua Ipiranga, 80, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, à disposição dos interessados. Nos termos do Art. 92, do Estatuto, fica aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a interposição de recurso quanto aos resultados da eleição, contados a partir da data de publicação do presente Edital. A Comissão Eleitoral Geral, receberá os eventuais recursos nos dias 04 (quatro) e 05 (cinco) de dezembro de 2009, no horário de 08:00 às 18:00 horas, na sede do Sind-UTE/MG, à Rua Ipiranga, 80, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG. Nos termos do Art. 73, parágrafo 1º, do Estatuto, a proclamação dos resultados das eleições das subseções do interior e posse dos eleitos é de competência das Comissões Eleitorais Locais, observadas as disposições estatutárias pertinentes. Belo Horizonte, 03, de dezembro de 2009. A Comissão Eleitoral Geral do Sind-UTE/MG.

Anexo 90Lei Complementar n.100, de 05 de novembro de 2007

Data: 05 de novembro de 2007

LEI COMPLEMENTAR Nº 100, de 5 de novembro de 2007

Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev -, altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Uge-previ - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais, unidade programática para escrituração, a partir de janeiro de 2008, dos recursos do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - Funpemp - e do Fundo Financeiro de Previdência - Funfip -, bem como dos recursos do orçamento fiscal destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos servidores e agentes públicos de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, com a redação dada por esta Lei, e aos militares do Estado.

§ 1º A concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários dos segurados a que se refere o caput deste artigo, nos termos e nos prazos estabelecidos no regulamento, serão escriturados na Ugeprevi, observado o disposto no § 2º deste artigo, no art. 76, VI, da Constituição do Estado e nas leis que disciplinam a matéria.

§ 2º O ato de concessão dos benefícios para os segurados a que se refere o caput, no âmbito dos Poderes do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, assinado pela autoridade competente, será remetido à Ugeprevi, conforme previsto em regulamento.

Art. 2º Fica instituído o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev -, com caráter consultivo, deliberativo e de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Compete ao Ceprev gerir a Ugeprevi, por meio da criação de unidade programática única a ele subordinada.

Art. 3º Compõem o Ceprev:

I - o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que o presidirá;

II - o Secretário de Estado de Fazenda; III - o Advogado-Geral do Estado;

IV - o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG - e o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais - CBMMG -, alternadamente, na forma do regulamento;

V - o Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -;

VI - o Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -;

VII - um representante do Poder Legislativo; VIII -

um representante do Poder Judiciário;

IX - um representante do Ministério Público;

X - um representante dos servidores do Poder Executivo;

XI - um representante dos servidores inativos; XII - um

representante dos militares ativos; XIII - um representante dos militares inativos;

XIV - um representante dos pensionistas dos servidores; XV - um representante dos pensionistas dos militares;

XVI - um representante dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

XVII - um representante dos servidores do Poder Judiciário.

§ 1º Os membros a que se referem os incisos VII a IX do caput deste artigo serão designados pelo Governador do Estado, após indicação dos titulares daqueles Poderes e órgão, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros a que se referem os incisos X a XVII do caput serão escolhidos pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplex elaborada pelas entidades representativas legalmente constituídas, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 3º Os membros referidos no § 2º deverão ter nível superior de escolaridade e reputação ilibada.

§ 4º O regimento interno do Ceprev será aprovado por decreto, mediante proposta dos seus membros.

§ 5º O Presidente do Ceprev indicará o Secretário Executivo do Conselho, entre servidores, militares ou um dos seus membros.

§ 6º Os membros do Ceprev não serão remunerados por sua atuação no Conselho, que será considerada prestação de relevante serviço público.

Art. 4º Compete ao Ceprev, além do disposto no parágrafo único do art. 2º: I - estabelecer as diretrizes gerais relativas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, a que se refere a Lei Complementar nº 64, de 2002;

II - expedir instrução, de âmbito geral, contendo as normas e os procedimentos a serem adotados para a concessão dos benefícios, de forma a garantir a unicidade e a padronização desses atos;

III - estabelecer diretrizes para a elaboração, a consolidação e o acompanhamento do orçamento anual da Ugeprevi, segmentado por fundos, programas, fontes de recursos e caracterização das despesas;

IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas à previdência social no Estado;

V - acompanhar a gestão dos recursos destinados ao Funfip;

VI - aprovar, por maioria absoluta, proposta do regulamento referido no § 2º do art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 5º O inciso I do art. 3º , o inciso IV do art. 56 e o caput do art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

I - o titular de cargo efetivo da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, assim considerado o servidor cujas atribuições, deveres e responsabilidades específicas estejam definidas em estatuto ou normas estatutárias e que tenha sido aprovado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos ou de prova de seleção equivalente, bem como aquele efetivado nos termos dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado;

Art. 56.

IV - saldo positivo oriundo da compensação financeira prevista no § 9º do art. 201 da Constituição da República;

Art. 85. *O IPSEMG prestará assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social, farmacêutica e complementar aos segurados, referidos no art.3º desta Lei Complementar, aos servidores detentores exclusivamente de cargo de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aos agentes políticos e aos servidores admitidos nos termos do art. 10 da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, extensiva aos seus dependentes, observadas as coberturas e os fatores moderadores definidos em regulamento."*

Art. 6º Fica acrescentado ao art. 39 da Lei Complementar nº 64, de 2002, o seguinte inciso III:

"Art. 39.

III - o pagamento do saldo negativo oriundo da compensação financeira prevista no § 9º do art. 201 da Constituição da República."

Art. 7º Em razão da natureza permanente da função para a qual foram admitidos, são titulares de cargo efetivo, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 2002, os servidores em exercício na data da publicação desta lei, nas seguintes situações:

I - a que se refere o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, e não alcançados pelos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado;

II - estabilizados nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República;

III - a que se refere o caput do art. 107 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993;

IV - de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos até 16 de dezembro de 1998, desde a data do ingresso;

V - de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006, desde a data do ingresso.

§ 1º O posicionamento dos servidores de que trata este artigo dar-se-á no nível e no grau correspondentes ao padrão de vencimento utilizado para pagamento de sua remuneração, na data da publicação desta Lei.

§ 2º Não será computado, para a percepção de vantagem ou benefício, o período em que os servidores não estiveram em efetivo exercício, conforme definido em lei.

§ 3º Os servidores de que trata este artigo ficam vinculados ao Funfip, instituído na Lei Complementar nº 64, de 2002. Art. 8º São segurados do Regime Geral de Previdência Social, conforme o disposto no § 13 do art. 40 da Constituição da República:

I - o detentor exclusivamente de cargo de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

II - o agente político, ressalvado o exercente de mandato eletivo vinculado ao respectivo regime próprio de previdência social;

III - os servidores a que se refere a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, não alcançados pelo art. 7º desta Lei;

IV - os servidores a que se refere a alínea "b" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990;

V - o contratado nos termos do art. 11 da Lei nº 10.254, de 1990.

Art. 9º É garantida aos segurados e seus dependentes a continuidade da percepção dos benefícios previdenciários concedidos com base no art. 79 da Lei Complementar nº 64, de 2002, até a data de publicação desta Lei Complementar, observados as regras e os critérios estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 10. Fica vedada a possibilidade de dispensa imotivada dos servidores de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos até 31 de dezembro de 2006 e em exercício na data de publicação desta Lei Complementar, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 10.254, de 1990.

Art. 11. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mediante requerimento do interessado, emitirá, para os agentes públicos do Poder Executivo mencionados nos incisos I a IV do art. 8º, certidão de contribuição relativa ao período em que estiveram vinculados ao regime próprio, com vistas à contagem recíproca a que se refere o § 9º do art. 201 da Constituição da República.

Parágrafo único. Para os agentes públicos dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública, a certidão a que se refere o caput será emitida pelo órgão de recursos humanos competente.

Art. 12. Com a publicação desta Lei Complementar, ficam mantidas as autarquias Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG -, a que se refere a Lei nº 9.380, de 18 de dezembro de 1986, e Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG -, a que se refere a Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999, sendo assegurada a autonomia administrativa, financeira e orçamentária dessas entidades.

Art. 13. Observado o disposto no § 20 do art. 40 e no § 1º do art. 42 da Constituição da República, a escrituração de que trata o art. 1º desta Lei Complementar não prejudicará a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do IPSM, em especial, a relativa:

I - à gestão dos recursos oriundos da contribuição patronal e do segurado;

II - aos atos de concessão de benefícios previdenciários conforme previsto no § 2º do art. 1º desta lei complementar;

III - às ações de assistência à saúde;

IV - à concessão dos demais benefícios assegurados pelo IPSM, nos termos da legislação vigente.

Art. 14. Fica revogado o art. 79 da Lei Complementar nº 64, de 2002.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de novembro de 2007; 219º da Inconfidência Mineira e 186º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Anexo 91LEI Nº 17.600, de 1º de julho de 2008

Data: 1º de jul. 2008

LEI Nº 17.600, de 1º de julho de 2008

Disciplina o Acordo de Resultados e o Prêmio por Produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei disciplina o Acordo de Resultados e a autonomia gerencial, orçamentária e financeira previstos nos §§ 10 e 11 do art. 14 da Constituição do Estado e a concessão do Prêmio por Produtividade, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Acordo de Resultados o instrumento de contratualização de resultados celebrado entre dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo e as autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão;

II - acordante o órgão, a entidade ou a unidade administrativa do Poder Executivo hierarquicamente superior ao acordado, responsável pelo acompanhamento, pela avaliação e pelo controle dos resultados e, no que couber, pelo provimento dos recursos e meios necessários ao atingimento das metas pactuadas no Acordo de Resultados;

III - acordado o órgão, a entidade ou a unidade administrativa do Poder Executivo hierarquicamente subordinado ou vinculado ao acordante, comprometido com a obtenção dos resultados pactuados e responsável pela execução das ações e medidas necessárias para sua obtenção;

IV - interveniente o órgão, a entidade ou a unidade administrativa signatário do Acordo de Resultados responsável pelo suporte necessário ao acordante ou ao acordado, para o cumprimento das metas estabelecidas;

V - período avaliatório o intervalo de tempo concedido ao acordado para o cumprimento de um conjunto predefinido de metas e ações, pelo qual será avaliado ao final do período;

VI - desempenho o grau de cumprimento, objetivamente aferido, das ações propostas, de atingimento das metas estabelecidas e de obtenção dos resultados pactuados, em um período avaliatório predeterminado;

VII - indicador a medida, relativa ou absoluta, utilizada para mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade do desempenho do acordado;

VIII - meta o nível desejado de desempenho para cada indicador, em um determinado período, definida de forma objetiva e quantificável;

IX - Avaliação de Desempenho Institucional o processo de apuração do grau de obtenção dos resultados pactuados no Acordo de Resultados, realizada por Comissão de Acompanhamento e Avaliação, nos termos desta lei e do seu regulamento; e

X - período de referência o intervalo de tempo adotado como base de cálculo do montante a ser distribuído, a título de Prêmio por Produtividade, para o órgão ou a entidade que cumprir os requisitos legais.

1º O início e o término do período avaliatório de que trata o inciso V ocorrerão no mesmo exercício financeiro.

§ 2º Cada período de referência de que trata o inciso X corresponderá, no mínimo, a um período avaliatório e, no máximo, aos períodos avaliatórios de um dado exercício financeiro.

Capítulo II Do Acordo de Resultados Seção I Disposições Gerais

Art. 3º Na implementação do Acordo de Resultados, serão observados os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e economicidade.

Art. 4º São objetivos fundamentais do Acordo de Resultados:

I - viabilizar a estratégia de governo, por meio de mecanismos de incentivo e gestão por resultados;

II - alinhar o planejamento e as ações do acordado com o planejamento estratégico do governo, com as políticas públicas instituídas e com os programas governamentais;

III - melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à sociedade; IV - melhorar a utilização dos recursos públicos;

V - dar transparência às ações das instituições públicas envolvidas e facilitar o controle social sobre a atividade administrativa estadual; e

VI - estimular, valorizar e destacar servidores, dirigentes e órgãos ou entidades que cumpram suas metas e atinjam os resultados previstos.

Seção II Da Elaboração

Art. 5º O Acordo de Resultado será formalizado por instrumento que contenha, sem prejuízo de outras especificações:

I - objeto e finalidade;

II - resultados a serem alcançados, fixados por meio de indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, metas e ações, com prazos de execução e meios de apuração objetivamente definidos;

III - direitos, obrigações e responsabilidades do acordante e do acordado, em especial em relação às metas estabelecidas;

IV - compromissos dos intervenientes, quando for o caso;

V - condições para revisão, renovação, prorrogação e rescisão do Acordo de Resultados;

VI - prazo de vigência;

VII - sistemática de acompanhamento, controle e avaliação, com informações sobre a duração dos períodos avaliatórios e sobre os critérios e parâmetros a serem considerados na aferição do desempenho;

VIII - relação das prerrogativas concedidas por meio do Acordo de Resultados ao órgão ou à entidade, em função da ampliação da sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, se houver; e

IX - estimativa dos recursos orçamentários e cronograma de desembolso dos recursos financeiros necessários à execução das ações pactuadas, durante a vigência do Acordo de Resultados, se for o caso.

Seção III Da Formalização

Art. 6º É condição para a assinatura, a revisão e a renovação do Acordo de Resultados o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG - sobre o pleno atendimento das exigências desta Lei e sobre a compatibilidade das metas e dos indicadores de desempenho pactuados com as finalidades do acordado, na forma definida em decreto.

Art. 7º São signatários do Acordo de Resultados os dirigentes máximos do acordante, de cada um dos acordados e das demais partes intervenientes, quando houver.

Art. 8º O extrato do Acordo de Resultados e seus aditamentos serão publicados, pelo acordante, no órgão oficial dos Poderes do Estado, e divulgados na página oficial do governo na internet, nos termos definidos em decreto, sem prejuízo de sua divulgação pelo acordante e pelo acordado.

Seção IV Do Acompanhamento, da Avaliação e da Fiscalização

Art. 9º O dirigente máximo do acordado promoverá a implementação do Acordo de Resultados, por meio de sua participação efetiva na elaboração e no acompanhamento do Acordo, e garantirá a divulgação interna do seu conteúdo e de suas avaliações.

Art. 10. Para o acompanhamento e a avaliação do Acordo de Resultados, será instituída, por ato próprio do dirigente máximo do acordante, Comissão de Acompanhamento e Avaliação composta, nos termos de decreto, no mínimo, pelos seguintes membros:

- I - um representante dos acordados;
- II - um representante dos servidores dos acordados, escolhido nos termos de decreto;
- III - um representante do acordante;
- IV - um representante de cada interveniente, quando houver, por ele indicado; e
- V - um representante da SEPLAG, indicado por seu titular.

§ 1º A SEPLAG poderá optar por não indicar representante próprio para a Comissão de Acompanhamento e Avaliação, quando lhe for delegada a representação do acordante.

§ 2º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação reunir-se-á ordinariamente ao final de cada período avaliatório e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 3º Fica facultada a participação de um representante da sociedade civil, indicado pelo acordante, nas Comissões de Acompanhamento e Avaliação, conforme disposto em decreto.

§ 4º Na hipótese da indicação de mais de um representante do acordado e do acordante, será respeitada a paridade entre as representações.

§ Art. 11. À Comissão de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - acompanhar e avaliar os resultados alcançados pelo acordado, considerando as metas e indicadores de desempenho previstos no Acordo de Resultados;

II - recomendar, com a devida justificativa, alterações no Acordo de Resultados, principalmente quando se tratar de necessidade de alinhamento de indicadores, metas e resultados;

III - recomendar, com a devida justificativa, a revisão, a renovação ou a rescisão do Acordo de Resultados; e

IV - proceder, ao final de cada período avaliatório, à Avaliação de Desempenho Institucional, na qual concluirá acerca do desempenho do acordado.

§ 1º As avaliações realizadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação incluirão, sem prejuízo de outras informações, os fatores e circunstâncias que tenham dado causa ao descumprimento, pelo acordado, das metas estabelecidas, bem como as medidas que este tenha adotado para corrigir as falhas detectadas.

§ 2º A Comissão de Acompanhamento e Avaliação encaminhará aos signatários do Acordo de Resultados, dentro dos prazos definidos em decreto, a avaliação a que se refere o inciso IV.

Art. 12. Serão definidos em decreto os critérios para a atribuição de conceito satisfatório ou insatisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional.

Art. 13. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação poderá contar com o suporte técnico de colaborador eventual, especialista nas áreas de conhecimento das ações previstas no Acordo de Resultados, conforme disposto em decreto.

Art. 14. O acordado enviará à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, nos prazos previstos em decreto, relatório de execução demonstrando e justificando o grau de desempenho alcançado no período.

Seção V

Da Vigência, da Renovação, da Revisão e da Rescisão

Art. 15. O Acordo de Resultados terá vigência mínima de um ano e máxima de quatro anos, desde que não se ultrapasse o primeiro ano do governo sub-seqüente àquele em que tiver sido assinado, podendo ser renovado por acordo entre as partes.

Art. 16. O acordante verificará a necessidade de revisão do Acordo de Resultados, pelo menos uma vez a cada doze meses.

Parágrafo único. Identificada a necessidade de revisão do Acordo de Resultados, esta será formalizada mediante termo aditivo, observado o disposto nos arts. 7º e 8º.

Art. 17. O Acordo de Resultados poderá ser rescindido em caso de descumprimento grave e injustificado, nos termos definidos em decreto, por ato unilateral e escrito do acordante ou por acordo entre as partes, sem prejuízo das medidas legais cabíveis.

Capítulo III

Da Ampliação da Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira

Art. 18. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo poderá ser ampliada mediante previsão, expressa no instrumento de celebração do Acordo de Resultados, observadas as exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 19. A ampliação da autonomia a que se refere o art. 18 poderá dar-se mediante a concessão, ao acordado, de prerrogativa para:

I - alterar os quantitativos e a distribuição dos cargos de provimento em comissão, das funções gratificadas e das gratificações temporárias estratégicas, nos termos da legislação vigente, desde que não acarrete aumento de despesa;

II - aplicar os limites estabelecidos no parágrafo único do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998;

III - alterar estruturas orgânicas básicas e estatutos, sem aumento de despesas, nos termos de decreto;

IV - conceder aos servidores em efetivo exercício no órgão ou na entidade valores diferenciados do auxílio-transporte de que trata o art. 48 desta Lei ou vales-transporte, observadas as condições, os critérios e as quantidades máximas, definidas em decreto, destinado unicamente ao custeio do deslocamento do servidor no percurso residência-trabalho e vice-versa;

V - conceder aos servidores em efetivo exercício no órgão ou na entidade cuja jornada de trabalho for igual ou superior a seis horas, como ajuda de custo pelas despesas de alimentação, observados os critérios e condições mínimos definidos em decreto, vale-refeição ou valores diferenciados de vale-alimentação, com parâmetros e limites distintos daqueles definidos nos arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992; e

VI - realizar outras medidas, definidas em decreto.

§ 1º Para os efeitos legais previstos no parágrafo único do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, os órgãos e entidades com Acordo de Resultados em vigor equiparam-se a agências executivas ou organizações militares prestadoras de serviço com contrato de gestão celebrado no âmbito da administração pública federal.

§ 2º O benefício de que trata o inciso IV será concedido ao servidor cuja remuneração mensal seja igual ou inferior a três salários mínimos, excluídas as parcelas relativas a adicionais por tempo de serviço, aos valores recebidos por horas extras trabalhadas e ao biênio a que se refere a Lei nº 8.517, de 9 de janeiro de 1984.

§ 3º As despesas decorrentes dos benefícios de que tratam os incisos IV e V serão custeadas, preferencialmente, com recursos próprios do órgão ou da entidade.

Art. 20. A concessão ou manutenção dos benefícios de que tratam os incisos IV e V do art. 19 está condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários do Estado, à obtenção de resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional e à disponibilidade orçamentária do acordado.

§ 1º Na hipótese de não haver dotação orçamentária suficiente para pagamento dos benefícios de que tratam os incisos IV e V do art. 18, estes serão concedidos somente se houver anulação de outras despesas correntes previstas no crédito orçamentário inicial do acordado, em montante suficiente para suplementá-la.

§ 2º Na hipótese de obtenção de resultado insatisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional, serão suspensos os benefícios de que tratam os incisos IV e V do art. 19, até a ocorrência de nova avaliação satisfatória.

Art. 21. O servidor fará jus aos benefícios decorrentes da ampliação da autonomia prevista em Acordo de Resultados do órgão ou da entidade acordado em que estiver, por ato formal, em efetivo exercício.

Art. 22. Caberá à SEPLAG analisar e aprovar a ampliação da autonomia a ser conferida ao acordado, tendo em vista as metas fixadas.

Capítulo IV
Do Prêmio por Produtividade
Seção I
Disposições Gerais

Art. 23. O Prêmio por Produtividade é um bônus a ser pago aos servidores em efetivo exercício em órgão ou entidade que:

I - seja signatário de Acordo de Resultados com previsão expressa de pagamento de Prêmio por Produtividade;

II - obtenha resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional, a que se refere o inciso IV do art. 11, realizada no período de referência, nos termos definidos em decreto; e

III - realize a Avaliação de Desempenho Individual permanente de seus servidores, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Só terão direito à percepção de Prêmio por Produtividade os órgãos e entidades signatários de Acordo de Resultados vigente, com metas estabelecidas, dentro de um período de referência, há no mínimo noventa dias.

Art. 24. Fará jus ao Prêmio por Produtividade o servidor em atividade, ocupante de cargo de provimento efetivo ou de provimento em comissão ou detentor de função pública de que trata a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, e o ocupante de cargo de Subsecretário de Estado que no período de referência:

I - esteve em efetivo exercício, nos termos de ato formal, por período mínimo definido em regulamento; e

II - obteve, na avaliação de produtividade por equipe, realizada nos termos definidos em decreto, resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 1º Não fará jus ao Prêmio por Produtividade o servidor designado para o exercício de função pública de que trata o art. 10 da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

§ 2º A forma de cálculo do valor do Prêmio por produtividade a ser percebido por cada servidor será definida em decreto e considerará, no mínimo:

I - o resultado obtido na avaliação de produtividade por equipe, nos termos definidos em decreto;

II - (Vetado);

III - os dias efetivamente trabalhados durante o período de referência.

§ 3º Para os fins do disposto no inciso III do § 2º, consideram-se efetivamente trabalhados os dias de efetivo exercício, definidos nos termos da legislação vigente, excetuados os dias de paralisação, de afastamento, de licença ou qualquer interrupção do exercício das atribuições do cargo ou da função. 4º O servidor receberá Prêmio por Produtividade referente ao órgão ou à entidade em que se encontrava em efetivo exercício, por ato formal, durante o período de referência.

§ 5º Os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira de Auditor Interno, de que trata a Lei nº 15.304, de 11 de agosto de 2004, farão jus ao Prêmio por Produtividade referente à Auditoria-Geral do Estado - AUGÉ, ainda que em exercício em outro órgão ou entidade de Poder Executivo.

§ 6º Os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira de Procurador de Estado, de que trata a Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004, farão jus ao Prêmio por Produtividade referente à Advocacia-Geral do Estado - AGE, ainda que em exercício em outro órgão ou entidade do Poder Executivo estadual.

§ 7º É vedada a percepção acumulada de Prêmio por Produtividade referente ao órgão de origem e ao órgão em que o servidor se encontra em efetivo exercício.

§ 8º O empregado público do Poder Executivo do Estado, o servidor público ou o empregado público de outro ente federado ou do Poder Legislativo ou Judiciário do Estado cedido ao Poder Executivo estadual que esteja prestando serviço em órgão ou entidade de que trata o art. 23, poderá auferir Prêmio por Produtividade, o qual não poderá ser superior ao de maior valor pago a servidor em exercício no mesmo órgão ou entidade, na forma estabelecida em decreto, desde que não receba bonificação referente a resultado ou produtividade do órgão ou da entidade de origem.

§ 9º O servidor que, no período de referência, encontrar-se em situação de acúmulo de cargos permitida pelo inciso XVI do caput do art. 37 da Constituição Federal fará jus ao Prêmio por Produtividade correspondente a cada cargo.

§ 10. Não farão jus ao prêmio por produtividade o Secretário de Estado, o Secretário-Adjunto de Estado, o Diretor-Geral e o Vice-Diretor Geral de autarquias, o Presidente e o Vice-Presidente de fundações.

Art. 25. O Prêmio por Produtividade poderá ser pago com recursos provenientes da receita corrente líquida, nos termos da Seção II deste Capítulo, ou da ampliação real de receitas, nos termos da Seção III deste Capítulo.

Seção II Da Concessão de Prêmio por Produtividade com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 26. (Revogado)

O Art. 26 foi revogado pela Lei nº 18.040, de 13/1/09.

Art. 27. Para fins do disposto nesta seção, considera-se:

I - Índice de Despesa de Pessoal - IDP - a relação entre a despesa com pessoal em atividade de cada órgão ou entidade com Acordo de Resultados em vigor e com previsão de pagamento de Prêmio por Produtividade e a despesa total com pessoal em atividade do Poder Executivo do Estado, efetivamente executadas e correspondentes ao período de referência;

II - Índice de Desempenho Institucional - IDI - o resultado percentual da Avaliação de Desempenho Institucional, realizada nos termos de decreto, no período de referência; III - Índice de Vigência de Acordo de Resultados - IVAR - a relação entre o número de dias de vigência do Acordo de Resultados com previsão de pagamento de Prêmio por Produtividade de cada órgão ou entidade durante o exercício anterior e o total de dias do exercício anterior, observado o disposto em decreto;

IV - Índice Agregado - IA - o produto do IDP, do IDI e do IVAR de cada órgão ou entidade com Acordo de Resultados em vigor no período de referência; e

V - Índice Geral - IG - a razão entre o IA de cada órgão ou entidade com Acordo de Resultados em vigor e com previsão de pagamento de prêmio e o somatório dos IA de todos os órgãos ou entidades com Acordo de Resultados em vigor e com previsão de pagamento de prêmio.

§ 1º Não será considerada no cálculo do índice de que trata o inciso I do caput deste artigo a despesa com pessoal designado para o exercício de função pública, de que trata o art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990.

§ 2º Não serão considerados no cálculo dos índices de que trata o caput deste artigo os órgãos e as entidades que fizerem a opção pela concessão do Prêmio por Produtividade nos termos da Seção III deste Capítulo e os que não obtiverem resultado satisfatório na Avaliação de Desempenho Institucional.

Art. 28. O montante de recursos a ser aplicado na concessão de Prêmio por Produtividade em um dado exercício será definido em decreto, observado o disposto no art. 26.

Art. 29. Os recursos a serem destinados a cada órgão ou entidade para concessão de Prêmio por Produtividade serão aferidos pela multiplicação do montante de que trata o art. 28 pelo respectivo IG.

Art. 30. O valor do Prêmio por Produtividade percebido pelo servidor nos termos desta seção não poderá ser superior ao valor da última remuneração percebida no período de referência, excluídos os eventuais e atrasados.

Seção III
Da Concessão de Prêmio por Produtividade
com Base na Ampliação Real de Arrecadação de Receitas

Art. 31. Os recursos orçamentários provenientes da ampliação real da arrecadação de receitas da administração pública estadual poderão ser aplicados no pagamento de Prêmio por Produtividade.

§ 1º Considera-se ampliação real da arrecadação de receitas a diferença absoluta entre a receita efetivamente arrecadada nos meses do período de referência e a receita de maior valor no período, dentre as seguintes:

I - a receita efetivamente arrecadada nos mesmos meses do exercício anterior, corrigida pela inflação; e

II - a receita efetivamente arrecadada nos mesmos meses do exercício anterior, acrescida, pelo menos, da projeção oficial de índice de preço definido em decreto.

§ 2º Para fins da correção dos valores correntes da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior, a que se refere o inciso I do § 1º, serão utilizados:

I - o índice de preços definido em decreto; e

II - a variação acumulada do índice a que se refere o inciso I deste parágrafo, dos doze meses subsequentes. § 3º *Na hipótese de o resultado decorrente da operação descrita nos §§ 1º e 2º deste artigo ser negativo, o déficit constatado será descontado da ampliação observada no período seguinte e, se necessário, nos períodos posteriores, desde que pertencentes ao próprio exercício, sem ultrapassá-lo, ainda que a compensação se dê parcialmente.*

§ 4º Após a apuração do resultado da operação, descrita nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo em relação ao último período de referência do exercício, verificando-se pagamento do Prêmio de Produtividade nos períodos anteriores em montante superior ao que seria devido no exercício, o valor pago a maior será descontado dos pagamentos do Prêmio de Produtividade devidos nos períodos posteriores, até sua total compensação."

Redação dos §§ 3º e 4º do Art. 31 dada pela Lei nº 18.682, de 28/12/09.

Art. 32. A ampliação real da arrecadação de receitas compreende receitas provenientes de impostos e as receitas diretamente arrecadadas por cada órgão ou entidade.

§ 1º A aplicação das receitas de que trata o caput no pagamento de Prêmio por Produtividade observará os seguintes limites:

I - até 10% (dez por cento) da ampliação real de receitas diretamente arrecadadas de cada órgão ou entidade, multiplicados pelo resultado percentual da Avaliação de Desempenho Institucional relativa ao período de referência; e

II - até 3% (três por cento) da ampliação real de receitas provenientes de impostos, multiplicados pelo resultado percentual da Avaliação de Desempenho Institucional relativa ao período de referência.

§ 2º O limite de que trata o inciso II do § 1º poderá ser ampliado em até 1% (um por cento) da diferença entre a receita arrecadada no exercício corrente e a receita do exercício anterior acrescida da variação percentual do PIB nominal, nos termos do decreto.

§ 3º O cálculo do recurso oriundo da ampliação de que trata o § 2º será realizado com base em índice oficial projetado para o crescimento do PIB, constante do Acordo de Resultados e

ajustado após a publicação do índice definitivo, multiplicado pelo resultado percentual da Avaliação de Desempenho Institucional relativa ao período de referência.

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, não serão consideradas as receitas que possuam vinculação própria, exceto aquelas que, segundo a legislação vigente, possam ser utilizadas para pagamento de pessoal.

§ 5º O pagamento de Prêmio por Produtividade será custeado com recursos provenientes da mesma fonte em que se deu a ampliação de receitas diretamente arrecadadas e de receitas vinculadas, considerado o disposto no § 2º.

§ 6º Para os fins do disposto neste artigo, exclui-se a receita proveniente de multa.

Art. 33. As fontes de recursos a serem consideradas para o cálculo da ampliação da arrecadação de receitas e os itens de receita a serem considerados para cálculo do montante de receitas diretamente arrecadadas serão definidos em cada Acordo de Resultados.

Art. 34. Os recursos a serem destinados ao órgão ou à entidade para o pagamento de Prêmio por Produtividade nos termos desta seção serão calculados após o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, e distribuídos entre os servidores, na forma de regulamento.

Seção IV

Do Procedimento para Pagamento do Prêmio por Produtividade

Art. 35. Será definida no Acordo de Resultados a opção do órgão ou da entidade pelo pagamento do Prêmio por Produtividade com base na receita corrente líquida, nos termos da Seção II deste Capítulo, ou com base na ampliação real de arrecadação de receitas, nos termos da Seção III deste Capítulo. Parágrafo único. A opção de que trata o caput apenas poderá ser alterada

por termo aditivo ao Acordo de Resultados, para o período de referência seguinte, no mínimo trinta dias antes de seu início.

Art. 36. Compete à Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, de que trata a Lei Delegada nº 112, de 25 de janeiro de 2007, verificar o cumprimento dos requisitos e limites previstos nesta lei e autorizar o pagamento do Prêmio por Produtividade.

Art. 37. O Prêmio por Produtividade somente poderá ser acumulado com outros prêmios ou bonificações da mesma natureza na hipótese de estes se-rem custeados por transferências de recursos oriundos de outros entes federados.

Art. 38. O Prêmio por Produtividade não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria ou pensão do servidor e não servirá de base de cálculo para outro benefício ou vantagem nem para a contribuição à seguridade social.

Art. 39. Na hipótese de o Estado apresentar déficit fiscal, não haverá pagamento de Prêmio por Produtividade no exercício seguinte.

Capítulo V

Disposições Transitórias

Art. 40. Para o pagamento do Prêmio por Produtividade de que trata a Seção II do Capítulo IV, no ano de 2008:

I - não se aplica o prazo previsto no parágrafo único do art. 23 nem o disposto no inciso II do caput do art. 24 e no inciso I do § 2º do art. 24 para os Acordos de Resultados assinados até 31 de dezembro de 2007;

II - será observada a regra, prevista em decreto, para o cálculo dos índices de que tratam os incisos II e III do caput do art. 27; e

III - (Revogado)

O inciso III do Art. 40 foi revogado pela Lei nº 18.040, de 13/1/09.

Art. 41. O disposto no § 2º do art. 19 não se aplica aos benefícios de que trata o inciso IV do caput do mesmo artigo concedidos por meio de Acordo de Resultado celebrado até a data de publicação desta Lei.

Art. 42. Até 31 de dezembro de 2009, os limites a que se refere o art. 32 desta Lei não estarão sujeitos à ponderação de que tratam os incisos I e II do § 1º e o § 3º do mesmo artigo.

Capítulo VI Disposições Finais

Art. 43. Os dirigentes dos órgãos e entidades acordantes e acordados promoverão as ações necessárias ao cumprimento do Acordo de Resultados, sob pena de responsabilidade solidária por eventual irregularidade, ilegalidade ou desperdício na utilização de recursos ou bens.

Art. 44. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 17, se houver indícios fundados de malversação de bens ou de recursos ou quando assim o exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, os responsáveis pela fiscalização representarão aos órgãos competentes para a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, visando à proteção do patrimônio público e à punição dos infratores, sob pena de se tornarem solidariamente responsáveis.

Art. 45. Na hipótese de, durante a vigência do Acordo de Resultados, haver substituição do dirigente signatário, o novo dirigente nomeado torna-se o responsável pelo Acordo.

Art. 46. Os órgãos de controle interno estabelecerão mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial que levem em consideração os prazos e os indicadores de desempenho previstos no Acordo de Resultados.

Art. 47. As empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo estadual poderão aplicar, no que couber e nos termos da legislação vigente, o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no caput não implicará ônus para o Tesouro Estadual.

Art. 48. Será concedido ao servidor público estadual que não goze de passe livre em transporte coletivo, em exercício em Município com população total superior a cem mil habitantes, ou integrante das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço, auxílio-transporte por dia efetivamente trabalhado, nas condições e critérios estabelecidos em decreto.

Parágrafo único. O auxílio-transporte será concedido em valor fixado pelo Poder Executivo, aos servidores que percebam remuneração igual ou inferior a três salários mínimos, excluídas as parcelas relativas aos adicionais por tempo de serviço, aos valores recebidos por horas extras trabalhadas e ao biênio a que se refere a Lei nº 8.517, de 9 de janeiro de 1984.

Art. 49. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei. Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Ficam revogados:

I - a Lei nº 14.694, de 30 de julho de 2003; e

II - o art. 52 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 1º de julho de 2008; 220º da In-confidência Mineira e 187º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Anexo 92:**LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.**

Data: 16 de julho de 2008

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

[Mensagem de veto](#)
[Vide ADI nº 4167](#)

Regulamenta a alínea ðeõ do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea ðeõ do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I ó (VETADO);

II ó a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III ó a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Nelson Machado

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

José Múcio Monteiro Filho

José Antonio Dias Toffoli

Este texto não substitui o publicado no DOU de 17.7.2008